

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE



INTERCOM

ADA DE FREITAS MANETI DENCKER
MARGARIDA M. KROHLING KUNSCH
ORGANIZADORAS

ADA DE FREITAS MANETI DENCKER
MARGARIDA M. KROHLING KUNSCH
ORGANIZADORAS

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Coleção Intercom Nº 5



INTERCOM

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO

IMS

FACULDADE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SÃO BERNARDO DO CAMPO

1996

© 1994 INTERCOM

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
Caixa Postal 20793 - CEP 01498-970 - Tel/Fax: (011) 818.4088
São Paulo - SP

Faculdade de Comunicação Social
Instituto Metodista de Ensino Superior
Rua do Sacramento, 230 - Rudge Ramos
CEP 00000-000 - São Bernardo do Campo - SP
Tel. (011) 457-3733 - Ramal 1016 - Fax: (011) 457-3733 - Ramal 1283

Ficha Catalográfica

Comunicação e Meio Ambiente

Ada de Freitas Maneti Dencker e Margarida Maria Khroling Kunsch, organizadoras -
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom, 1996,
218p.

Coleção Intercom, Nº. 5

1. Comunicação e Meio Ambiente, 2. Mídia e Meio Ambiente, 3. Comunicação e
Sociedade Auto-sustentável, 4. Ação Empresarial e Meio Ambiente, 5. Legislação
Sobre Meio Ambiente

C.D.U. 659.3



SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO

IMS

FACULDADE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SÃO BERNARDO DO CAMPO

Obra editada com o apoio da Fundação CAPES - Ministério de Educação e do Desporto

Introdução	11
Gino Giacomin Filho	
Apresentação	15
Sandra Lucia de Assis Romão e Margareta Maria Archang Aunson	
Subsídios para o meio ambiente	19
Ada de Freitas	

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

PARTE I COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Capítulo 1	
Estado do meio ambiente em um país de escala continental e o complexo controle ambiental em São Paulo	27
Ariz Ad Seber	
Capítulo 2	
A questão ambiental e os desafios à comunicação	33
José Salomão Antom	
Capítulo 3	
Comunicação e qualidade de vida	41
Gino Giacomin Filho	
Capítulo 4	
Espaço local, atores sociais e comunicação	43
Lúcia de Souza	

PARTE II MÍDIA E MEIO AMBIENTE

Capítulo 5	
Democracia, meio ambiente e jornalismo no Brasil	51
Fabíola de Oliveira	

Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
Rua do Sacramento, 200 - Foz de Iguaçu
CEP 00000-000 - São Bernardo do Campo - SP
TEL: (011) 457-3733 - Ramal 1016 - Fax: (011) 457-3735 - Ramal 1012

Patrocinadora

Comunicação e Meio Ambiente

Atividade Prática Metodológica desenvolvida por Maria Klasing Kunoch, organizadora -
Seminário de Comunicação e Meio Ambiente - Intercom - Intercom, 1996

2.º Ed.

1996

1. Comunicação e Meio Ambiente, 2. Meio Ambiente, 3. Comunicação e
Tecnologia, 4. Ação Social e Meio Ambiente, 5. Legislação
Sociedade Ambiente

C. D. 11. 000.1

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Esta publicação com o apoio da Fundação CAPES - Ministério de Educa-
ção e Desporto

Sumário

Introdução	11
<i>Gino Giacomini Filho</i>	
Apresentação	15
<i>Sandra Lúcia de Assis Reimão e Margarida Maria Krohling Kunsch</i>	
Subsídios para uma reflexão sobre comunicação e meio ambiente	19
<i>Ada de Freitas Maneti Dencker</i>	

PARTE I COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Capítulo 1	
Estado do meio ambiente em um país de escala continental e o complexo controle ambiental em São Paulo	27
<i>Aziz Ab'Saber</i>	
Capítulo 2	
A questão ambiental e os desafios à comunicação	33
<i>José Salomão Amorim</i>	
Capítulo 3	
Comunicação e qualidade de vida	41
<i>Gino Giacomini Filho</i>	
Capítulo 4	
Espaço local, atores sociais e comunicação	43
<i>Ladislau Dowbor</i>	

PARTE II MÍDIA E MEIO AMBIENTE

Capítulo 5	
Democracia, meio ambiente e jornalismo no Brasil	61
<i>Fabiola de Oliveira</i>	

Capítulo 6	
A informação ambiental no jornalismo piauiense	71
<i>Maria das Graças Targino e Antonio Teixeira de Barros</i>	

Capítulo 7	
Hacia la formación de una nueva cultura ecologica via la television mexicana	101
<i>Javier Esteinou Madrid</i>	

PARTE III

A COMUNICAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Capítulo 8	
A comunicação para o desenvolvimento sustentável na sociedade globalizada	113
<i>Marganda M. Krohling Kunsch</i>	

Capítulo 9	
Teologia prática, ecologia e ameaça nuclear	123
<i>Ronaldo Sathler Rosa</i>	

Capítulo 10	
Um novo imaginário social: o desenvolvimento sustentável	127
<i>João Carlos Canuto</i>	

Capítulo 11	
Considerações sobre o desenvolvimento agrícola auto-sustentável	135
<i>Ronaldo S. Berton</i>	

Capítulo 12	
Comunicação rural e sustentabilidade agrícola	139
<i>Miguel Ângelo da Silveira</i>	

Capítulo 13	
Estratégias para recuperação da biodiversidade regional	145
<i>Aziz Ab'Saber</i>	

PARTE IV

A AÇÃO EMPRESARIAL EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE: CASOS ILUSTRATIVOS DE COMUNICAÇÃO

Capítulo 14	
Relações comunitárias, meio ambiente e qualidade de vida: temas estratégicos para a comunicação social na Dow Química	155
<i>Marcelo Alonso</i>	

Capítulo 15	
Marketing e qualidade de vida	159
<i>Sandra Castellano de Paula</i>	

Capítulo 16	
Definições da realidade ambiental - A causa ecológica da legitimação das organizações	169
<i>Tereza Lúcia Halliday</i>	

PARTE V
OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NAS CIDADES DO
ABC PAULISTA: SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA

Capítulo 17	
Eco-caso, não por acaso (reflexões sobre ecologia e cidade industrial) - São Bernardo do Campo	179
<i>Luis Roberto Alves</i>	

Capítulo 18	
As políticas do Estado para o meio ambiente e as ações do Município de Diadema	191
<i>Wagner Membribes Bossi</i>	

APÊNDICES

Apêndice 1	
A Legislação Federal - Capítulo VI - Do Meio Ambiente da Constituição de 1988	199

Apêndice 2	
Resolução CONAMA-001/86 (Conselho Nacional do Meio Ambiente)	200

Apêndice 3	
A Legislação de São Paulo - Capítulo IV - Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento, da Constituição do Estado de São Paulo	203

Apêndice 4	
Normatização das Audiências Públicas no Estado de São Paulo	209

PARTE V
13 OS PROBLEMAS AMBIENTAIS NAS CIDADES DO ABC PAULISTA: SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA

8 capítulos
A investigação desenvolvida a partir das pesquisas em
Educação, não por acaso (reflexões sobre ecologia e educação em
cidade industrial) - São Bernardo do Campo 179
Luis Roberto Alves

9 capítulos
A educação ambiental e o desenvolvimento sustentável
do Município de Diadema 191
Wagner Mendes Bressi

APÊNDICES

11 capítulos
A legislação ambiental e as organizações
ambientais 199

12 capítulos
Comunicação ambiental e desenvolvimento
sustentável 200

13 capítulos
A legislação ambiental e o desenvolvimento
sustentável 203

PARTE IV

A AÇÃO EMPRESARIAL EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE
NOMATIZAÇÃO DAS AÇÕES EMPRESARIAIS EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE
EM SÃO PAULO

41 capítulos
A ação empresarial em defesa do meio ambiente e o desenvolvimento
sustentável 208
Marcelo Alonso

Introdução

Gino Giacomini Filho

Professor da Faculdade de
Comunicação Social do

Instituto Metodista de Ensino Superior

O meio ambiente tem sido preocupação constante do homem, em todos os tempos. Só que os processos industrializadores aceleraram mutações ambientais até então inexistentes, sendo percebidas, para muitos tardiamente, no final deste século.

O estado crítico do meio ambiente começou a se tornar "preocupação" quando sua deteriorização condicionou o ritmo desenvolvimentista.

Historicamente, o Brasil se posicionou como país capitalista e vivenciou as etapas básicas do modelo ocidental apresentando, compulsoriamente, desdobramentos ambientais relativos a esta opção. O País, ao aceitar tal modelo, tornou-se dependente do intercâmbio comercial e tecnologias dos países ditos de "primeiro mundo", não tendo outro caminho se não continuar a se submeter às normas e exigências que, ultimamente, encontram-se também na área do meio ambiente, caso das normas contidas no ISO-14000.

Não se discute se as soluções ou propostas originárias de países desenvolvidos são boas ou pertinentes ao Brasil; ocorre que, em função da adesão ao modelo industrial ocidental, torna-se premente ao Brasil buscar soluções ambientais compatíveis com este paradigma.

Na primeira grande conferência internacional sobre o meio ambiente, a Conferência de Estocolmo de 1972, por exemplo, ficou patente a posição brasileira em relação ao assunto ambiental: "a pior poluição é a da pobreza" e "o Brasil queria indústrias e tinha um grande espaço para ser poluído".

Era o retrato de um país emergente, em pleno estágio do capitalismo selvagem, tomando contato com uma nova mudança na agenda capitalista, iniciativa esta que propunha uma guinada para tentar reverter uma das seqüelas do modelo industrial iniciado nos anos 30 : as seqüências ambientais.

Acontece que os procedimentos ambientais promovidos no período inicial da industrialização, e que ainda são seguidos por muitos países, empresas e governos, inclusive do "primeiro mundo", estavam baseados na abundância de recursos e oferta barata de energia. Este paradigma só viria mudar com a seqüência de muitos fatores além, é óbvio, da degradação explícita do meio ambiente, anulando muitos ganhos de qualidade de vida que os processos industriais e tecnológicos estavam propiciando ao homem.

Uma das dezenas de faces que revela a atual equação ambiental se

refere ao consumo de bens por parte da população, que historicamente vem sendo estudo por meio do consumerismo.

A onda naturalista, que cobriu de lançamentos de produtos e modismos os anos 70, utilizou como argumento a saúde e o desenvolvimento equilibrado do homem, em que o convívio com o meio ambiente era parte integrante deste processo. Produtos naturais, vida esportiva, rituais saudáveis, ambientes rurais passaram a ser associados com qualidade de vida, o oposto ocorrendo com produtos artificiais, vida sedentária e urbana.

No caminho naturalista, muitas empresas passaram a trabalhar com linhas de produtos visando este segmento emergente, caso da Natura, O Boticário, Gatorade entre tantos; tratava-se de contingente significativo de consumidores buscando o melhor para si ou sua família, aceitando os argumentos de que os produtos naturais, embora mais caros, trouxessem mais saúde e benefícios que os demais; isto até causou a alguns adeptos certa neurose, associando os produtos "não naturais", aleatoriamente, a produtos insalubres e potencialmente causadores de câncer.

A ascensão da onda naturalista, testemunhada por artistas e bastante explorada pelos meios de comunicação, refletia na moda esportiva, no crescimento das academias de ginástica, restaurantes de comida natural e proliferação de produtos "diet" e "light".

A adesão ao naturalismo, que parece ser definitiva, encampa características de um comportamento radicado na sociedade, por incorporar tais valores em várias esferas sociais, como no âmbito da satisfação do consumidor, da aceitação da medicina, da aprovação de líderes de opinião e meios de comunicação, da educação física, e outras manifestações da comunidade que foram captadas pelas empresas e transformaram esta temática em grandes oportunidades de negócios, alguns até escusos.

Que o meio ambiente sempre foi decisivo nas relações de consumo não é novidade. O que se evidencia atualmente é o condicionamento ou diminuição de elementos do consumo em função da preservação ambiental, como descasos com uso de herbicidas, uso irracional de vacinas e produtos químicos em animais para abate, experimentações genéticas, que se mostram ameaçadoras tanto ao consumerismo como ao meio ambiente.

O consumerismo ambiental expõe a sociedade a um claro dilema: até que ponto o encarecimento do produto ambientalmente bom seria um fator a ser aceito pelo consumidor?

A configuração do produto também é outra questão: estaria o consumidor brasileiro disposto a levar para casa produtos "amigos do meio ambiente" apesar de seus problemas estéticos ou de dimensões? Este seria o caso do papel reciclado, da maçã orgânica e outros. Na verdade, o que se pergunta sintetiza o que pode ser uma das grandes barreiras que poderá retardar o movimento ambientalista no Brasil, já que o consumo de produtos ecologicamente superiores é freado pelo pequeno poder aquisitivo da população brasileira com um todo e pela falta de

percepção das vantagens ambientais diante das prioridades consumistas e de preço.

Embora se configure como algo distante o consumidor rejeitar produtos apenas em função de problemas que possam trazer ao meio ambiente, este comportamento já faz parte da rotina de muitos líderes de opinião, que inclusive tem acesso aos meios de comunicação, levando esta questão para lugar destacado na agenda da opinião pública.

O consumerismo ambiental é forte quando os atributos ambientais são incorporados à rotina do consumidor; e isto só é viável quando as informações chegam com credibilidade. Embora no Brasil este movimento seja ainda tímido, o consumidor se ressentido de informações embasadas, fazendo-o desconfiar de muitos produtos anunciados como verdes.

A desinformação é praticada a todo momento, seja por meio das próprias autoridades, seja pelos meios de comunicação de massa. O consumidor ouve várias versões sobre a periculosidade de produtos. No caso de filtros solares, por exemplo, há matérias que não recomendam o uso, por serem todos ineficazes em relação ao sol. Outras fontes recomendam usar apenas no período das 10 às 15 horas, enquanto para outras o período a ser observado é das 9 às 16 horas; mas há informações no sentido de não se precisar usar os protetores solares, a não ser por pessoas com pele muito clara. O consumidor não sabe como se portar com o produto, pois reconhece que o câncer de pele existe e é uma ameaça, mas não dispõe de informações seguras e científicas para agir.

Polêmica semelhante ocorre com embalagens recicláveis. Como levar a sério tal iniciativa do governo e das empresas se muitas cidades não possuem programa de reciclagem do lixo? Como uma campanha de comunicação pode ser eficiente ao persuadir o consumidor a optar por produtos com tais embalagens se ele constata que o esforço será em vão? A mudança desta e outras posturas ambientalmente ambíguas passa pela correta informação do consumidor, agente decisivo para desencadear mudanças estruturais no fortalecimento do movimento ambiental.

O consumidor brasileiro está se tornando cada vez mais exigente e consciente. Ele não quer apenas um produto barato, mas um produto que seja bom para a saúde, para o meio ambiente e para a sociedade. Isso tem levado as empresas a adotarem práticas mais éticas e sustentáveis.

Um exemplo disso é a adoção de embalagens biodegradáveis e recicláveis. Muitas empresas já estão utilizando materiais como o papel e o plástico reciclado para fabricar suas embalagens. Além disso, algumas empresas estão adotando embalagens que são mais fáceis de reciclar, como as embalagens de vidro e metal.

Outro exemplo é a adoção de produtos orgânicos e naturais. Muitos consumidores estão buscando produtos que não tenham sido tratados com agrotóxicos ou outros produtos químicos. Isso tem levado as empresas a adotarem práticas de produção mais sustentáveis e saudáveis.

Além disso, os consumidores também estão se tornando mais conscientes em relação ao meio ambiente. Eles estão buscando produtos que sejam produzidos de forma sustentável, ou seja, que não causem danos ao meio ambiente. Isso tem levado as empresas a adotarem práticas de produção mais sustentáveis e responsáveis.

Portanto, o consumidor brasileiro está se tornando cada vez mais exigente e consciente. Ele não quer apenas um produto barato, mas um produto que seja bom para a saúde, para o meio ambiente e para a sociedade. Isso tem levado as empresas a adotarem práticas mais éticas e sustentáveis.

O consumidor brasileiro está se tornando cada vez mais exigente e consciente. Ele não quer apenas um produto barato, mas um produto que seja bom para a saúde, para o meio ambiente e para a sociedade. Isso tem levado as empresas a adotarem práticas mais éticas e sustentáveis.

Um exemplo disso é a adoção de embalagens biodegradáveis e recicláveis. Muitas empresas já estão utilizando materiais como o papel e o plástico reciclado para fabricar suas embalagens. Além disso, algumas empresas estão adotando embalagens que são mais fáceis de reciclar, como as embalagens de vidro e metal.

Outro exemplo é a adoção de produtos orgânicos e naturais. Muitos consumidores estão buscando produtos que não tenham sido tratados com agrotóxicos ou outros produtos químicos. Isso tem levado as empresas a adotarem práticas de produção mais sustentáveis e saudáveis.

Além disso, os consumidores também estão se tornando mais conscientes em relação ao meio ambiente. Eles estão buscando produtos que sejam produzidos de forma sustentável, ou seja, que não causem danos ao meio ambiente. Isso tem levado as empresas a adotarem práticas de produção mais sustentáveis e responsáveis.

Portanto, o consumidor brasileiro está se tornando cada vez mais exigente e consciente. Ele não quer apenas um produto barato, mas um produto que seja bom para a saúde, para o meio ambiente e para a sociedade. Isso tem levado as empresas a adotarem práticas mais éticas e sustentáveis.

Apresentação

Sandra Lúcia de Assis Reilmão

Professora-Doutora do IMS

Margarida M. Krohling Kunsch

Professora-Doutora da ECA-USP

*Presidente da Intercom nos biênios 1987-1989 e 1991-1993 e
da Comissão Organizadora do Intercom 92*

O XV Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação - Intercom 92, promovido pela Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e pela Faculdade de Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior, teve lugar nas dependências dessa Escola, em São Bernardo do Campo, SP, de 14 a 17 de outubro de 1992, com participantes de todo o Brasil. Centrado no tema "Comunicação e Meio Ambiente", ele contou com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e de algumas empresas privadas do país.

Além do XV Ciclo de Estudo Interdisciplinares da Comunicação, evento principal do congresso, realizaram-se paralelamente o III Mix da Comunicação, reuniões dos Grupos de Trabalho (GTs) da Intercom, debates sobre as Organizações não-Governamentais (ONGs) e a Comunicação, Comunicações Livres e a apresentação de Projetos de Iniciação Científica.

O III Mix da comunicação, evento anual da Faculdade de Comunicação Social do IMS, que em 1992 se integrou ao congresso Intercom adotou a mesma temática central do congresso. Tendo como eixo o tema "Comunicação e qualidade de vida", abordou durante as sessões previstas subtemas importantes como: criação publicitária em rádio e qualidade de vida; políticas de comunicação empresarial e meio ambiente; marketing e qualidade de vida; o que as empresas estão fazendo; a mídia e o meio ambiente; e as políticas do estado para o meio ambiente.

Os 14 GTs por área de interesse constituíram o espaço por excelência dos pesquisadores, que apresentaram um total de 73 textos, cuja diversidade temática foi bastante representativa dos atuais estudos do campo da comunicação.

O espaço aberto pela Intercom às ONGs buscam permitir a troca de idéias dos participantes do Congresso Anual e do Mix da Comunicação com os militantes dessas entidades sobre a nova ordem social e econômica que está sendo colocada em todo o mundo.

Durante o Intercom 92 foi fundada a Associação Global de Desenvolvimento Ambiental, que tem como mantenedora a Associação dos Ex-Alunos do Instituto Metodista de Ensino Superior. Seus integrantes são ambientalistas que abraçam a causa ecológica desde 1979, data da realização da Primeira Semana Ecológica do IMS, e estão ligados a projetos de desenvolvimento sustentado.

A sessão de Iniciação Científica, inaugurada neste congresso, ofereceu um espaço para apresentação, discussão e intercâmbio de metodologia e resultados de pesquisa por parte dos estudantes das Faculdades de Comunicação Social em suas diferentes habilitações. Foram apresentados 19 trabalhos. Tratam de uma oportunidade única para o florescimento de novos pesquisadores da comunicação e para a melhoria da qualidade do ensino na Graduação.

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A Intercom sempre procurou trazer para o debate, durante seu congresso anual, temas emergentes, na tentativa de contribuir para a abordagem científica das grandes questões contemporâneas, colocadas em pauta pela sociedade. E, nesse ano de 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-Rio 92, o mundo inteiro foi chamado a se conscientizar da necessidade de repensar as relações de convivência do planeta. A Intercom aliou-se a esse grande acontecimento internacional e suscitou a reflexão sobre o que a área de comunicação pode e deverá fazer com vistas a uma nova consciência ecológica da sociedade.

Há que se pensar a comunicação nesse contexto. O que os pesquisadores dessa área têm feito? Qual o papel da comunicação para que os acordos celebrados sejam efetivamente cumpridos? É possível alguma mudança comportamental a favor da conservação e manutenção dos recursos naturais sem a comunicação? Qual a importância da comunicação no processo educativos? Foram essas e muitas outras questões que o XV Congresso da Intercom também discutiu, tendo procurado motivar a realização de pesquisas que poderão ajudar a humanidade a repensar a qualidade de vida na terra.

Estamos vivendo, de acordo com Lester Brown, "o início da Revolução Ambiental", depois de a economia mundial já ter passado pela Revolução Agrícola e pela Revolução Industrial. Segundo Brown, "a Revolução Ambiental será bem sucedida se conseguir levar a economia global a uma nova rota de desenvolvimento ambientalmente sustentável que possa oferecer maior segurança à economia, estilos de vida mais saudáveis e melhores condições humanas em nível mundial".

A Revolução Ambiental já pode ser percebida nas ações de diversos segmentos da sociedade civil, como, por exemplo ONGs, as associações ambientalistas, as empresas que tem um trabalho de preservação ambiental, além das políticas estatais nessa área.

Torna-se imperativo o engajamento da universidade em todo esse

processo, mediante o incentivo da pesquisa científica em todos os campos do conhecimento, que poderão contribuir para que essa Revolução Ambiental realmente se concretize.

No caso específico da comunicação, pode-se constatar uma carência de estudos mais sistematizados em termos científicos. É evidente a importância da comunicação para uma consciência ambiental. No entanto, nem todos os integrantes da comunidade acadêmica têm demonstrado preocupação e motivação para levar a efeito projetos de pesquisa nesse sentido.

Embora a temática seja relativamente nova, havendo muito a ser discutido e elaborado dentro das universidades para que a comunicação possa efetivamente exercer o seu papel de agente de mudança em prol da comunidade na questão ecológica, o referencial reunido pelo congresso servirá de base às discussões que ora se iniciam com a publicação de "Comunicação e Meio Ambiente". Este livro marcará mais uma vez o pioneirismo da Intercom, já que não existe obra com esta temática específica no conjunto da bibliografia brasileira de comunicação.

A Intercom, ao liderar essa discussão em âmbito nacional, por meio de uma reunião científica, proporcionou aos participantes e posteriormente a toda comunidade, mediante divulgação dos principais trabalhos apresentados nesse XV Congresso, a oportunidade de uma reflexão sobre a importância da comunicação em todo o processo educativo, na luta pelo desenvolvimento e pela conservação do meio ambiente, que toda a sociedade tem que assumir.

na área de comunicação ambiental, o livro *Comunicação Ambiental: O Papel da Comunicação no Desenvolvimento Sustentável* (2002) de autoria de Maria Helena de Moraes e de outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e o livro *Comunicação Ambiental: O Papel da Comunicação no Desenvolvimento Sustentável* (2003) de autoria de Maria Helena de Moraes e de outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Foi também a partir desses livros que se iniciou a produção de materiais educativos para a população em geral, como o livro *Comunicação Ambiental: O Papel da Comunicação no Desenvolvimento Sustentável* (2002) de autoria de Maria Helena de Moraes e de outros pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Este livro marcou uma viragem no pensamento da área, já que não se tratava mais de uma família específica no contexto da didática brasileira de comunicação.

A partir desse momento, durante esse período, a área de comunicação ambiental passou a ser abordada em âmbito nacional, por meio de trabalhos científicos, produções por pesquisadores e produtores de conteúdos, revistas, jornais, livros, vídeos, entre outros. O XV Congresso Brasileiro de Comunicação Ambiental, realizado em 2002 em Curitiba, foi um marco importante no processo de construção de uma identidade teórica e metodológica da comunicação ambiental, e pela criação de uma rede de pesquisadores que atuam na área de comunicação ambiental. Este evento marcou o início de um processo de comunicação de ideias e de troca de experiências entre pesquisadores da área de comunicação ambiental, e de uma nova abordagem teórica e metodológica da comunicação ambiental.

Na área de comunicação ambiental, o que os pesquisadores desta área têm feito? Qual o papel da comunicação para que os recursos naturais sejam efetivamente protegidos? É possível alguma mudança comportamental a favor da conservação e manutenção dos recursos naturais sem a comunicação? Qual a importância da comunicação no processo educacional? Foram essas e outras outras questões que o XV Congresso da Intercom também trouxe. Sendo provocado a realizar a realização de pesquisas que possam ajudar a humanidade a repensar a qualidade de vida na terra.

Estamos vivendo, de acordo com Lester Brown, "o início da Revolução Ambiental", depois de a economia mundial já ter passado pela Revolução Agrícola e pela Revolução Industrial. Segundo Brown, "a Revolução Ambiental será bem sucedida se conseguirmos levar a economia global a uma nova rota de desenvolvimento ambientalmente sustentável que possa oferecer maior segurança à economia, estilos de vida mais saudáveis e melhores condições humanas em nível mundial".

A Revolução Ambiental já pode ser percebida nas ações de diversos segmentos da sociedade civil, como, por exemplo ONGs, as associações ambientalistas, as empresas que têm um trabalho de preservação ambiental, além das políticas estatais nessa área.

Torna-se imperativo o engajamento da universidade em todo esse

Subsídios para uma reflexão sobre comunicação e meio ambiente

Ada de Freitas Maneti Dencker

Membro da Diretoria do Intercom e coordenadora do Intercom 92

A ideologia da sociedade industrial moderna, altamente predatória, levou as nações capitalistas e socialistas a um processo de degeneração e destruição do meio ambiente com conseqüências ainda imprevisíveis para o futuro do homem.

A década de 90 marca o fim da guerra fria e a formação de uma nova ordem que aponta para o consenso de que a questão ambiental extrapola fronteiras nacionais e requer um esforço globalizante para a preservação do meio ambiente.

Provavelmente, como afirma Brown, o "enorme esforço necessário para inverter a marcha da degradação ambiental do planeta substituirá a batalha pela ideologia como tema organizador da nova ordem mundial." (1)

Dentro deste esforço se encaixam os inúmeros encontros, debates, elaboração de documentos, protocolos, códigos de ética etc. Realizados desde 1987 (com a descoberta do buraco de ozônio na atmosfera) até 1992 com a realização no Rio de Janeiro da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - ECO 92, com o objetivo de elaborar estratégias e medidas que interrompam e revertam os efeitos da degradação ambiental em todo o mundo e promovam o desenvolvimento auto-sustentado.

O ano de 1992 poderá ser considerado o ano do despertar da consciência ecológica embora, na realidade, o tema venha sendo debatido há mais de vinte anos pelos ecologistas que se contrapõem ao desenvolvimento econômico expansionista que julga não haver limites para a ação do homem apoiado na tecnologia.

Os limites, entretanto, existem e, ultrapassadas as questões político-militares que caracterizam por décadas o relacionamento entre as nações, surge da sociedade o quadro real da miséria e escassez que predomina na maior parte do globo, contrastando com uma minoria que se beneficia da sociedade consumista, marcada pelo desperdício.

A ECO 92 foi o encontro entre ricos e pobres, onde os ricos responsáveis pela maior parte da destruição ambiental se preocupavam com os danos que o desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo, se processado nos mesmos moldes, poderá causar ao ecossistema, ao mesmo tempo em que deixavam claro não pretender

(1) Brown, Lester R. "A nova ordem mundial". In: Qualidade de Vida 1991, salve o planeta. São Paulo, Globo, 1991.

abrir mão da riqueza já conquistada nem dos métodos que vem sendo adotados em seus sistemas de produção.

Despertar a consciência para o problema ecológico não implica no alcance de soluções imediatas, nem na superação de conflitos seculares de interesses, mas sem dúvida é o passo inicial que permite a caminhada rumo a esta superação.

O problema é basicamente cultural e se origina na forma de relacionamento com o meio ambiente desenvolvida pelo homem: na crença da sua superioridade em relação às demais espécies, bem como na sua capacidade, pela via da tecnologia, em superar as limitações impostas pelo seu habitat.

Os valores predominantes na sociedade de consumo substituíram o "ser" pelo "ter", e a lógica do sistema capitalista de produção substituiu os "bens duráveis" pelos "descartáveis".

O contraste entre o lixo abundante dos ricos e a miséria dos pobres agride a todos, porém poucos estão realmente dispostos a se empenhar na solução do problema e muitos, embora dispostos, não sabem como fazê-lo.

De acordo com o Diretor do PNUMA, citado por Roberto Guimarães "as duas causas da crise ambiental são a pobreza e o mal uso da riqueza: os pobres do mundo são compelidos a destruir em curto prazo precisamente os recursos em que se baseiam suas perspectivas de subsistência a longo prazo, enquanto a minoria rica provoca demandas que são largamente insustentáveis transferindo os custos mais uma vez aos pobres". (2)

Os problemas a serem superados são muitos e passam por uma mudança de comportamento e de valores a nível mundial na qual os meios de comunicação terão um importante papel a desempenhar. Não é possível introduzir a preocupação ecológica como prioritária no sistema de valores das culturas existentes sem produzir uma mudança radical na ordem social vigente. A perspectiva de mudança gera reação por parte dos valores ameaçados e a formação de movimentos sociais que defendem ou atacam as mudanças propostas.

Dar espaço às diferentes proporções e não se deixar manipular é o grande desafio da mídia no momento.

Uma das formas de reação da ordem estabelecida é a incorporação da questão ecológica ao sistema de valores predominante. Dentro desta ótica busca-se transformar a questão ecológica em uma mercadoria incorporando-a ao sistema de marketing. Genericamente aí se colocam a maioria das propostas governamentais.

A sociedade civil vem reagindo a esta postura e formando movimentos sociais, entre os quais as ONGs, que lutam para que os problemas ecológicos não sejam tratados por uma ótica meramente ambientalista.

O radicalismo dos ecologistas, por sua vez, ameaça cientistas envolvidos em pesquisas tecnológicas, os quais vem a público denunciar

(2) GUIMARÃES, Roberto P. "A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente". In: LEIS, Hector R. (Org) Ecologia e Política Mundial. Rio de Janeiro, Vozes/Puc/AIRI/FASE, 1991.

que o fanatismo ecológico poderá bloquear a evolução tecnológica e o desenvolvimento.

A discussão ecológica se processa na esfera pública intermediada pelos meios de comunicação, os quais, muitas vezes, aparecem neste contexto revestidos de "super poderes".

Em encontro do Green Press realizado em maio de 1992, em Belo Horizonte, Armand Mattelart declarou que "está nas mãos da Imprensa, ser revista globalmente e sob a ótica geopolítica a salvação ecológica do planeta", e Marc Nefin destacou que "a comunicação é uma função social" e defende a "comunicação subversiva para vencer os problemas ambientais". (Estado de Minas, 3/05/92)

É inegável a importância da mídia neste contexto na função social de despertar a consciência para a questão ecológica e abrir espaço para que todos os segmentos possam participar da discussão. Na medida em que a solução do problema implica em mudança de comportamento os meios deverão assumir uma função educativa promovendo uma mudança de atitude na opinião pública.

Como de colocar esta questão a nível de América Latina, especificamente a nível de Brasil, frente a atual estrutura dos meios e as tendências globalizantes que vem sendo observadas mundialmente?

A ação dos meios deverá estar solidamente fundamentada nas necessidades específicas de cada país e ser capaz de discernir sobre as soluções adequadas capazes de proteger o meio ambiente e concomitantemente promover o crescimento econômico.

A América Latina necessita desenvolver sua economia para suprir as necessidades básicas de sua população hoje, em grande parte, em estado de miséria. Não existe aqui uma escolha: economia ou ecologia. O avanço tecnológico deverá ser direcionado para o crescimento econômico com preservação da natureza visando corrigir os desequilíbrios causados no ecossistema e encontrar formas de desenvolvimento auto sustentáveis.

No Brasil a questão ambiental e o papel da comunicação vem sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores, profissionais e empresas. O debate das questões conceituais e práticas vem se realizando dentro de diferentes áreas de conhecimento que convergem para a busca de um desenvolvimento equilibrado sem danos ao meio ambiente. O estágio destas reflexões é o que procuramos retratar nesta coletânea que reúne os documentos apresentados no XV Congresso Brasileiro de Pesquisadores de Comunicação com o tema "Comunicação e Meio Ambiente", a fim de contribuir para a busca de soluções.

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

O livro se divide em cinco partes. A primeira parte trata de questões conceituais sobre Comunicação e Meio ambiente, a segunda avalia a atuação da mídia em questões ambientais, a terceira enfoca a comunicação para o desenvolvimento auto-sustentável na agricultura, a quarta relata casos ilustrativos de comunicação sobre a ação empresarial em

defesa do meio ambiente e a quinta trata dos problemas ambientais em cidades do ABC Paulista.

A primeira parte - **Comunicação e Meio Ambiente**, reúne quatro textos que apresentam a fundamentação conceitual e indicam os fatores condicionantes que se colocam no cerne da discussão da questão ambiental: O que se entende por qualidade de vida? Quais as modificações necessárias da organização social para o enfrentamento do problema ambiental? Qual o papel da comunicação neste contexto.

A contribuição de Aziz Ab'Saber, eminente cientista, conhecido internacionalmente pelo seu trabalho voltado para a questão ambiental e que foi o conferencista da abertura do Congresso, demonstra a complexidade da preservação do meio ambiente num país como o Brasil e no Estado de São Paulo. Suas constatações e análises constituem o ponto de partida para qualquer trabalho e projetos de comunicação que venham a ser propostos e desenvolvidos tanto por pesquisadores, quanto por profissionais.

Em "A questão ambiental e os desafios à comunicação", José Salomão Amorim explicita as divergências em torno dos acordos e convenções celebrados na ECO 92, dando destaque à amplitude e complexidade dos problemas do meio ambiente, os interesses nele envolvidos e suas relações com a comunicação. Para ele a melhoria da atuação dos meios de comunicação, torna-se possível pela adoção de um conjunto de princípios éticos e medidas de ordem prática. No plano ético, defende o direito à informação sobre questões ambientais e de desenvolvimento como fundamental, enquanto no plano prático propõe a realização de reuniões de entidades nacionais e internacionais para aprofundar discussões e adotar medidas sobre o papel da Comunicação Social nas questões ambientais e de desenvolvimento.

Enfatizando que "Qualidade de vida" não deve se restringir ao meio ambiente uma vez que as insatisfações em outras áreas pode reverter em agressões ao meio ambiente, Gino Giacomini Filho propõe um conceito de "Qualidade de vida" que agregue todos os fatores que condicionam o bem estar dos indivíduos e da sociedade. Dessa forma os instrumentos de comunicação social devem ser vistos como elementos agregados aos atributos de qualidade de vida.

Entendendo que proteger o meio ambiente implica numa nova forma de organização social, o Prof. Ladislau Dowbor aborda os aspectos da organização social e de espaços de comunicação indispensáveis para uma política ambiental. Analisando o desnível entre as nações desenvolvidas e as demais conclui que não há dúvidas na prioridade a seguir: o problema a ser enfrentado é a pobreza. Em sua opinião o município desponta como um grande agente de justiça social na medida em que se encontra mais próximo do cidadão. O espaço local está em plena revalorização e necessita de mecanismos de comunicação e de informação que tornem possível a gestão local.

Na segunda parte temos **A mídia e o meio ambiente**, onde são reunidos estudos que tratam da cobertura e atuação da mídia em questões ambientais mediante a análise de situações concretas.

Fabiola de Oliveira analisa a cobertura dada pela imprensa brasilei-

ra aos temas ambientais antes, durante e depois da ECO 92. Considerando a prática do jornalismo como instrumento para a cidadania nas questões ambientais estuda o comportamento da comunicação pública no âmbito da grande imprensa e da comunicação alternativa ressaltando questões como a fragmentação, falta de profundidade e perspectiva histórica dos textos, bem como a falta de continuidade das publicações.

Os pesquisadores Maria das Graças Targino e Antonio Teixeira de Barros analisam o mesmo período de Fabiola de Oliveira mediante as aplicações da técnica de análise de conteúdo nos jornais do Piauí, concluindo pela falta de profundidade das notícias e a influência dos "press releases" que acabam por refletir o discurso ambiental oficial.

Javier Esteinou Madri faz importante diagnóstico da televisão em seu país e analisa as causas do abismo existentes entre as necessidades do corpo social e as mensagens televisivas, e propõe a criação pelo Estado e a Sociedade Civil de uma "nova cultura ecológica" através dos meios de comunicação eletrônicos.

A terceira parte reúne estudos sobre a **Comunicação para o desenvolvimento auto-sustentável na agricultura**, discutindo e ampliando conceitos e colocando a questão ambiental no debate sobre o desenvolvimento. Todos os textos alertam para as questões ideológicas embutidas nos planos de desenvolvimento.

Margarida Krohling Kunsch analisa o desenvolvimento sustentável no contexto da globalização e destaca o papel da comunicação para viabilizar uma consciência ambiental coletiva. Situando a importância das organizações na sociedade global, demonstra como a comunicação organizacional tem uma missão inadiável para que se promova a tão esperada sustentabilidade social.

Ronaldo Sathler Rosa discute o distanciamento das várias igrejas com a questão ambiental e aponta em contrapartida, ações desenvolvidas por entidades como a R.I.P., criada em 1987, na Austrália como estimuladora do debate ambientalista entre as igrejas.

João Carlos Canuto reflete sobre "a construção de um novo imaginário social favorável ao desenvolvimento sustentável". Para ele a globalização do debate ecológico e a atuação da mídia, bem como o alcance planetário da questão ecológica criam condições para uma unanimidade sem precedentes, que encobre a diversidade de concepções e de interesses. Alerta para a necessidade de uma postura crítica por parte dos intelectuais a fim de impedir a aceitação passiva dos parâmetros postos em pauta pelo capitalismo ecológico.

A possibilidade de um desenvolvimento agrícola auto-sustentável, sem utilização de elementos externos ao sistema, é discutida por Ronaldo S. Berton enquanto Miguel Angelo da Silveira analisa as diversas tendências de implantação de um novo padrão agrícola e o papel da comunicação. Miguel Angelo alerta ainda para o fato que as políticas de comunicação difusionistas são elaboradas e manipuladas por ideólogos de uma mesma classe. A classe dominante dependente.

O resgate do saber popular é o enfoque de Aziz Ab'Saber na análise de um desenvolvimento pan-amazônico. "É impossível a elabo-

ração de boas propostas para a implantação de modelos de economia auto-sustentados para a Amazônia sem um esforço concentrado de recuperação do saber popular regional". Ressaltando a necessidade de considerar o homem, a sociedade e a natureza regional nos projetos desenvolvimentistas faz a crítica dos projetos existentes e propõem o aproveitamento das potencialidades das descobertas inclusas nas culturas de longa maturação ecológica.

A **Ação empresarial em defesa do meio ambiente** é o tema da quarta parte que apresenta uma análise do processo de legitimação das empresas e alguns casos ilustrativos de comunicação em empresas.

A Dow Química foi abordada por Marcelo Alonso que historiou a relação de sua indústria com a sociedade, enfatizando o papel da comunicação no conjunto das iniciativas concernentes a proteção ambiental.

Sandra Castellano de Paula abordando o tema Marketing e Qualidade de Vida apresenta interessante relato da experiência da Solvay. Destaca que no caso da comunicação empresarial, qualidade de vida visa não apenas a qualidade do produto, mas sim toda a vida que gira em torno da empresa, incluindo a comunidade e as pessoas.

Definições da realidade ambiental: a causa ecológica na legitimação das organizações, é o tema de Tereza Lúcia Halliday que examina amostras do discurso organizacional e exemplos de política empresarial como uma das formas de construção simbólica da legitimidade organizacional. Aliando-se a uma causa nobre as empresas se redimem simbolicamente dos danos causados e assumem um papel social útil e sintonizado com seus públicos.

Na quinta e última parte são apresentados **Os problemas ambientais em cidades do ABC Paulista**.

Luis Roberto Alves apresenta o caso de *São Bernardo do Campo* indicando problemas e necessidades existentes e as iniciativas que vem sendo feitas no sentido da preservação do meio ambiente local. A ação do estado é objeto do estudo de Wagner Membrives Bossi em: As políticas do Estado para o meio ambiente e as ações do Município de Diadema. O conflito das relações entre as competências estaduais e municipais é evidenciado, bem como a maneira encontrada pelo município para contornar o problema e promover a melhoria do ambiente.

Diante dos textos apresentados podemos concluir que a questão ambiental na área de comunicação vem avançando no sentido da busca de soluções que realmente reflitam os interesses dos homens, das culturas e do meio ambiente. Os pesquisadores estão alerta quanto ao perigo da incorporação da questão ecológica aos interesses dominantes e da necessidade de uma postura crítica que evite esta incorporação. Fortalecer uma cultura ecológica que permita o desenvolvimento auto-sustentável adequado à realidade de cada região é tendência que deverá ser aprimorada e difundida através dos meios. A comunicação é elemento estratégico fundamental para a construção de uma nova mentalidade devendo exercer o papel de agente de mudança em prol da comunidade na questão ecológica. Esperamos que os textos aqui reunidos sirvam de base para esta discussão.

Parte I

Comunicação e Meio Ambiente

Em primeiro lugar é indispensável resgatar o conceito de meio ambiente, aqui entendido como o conjunto de condições, fenômenos físicos e químicos e biológicos diretamente ou indiretamente afetação pelo homem, capazes de causar danos diretos ou indiretos em um bem ou patrimônio, bem como perturbar a saúde pública ou o bem-estar. Este conceito abrange o ambiente físico, químico, biológico, social, econômico, político, cultural, psicológico e espiritual. O meio ambiente é um sistema complexo e dinâmico, que se modifica constantemente sob a influência das atividades humanas. A compreensão do meio ambiente é fundamental para a tomada de decisões que visem ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida.

O fato de 76% da população brasileira estar vivendo em áreas urbanas, especialmente em grandes metrópoles, cria desafios para a gestão ambiental. A concentração da população em áreas urbanas resulta em impactos ambientais significativos, como a poluição do ar, a contaminação da água e o aumento da geração de resíduos sólidos. Além disso, a urbanização acelerada contribui para a perda de áreas verdes e a fragmentação de habitats naturais. A gestão ambiental em áreas urbanas deve considerar a integração de políticas de planejamento urbano, saneamento básico e gestão de resíduos sólidos. É essencial promover a participação cidadã e a adoção de práticas sustentáveis por parte da população.

Nas grandes metrópoles brasileiras, a presença de uma sociedade extremamente desigual, constituída por diferentes classes sociais, torna a gestão ambiental um desafio adicional. A desigualdade social resulta em diferentes níveis de acesso a recursos ambientais e diferentes percepções sobre a importância da preservação ambiental. É necessário implementar políticas que promovam a justiça ambiental e garantam que todos tenham acesso a um ambiente saudável e seguro.

A Ação Empresarial em defesa do meio ambiente vem ganhando importância e tem se desenvolvido em um ritmo crescente. A Dow Química foi abordada por Marcelo Almeida que faz uma análise da relação de sua indústria com a sociedade, enfatizando o papel da comunicação no conjunto das iniciativas corporativas de proteção ambiental.

Sandra Castellano de Souza abordando o tema Marketing e Qualidade de Vida apresenta uma análise da realidade da Solvay. Destaca que no caso do marketing ambiental a qualidade de vida visa não apenas a qualidade ambiental, mas também a qualidade de vida que grã em termos de ambiente, instrumento comunicacional e as pessoas.

Defendendo a relação ambiental a causa ecológica na legitimidade da empresa, analisa o caso da Terra Lusa Holiday que avançou a construção de uma nova "cultura" e exemplos de política empresarial, bem como as formas de construção simbólica da legitimidade empresarial. Apresenta uma crítica a uma cultura nobre nas empresas e redimensiona simbolicamente os danos causados e assumem um papel social útil e sintonizado com seus públicos.

No quinto e último bloco são apresentados Os problemas ambientais em cidades do ABC. Paulo da

Luis Roberto Alves apresenta o caso da São Bernardo do Campo indicando problemas e alternativas existentes e as iniciativas que vêm sendo feitas no sentido de melhorar o meio ambiente local. A ação do estado é objeto do estudo de Wagner Mambres Boser em As políticas do Estado para o meio ambiente e as ações do Município de Diadema. O conflito das relações entre as concepções estadual e municipal é evidenciado, bem como a maneira encontrada pelo município para contornar o problema e proporcionar melhoria do ambiente.

Diante dos textos apresentados podemos concluir que a questão ambiental na área de comunicação vem avançando no sentido da busca de soluções que realmente reflitam os interesses dos homens, das culturas e do meio ambiente. Os profissionais estão alerta quanto ao risco de incorporação de questões ecológicas aos interesses dominantes e da necessidade de uma postura crítica que evite esta incorporação. Fortalecer uma cultura ecológica que permita o desenvolvimento sustentável, adequando a realidade de cada região e tendência que deverá ser aperfeiçoada e difundida através dos meios de comunicação, elemento estratégico fundamental para a construção de uma nova mentalidade devendo exercer o papel de mudança em prol da comunidade na questão ecológica. Esperamos que os textos aqui reunidos sirvam de base para esta discussão.

Estado do meio ambiente em um país de escala continental e o complexo controle ambiental em São Paulo

Aziz Ab'Saber

Professor U.S.P. e x-Presidente da S.B.P.C.

Um inventário sobre as principais questões ambientais de um país de escala continental, sujeito a um desenvolvimento desigual, como é o Brasil, constitui-se em uma tarefa-desafio. Para uma caracterização mínima das inatividades mais berrantes, há que recorrer a um método de abordagem – o mais apurado possível – a fim de se elaborar um quadro conjuntural efetivamente abrangente e compreensivo.

Em primeiro lugar é indispensável resgatar o conhecimento que diz respeito aos agrupamentos de ecossistemas naturais que serviram de *suporte* para as atividades humanas, ao longo do tempo e do espaço, nos diferentes domínios de natureza do Brasil inter e subtropical. Logo, em seguida, realizar um esforço para reunir todos os conhecimentos disponíveis sobre a realidade dos espaços criados pelo homem, a sociedade e a economia – no panorama desse fim de século – em utilizando o critério das interferências antrópicas cumulativas. Nessa fase, é obrigatório recorrer-se à caracterização e percepção do estado real do ambiente nos diferentes tipos de espaços geográficos que efetivamente compõem a "organização" humana, altamente interferente, que perturbou os diferentes componentes da natureza física e ecológica do país. Numa terceira abordagem, torna-se imprescindível pensar no grau e na intensidade da urbanização brasileira (1990), em uma sociedade desigual que, em geral, desenvolve quase todas as suas atividades econômicas e sociais em se apoiando ou a partir da vida urbana.

O fato de 70% ou mais da população brasileira viver em cidades de diferentes portes (metrópoles nacionais, metrópoles regionais, capitais regionais, cidades médias e pequenas, vilas de feições e funções urbanas), nos oferece uma medida das desigualdades de distribuição da população urbana comparada com a população rural e selvática-extrativista. Sem falar das áreas sujeitas ao modelo urbano-industrial, que propicia gigantescas desigualdades de distribuição populacional e acumulação de grupos humanos carentes, provenientes de todas as áreas sub-desenvolvidas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Manaus). Mesmo na Amazônia existe hoje uma relação anômala preocupante na distribuição das populações: 50% ou mais da população total vive em cidades, vilas e metrópoles regionais, em precárias condições sanitárias e ambientais.

Nas grandes metrópoles brasileiras, a projeção de uma sociedade extremamente desigual, constituída por diferentes circuitos sócio-econô-

micos e grandes exércitos de reserva de mão-de-obra – em uma situação de carência de recursos estatais – cria uma dramática junção da poluição da riqueza com a poluição da pobreza, com efeitos extremamente negativos para o meio ambiente. Dejetos humanos, dejetos industriais, gases de veículos automotores, em um quadro de estrangulamento excessivo das infra-estruturas de saneamento básico, ao par com um funcionamento trepidante da vida urbana metropolitana, criam condições de grave vulnerabilidade para a saúde dos homens. Trata-se de uma combinação “diabólica” de fatores impactantes sobre a sanidade das águas continentais, a sanidade do ar, a sanidade dos solos (e subsolo); ao que soma, nas zonas costeiras, a sanidade das águas de baías, estuários e águas da plataforma.

Por último, há que atingir a meta final de compreensão da sincrônica entre os problemas ambientais do mundo urbano e dos espaços rurais produtivos, onde o esvaziamento do campesinato e o uso desregrado de agrotóxicos, vem produzindo uma poluição do solo e das águas, com derivadas negativas e de grande periculosidade para o homem-habitante. Para a previsão de impactos ambientais, ecológicos e sociais, *em relação a diferentes profundidades do futuro*, há que pensar nos cenários tendenciais, em termos dos ecossistemas urbanos (metrópoles, bacias urbanas, conurbações), dos agroecossistemas e dos ecossistemas naturais sob preservação. As anomalias do presente são apenas um “flash” de uma conjuntura evolutiva que está engendrando a caótica aldeia global do futuro. Enquanto os economistas prevêem a situação da economia dos países subdesenvolvidos a nível de um mês, uma semana ou um dia, cabe aos ecologistas conscientes pensar na dinâmica da organização humana do espaço total, a nível de 30, 100, 1.000 ou 10.000 anos, senão a nível de todo o futuro do planeta vivente, por excelência.

O COMPLEXO CONTROLE AMBIENTAL EM SÃO PAULO

Tem sido relativamente difícil explicar a visitantes esclarecidos ou a políticos imaturos as razões do grande desenvolvimento econômico e social alcançado pelo Estado de São Paulo no conjunto do País. O salutar hábito dos cientistas e ambientalistas paulistas de pensar o Brasil como um todo – da Amazônia ao Rio Grande do Sul e do Pantanal à fachada atlântica outrora florestada – acabou por reduzir sua oportunidade de analisar a estrutura, composição e funcionalidade do próprio estado em que vivem e trabalham. Nesta circunstância, tem sido limitada, para não dizer sofrível, nossa capacidade de resgatar o complexo perfil da territorialidade paulista e a originalidade que marca a dinâmica da sociedade e da economia de São Paulo. Por outro lado, existem fortes indicações sobre a incidência de incompatibilidades entre os diferentes usos do espaço na terra paulista. Uma reflexão sobre o jogo de forças que se interatritam – urbanização, industrialização, manutenção de espaços agrários produtivos, especulação imobiliária agressiva – é

indispensável e inadiável. Independentemente da ordem de complexidade das questões envolvidas.

O desenvolvimento de São Paulo esteve ligado a um feixe de fatores básicos, sobre os quais há que se ter uma grande clareza de entendimento. Para o deslanche de seu desenvolvimento, São Paulo não contou com nenhuma das grandes riquezas que marcaram a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Não tínhamos reservas de carvão mineral. Tampouco pudemos contar com a presença dinamizadora de petróleo no subsolo paulista. Ficamos à margem das grandes reservas de ferro e manganês que privilegiavam estados vizinhos. E entretanto, São Paulo alcançou níveis e padrões de desenvolvimento equivalentes ou superiores aos de muitos países da América do Norte ou da Europa.

Em um espaço geográfico da ordem de um quarto de milhão de quilômetros quadrados (um território estadual de dimensão média para pequena, envolvendo apenas 3,45% do Brasil) vivem 40 milhões de habitantes, distribuídos por 570 municípios, que formam uma das mais densas e harmônicas redes urbanas do Hemisfério Sul. Mais do que isso, o Estado de São Paulo comporta-se como uma região de organização complexa, pelo número de infra-estruturas, sobrepostas e modernizantes, existentes no seu espaço administrativo. Sendo que todas as infra-estruturas instaladas – ao longo de um século e meio de história econômica – dependeram de processos de auto-organização de espaços produtivos e sociais, com ótimo desempenho das primeiras elites administrativas.

São Paulo foi e continua sendo um estado auto-organizador por excelência no conjunto do Brasil (Kayser). A despeito das nuances, das crises provocadas por fatores exógenos ou extrínsecos, ou de governos muito diferenciados entre si pelo nível de entendimento administrativo e social. Ou, ainda, pela ação nefasta e perturbadora do "lobismo" e da especulação inflacionária.

O desenvolvimento de São Paulo dependeu de alguns fatores básicos, mais ou menos bem conhecidos, os quais sempre convém lembrar. Em primeiro lugar, a existência de solos naturalmente férteis nos planaltos interiores, em áreas recobertas por florestas e sujeitas a climas subquentes úmidos, favoráveis ao desenvolvimento da agricultura tropical. Em seguida veio a percepção e avaliação do grande potencial energético, que foi aproveitado gradualmente em cem anos de projetos implantados, ao saber do desenvolvimento social e econômico regional, provocando o advento e a escalada da industrialização paulista.

Perpassando por esses fatores ligados à qualidade das terras e às potencialidades das águas, São Paulo foi beneficiado por correntes migratórias sucessivas que representaram uma forte injeção de mão-de-obra rural, urbana e industrial, básica como força de trabalho para o desenvolvimento econômico e social do estado. Houve época em que havia fome de "braços" para a lavoura, para serviços os mais diversos, para as indústrias, para a construção de ferrovias e rodovias, para a implantação de barramentos fluviais e construção de hidrelétricas, entre outras participações. Paradoxos aconteceram nos últimos trinta anos: São Paulo tornou-se o ponto maior do mapa de atração de mão-de-obra proce-

dente das áreas menos desenvolvidas das vastas hinterlândias brasileiras. Saturou-se o mercado de emprego. Quebrou-se a sintonia entre o crescimento econômico e a capacidade de pleno emprego. Criou-se um exército desprotegido de reserva de mão-de-obra. A poluição da riqueza acrescentou-se uma complexa poluição dos bolsões de pobreza. Administradores bisonhos não souberam como tratar e reverter o processo de empobrecimento maciço da população instalada em gigantescas periferias dormitórios, bairros carentes e favelas.

Os problemas ambientais criados pela desmesurada supressão de florestas para a produção de espaços agrários; as dimensões atingidas pela poluição hídrica por dejetos urbanos e industriais; a poluição do ar provocada pela liberação cumulativa de gases particulares e por uma frota gigantesca de veículos automotores; baixos níveis de áreas verdes, matas e bosques ribeirinhos e periurbanos tornaram-se motivos de catástrofes ecológicas, acentuação da mortalidade infantil, incidência de doenças pulmonares em crianças e idosos e envelhecimento precoce de trabalhadores braçais, com forte diminuição no tempo médio de vida das populações carentes.

Um estado da complexidade de São Paulo exige todos os níveis de tratamento possíveis e imagináveis para a solução de seus problemas ambientais e ecológicos. Para eliminar ou pelo menos atenuar as numerosas questões envolvidas, há que enfrentá-las de modo permanente, integrado e flexível. Num primeiro nível, incentivando a solução ou a melhoria das condições relacionadas a questões mais simples e rotineiras (tão ao gosto da militância ecológica em sua iniciação!). O lixo das ruas. A proteção à árvore da rua. A paineira do centro da praça. A coleta seletiva do lixo na praia. O ensacamento do lixo doméstico. A campanha para evitar que os córregos mais próximos se transformem em receptáculo do lixo doméstico nas favelas e bairros carentes. Não pisar na grama. Não jogar plásticos e garrafas nos parques, nos jardins e nos espaços públicos abertos. Controlar a carburação dos veículos para diminuir a liberação de dióxido de carbono para a atmosfera. Enfim, um somatório de pequenas medidas importantes, vinculadas ao próprio processo civilizatório: uma preocupação de todos os ambientalistas do mundo.

Num segundo nível, que pressupõe muito mais conhecimentos técnicos e recursos em equipamentos e pessoal, vêm as questões vinculadas ao saneamento básico: a coleta organizada do lixo urbano, industrial e hospitalar, o transporte e a destinação terminal de resíduos e materiais perigosos, o gerenciamento costeiro, a percepção dos riscos de determinadas instalações e processos, a extensão e ampliação de redes de esgoto, a captação e tratamento de água potável, o controle dos efluentes industriais, o gerenciamento das condições ambientais intramuros, e extramuros dos distritos industriais ou indústrias poluidoras, a diminuição forçada e dosada do uso de agrotóxicos e produtos químicos em áreas de agricultura comercial extensivas. Enfim, o uso correto e adequado de todas as posturas da engenharia ambiental, endereçadas para fatos urbanos, fatos rurais, fatos industriais e infra-estruturas viárias, energéticas, transportes e comunicações. Nas suas relações com a saúde públi-

ca, procurando a eficiência produtiva a par com a manutenção de um bom nível de qualidade de vida.

Mas, em um terceiro, de entendimento mais difícil, situam-se as sérias questões vinculadas aos cuidados com a organização dos espaços produzidos pelo homem sobre os espaços herdados da natureza. Aqui desaparecem as questões pontuais ou setoriais, para que se possam perceber as conseqüências de todos os processos em atuação no chamado espaço total: o mosaico total das heranças da natureza integradas com as heranças da natureza integradas com as heranças positivas ou negativas das ações cumulativas feitas por gerações e gerações de homens. Tais conceitos envolvem a idéia da identificação dos defeitos da organização humana do espaço, as incompatibilidades de funções sociais e econômicas ocorrentes em diferentes subespaços e regiões e, por fim, desembocam no campo da exigência de estudos de previsão de impactos na implantação de novos planos e projetos, em acréscimo às heranças do passado. O Estado de São Paulo presta-se admiravelmente para exemplificar essa visão integrada e dinâmica dos fatos especiais. Aqui ocorre todo um mosaico de sistemas urbanos, agroecossistemas e remanescentes de ecossistemas tropicais, submetidos a processos de interação ou conflito.

Acabou-se com a maior parte das florestas – matas e cerradões – para produzir espaços agrícolas. O café produziu cem cidades ativas de apoio rural. Cidades estagnaram, cidades rejuvenesceram pela industrialização e diversificação de funções. Mil e quinhentos núcleos de tipo urbano, dependentes ou não dos campos agrícolas mais próximos, foram estabelecidos: alguns com grande proximidade uns em relação aos outros. Houve uma forte hierarquização da rede urbana total. Enquanto as cidades se multiplicaram, as indústrias fizeram intrusões em antigas áreas rurais, sobretudo ao longo das principais rodovias paulistas. Diversos setores de redes urbanas estão se emendando por processos de conurbação.

Alguns desses processos, de urbanização generalizada e continua, estão comprometendo a permanência dos espaços agrários que fizeram regiões do interior paulista: planalto de Marília, região de Ribeirão Preto-Sertãozinho, área de Campinas-Americana-Nova Odessa, médio vale superior do Paraíba. Para estender canaviais em antigos espaços do café, abrangeram-se enormes áreas dos planaltos interiores, eliminando-se matas de fazendas, removendo-se a vegetação da beira dos córregos, desperenizando as cabeceiras e canais de escoamento dos ramos menores da drenagem. Incorporaram-se enormes áreas de solos arenosos aos espaços do Proálcool, à custa de agrotóxicos. Após eliminar 98% das coberturas primárias de vegetação dos planaltos interiores, ainda se continua aplicando agrotóxicos sob o título de defensivos agrícolas, acima de qualquer nível das reais necessidades atuais do manejo da agricultura. Os espaços foram extensivamente pradarizados: solos, aguadas e águas subterrâneas envenenados em extensos setores dos novos espaços agrários. Desintegra-se a antiga estrutura de relações de trabalho e moradia dos trabalhadores rurais. Instaurou-se o regime dos

trabalhadores safristas, tanto nas áreas canavieiras quanto em antigos e novos cafezais, nas áreas de citricultura em expansão, assim como nos exíguos espaços onde ainda praticam lavouras anuais. Expulsaram-se massas de trabalhadores rurais para a periferia de quase todas as cidades do interior paulista.

Decorridos trinta anos dessa marginalização forçada, o panorama social urbano complicou-se. Os descendentes dos bóias-frias cresceram e multiplicaram-se. Alguns seguiram naturalmente a rústica profissão dos pais. Outros, pela aquisição de um mínimo de escolaridade, transformaram-se em adolescentes candidatos aos mais diferentes e sofridos empregos urbanos e rurais. Muitos entre eles – homens e mulheres – perambulam pela noite e pelo dia das cidades interioranas de São Paulo, outrora bucólicas, sem perspectivas de trabalho digno e ascensão social. Têm um destino dramático: servir de mão-de-obra abundante, barata e pouco exigente para indústrias que estão chegando.

Daí porque alguns administradores, incapazes de entender as causas mais profundas dos problemas sociais – em nível nacional brasileiro e regional paulista –, defendem a rápida industrialização, se possível concentrada em algum canto do seu município. Sem qualquer planejamento e estudo de previsão de impactos. À custa de simplórios apelos promocionais e da oferta prévia de vantagens e subsídios diretos e indiretos, pretende-se criar distritos industriais, um pouco por toda a parte.

As expectativas dos ambientalistas mais bem preparados – conscientes da necessidade de prever impactos físicos, ecológicos e sociais – entram em conflito com as aspirações de lucratividade plena de alguns membros pragmáticos de uma sociedade animada pelos ventos do imediatismo, estimulada a seguir modelos predatórios de comportamento. Já houve queima demasiada dos recursos naturais básicos para que se possa permitir a continuação de processos que inviabilizam a vida na superfície do planeta Terra. Há que moderar e sobretudo ser criativo a fim de obter lucros sem destruir o capital ecológico e ambiental.

A despeito dessa atmosfera desfavorável ao bom senso e à racionalidade, há que reagir aos extremismos, trabalhar por uma convivência social razoável, exigir o cumprimento de leis bem elaboradas, cobrar dos governantes um melhor diálogo e entendimento sobre as sérias questões que dizem respeito à organização dos espaços dos homens sobre os espaços da natureza. A sociedade civil já se conscientizou sobre as diferentes variáveis do ambiente físico e ecológico. Cabe, agora, cobrar dos governantes menos demagogia e mais ações de gerenciamento a favor da qualidade de vida da população, sem perda de eficiência produtiva dos espaços herdados da natureza. A defecção dos traidores das causas ambientais é parte da nova história cultural. Nos próximos dez anos as campanhas dos ecologistas e ambientalistas tendem a se acirrar, na medida em que as cooptações criarem um divisor de águas, mais transparente e definitivo. Baseados em pesquisas aprofundadas e em intenções claras de se formar uma consciência ambientalista de utilidade plena para o futuro da humanidade.

A questão ambiental e os desafios à comunicação

José Salomão D. Amorim

Prof. do Departamento de Jornalismo

Faculdade de Comunicação Universidade de Brasília

APRESENTAÇÃO

Minha experiência com o tema da Comunicação e meio ambiente é recente. Data de abril de 1992, quando fui convidado pela Federação Nacional dos Jornalistas para dar assessoria na preparação do Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Green Press, realizado de 20 a 24 de maio em Belo Horizonte, que contou com a participação de jornalistas, especialistas em diversas áreas do conhecimento e representantes de diversos setores da sociedade ligados às questões do meio ambiente e desenvolvimento de 33 países. Além da Federação Nacional dos Jornalistas, promoviam o evento o Sindicato de Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e a Organização Internacional de Jornalistas.

Este texto é o resultado de pesquisas e reflexões por mim desenvolvidas antes, durante e após o Green Press.

Procura-se aqui realçar a amplitude e complexidade dos problemas de meio ambiente e os interesses nele envolvidos. Isto é feito através da explicitação das divergências em torno dos acordos e convenções celebrados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO 92, realizada de 3 a 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro.

São também examinados aspectos da relação entre meio ambiente e comunicação, destacando-se os obstáculos que prejudicam o tratamento adequado dos assuntos de meio ambiente e desenvolvimento pelos meios de comunicação.

São finalmente indicados caminhos para melhorar o desempenho dos meios de comunicação, tornando-se como referência as propostas aprovadas no Green Press.

A DIMENSÃO DO PROBLEMA

A ECO-92 foi um evento extraordinário que reuniu no Rio nada menos do que 108 chefes de Estado e de Governo, 3 mil jornalistas e 30 mil participantes. Isto, sem esquecer a realização paralela à ECO-92, do Fórum Global, reunindo dezenas de organizações não-governamentais ligadas às questões de meio ambiente e desenvolvimento. As dimensões destes eventos mostraram o quanto os assuntos de meio ambiente

preocupam hoje a humanidade e quanto se avançou neste sentido desde a publicação do famoso relatório do Clube de Roma, "Limites do Crescimento", em 1972, onde se concluía pela inviabilidade de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração ilimitada dos recursos naturais do planeta. A história dos meios de comunicação ligada à questão ambiental é parte desta evolução. Neste lapso de tempo, os meios de comunicação saíram da postura do silêncio total para outra em que os assuntos de meio ambiente consomem cada vez mais espaço e tempo na imprensa escrita e audiovisual.

Mas, se a ECO-92 mostrou os progressos alcançados, também nos fez compreender a complexidade da questão ambiental. Ela abrange problemas que vão do lixo hospitalar, passando pelo uso de agrotóxicos, de tecnologias diversas, de energia nuclear, desertificação, destruição da flora e da fauna, poluição dos rios e dos mares, indústria de armamentos, guerra, fome, doenças até superpopulação. Nela se projetam concepções e interesses conflitantes. Giesbert⁽¹⁾ se perguntava em comentário de primeira página publicado no *Le Figaro*, após a ECO-92: "É necessário rir ou chorar?" E respondia: "Os dois. Da Cúpula da Terra do Rio, finalmente saiu o melhor e o pior: a ecologia foi legitimada, a justo título, por uma centena de chefes de Estado e de Governo. Ao mesmo tempo, os debates puseram em evidência os seus limites". *Le Figaro*⁽²⁾, no mesmo dia, dando um balanço da ECO-92, realçava as dificuldades em se chegar a um acordo em torno de alguns dos principais problemas aí debatidos. Um deles: a convenção climática, onde se tratou do aquecimento da terra, provocado por detritos gasosos provenientes do aquecimento doméstico, de automóveis e de indústrias, que se acumulam em volta da Terra e não deixam escapar o calor. Houve grande dificuldade para conciliar os interesses dos países do Norte (os grandes poluidores), dos países árabes (que não queriam o petróleo colocado como o grande vilão da história) e o interesse maior de se evitar o desastre decorrente da elevação da temperatura do planeta.

As divergências se manifestaram também na convenção sobre a biodiversidade, destinada a proteger a variedade de espécies animais e vegetais. Como acentuou *Le Figaro*⁽³⁾, todos estão de acordo em adotar medidas de proteção ao urso panda, à cegonha e ao mico dourado, ameaçados de extinção. Mas outra coisa é a indústria biotecnológica, derivada dos progressos da química, da biologia molecular e da genética, hoje um setor em plena expansão. Os Estados Unidos se recusaram assinar a convenção, alegando que as patentes industriais não estavam protegidas. As patentes, segundo Escosteguy⁽⁴⁾ são um contrato entre o inventor e a sociedade, mediante o qual quem inventa torna pública sua invenção e recebe em troca a proteção da sociedade, que lhe assegura direitos sobre seu invento por determinado número de anos. Ora, não é interesse dos Estados Unidos, que detêm grande parte dos conhecimentos na área da biotecnologia, assinarem uma convenção onde a propriedade intelectual não esteja protegida. Mas há também o reverso. Os conhecimentos de biotecnologia são derivados em grande parte de pesquisas realizadas na flora e na fauna de países subdesenvolvidos, que não estão dispostos a fornecer matéria-prima sem receber uma compensação.

Outro documento que provocou desconfianças foi a declaração sobre florestas. Não há dúvida de que as questões de meio ambiente frequentemente dizem respeito a toda a humanidade e não apenas a um país. Ações nocivas ao meio ambiente num lugar podem ter conseqüências em outro. A destruição de florestas num país pode provocar mudanças de clima afetando outro. Por isto ganha corpo no plano das relações internacionais a tese da soberania nacional restrita, pela qual, em certas questões, a vontade dos governos nacionais não deve prevalecer incondicionalmente sobre os interesses de outros países ou da humanidade. Os países do Sul possuidores de extensas reservas florestais, entre eles o Brasil, não vêem com bons olhos a aplicação desta doutrina aos tratados e convenções internacionais sobre florestas.

Não existe um consenso sobre o ritmo de desenvolvimento suportável pelo planeta. Para uns, é impossível prosseguir no ritmo atual, sob pena de se provocar danos irreversíveis ao meio ambiente. Seria necessário, portanto, reduzi-lo até o crescimento zero ou negativo. Para outros, não há necessidade disto. Bastaria apenas, simultaneamente com o crescimento, buscar soluções para os problemas de meio ambiente que ele provoca, como tem sido feito nos casos de reflorestamento e de recuperação de rios poluídos.

O projeto da Agenda 21, debatido na ECO-92, era um documento de 800 páginas produzido pela tecno-burocracia das nações Unidas. Todos, dizia *Le Figaro*⁽⁵⁾, estavam de acordo sobre meio ambiente adotadas pelos países membros da organização. Mas havia desacordo sobre 10 por cento das propostas, entre elas as de financiamento aos projetos de proteção ambiental. Este assunto ocupou boa parte dos trabalhos da ECO-92, devido às divergências entre a Europa dos 12, os Estados Unidos e os países em desenvolvimento, os quais reivindicavam fundos da ordem de 70 bilhões de dólares até o ano 2000. Os países ricos garantiram apenas 2 bilhões de dólares.

Enquanto não se chega a um acordo sobre estes pontos, as agressões ao meio ambiente continuam. Como acentua Harkaoy⁽⁶⁾, as florestas são destruídas, aumenta a temperatura da Terra (o efeito estufa), destrói-se a camada de ozônio. Anualmente são lançadas nos oceanos 10 bilhões de toneladas de produtos poluentes: óleos, esgotos, produtos químicos venenosos e substâncias radioativas. A cada ano são destruídas centenas de milhares de hectares de solo fértil, enquanto na década de 90 a população mundial estará aumentando de 90 a 100 milhões por ano. Está em jogo o futuro do planeta Terra, a nave que viaja pelo espaço consumindo e destruindo recursos, sem renová-los. Hoje – diz – “a ameaça de destruição da Terra assume características novas, porque é conseqüência, não mais de uma bomba atômica, mas de nossas próprias ações e relações com a natureza”.

COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A questão do meio ambiente tem dimensões econômicas, políticas, tecnológicas e culturais. Na esfera cultural é óbvia a importância dos meios

de comunicação enquanto espaço de informação sobre problemas de meio ambiente. Esta obviedade não significa que o tema tenha recebido a devida atenção dos estudiosos. Em trabalho recente, Rodrigues Dias⁽⁷⁾ constatou haver poucos artigos relacionando comunicação e meio ambiente em revistas especializadas estrangeiras por ele pesquisadas. A observação vale para o Brasil onde pouco se publicou a respeito.

É possível que a mesma omissão ocorra no plano das políticas públicas ambientais. Na proposta preliminar da Agenda 21, entre as 800 páginas do texto, havia apenas duas consagradas ao tema da formação de uma consciência ambiental. As comunicações tinham pouca prioridade neste documento. No documento final da Agenda 21 aprovado na ECO-92 um capítulo é dedicado à informação de maneira geral (não apenas aos meios de comunicação). Prevêem-se medidas para diminuir o atual desnível em matéria de dados entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido e para melhorar o acesso à informação.

No que se refere ao tratamento dado pela imprensa às questões do meio ambiente, algumas observações podem ser feitas. A primeira se refere ao impacto da forma de propriedade privado-comercial dos meios de comunicação sobre o tratamento destes assuntos. Em muitos países nota-se o avanço da forma de propriedade privado-comercial dos meios de comunicação. Nos países onde este era o modelo dominante na imprensa escrita e audiovisual, fortalece-se a dependência da publicidade e o caráter de mercadoria da informação. Na Europa Ocidental, os meios audiovisuais por longo tempo monopólios de serviço público estão abertos à exploração privado-comercial. Nos ex-países socialistas da Europa do Leste e da CEI, onde os meios de comunicação em geral eram controlados pelo Estado, há agora uma corrida acelerada para a privatização. Simultaneamente com o fortalecimento do caráter comercial, dá-se um processo de internacionalização dos meios de comunicação. A combinação destes dois elementos tem efeitos negativos, observados por Lamb⁽⁸⁾ no plano do audiovisual: "O que está ocorrendo equivale a botar a raposa para tomar conta do galinheiro. Na década de 90, o meio audiovisual será cada vez mais capaz de levar informações sobre assuntos de modernização à maneira ocidental a todos os povos: pornografia, consumo de sanduíches, uso de *sprays*. A tevê estará, assim, desenvolvendo apetites insaciáveis que não poderão ser atendidos sem a destruição do meio ambiente". A televisão será um canal de veiculação de modelos de desenvolvimento incentivadores do desperdício e agressivos ao meio ambiente.

Restrições de outro tipo são colocadas por Sugio⁽⁹⁾, ao analisar o comportamento do audiovisual internacional na cobertura dos assuntos de meio ambiente. Tomando como objeto de análise a CNN, constata que a emissora trata dos assuntos de meio ambiente com uma orientação voltada para o mercado norte-americano. Cobre-se principalmente aquilo que interessa ao público dos Estados Unidos. Um exemplo: a CNN se preocupa com a destruição da camada protetora de ozônio e o aumento do câncer de pele. A verdade, segundo Sugio, é que este tipo de assunto tem maior interesse para os norte-americanos, pois se sabe que

os brancos são mais sensíveis que as pessoas de cor à exposição aos raios ultra-violeta. Outro exemplo: a CNN não se mostra inclinada a cobrir a poluição do meio ambiente provocada pela queima de combustível de automóveis, pois o cidadão norte-americano não está interessado em discutir assuntos que possam implicar em redução de seu conforto pessoal. Conclusão de Sugio: para quem quer saber mais, a CNN não basta, pois a cobertura dos assuntos de meio ambiente não pode se limitar ao que pensa um país.

No que se refere à mídia impressa e às agências de notícias internacionais, Sugio é de opinião que fazem um bom trabalho. Revistas como *Time* e *Newsweek* e agências de notícias, ao cobrirem assuntos de meio ambiente, levaram a opinião pública e as autoridades a reagirem em casos como das queimadas e as autoridades a reagirem em casos como das queimadas na Amazônia, das violações de direitos indígenas, da destruição da Mata Atlântica, da poluição em Cubatão e outros. As denúncias forçaram o governo brasileiro a tomar providências e os organismos internacionais a serem mais cautelosos no apoio a projetos de desenvolvimento que possam ser prejudiciais ao meio ambiente.

Sobre a experiência brasileira, a jornalista Cristina Michaelis⁽¹⁰⁾, editora do Caderno de Ecologia do Jornal do Brasil, que circulou um ano antes da ECO-92, constata que o debate ecológico chegou à nossa imprensa com dez anos de atraso em relação à Europa e aos Estados Unidos. Observa também que existem poucos profissionais com experiência e conhecimentos nesta área, opinião apoiada por outro jornalista, Washington Novais⁽¹¹⁾, quando afirma: "Na prática acontece quase sempre que jornalistas, sem nenhuma experiência na questão ambiental, são destacados para cobrir ecologia, com uma pauta de 4 ou 5 assuntos, que eles não têm tempo de pesquisar". Para fazer as reportagens, os jornalistas vão tratar com especialistas em meio ambiente e esse contato não tem sido bom: "Em geral acontece que, nos eventos relacionados com o meio ambiente, grande parte dos jornalistas fica esperando que as discussões terminem, para perguntar às pessoas o que aconteceu", diz Washington Novaes.

A jornalista Priscila Siqueira⁽¹²⁾ observa que existe hoje no Brasil maior consciência dos jornalistas sobre a questão do meio ambiente, mas não se pode dizer que a cobertura da mídia seja satisfatória. Ela vê três tipos de dificuldades. Por um lado há a manipulação da Grande Imprensa, que deforma, silencia ou cobre apenas superficialmente os assuntos. Por outro lado, as questões ambientais são desligadas do contexto social, político e econômico. Assim, um problema como o do menor, que tem raízes sociais profundas, é visto como assunto de polícia e violência. O do índio, da mesma forma, aparece no noticiário desligado dos aspectos econômicos e do sistema de exploração da terra. Finalmente, a cobertura é prejudicada por preconceitos ideológicos como o de se considerar a ecologia simples modismo ou uma preocupação concernente apenas ao Primeiro Mundo.

Pode-se dizer que os problemas da cobertura sobre assuntos ambientais se localizam nos seguintes aspectos da organização e funci-

ornamento dos meios de comunicação:

1. Da distribuição de recursos entre países e entre grupos sociais diversos, em que se observam profundas desigualdades em termos da capacidade de produzir e transmitir mensagens.
2. De controle das informações por governos ou grupos privados, através da censura e outros meios.
3. Da concentração dos meios de comunicação em mãos de grupos econômicos nos planos nacional e internacional, uma tendência hoje reforçada.
4. Do conteúdo dos meios de comunicação, que promovem um modelo de desenvolvimento estimulador do consumo, do desperdício e de agressões ao meio ambiente.
5. Da insuficiência de condições para os profissionais exercerem as atividades com independência e competência. Aqui se incluem as condições salariais, de trabalho e a falta de garantias legais.

CAMINHOS PENSADOS

Para superar estes obstáculos, que medidas são necessárias? Na *Carta de Belo Horizonte*, aprovada durante o Green Press⁽¹³⁾ de cuja elaboração participei ao escrever, a partir de debates com os organizadores do evento e consultas a documentos de organizações internacionais e nacionais de jornalistas, das Nações Unidas e da UNESCO, a primeira proposta apresentada para discussão, são indicados alguns caminhos. Na *Carta* começa-se enfatizando que a comunicação é o principal instrumento para se compreender a sociedade de nosso tempo, caracterizada pela emergência de uma comunidade global, interligada, e interdependente. Adverte-se, todavia, que os meios de comunicação e dos jornalistas e medidas de ordem prática.

No plano ético, defende-se o direito à informação sobre questões ambientais e de desenvolvimento como fundamental, pois está em jogo o futuro da humanidade. Isto significa ausência de censura e de outros controles e o direito do público de participar das decisões sobre políticas de comunicação por suas ações. A concentração de propriedade é vista como incompatível com o pluralismo da comunicação. É dever da imprensa informar sobre práticas lesivas ao meio ambiente, denunciando-as sempre que possível por antecipação, e contribuir para a educação sobre problemas ambientais. São ainda deveres dos meios de comunicação e dos jornalistas expressar a pluralidade de opiniões em matérias controversas e proporcionar ao público um retrato claro, preciso e não-fragmentado da realidade. Ao jornalista deve ser assegurado o direito de recusar trabalhar contra estes princípios e de não revelar suas fontes de informação.

No plano prático, propõe-se a realização de reuniões por parte das Nações Unidas e de outras organizações internacionais e locais para aprofundar discussões e adotar medidas sobre o papel da Comunicação Social nas questões ambientais e de desenvolvimento.

A fim de que os princípios éticos da Comunicação Social possam ter vigência, sugere-se a criação de instituições como conselhos e imprensa, conselhos de redação, *ombudsman* e outras que promovam a participação do público na comunicação.

A parte de formação também é enfatizada, pois a cobertura dos assuntos ambientais e de desenvolvimento exige preparação profissional. Para tanto devem ser criados programas de formação ambiental nas universidades e em outras instituições de ensino.

Recomenda-se a adoção de medidas para que todos os países possam ter acesso às tecnologias de comunicação, como satélites, computadores e modernos sistemas de informação, a serem usadas na divulgação ambiental.

São sugeridas medidas para estimular a produção e divulgação de informações, a idéia é criar uma rede mundial de jornalismo ambiental, ligando instituições especializadas em meio ambiente, jornalistas e meios de comunicação. Aliás, existem já experiências que podem contribuir para a concretização da idéia da rede. Uma delas é a do Scientists Institute for Public Information - SIPI, mantido pela Fundação Charles Stewart Mott, dos Estados Unidos. O SIPI mantém um programa de informações para a imprensa sobre mudanças no planeta, constituído de dois serviços. Um, o International Hot Line, que proporciona gratuitamente a jornalistas de todo o mundo acesso a fontes de dados sobre ciência, tecnologia, medicina e meio ambiente. Outro, o Briefings em Mudanças no Globo, dá aos jornalistas acesso a discussões de especialistas sobre problemas ambientais, especialmente dos países em desenvolvimento. Na Inglaterra funciona também um serviço mantido pelo Television Trust for the Environment. Trata-se de um mecanismo de troca de produções audiovisuais que, desde 1987, permitiu a circulação de 9 mil títulos entre estações de tevê, organizações não-governamentais e instituições educacionais de países do sul e da Europa do Leste. Lamb⁽¹⁴⁾ diretor da Television Trust for the Environment, entende que é através das tecnologias audiovisuais que se moldará a opinião pública dos anos 90. Por isto defende a criação de um mecanismo de troca mais amplo ao qual se garanta independência editorial. Deveria ser descentralizado, apoiando-se numa rede de organizações não-governamentais e de agências de distribuição de vídeo, que atuariam abastecendo o mecanismo central de informações sobre programas adequados para transmissão internacional. E poderia ter um satélite próprio suficientemente poderoso para competir e proporcionar uma alternativa aos serviços existentes de esportes, notícias e entretenimento.

Uma recomendação final da *Carta de Belo Horizonte* é de se criar uma Vigília Internacional. Inspira-se na experiência da Anistia Internacional, que faz um monitoramento permanente de países para registrar violações de direitos humanos. A Vigília Internacional fiscalizaria o cumprimento dos compromissos assumidos pelos governos em nível nacional e internacional de proteção ao meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GIESBERT, Franz D. - "La Vraie Bombe" - *Le Figaro* - 15 de junho de 1992.
2. *Le Figaro* - "Le Bilan en Demi-Teinte d'une Première Mondiale" - 15 de junho de 1992.
3. *Le Figaro* - Idem.
4. ESCOSTEGUY, A. - "Reflexões sobre o Patenteamento de Seres Vivos" - *Informativo INESC* - junho de 1992.
5. *Le Figaro* - Idem.
6. HARKAOY, Angela O. - "A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Sobrevivência da Terra: o Início de uma Nova Era - Agenda 21" - Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Green Press - FENAJ/OIJ/SJPMG - Belo Horizonte - 20 a 24 de maio de 1992.
7. RODRIGUES DIAS, M.A. - "Meio Ambiente e Comunicação - A Função das Universidades" - Encontro de Universidades, Sociedades Científicas e Institutos de Pesquisa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - SBPC/ABC/UFRJ - Rio de Janeiro - 1992.
8. LAMB, Robert - "The Challenge for Rio: Reaching Every Corner of the Planet with Global Television" - Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - FENAJ/OIJ/SJPMG - Belo Horizonte - 20 a 24 de maio de 1992.
9. SUGIO, Naoya - Painel sobre a Grande Imprensa - Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - FENAJ/OIJ/SJPMG - Belo Horizonte - 20 a 24 de maio de 1992.
10. MICHAELLIS, Cristina - "O Jornalismo na Defesa da Ecologia" - Encontro Internacional de Jornalismo - IBM Brasil - 1992.
11. NOVAES, Washington - Idem, ibidem.
12. SIQUEIRA, Priscila - Painel sobre A Grande Imprensa - Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - FENAJ/OIJ/SJPMG - Belo Horizonte - 20 a 24 de maio de 1992.
13. "Carta de Belo Horizonte" - Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento - FENAJ/OIJ/SJPMG - Belo Horizonte - 20 a 24 de maio de 1992.
14. LAMB, Robert - Idem, ibidem.

Comunicação e Qualidade de Vida

Gino Giacomini Filho

Prof. na Faculdade de Comunicação Social do IMS

Doutor em Comunicação

O conceito de Qualidade de Vida espelha o que há de mais atual na moderna sociedade. Isto se retrata, por exemplo, nas posturas empresariais; organizações essas que estão aprendendo a administrar seus lucros em função do bem estar social; também se refere aos agentes governamentais que, sensíveis à opinião pública e ao compromisso com o futuro das gerações, revelam um volume cada vez maior de atos legislativos e ações executivas no sentido de preservar as limitações ao desenvolvimento produtivo e industrial.

O termo "Qualidade de Vida" surgiu com o aparecimento das primeiras grandes ações que visam a preservação do meio ambiente, daí porque, até os dias de hoje, este termo é confundido e até usado como sinônimo deste.

Porém, com a necessidade de se empreender um crescimento harmônico do planeta, ficou claro que resolver apenas a questão ambiental não traria os benefícios desejados para a humanidade. Seria ingenuidade supor que uma sociedade com má distribuição de renda ou com sérios problemas no sistema de saúde pública, tivesse condições normais de existência mesmo que a questão ambiental estivesse solucionada. Pelo contrário, a insatisfação crônica dos indivíduos com as condições de alimentação, saúde, moradia etc. Estimulam a agressão ambiental, por ser o meio ambiente uma preocupação secundária diante de tantas preocupações urgentes.

Portanto, urge considerar "Qualidade de Vida" como algo que agregue todos os fatores que condicionam o bem estar dos indivíduos e da sociedade como um todo, São fatores fundamentais: saúde, educação, espaço urbano e meio ambiente. A saúde porque condiciona a sobrevivência biológica e psicológica, ou seja, um país que tenha problemas nessa área não poderá oferecer qualidade de vida aos cidadãos. A educação porque condiciona a formação intelectual e comportamental da atual e futuras gerações. O espaço urbano na medida em que a convivência social nos centros urbanos traz à tona conflitos humanos, agressões ambientais e psicológicas e, em muitos casos, distorções sociais graves. O meio ambiente porque o equilíbrio ecológico é condicionante para a preservação das espécies e para o desenvolvimento sustentado da sociedade.

Evidente que muitos outros fatores podem compor o conceito de qualidade de vida, como a política, a economia, o consumerismo, o marketing,

a agricultura e tantos outros fatores que, de certa forma, influem na vida das pessoas. Cada atividade social ou ambiental pode estar relacionada com a qualidade de vida e sob este prisma ser estudada.

Qualquer abordagem sobre aspectos de qualidade de vida deve considerar a comunicação social, já que o processamento da informação é fundamental nos procedimentos de tomada de decisão, seja no âmbito do consumidor, do cidadão ou da sociedade.

Na esfera da publicidade destaca-se o "de marketing", estratégia mercadológica que considera a retirada de produtos ou a diminuição de seu consumo tendo em vista outras prioridades. Ou seja, passa a ser tarefa comum para o agente publicitário empreender campanhas para diminuição de acidentes de trabalho, racionalização do consumo de energia, desincentivo ao consumo de produtos que prejudiquem o meio ambiente e outras decisões tendo em vista que uma relação de consumo satisfatória para o indivíduo pode não sê-lo à sociedade como um todo. Outro caminho é a Publicidade Comunitária - campanha voluntária que serve ao propósito de entidade sem fins lucrativos - e a Publicidade com Atributos Comunitários - campanha paga por anunciante comercial que serve ao propósito de venda de produto, mas traz abordagens de interesse social.

O trabalho de relações públicas tende a ser mais amplo que o da publicidade, uma vez que o conceito da empresa moderna tende a ser definido não apenas em função do seu trabalho produtivo, mas na forma como este trabalho se desenvolve. Existem inúmeros casos de empresas cujo planejamento estratégico de produção e vendas era correto, mas sucumbiram por não prever impactos junto à opinião pública, impactos estes decorrentes de ações prejudiciais ao meio ambiente, sistema de trabalho nocivo a funcionários ou práticas industriais perigosas à saúde dos moradores próximos da empresa.

A imprensa vem se constituindo como grande elemento de pressão junto à opinião pública, informando e relatando todo tipo de ação organizacional que possa redundar em prejuízo à qualidade de vida. Além disso, muitas campanhas sociais só se viabilizaram com a adesão de jornais. Outro fato que coloca o jornalismo como um dos pilares da comunicação face à qualidade de vida é o papel de prestação de serviço à população, consistindo desde informações e avisos de utilidade pública até reportagens que levam à reestruturação de hospitais ou duplicação de rodovias.

De forma geral, os instrumentos de comunicação social devem ser vistos como elementos agregados aos atributos de qualidade de vida. Tal situação advém da vocação como agentes informativos e persuasivos. Porém, com a crescente adesão às questões sociais, nota-se na opinião pública uma reserva cada vez maior de espaço para que tais instrumentos venham participar mais concretamente das questões ligadas à qualidade de vida, já que nenhuma instituição tem demonstrado poder ficar sozinha no gerenciamento de questões tão importantes para esta e futuras gerações.

Espaço local, atores sociais e comunicação

Ladislau Dowbor

Doutor em Economia pela Universidade de Varsóvia, Polônia.

Professor da Pós-Graduação em Administração no IMS e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

It is crucial that the people and their popular organizations and develop links across national borders to promote co-operation and interrelationship on sub-regional, south-south and south-north bases. This is necessary for sharing lessons of experience, developing people's solidarity and raising political consciousness on democratic participation. (African Charter for Popular Participation in Development and Transformation, Arusha 1990, São Paulo, 1992).

Com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, de junho de 1992, o problema do meio ambiente veio explodir como tema do momento, ocupando todos os espaços. Na realidade, há uma tomada de consciência generalizada das necessidades de protegermos e recuperarmos o meio ambiente. Mas além da problemática propriamente ambiental, surge agora com muita força a noção de que proteger o meio ambiente implica uma nova forma de organização social e de espaços de comunicação indispensáveis para uma política ambiental que queremos abordar neste documento.

A DIMENSÃO DO PROBLEMA

A parte desenvolvida do nosso pequeno planeta está sem dúvida pondo a casa em ordem. Formam-se blocos, caem muros, e evolução geral irá provavelmente no sentido de um razoável meio termo entre as práticas liberais e as exigências de justiça do movimento socialista. Só que a parte desenvolvida representa um pouco menos de um quarto da população mundial. Os três quartos restantes amargam o caos do chamado subdesenvolvimento.

As dimensões concretas deste caos foram recentemente descritas em estudo do Banco Mundial, cujo título é sintético: "Pobreza".¹

Em termos globais, o Banco Mundial calcula que 1,1 bilhões de pessoas sobrevivem com uma renda por habitante inferior a 370 dólares por ano, ou 31 dólares por mês, algo abaixo da metade de um salário mínimo no Brasil.² Ninguém vai acusar o Banco de ser excessivamente generoso com os limites da pobreza. O leitor que tente sobreviver com dois salários mínimos, quatro vezes o nível fixado pelo Banco Mundial.

Neste nível de pobreza estão embutidos 633 milhões de miseráveis cuja renda anual está situada abaixo de 275 dólares, ou seja, 23 dólares por mês.

Os efeitos diretos desta miséria são de uma crueza impressionante:

Cerca de 30 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem anualmente de causas que normalmente não seriam fatais em países desenvolvidos. Cerca de 110 milhões de crianças no mundo todo (quase 20% do grupo de idade) deixam de receber educação primária. Mais de 90% destas crianças vivem em países de renda baixa e baixa-média.³

O balanço realizado pela UNICEF, seguindo metodologia diferente, conclui que

mantidas as atuais tendências, mais de 100 milhões de crianças morrerão de doenças e desnutrição na década de 90... As causas destas mortes podem ser contadas nos dedos. Quase todas morrerão de doenças que foram em outros tempos bastante conhecidas nas nações industrializadas. Morrerão ressecadas pela desidratação, sufocadas pela pneumonia, infectadas pelo tétano ou pelo sarampo ou asfixiadas pela coqueluche. Estas cinco doenças muito comuns, todas relativamente fáceis e baratas de prevenir ou tratar, serão responsáveis por mais de dois terços das mortes infantis ou mais da metade de toda a desnutrição infantil na próxima década.⁴

Os autores do relatório da Unicef se desesperam frente a esta tragédia, que necessitaria de recursos limitadíssimos para ser liquidada:

Para se colocar o problema em uma perspectiva global, os custos adicionais, incluindo um programa para evitar a grande maioria das mortes e a subnutrição infantil nos próximos anos, deverão atingir aproximadamente 2,5 bilhões de dólares por ano, no final da década de 90.

É uma quantia semelhante, nos informa o relatório, "à que as companhias americanas vêm gastando anualmente para promover a venda de cigarros".⁵

O Banco Mundial considera que há progressos muito significativos, mas obviamente a noção de progresso na terminologia do Banco não significa necessariamente uma situação ideal:

Mesmo que prevaleçam as tendências de longo prazo em 36 países da África sub-sahariana, Ásia do sul e América Latina, as taxas de mortalidade de menos de cinco anos de idade ainda serão dez vezes mais elevadas que no mundo industrial. Ou seja, no ano 2000 quase 10 milhões de crianças de menos de cinco anos morrerão no mundo em desenvolvimento, de forma geral das mesmas causas pelas quais as crianças morriam em 1900.⁶

Esta é a dimensão dos fatos que enfrentamos. Com todo o respeito

pelos milhões que morreram durante os seis anos da Segunda Guerra Mundial, o fato de deixarmos morrer de fome e causas conexas 10 milhões de crianças por ano representa uma tragédia silenciosa de uma crueldade sem precedentes na história da humanidade.

Nada justifica esta situação, quando o mundo produz 4 mil dólares de bens e serviços por pessoa e por ano - o que poderia permitir o bem estar generalizado - e quando somente a produção de cereais, independentemente de outros alimentos, atinge quase um quilo por habitante por dia. Sem falar, naturalmente, nos cerca de 1 trilhão de dólares desperdiçados anualmente em gastos militares."

NOVAS RUPTURAS

O esmagamento de grande parte da população do Terceiro Mundo leva também a problemas novos ou que assumem uma gravidade maior.

Em 1990, por exemplo, tivemos 151 milhões de crianças passando fome. As projeções para o ano 2000 são de 180 milhões.⁸

Surge também com força o problema da saúde do jovem adulto, e o Banco Mundial estima que "em cada ano morrem nos países em desenvolvimento 10 milhões de jovens adultos". Assim acrescentamos o conceito de "mortalidade adultas" às formas sofisticadas de avaliar as nossas desgraças.⁹

O processo de urbanização, por outro lado, tem efeitos significativos sobre como se manifestam os problemas dos idosos:

Nas áreas rurais de muitos países em desenvolvimento os idosos se apoiam freqüentemente na família estendida - uma estrutura que tende a ser estável durante o tempo. Nas áreas urbanas as famílias multigeracionais têm maior tendência a se dissolverem, e os idosos estão se tornando mais vulneráveis.¹⁰

Em São Paulo, por exemplo, com 17 milhões de habitantes em 1988, havia menos de 900 mil pessoas vivendo com "outros parentes" nos domicílios particulares, representando apenas cerca de 5,3% da população.¹¹ Em outros termos, a organização do espaço humano reforça a atomização da família, e torna mais precária a sobrevivência de muitos.

A mesma transformação das famílias com o processo de urbanização atinge com força a mulher e tem incidência direta sobre a pobreza: O Banco Mundial relata que "no Brasil as famílias dirigidas por mulheres representam 10% do total das famílias, mas 15% das famílias pobres".¹² Um estudo recente na grande São Paulo indica que 948 mil famílias, de um total de 4,5 milhões, são dirigidas por mulheres, o que representa 21% do total, mais de um quinto das famílias.¹³ Esta evolução, característica do processo de metropolização, tem como consequência direta o empobrecimento da família, gerando situações dramáticas.

Outro problema é o das mortes maternas. Hoje morrem no mundo cerca de meio milhão de mães por ano, por ocasião do parto. Para se

ter uma idéia da vinculação destas mortes com o subdesenvolvimento basta dizer que, das 488 mil mortes registradas em um ano, 482 mil ocorreram em países pobres e apenas 6 mil em economias industrializadas.¹⁴ Com os processos de urbanização como o de São Paulo constata-se a generalização do parto induzido - economicamente mais interessante para os hospitais na medida em que reduz o tempo de pré-parto - com as freqüentes complicações que daí resultam.

A dupla dinâmica de urbanização e empobrecimento leva assim a uma nova geração de problemas. Por um lado, temos esta realidade crua das condições de vida de uma cidade rica como São Paulo:

A avaliação das condições de moradia da população de baixa renda nas grandes cidades pode ser ilustrada pelos dados disponíveis do censo de favelas realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 1987: a situação da população favelada (7,76%) e da população cortiçada (39,5%) perfaz 47,26% da população paulista residindo de forma subnormal.¹⁵

Por outro lado, o acelerado processo de urbanização do interior do Estado de São Paulo leva a efeitos semelhantes:

As especificidades dos processos de urbanização e industrialização no interior paulista acirraram ainda mais as heterogeneidades regionais já existentes, estabelecendo uma divisão de trabalho que se reflete fortemente na espacialização das atividades econômicas e emprestando novas características à urbanização. Modificaram-se os padrões de comportamento e os hábitos de consumo da população; cidades médias e pequenas passaram a conviver com a pobreza urbana (favelas, cortiças, expansão das áreas de periferia) e a violência; surgiram novas modalidades de movimentos migratórios em direção às cidades (migração da população de pequenas cidades em direção às maiores, migração pendular, sazonal e de retorno). Enfim, esse é o cenário de uma sociedade industrial de massa que reproduz, cada vez mais, as desigualdades sociais, expandindo essa reprodução ao interior do espaço paulista à medida que avançam os processos de industrialização, de terciarização e modernização do campo.¹⁶

O balanço realizado sobre esta situação pelas Nações Unidas nos dá a imagem global:

Segundo os cálculos da ONU, mais de um bilhão de pessoas não dispõem de moradia ou vivem em condições de aglomeração e com níveis de saúde e de salubridade extremamente baixos. Apesar dos esforços realizados pelos governos, nos países em vias de desenvolvimento, onde as taxas de crescimento demográfico são as mais altas e onde um grande número de

*peças se muda para as cidades em busca de trabalho, a situação da moradia registra uma deterioração diária. Se teme que, a menos que se adotem medidas drásticas, esta cifra de um bilhão de pessoas se duplique até o fim do milênio.*¹⁷

A primeira conclusão geral a que chegamos é de que não há dúvidas quanto às prioridades que temos que seguir: o problema que enfrentamos é o da pobreza, do gigantesco desequilíbrio social acumulado, e que se agrava.

OS LIMITES DAS SOLUÇÕES ESPONTÂNEAS

A nossa tendência é de esperar que os problemas mais dramáticos, ou frente aos quais nos sentimos impotentes, se resolvam espontaneamente. Nada indica que o problema central que enfrentamos se resolva desta maneira.

É útil neste sentido lembrar algumas cifras. A renda *per capita* média nos países industrializados é de 20 mil dólares. A do conjunto dos países em desenvolvimento é de 840 dólares, ou seja 25 vezes menos.¹⁸ Lembramos que esta relação era de mais ou menos 1 para 2 no início do século, de cerca de 1 para 7 nos anos 50, de 1 para 12 no início dos anos 80.

Não há mistério quanto à razão desta polarização. O desenvolvimento exige investimentos. Uma taxa de investimentos de 20% significa, num país como os Estados Unidos, que tem uma renda *per capita* de 20 mil dólares, cerca de 5 mil dólares de equipamentos, novas tecnologias etc., por pessoa e por ano, melhorando a capacidade de produção.

Nos países em desenvolvimento, uma taxa de investimento semelhante - e na realidade inferior - significa 150 dólares de equipamentos por pessoa e por ano. Em outros termos, os países pobres, que deveriam investir mais para alcançar os outros, estão investindo, em valores absolutos, cerca de trinta vezes menos na modernização das atividades de cada trabalhador.

Muito se fala em porcentagens. Na realidade, com o desnível acumulado, as taxas de crescimento dos países pobres dificilmente poderão compensar o atraso. Basta pensar que os países em desenvolvimento, se conseguissem uma taxa de crescimento da renda *per capita* de 5% ao ano - o que é elevadíssimo, pois supõe um crescimento do produto de cerca de 7% ao ano - em dez anos conseguiriam atingir uma renda *per capita* de 1,3 mil dólares. Com uma taxa de crescimento de 2% apenas os países ricos chegariam em dez anos a cerca de 20,5 mil dólares. Ou seja, os países pobres teriam aumentado a sua renda em 500 dólares e os países ricos em 4,5 mil dólares, aumentando a distância.

Em outros termos, a tendência natural não é de que os problemas sejam resolvidos. Ainda que todos esperamos intimamente algum tipo de milagre, o fato é que temos que enfrentar o drama da maneira consciente e organizada.

OS LIMITES DAS "AJUDAS"

Há naturalmente a esperança que surge dos mecanismos de ajuda internacional. É mais do que tempo de se colocar um pouco de água fria nestas ilusões.

Os volumes são muito significativos. Em 1988, a ajuda oficial ao desenvolvimento atingiu 51 bilhões de dólares, vinte vezes o que seria necessário para acabar, por exemplo, como a desnutrição infantil.¹⁹

Uma boa parte deste aporte encontra-se neutralizada pelo serviço da dívida. A Índia, por exemplo, pagou em 1988 3,1 bilhões de dólares de serviço da dívida e recebeu 2,1 bilhões de ajuda externa, enfrentando um saldo negativo de 1 bilhão de dólares. Já nos acostumamos a registrar como natural o fato da Índia, com seus milhões de miseráveis, estar transferindo recursos para os países ricos. No caso brasileiro, em 1988 tivemos 210 milhões de dólares recebidos como ajuda oficial, mas pagamos 11,1 bilhões de dólares de juros sobre a dívida externa.²⁰

Por outro lado, esta ajuda encontra-se simplesmente mal orientada na origem:

Grande parte da ajuda, especialmente da ajuda bilateral, simplesmente não se preocupou com o desenvolvimento econômico ou a redução da pobreza (...) Os doadores bilaterais, em particular, fornecem ajuda com muitas razões - políticas, estratégicas, comerciais e humanitárias. Reduzir a pobreza é apenas um motivo, e geralmente está longe de ser o objetivo mais importante (...) Somente cerca de 8% do programa de ajuda dos Estados Unidos, por exemplo, puderam ser identificados como ajuda ao desenvolvimento para países de baixa renda (...) Os doadores preferem financiar instalações de capital físico que ajudam as suas próprias empresas e exportadores... etc.²¹

Trata-se de uma avaliação do Banco Mundial.

Finalmente, tem igualmente importância fundamental o fato dos procedimentos burocráticos de aprovação e canalização da ajuda tornarem praticamente inviável o seu uso produtivo. A quase totalidade depende de aprovação de gestão dos governos centrais. Os financiamentos canalizados através das organizações não-governamentais, que atingem diretamente as comunidades necessitadas, ainda representam menos dos 15% do valor total da ajuda. Os financiamentos intercidades, que permitiriam mecanismos práticos e descentralizados de apoio de comunidades mais avançadas às mais necessitadas, ainda estão engatinhando.

A manutenção das formas centralizadas de canalização da ajuda leva naturalmente à aprovação de projetos sobredimensionados e distantes das necessidades das populações, simplesmente porque governos centrais sentem mais a pressão das grandes empreiteiras do que das comunidades pobres do países.

Um estudo recente realizado no Equador pela GTZ da Alemanha

constatou que, em média, a materialização de um projeto municipal que não dispõe de recursos próprios, entre identificação, estudos de pré-factibilidade, estudos de execução técnica, e o sem-número de idas e vindas no Banco Central, no Ministério de finanças, no Plano e nos ministérios técnicos interessados, leva 43 meses, e a aprovação de cerca de dezesseis instituições diferentes.

A conclusão evidente é que estamos desperdiçando 50 bilhões de dólares por ano, e que a gestão e forma de canalização destes recursos deve ser revista de forma radical.

OS RECURSOS MAL UTILIZADOS

Na realidade, além de mal canalizados, os recursos destinados ao desenvolvimento são mal utilizados. Vejamos o caso da saúde, setor absolutamente essencial para as camadas mais pobres da população:

Na média, estima-se que 70 a 85% dos gastos totais em saúde no mundo em desenvolvimento, tanto públicos como privados, vão para a saúde curativa. Entre 10 e 20% se gastam em saúde preventiva, e os restantes 5 a 10% em serviços comunitários como controle de mosquitos e educação sanitária. Dentro do setor curativo, os hospitais representam freqüentemente 80% dos custos. E no entanto é bem conhecido que os serviços preventivos e comunitários são muito mais eficientes para reduzir a morbidade e mortalidade... O resultado é que os pobres freqüentemente têm falta mesmo dos serviços mais elementares.²²

Neste sentido, a situação brasileira é característica. Um estudo realizado durante o ano de 1986 constatou que o total das despesas sociais no Brasil, nos setores público e privado, era da ordem de 25% do produto, ou seja, cerca de 80 bilhões de dólares, cifra proporcionalmente muito elevada.

Ao se debruçar sobre a razão dos indicadores sociais desastrosos no Brasil, apesar das despesas elevadas, os autores chegam à seguinte conclusão:

1) Os recursos não foram destinados de maneira efetiva aos segmentos mais pobres e mais vulneráveis da população, e na realidade grande parte do gasto social serve para subsidiar grupos de renda mais elevada.

2) Os recursos são administrados de maneira deficiente pelas agências e programas:

- a habitação e previdência social subsidiam a classe média e os ricos;
- 78% das despesas públicas são com atenção hospitalar e medicina curativa;
- o ensino "desvia para os ricos, de maneira acentuada, os benefícios das despesas com o ensino público". Na realidade, apenas

6% dos estudantes das universidades públicas, onde o ensino é gratuito, são de origem pobre (menos de 2 salários mínimos), com efeito prático de subvenção aos ricos.²³

Os exemplos da má utilização de recursos são numerosos. O projeto hidroelétrico de Itaipu, com custo de 18 bilhões de dólares, poderia ter sido incomparavelmente mais barato não fosse a ambição do governo de fazer a maior hidroelétrica do mundo. O programa nuclear, com custos da ordem de 8 bilhões de dólares, é completamente absurdo frente à matriz energética brasileira. A construção da Transamazônica, além de perigosa do ponto de vista ecológico, é absurda do ponto de vista econômico. São dezenas de bilhões de dólares desperdiçados. Neste desperdício é importante incluir o "flight capital", recursos dos empréstimos internacionais desviados para uso privado no exterior, e cujo montante o Morgan Guarantee Trust estimava ser de 340 bilhões de dólares em 1988, para os 15 países em desenvolvimento mais endividados.

A conclusão deste ponto é clara: temos que proceder a uma revisão drástica dos mecanismos de decisão sobre o uso dos recursos para o desenvolvimento, reavaliando em particular as decisões de nível central.

OS LIMITES DA AÇÃO CENTRALIZADA

A decisão do nível central se diferencia do nível local antes de tudo pela reduzida possibilidade de participação das comunidades organizadas. A decisão é geralmente tomada com amplos dossiês técnicos, e sobretudo com fortes pressões políticas dos maiores grupos financeiros e de empreiteiras. E os dossiês técnicos tendem a justificar mais o uso de capital e tecnologia pesados do que o objetivo social dos projetos.

O fato das decisões sobre uso dos recursos ficarem centralizadas leva, por outro lado, à reprodução e aprofundamento da concentração de renda. A evolução no Brasil é neste sentido característica:

Distribuição de renda da população economicamente ativa			
<i>População</i>	<i>1960</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>
50% mais pobres	17,4%	14,9%	12,7%
20% mais ricos	54,8%	61,9%	66,1%
10% mais ricos	39,6%	46,7%	51,0%

Fonte: IBGE - Estatísticas Históricas do Brasil, 2ª edição revista, Rio de Janeiro, 1990, p.77

Em vinte anos, a parcela de renda disponível para a metade mais pobre da população caiu de 17,4 para 12,7% da renda total, enquanto

os mais ricos aumentavam a sua parte para dois terços do produto social. Resumidamente, há dois terços da população que sobrevivem com menos de 20% do produto social, e não há desenvolvimento que possa se equilibrar desta maneira.

As avaliações que temos para 1988 relativas à distribuição da renda familiar indicam que 1% das famílias mais ricas auferem cerca de 15% da renda, enquanto os 50% mais pobres auferem cerca de 13%. Em outros termos, cerca de 1,5 milhão de pessoas ricas dispõem de um volume global de renda superior ao de 75 milhões de pessoas situadas na faixa mais pobre da sociedade.

A concentração de renda leva, por sua vez, a crescentes dificuldades por parte da população para satisfazer as suas necessidades básicas, e como o uso dos recursos públicos não é decidido localmente, a população se desinteressa. Isto leva à reprodução do centralismo nas decisões, centralismo que tanto encontramos nas instituições públicas mas que acaba se refletindo nas grandes empresas privadas.

O resultado prático é o profundo divórcio hoje, na América Latina e em outros países do Terceiro Mundo, entre as decisões e as necessidades da população. Com a desilusão política e o ceticismo generalizado da população, reduz-se ainda mais o controle democrático, e os regimes derivam gradualmente para esta estranha mistura de poder autocrático e ausência de governabilidade.

Quando se fala em descentralização, municipalização e participação, por conseqüência, trata-se não de uma mera reforma administrativa mas de uma retomada geral, por parte da população, das rédeas do desenvolvimento econômico e social.

A URBANIZAÇÃO E AS NOVAS FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O processo de urbanização em nível mundial é extremamente forte. Em 1965 tínhamos 34% de população urbana, em 1988 esta proporção atingiu 47%. No mesmo período o número de cidades de mais de 500 mil habitantes passou de 217 para 435.

Esta dinâmica é particularmente importante nos países em desenvolvimento: enquanto em 1965 havia 104 cidades de mais de 500 mil habitantes nos países industrializados e 110 nos países em desenvolvimento, cifras da mesma ordem de grandeza, em 1985 estas cifras passaram respectivamente para 152 e 278. A população urbana cresceu 0,7% ao ano no período 1980-88 nos países industrializados enquanto atingia 6,9% ao ano no conjunto das economias em desenvolvimento.²⁴

Em outros termos, a população urbana nos países em desenvolvimento estará quase dobrando nesta década. No caso brasileiro, passamos de 50% de população urbana, em 1965, para 75% em 1988. Em 1980 cerca de 52% da população urbana vivia em cidades de mais de 500 mil habitantes, e a pressão continua forte. O crescimento da população urbana foi de 3,6% ao ano no período 1980-88, quase o dobro da

taxa de crescimento geral da população.

Esta urbanização está associada a dois grandes eixos de pobreza: a do campo e a das novas periferias.

No campo, permanecem os fatores de empobrecimento da população. O Brasil, por exemplo, tem mais de 400 milhões de hectares de boa terra agrícola e lavra menos de 60 milhões, mantendo a esmagadora maioria das terras agrícolas como reserva de valor, totalmente improdutivas ou com uso simbólico através da pecuária extensiva.

O êxodo rural explode nos centros urbanos e se manifesta em particular nas novas periferias, que crescem com ritmo extremamente elevado - taxas superiores a 10% são freqüentes - sem que as administrações locais tenham possibilidade de lhes garantir saneamento, escolas e outras infra-estruturas. É bom lembrar a potência deste movimento: São Paulo (na área municipal apenas) cresce anualmente em quase 100 mil habitantes, e necessitaria construir 20 mil casas por ano só para acompanhar o crescimento da população, sem falar no déficit acumulado de um milhão de residências.

Esta urbanização violenta e caótica, associada a uma grande miséria que resulta da concentração de renda, coloca a administração municipal na linha de frente da luta social, tentando conter a nova geração de problemas políticos e econômicos que se colocam.

Esta pressão surge nos municípios quando os escalões superiores continuam com a sua dramática inoperância e os mecanismos de financiamento seguem ritmos e burocracias completamente absurdos.

Na realidade, os nossos Estados estão estruturados segundo uma situação historicamente ultrapassada, em que havia capacidade de governos apenas na capital e em alguns centros enquanto o grosso da população era constituído por camponeses diversos. Hoje, com a urbanização generalizada, as populações podem resolver os seus problemas localmente, e o Estado centralizado se tornou anacrônico.

A administração local se vê, portanto, esmagada entre as necessidades explosivas que surgem no município e a inoperância das outras instâncias, realizando um trabalho de contenção de pressões sem os meios correspondentes.

O ESPAÇO LOCAL: INSTRUMENTO DE RACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA, DE DEMOCRATIZAÇÃO POLÍTICA E DE JUSTIÇA SOCIAL

Com o volume de problemas que se apresenta, o espaço local já não é mais, portanto, um nível de decisão que se limita à construção de praças, recolhimento de lixo e outras atividades de cosmética urbana. Trata-se de um eixo estratégico de transformação da forma como tomamos as decisões que concernem ao nosso desenvolvimento econômico e social.

Os dois eixos de enfrentamento da pobreza e de suas manifestações situam-se na linha da articulação cidade/campo, por um lado, e na resposta aos problemas das novas periferias, por outro. Estes dois ei-

xos de ação exigem milhares de pequenas iniciativas de melhoria, tanto de racionalização da pequena e média agricultura e dos "cinturões verdes" das cidades como de infra-estrutura e serviços sociais nas periferias urbanas, promoção da pequena e média indústria etc.

Estes milhares de pequenos projetos exigem um esforço capilar de organização e controle que são viáveis apenas com a participação das comunidades interessadas. Em outros termos, há uma contradição crescente entre as formas centralizadas que temos para elaborar, implementar e controlar os projetos e o fato das necessidades mais prementes do desenvolvimento exigirem um grande número de ações de lógica local.

Em conseqüência, a racionalidade econômica exige que as ações se apoiem nos mecanismos locais e participativos. É característico, neste sentido, que a conferência das Nações Unidas sobre os municípios e o meio ambiente, de setembro de 1990, tenha chegado à conclusão que as políticas ambientais somente serão efetivamente implementadas quando as populações interessadas, município por município, decidirem defender a sua qualidade de vida.

A racionalidade das ações de desenvolvimento exige cada vez mais que se imponha aos projetos o controle no nível do ponto de impacto, através da comunidade organizada, e não mais apenas no nível das instituições financiadoras centrais.

Por outro lado, o município está despontando como um grande agente de justiça social. É em nível local que se pode realmente identificar com clareza as principais ações redistributivas. Em São Paulo, por exemplo, a reforma tributária está permitindo isentar do imposto territorial urbano as camadas mais pobres da população, enquanto se reforça a progressividade para os imóveis da população mais rica. Os novos sistemas de pagamento do transporte coletivo urbano devem permitir deslocar o peso do financiamento da população trabalhadora para a área produtora.

Estes sistemas dependem vitalmente de soluções locais e de momentos políticos, e as propostas demasiado globais simplesmente não funcionam, na medida em que enfrentam interesses dominantes organizados.

Enfim e sobretudo, o município permite uma democratização das decisões na medida em que o cidadão pode intervir com muito mais facilidade em assuntos da sua própria vizinhança - e dos quais tem conhecimento direto - sem a mediação de estruturas políticas distantes.

O reforço do espaço local significa, em conseqüência, nos países em desenvolvimento, uma transformação dos próprios equilíbrios políticos.

O MUNICÍPIO NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: PRIMEIROS PASSOS

A realidade é que estamos, nos países em desenvolvimento, dando os primeiros passos nesta área essencial da democracia participativa.

A grande discussão está se dando em torno da dimensão do Estado, como se este fosse o problema. É útil lembrar os dados apresentados pelo Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991, do Banco Mundial, insuspeito de "estatismo", que indicam que entre 1960 e 1985 a participação do governo no PNB ou PIB dos países industrializados evoluiu como segue: passou de 32 para 47% na Alemanha; de 28 para 37% nos Estados Unidos; de 35 para 52% na França; de 18 para 33% no Japão; de 31 para 65% na Suécia; e de 32 para 48% na Grã-Bretanha de Margareth Thatcher. Estas proporções ultrapassam amplamente o peso relativo do Estado nos países em desenvolvimento, e significam que nos países desenvolvidos o governo gere cerca de metade do produto social. O problema, claramente, não é de tamanho.

Uma diferença essencial reside justamente no peso da administração local no conjunto das atividades do governo.

Na Venezuela, por exemplo, somente em 1989 passaram a ser eleitos os prefeitos municipais. A parte do orçamento destinada aos poderes locais atinge 19,4% na Venezuela, 12,3% na República Dominicana, 9,8% na Costa Rica, 6,4% no Paraguai, 5,8% no Perú, 4,2% no Panamá. Nos países desenvolvidos a proporção muda radicalmente, atingindo 66% nos gastos públicos no Japão, 55% na Suécia, 42% nos Estados Unidos.²⁵

De forma geral, a ordem de grandeza é que os municípios dos países em desenvolvimento controlam algo em torno de 10% do orçamento, e, nos países desenvolvidos, cerca de 50%.

Isto é importante porque desloca a discussão do campo estéril de ser contra ou a favor da participação do Estado para os problemas reais que são de que tipo de Estado e para quem.

Um relatório recente sobre o poder local na Suécia mostra que o cidadão sueco pertence em média a quatro organizações comunitárias, e que as administrações locais, com cerca de 1,2 milhão de funcionários, empregam um quarto da população ativa do país.²⁶

Enquanto nos países desenvolvidos crescentemente o cidadão resolve os assuntos no próprio município, nos países pobres os responsáveis locais adotam o sistema de peregrinação, viajando até a capital para cada autorização de financiamento, com todas as deformações no uso dos recursos que isto significa.

Outra dimensão desta fraqueza relativa do município é o arcabouço jurídico no qual se vê imobilizado, e que torna a sua administração um verdadeiro pesadelo. A pretexto de existirem menos técnicos em nível local, imagina-se que os recursos não serão bem aplicados. A verdade é que quanto mais centralizada a decisão mais técnicos existem, porém menor é o controle por parte da população.

É útil mencionar aqui o exemplo de uma avaliação de crédito local que realizamos na Nicaraguá. O sistema de controle central para pequenos empréstimos (até 5 mil dólares) exigia um dossiê médio de 35 páginas, remetido da agência regional à sede do banco da capital, em seguida para o Banco Central e o Fundo Nacional de Investimentos, exigindo meses e centenas de cópias. E qual a possibilidade do funcio-

nário da capital saber se o dossiê é apenas papel ou corresponde à realidade?

No sentido inverso, e em outro banco, foi adotado o sistema de comitê municipal de crédito: como no comitê tem assento o representante do Banco mas também o da associação dos pequenos e médios agricultores, dos sindicatos, da prefeitura e de outros grupos de interesses diversificados, a própria heterogeneidade dos interesses assegura o autocontrole no uso dos recursos. Se uma linha de crédito para investimento em pecuária é desviada para especulação financeira, o fato é imediatamente constatado pelos outros, simplesmente porque as pessoas conhecem os empreendimentos locais e sabem se os bois estão no campo ou não.

No Brasil considera-se natural a inexistência de instituições de crédito local, e aceitamos tranquilamente o fato da população não ter controle sobre o uso final das suas poupanças.²⁷

A preocupação com o perigo da política local ser muito "bairrista", de visão estreita, não se justifica. Experiências recentes como a da Frente Nacional dos Prefeitos, da Associação dos Secretários de Finanças, ou de consórcios de municípios, mostram que há um imenso campo de trabalho na coordenação intermunicipal que permite políticas amplas e coordenadas, mas respondendo diretamente aos anseios da população.

Na realidade, é o conjunto do processo de tomada de decisão que precisa ser democratizado, aproximado da população, com uma revisão profunda da hierarquia de competências. Precisamos de um intenso esforço de abertura de espaços, de autonomia local, de renovação tecnológica, jurídica e social dos municípios e de criação de mecanismos de comunicação e de informação que tornem possível a gestão local.

BUSCAR NOVOS CAMINHOS E PROPOSTAS

O espaço local está em plena transformação. Surge com a informática uma nova geração de inovações no plano das técnicas de gestão municipal. Pela primeira vez torna-se relativamente barato ter e manter cadastros atualizados. As fotos de satélite nos permitem realizar seguimentos mais sofisticados, por exemplo, na área ambiental. O custo de terminais de computador, que tem caído vertiginosamente, permite sistemas de informação ao cidadão nos próprios bairros e uma nova transparência administrativa, com tudo o que isto pode representar em termos de democratização.

Na área da limpeza pública, está igualmente despontando uma nova geração de tecnologia, com participação do cidadão na separação do lixo e as diversas formas de reciclagem que isto permite: compostagem, produção de energia, reaproveitamento de diversos produtos.

A própria forma de enfocar as finanças municipais está evoluindo, levando a novos sistemas fiscais orientados para uma política ativa de redistribuição de renda. São Paulo implantou em 1989 uma tributação progressiva sobre imóveis, e estará penalizando a partir de 1991 o uso

especulativo do solo urbano. Quito avançou significativamente no financiamento da limpeza urbana ao colocar simplesmente uma porcentagem sobre os recibos de energia elétrica: como as casas mais ricas, com mais equipamentos, usam mais energia, a taxa torna-se progressiva, e a cobrança atinge quase todos os usuários, o que não é o caso em geral dos cadastros de imóveis.

Constatamos igualmente uma nova geração de soluções e propostas na área dos problemas ambientais urbanos, particularmente das grandes cidades. Realizam-se hoje experiências interessantes de arborização urbana, a Cidade do México implantou experiência significativa de redução do transporte automobilístico individual, São Paulo inova com a sua frota de ônibus a gás.

Há inovações na área de tratamento de esgotos, de segurança municipal, das comunicações, e muitos outros setores. E constata-se igualmente uma expansão das próprias atribuições das administrações municipais, como é o caso do apoio à pequena e média empresa, articulação cidade/campo com a promoção dos "cinturões verdes" em torno dos centros urbanos.

Em outros termos, o espaço local é um espaço em plena revalorização e em plena transformação. E devemos dotar-nos dos instrumentos correspondentes.

Uma sociedade moderna, com a sua complexidade e ritmo de mudança, não pode, evidentemente, esperar que os ajustes permanentes de uma gestão dinâmica se realizem apenas através dos debates dos foros políticos. Os diversos atores sociais organizados que compõem uma cidade - setores empresariais, sindicatos, centros de pesquisa, organizações comunitárias - devem poder cruzar regularmente as suas informações, participar de diversos tipos de foros de elaboração de consenso, elaborar diversos tipos de parcerias para que o processo global de modernização seja harmonioso.

A comunicação tem um papel chave a desempenhar nesta área. Quando passamos da fase da democracia representativa, com os seus "foros políticos", para uma democracia participativa onde os atores sociais significativos têm de desempenhar um papel ativo e permanente, a flexibilidade da comunicação tem de ser outra.

Na realidade, a evolução tecnológica na área permite hoje que esta flexibilidade seja assegurada. Mas a impressão que fica é que globalmente os meios de comunicação ainda estão procurando as novas formas de cumprir este papel.

Em resumo, é no município que vêm explodir hoje os grandes problemas críticos que o Terceiro Mundo enfrenta, agravados pelo ritmo de urbanização.

É no nível da administração local que a participação popular e a tão necessária democratização nos nossos países é efetivamente possível, ou pode progredir com maior rapidez.

Em conseqüência, é na ampliação da capacidade de trabalho dos municípios e das comunidades que reside grande parte da modernização geral dos governos dos países em desenvolvimento.

Finalmente, urge trabalhar as novas formas de informação e de comunicação que corresponderiam a estas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Banco Mundial. *World Development Report 1990* (Washington, 1990). Editado em português pela Fundação Getúlio Vargas.
2. *Ibid.*, p. 28.
3. *Ibid.*, p. 76.
4. Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). *Situação Mundial da Infância 1990*, p.16.
5. *Ibid.*
6. Banco Mundial. *Op. Cit.*, p. 88.
7. Banco Mundial. "World Military Expenditures 1990s", *op. Cit.*, p.17.
8. Unicef, *op. Cit.*, p. 29 (China excluída).
9. Banco Mundial. *Op. Cit.*, p. 78. A mortalidade adulta é definida como a probabilidade, em porcentagem, de uma pessoa de quinze anos morrer antes dos sessenta anos.
10. *Ibid.*, p.31. A tendência é muito forte nos próprios países desenvolvidos, e o relatório sobre o Desenvolvimento Humano 1990 das Nações Unidas mostra que domicílios em que vivem pessoas sós estão se generalizando. Domicílios em que vivem um casal com filhos já se tornaram minoritários em países como os EUA e a Suécia, respectivamente 29% e 25% do total de domicílios.
11. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988* (Rio de Janeiro, 1990), tomo 2, p.282.
12. Banco Mundial. *Op. cit.*, p. 31.
13. IBGE. *Op. Cit.*, p. 281.
14. Banco Mundial. *Op. cit.*, p. 83.
15. Maria Antonia Galeazzi. *FAO - Fome, o desafio dos anos 1990* (São Paulo). O mesmo relatório estima que o Brasil possuía 53 milhões de desnutridos em 1990.
16. Seade. *Informe demográfico: migração no interior do Estado de São Paulo* (São Paulo, 1990), p. 3.
17. ONU. *Habitat - Estratégia mundial de vivienda hasta el año 2000* (Nairobi, 1990).
18. Banco Mundial. "Development and the environment", *World Development Report 1992*, p. 219.
19. *Ibid.*, p. 127.
20. *Ibid.*, quadros 20 e 24.
21. *Ibid.*, p. 127 e 128.
22. *Ibid.*, p. 77.
23. "Brasil: despesas do setor público com programas de assistência social", vol. I, *Documento do Banco Mundial*, 1988, iii
24. "World development indicators", *World Development Report 1990*, table 31 - "Urbanization". Ver também os dados do *Human Development Report 1990*, das Nações Unidas, e o capítulo referente à urbanização do relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, 1989.
25. Mario Rosales, Jorge Puebla & Marco Velasco. *El desafio local: el municipio como agente de desarrollo*, (Quito, Equador, 1988), p. 83, citando dados do Banco Mundial e da OCDE.
26. Agne Gustafsson, *Local government in Sweden*, The Swedish Institute, (Uddevalla, 1988), p. 25 e 62.
27. Em São Paulo, a nova Lei Orgânica do Município prevê a criação de um Banco Municipal, e a administração Luiza Erundina trabalha sobre este projeto. Mas a dinâmica ainda é muito incipiente no país.

1. ...
2. ...
3. ...
4. ...
5. ...
6. Banco Mundial, Op. Cit. p. 88
7. Banco Mundial, World Development Report 1992, Op. Cit. p. 17
8. ...
9. ...
10. ...
11. IBC, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988 (Rio de Janeiro, 1989)
12. Banco Mundial, Op. Cit. p. 81
13. ...
14. Banco Mundial, Op. Cit. p. 81
15. ...
16. ...
17. ONU Habitat - Estatísticas mundiais de desenvolvimento humano (1990)
18. Banco Mundial, Development and the Environment, World Development Report 1992
19. ...
20. ...
21. ...
22. ...
23. ...
24. ...
25. ...
26. ...
27. ...
28. ...
29. ...
30. ...
31. ...
32. ...
33. ...
34. ...
35. ...
36. ...
37. ...
38. ...
39. ...
40. ...
41. ...
42. ...
43. ...
44. ...
45. ...
46. ...
47. ...
48. ...
49. ...
50. ...
51. ...
52. ...
53. ...
54. ...
55. ...
56. ...
57. ...
58. ...
59. ...
60. ...
61. ...
62. ...
63. ...
64. ...
65. ...
66. ...
67. ...
68. ...
69. ...
70. ...
71. ...
72. ...
73. ...
74. ...
75. ...
76. ...
77. ...
78. ...
79. ...
80. ...
81. ...
82. ...
83. ...
84. ...
85. ...
86. ...
87. ...
88. ...
89. ...
90. ...
91. ...
92. ...
93. ...
94. ...
95. ...
96. ...
97. ...
98. ...
99. ...
100. ...

INTRODUÇÃO

Parte II Mídia e Meio Ambiente

O conceito de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987, a partir do relatório denominado "Nosso Futuro Comum", preparado durante três anos pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. A mensagem central do relatório afirma que "nosso entendimento sobre o meio ambiente deve estar integrado ao desenvolvimento para se atingir o desenvolvimento auto-sustentável, que preencha as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades". A partir desta conclusão o documento considera que "o desenvolvimento auto-sustentável depende em grande parte da informação e do acesso a tecnologias chamadas limpas", ainda pouco acessíveis aos países em desenvolvimento.

Sobre estes países, como é o caso do Brasil, admite-se que a maior parte de seus problemas ambientais é resultante do subdesenvolvimento. As populações destes países, como ocorreu no passado com muitos dos desenvolvidos, prejudicam o meio ambiente na sua busca pelo desenvolvimento, não raro por falta de informação e de acesso a tecnologias limpas. É neste ponto que a comunicação tem a sua importância, a conscientização pública sobre o que é necessário fazer para alcançar o desenvolvimento auto-sustentável.

Vamos analisar como a comunicação pública sobre os problemas do meio ambiente e da ecologia, representa hoje uma das fronteiras de possibilidades da prática do jornalismo como instrumento para o exercício da cidadania, além de ser uma forma de democratizar a ciência, a tecnologia e a cultura, embutida nas questões da ecologia.

CONSIDERAÇÕES SOBRE JORNALISMO E ECOLOGIA

Os temas sobre ecologia e meio ambiente sempre estiveram presentes nas pautas do jornalismo. No Brasil, tal não ocorreu somente quando podemos recorrer, no momento, temas e exemplos de prática jornalística, jornalista e escritor Eucides de Cunha, que em 1974, publicou

Parte II
Mídia e Meio Ambiente

Democracia, Meio Ambiente e Jornalismo no Brasil*

Fabiola de Oliveira

Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE

São José dos Campos, SP, Brasil

INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento auto-sustentável foi difundido pela Organização das Nações Unidas, ONU, em 1987, a partir do relatório denominado "Nosso Futuro Comum", preparado durante três anos pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. A conclusão central do relatório afirma que "nosso entendimento sobre o meio ambiente deve estar integrado ao desenvolvimento para se chegar ao desenvolvimento auto-sustentável, que preencha as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de preencherem suas próprias necessidades". A partir desta conclusão o documento considera que "o desenvolvimento auto-sustentável depende em grande parte da informação e do acesso a tecnologias chamadas limpas", ainda pouco acessíveis aos países em desenvolvimento.

Sobre estes países, como é o caso do Brasil, admite-se que a maior parte de seus problemas ambientais é resultante do subdesenvolvimento. As populações destes países, como ocorreu no passado com muitos dos desenvolvidos, prejudicam o meio ambiente na sua busca pelo desenvolvimento, não raro por falta de informação e de acesso às tecnologias limpas. É neste ponto que a comunicação torna-se essencial para a conscientização pública sobre o que é e como devemos agir para promover o desenvolvimento auto-sustentável.

Vamos analisar como a comunicação pública sobre as questões do meio ambiente e da ecologia, representa hoje uma das melhores possibilidades da prática do jornalismo como instrumento para o exercício da cidadania, além de ser uma forma de democratizar a informação científica e tecnológica, embutida nas questões da ecologia.

CONSIDERAÇÕES SOBRE JORNALISMO E ECOLOGIA

Os temas sobre ecologia e meio ambiente sempre estiveram presentes nas pautas do jornalismo. No Brasil, tão distante no passado quanto podemos recorrer no momento, temos o exemplo do militar, engenheiro, jornalista e escritor Euclides da Cunha, que no final do século

* Pesquisa financiada pelo CNPq, mediante bolsa de iniciação científica, 2º sem. 1992.

passado publicou diversas reportagens no jornal "O Estado de S. Paulo" sobre a revolta dos Canudos, ocorrida no interior da Bahia. Esse trabalho jornalístico acabou servindo como base para uma das mais belas obras da literatura brasileira, de autoria do mesmo jornalista: "Os Sertões - a Campanha de Canudos".

Vamos aqui transcrever uma passagem do "Os Sertões" que demonstra com clareza as abordagens ecológicas encontradas por Euclides da Cunha. Na primeira parte do livro, o autor descreve a terra que abrange toda a fisiografia e o clima do território brasileiro, até entranhar-se nos sertões da Bahia. Na segunda parte, Euclides fala do homem, das raças e culturas que integram o ser brasileiro, e a este ser vai agregando formas de comportamento absolutamente associadas ao meio ambiente que o cerca. Deste capítulo extraímos a passagem que trata dos traços do sertanejo nordestino:

"Perfeita tradução moral dos agentes físicos da sua terra, o sertanejo do Norte teve uma árdua aprendizagem de reveses. Afez-se, cedo, a encontrá-los, de chofre, e a reagir, de pronto.

Atravessa a vida entre ciladas, surpresas repentinas de uma natureza incompreensível, e não perde um minuto de tréguas. É o batalhador perenemente combalido e exausto, perenemente audacioso e forte; preparando-se sempre para um recontro que não vence e que se não deixa vencer; passando da máxima quietude à máxima agitação; da rede preguiçosa e cômoda para o lombilho duro, que o arrebatá, como um raio, pelos arrastadores estreitos, em busca das malhadas. Reflete, nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza que o rodeia - passiva ante o jogo dos elementos e passando, sem transição sensível, de uma estação à outra, da maior exuberância à penúria dos desertos incendiados, sob o reverberar dos estios abrasantes. É inconsistente como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela o talhou à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto..."

A beleza deste trecho de Euclides sobre o sertanejo deixa transparecer toda a sua preocupação em estabelecer um vínculo definitivo de simbiose entre o homem e o ambiente que o cerca. A "árdua aprendizagem de reveses", que conclui a primeira frase, delega ao sertanejo a capacidade de aprender com as rudezas da terra em que vive - é ler o trecho, como tantos outros do livro, para entender que o sertão nordestino molda os seus habitantes, que a ele se adaptam e contra ele estão sempre a lutar - "preparando-se sempre para um recontro que não vence e em que se não deixa vencer".

Em "Os Sertões" Euclides da Cunha demonstra um conhecimento profundo sobre a fisiografia das terras brasileiras, e como a cada região deste País estão agregados habitantes com características próprias, profundamente influenciadas pelo clima e geografia de seu meio ambiente. É esta obra, provavelmente, o melhor exemplo de um livro-reportagem produzido por autor brasileiro. E nela são inúmeros os exemplos,

como o trecho citado acima, do que convencionamos chamar de jornalismo ecológico. Porque trata as questões do meio ambiente sem desassociá-las do homem (e vice-versa), e busca as informações do conhecimento técnico e científico da época para dar consistência às suas descrições, análises, e conclusões.

É este o conceito que buscamos para o jornalismo ecológico. Uma abordagem mais científica, como uma modalidade do próprio jornalismo científico. Pela própria definição do que é hoje considerado como meio ambiente, e o que é a ecologia. O meio ambiente, como se auto-explica, é o meio que nos cerca, o ambiente em que vivemos; a ecologia, que é uma ciência, estuda as interações do homem com o meio ambiente - é portanto, muito mais abrangente e universal, além de se constituir em um conhecimento. De um modo geral, os meios de comunicação de massa no Brasil não têm conseguido, ou não têm procurado, traduzir esta associação.

Localizamos, atualmente, três tipos principais de cobertura jornalística sobre questões ambientais - as matérias baseadas em denúncia, as que apresentam propostas de solução para problemas ambientais, e a divulgação amena de assuntos como nichos ecológicos, parques e reservas florestais. Este tipo de divulgação mais "light" do meio ambiente é feita por programas de televisão como o "Globo Ecologia", revistas como a "Revista Geográfica Universal" (Bloch), "Caminhos da Terra" (Azul), "Horizonte Geográfico", e os cadernos de turismo dos jornais.

Estes tipos de cobertura jornalística apresentam abordagens política, econômica, social, ou científica, que podem ser destacadas ou mescladas numa mesma matéria ou reportagem, dependendo da linha editorial da publicação. No entanto, é inegável que a imprensa brasileira, quando se trata de meio ambiente, tem dado maior destaque às denúncias e à abordagem política - privilegiando as fontes oficiais - em detrimento das abordagens sociais, econômicas e, principalmente, científicas, e das fontes oriundas destas comunidades.

Embora também seja inegável que o meio ambiente é hoje uma questão a ser tratada politicamente, não devemos esquecer que no meio social, econômico e científico se encontram os principais instrumentos para a localização dos problemas ambientais, e as propostas de soluções com bases científicas e/ou experimentais. Sem a pretensão de sermos exaustivos, podemos demonstrar a crítica que fazemos ao jornalismo ecológico, com uma análise sobre a cobertura da imprensa brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - a RIO'92.

JORNALISMO NA RIO'92: ANTES, DURANTE... E DEPOIS?

Alguns anos antes da realização da RIO'92, mais precisamente em meados de 1988, a imprensa brasileira retoma a cobertura sobre problemas de devastação da floresta amazônica, assunto que durante a

década de 70 ocupou bom espaço na imprensa com a implementação dos grandes projetos de ocupação da Amazônia ocorridos no governo militar. Nesse período posterior da década de 80, observamos que a preocupação com aquela região se dá, principalmente, como repercussão à imprensa dos países desenvolvidos, que estampavam em suas manchetes denúncias contra o desmatamento e as queimadas na Amazônia. A pressão internacional surge motivada pelas observações anunciadas por cientistas de problemas ambientais que poderiam (e podem) estar afetando o planeta, como o aumento do efeito estufa, as chuvas ácidas, e os buracos na camada de ozônio da atmosfera. A ameaça de destruição da maior floresta tropical do mundo, poderia estar contribuindo com o aumento do efeito estufa. Os meios brasileiros reagem à pressão internacional e passam a dar destaque às questões ambientais.

Em fevereiro de 1992, portanto a quatro meses da RIO'92, os meios brasileiros começam a dar cobertura diária ao evento e seus preparativos. Os jornais da grande imprensa criam editorias específicas para privilegiar o meio ambiente. Alguns, como o "Jornal do Brasil", "O Globo" - periódicos do Rio de Janeiro, cidade-sede da Conferência - e "O Estado de S. Paulo", criam cadernos especiais dedicados à ecologia. Os meios naqueles dias - tão pouco tempo atrás - pareciam dispostos a ajudar a salvar o planeta, sem conseguir explicar muito bem se ele de fato estava, ou está, em risco.

Mas o que diziam os meios sobre a RIO'92? Por acaso explicavam os estudos científicos de anos, as complexas negociações políticas internacionais, e os interesses dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos nessas negociações, fatores que precederam a Conferência? Nada disso. Os temas da cobertura jornalística se concentravam no quanto estava-se gastando com a remodelagem do Rio de Janeiro; no esquema de segurança que estava sendo montado na cidade (dizia-se até que, depois da RIO'92, o Rio de Janeiro não teria mais problemas de segurança, e os turistas estrangeiros retornariam aos bandos); na possível presença de estrelas internacionais como Michael Jackson e Madonna, que não apareceram; na celeuma diplomática criada entre o Brasil e a República Popular da China, com a vinda do Dalai Lama, do Tibete, ao Fórum Global (evento paralelo promovido pelas ONGs), só para lembrar as notícias mais divulgadas.

É verdade que a ocorrência da RIO'92 foi também uma oportunidade única para os meios brasileiros trazerem a público a questão ambiental, e apontarem para os principais problemas do País nesta área, intrinsecamente ligados à pobreza, e ao desordenamento político e econômico. Mas fica difícil afirmar que as denúncias destes problemas calaram fundo na alma dos brasileiros, e neles despertou uma nova consciência, mais ecológica, humanitária e universal. Os problemas são denunciados mais pela denúncia em si, pela sensação imediata que provocam, do que pela sua história, pelo contexto em que se inserem. Haja visto que as fontes mais consultadas ou são políticos, ou ambientalistas (ativistas, e não especialistas ou pesquisadores da área), que dificilmente conseguem delimitar de onde vêm e para onde vão os proble-

mas ambientais - a não ser, pelo que conseguem deprender de especialistas da área.

Durante a realização da RIO'92 tivemos a oportunidade de observar de perto a cobertura diária feita pelos jornalistas, que se concentraram no RioCentro - onde se dava o evento oficial - ou no Aterro do Flamengo, onde estava o Fórum Global, das ONGs. Além da falta de especialização na área, da falta de informações sobre os acontecimentos que antecederam a Conferência, os jornalistas brasileiros defrontraram-se com um problema quase que elementar - a maioria absoluta era neófito em inglês, língua oficial do evento. Pode-se imaginar a angústia de nossos colegas nas duas coletivas diárias que enfrentavam, com líderes governamentais de todo o mundo, sem entender quase nada. Tanto que raras vezes ouvimos jornalistas brasileiros fazendo perguntas - acabavam-se as coletivas e todos iam buscar os "press-releases" produzidos pela ONU, ou procuravam algum colega brasileiro que pudesse explicar o que aconteceu.

Com isto, a cobertura da grande imprensa sobre a RIO'92 acabou resultando muito homogênea, acrítica, e pouco analítica. Cinco jornalistas e alunas do Curso de Especialização em Divulgação Científica e Tecnológica, da Universidade de Brasília, concluíram o curso com um trabalho intitulado "A Cobertura da RIO'92 na Imprensa Brasileira", onde analisaram as centenas de matérias publicadas pelos jornais "Gazeta Mercantil", "Jornal do Brasil", "O Globo", "Folha de S. Paulo", e "O Estado de S. Paulo". Neste trabalho as autoras demonstraram por método quantitativo, as críticas que aqui apresentamos, baseadas em observação "in loco".

O Rio de Janeiro voltou, em poucas semanas, a enfrentar problemas com a criminalidade. Os meios esqueceram rapidamente a Conferência do Rio. Os cadernos de ecologia desapareceram, e - coincidência ou não - até mesmo as editorias de ciência foram extintas ou relegadas a um segundo plano. A "Folha de S. Paulo", por exemplo, acabou com seu caderno de Ciência, e inseriu este assunto em um novo caderno dominical chamado "Mais", que mistura ciência com coluna social, horóscopo, e agenda cultural. De fragmentos em fragmentos os nossos meios vão caricaturando a nossa história, vivendo de eventos, de fatos que na maior parte das vezes não se consomem. Como o comércio e a propaganda, que sai da Páscoa e entra no Dia das Mães, que sai de cena para o Dia dos Namorados, as Festas Juninas, o Dia dos Pais, e por aí vai.

A COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA DAS ORGANIZAÇÕES

A questão da fragmentação, da falta de profundidade e de uma perspectiva histórica, continuada, no trato das questões do meio ambiente, é um problema que afeta não apenas o jornalismo praticado no Brasil, mas também em outras partes do mundo atual. O físico austríaco Fritjof Capra, na conclusão do seu livro "Ponto de Mutação", afirma: "(...) o direito de acesso do público aos veículos de comunicação de massa

será um aspecto importante da mudança social em curso. Uma vez que tenhamos conseguido reformar os veículos de comunicação massa, poderemos então decidir o que precisa ser comunicado e como usar eficazmente esses veículos para construir nosso futuro. Isso significa que também os jornalistas, deverão mudar, e seu modo de pensar, fragmentário, deverá tornar-se holístico, desenvolvendo uma nova ética profissional baseada na consciência social e ecológica. (...) Prova de que esse tipo maduro de jornalismo é socialmente benéfico e pode ser também um bom negócio, é o número crescente de veículos alternativos de informação que promovem novos valores e estilos de vida."

Em defesa de uma nova categoria de jornalismo alternativo - como mencionado por Capra - que foge do universo de abrangência da grande imprensa, observamos que nas Organizações Não-Governamentais dos países desenvolvidos, cada vez mais poderosas, proliferam em abundância os meios de comunicação com seus públicos, que se traduzem em boletins, revistas, vídeos, e programas de rádio. Esses meios, ao contrário da comunicação de massa, buscam atingir a um público específico, com um perfil multiplicador. A geração desses meios tem sido facilitada enormemente pelas novas tecnologias de comunicação, como o fax, a editoração e os correios eletrônicos. No entanto, é evidente que só quem tem poder aquisitivo para adquirir estes aparelhos e, o que é mais importante, capacidade de produzir informação relevante aos públicos a quem se dirige, pode ter o seu quinhão de influência no emaranhado de informações que circulam a cada segundo por todo o globo.

O geógrafo brasileiro Aziz Nacib Ab'Saber, atual presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em folheto que publicou em novembro de 1991, tratando da educação ambiental, mostra a abrangência e universalidade da questão ambiental. Ele diz: *"Educação ambiental é uma coisa mais séria do que geralmente tem sido apresentada em nosso meio. É um apelo à seriedade do conhecimento. É uma busca de propostas corretas de aplicação de ciências. (...) Uma ação, entre missionária e utópica, destinada a reformular comportamentos humanos e recriar valores perdidos ou jamais alcançados. (...) É impossível consolidar um corolário de educação ambiental exclusivamente em atendendo à escala planetária ou à escola nacional. Pelo contrário, ele envolve todas as escalas. Começa em casa. Atinge a rua e a praça. Engloba o bairro. Abrange a cidade ou a metrópole. Ultrapassa as periferias. Repensa o destino dos bolsões de pobreza. Penetra na intimidade dos espaços ditos "opressores". Atinge as peculiaridades e diversidades regionais. Para só, depois, integrar, em mosaico, os espaços nacionais. E, assim colaborar com os diferentes níveis de sanidade exigidos pela escala planetária, dum fragmento de astro que asilou a vida e deu origem aos atributos básicos do ser que pensou o Universo"*.

No que tange à comunicação pública, entendemos que para atender à universidade proposta da questão ambiental, não podemos nos limitar aos meios de comunicação de massa, mas também incluir aí, necessári-

amente, os meios alternativos de comunicação. Estes podem ser produzidos por organizações civis que passam pelas associações de bairros, profissionais, sindicais, ambientalistas, científicas, e também pelas governamentais como universidades, instituições de pesquisas, e outras que prestam serviços às comunidades.

Um aspecto interessante sobre a comunicação alternativa das organizações, trata da sua capacidade de abrangência, ou alcance, o que é bastante diferente de circulação, que pode ser facilmente mensurada. O jornalista Ricardo Bayón, da ONG "The Centre for Our Common Future" (Genebra, Suíça), fala sobre esta questão em seu trabalho intitulado "Sculpting a Better Future", apresentado na conferência GreenPress (Belo Horizonte, MG, maio de 1992). Bayón diz que *"os meios de comunicação de massa fazem pesquisas de opinião e estatísticas para medir o seu alcance, mas essas são, na melhor das hipóteses, meras aproximações. Nem sempre as suas mensagens atingem o público a quem se dirigem (circulação). O inverso também é verdadeiro: às vezes o alcance de uma mensagem não corresponde à sua circulação original. Esse é exatamente o caso dos meios alternativos. Como a mensagem que eles transmitem é geralmente, detalhada e específica, e dirigida a um público mais propenso a recebê-la, o alcance dos meios alternativos acaba indo muito além da sua distribuição"*.

A comunicação alternativa das organizações é ainda incipiente no Brasil. Não dispomos de um levantamento específico, mas podemos mencionar alguns casos isolados como o jornal mensal "Folha do Meio Ambiente", publicado em Brasília pela Forest Cultura Viva Ltda., algumas publicações de associações profissionais, sindicatos, e sociedades científicas. No caso de organizações governamentais, o volume maior de meios de comunicação é produzido por algumas universidades estaduais e federais, como é o caso da USP, da Universidade de Brasília, da UNESP, da Unicamp, da PUCAMP, da Universidade Federal do Pará, entre outras. Esta última, e a Universidade de Santa Catarina, além de jornais periódicos, estão produzindo, desde 1990, uma série de vídeos de divulgação científica que são distribuídos para TVs educativas. Algumas instituições estaduais e federais de pesquisas também produzem jornais como é o caso do Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargem/Embrapa); o Museu Paraense Emílio Goeldi (CNPq); a FINEP (MCT); o INPE (MCT); a Fundação Oswaldo Cruz, entre outras.

Todas estas iniciativas de comunicação alternativa que envolvem a questão ambiental (embora nem todas tratem apenas de ecologia), são isoladas e, na maior parte das vezes, dependem da existência de profissionais decididos a levar adiante tais projetos. Sofrem de descontinuidade e do mandonismo dos dirigentes das organizações. Não representam, ainda, um instrumento definitivo e intencional de comunicação alternativa para o público brasileiro, como já ocorre em países desenvolvidos.

CAMINHOS POSSÍVEIS ENTRE O REAL E O IDEAL

No Brasil, quando tratamos da capacidade de alcance dos meios de comunicação, tanto de massa quanto alternativos, devemos encarar de imediato alguns problemas graves. Durante os dias que antecederam o plebiscito de 21 de abril de 1993, para escolha de regime governamental, o jornalista Boris Casoy, no Jornal do SBT/TV, de 14/04/93, divulgou um levantamento preparado para conhecer o universo do eleitorado. Apavorante! 70% dos eleitores não têm o 1º grau; grande parte destes é composta por analfabetos. Já se cansa de repetir que a saída para o Brasil está na educação. Qualquer político oportunista usa este chavão durante a campanha eleitoral - e sempre se esquece do assunto no dia após a eleição. Mas é esta uma grande verdade, e dela não podemos nos cansar. Não é possível opinar, discernir, decidir, influir; não é possível exercer-se plenamente nenhum direito, se dele não é possível exercer-se plenamente nenhum direito, se dele não se tem conhecimento. A ausência da educação, do conhecimento, da informação, é a maior causa do medo, e da insegurança, em todos os aspectos da vida social-humana.

O acesso ao conhecimento é para nós, portanto, o ponto central de união entre democracia, meio ambiente, e jornalismo. O exercício da cidadania, prática vital dentro de uma sociedade democrática, não pode prescindir do acesso à informação. Para assumirmos uma identidade pública, que reside no cerne do conceito de cidadania, torna-se necessário desenvolver a capacidade de argumentar, debater e, em última instância, de elaborar julgamentos válidos. A pensadora alemã Hannah Arendt, citada por Maurizio d'Entrèves no livro "Dimensions of Radical Democracy", afirma: *"O pensamento político é representativo. Eu formo uma opinião considerando um determinado assunto sob diversos pontos de vista, trazendo para a minha mente as posições daqueles que estão ausentes; isto é, eu os represento... Quanto mais opiniões de pessoas eu tenho presente em minha mente quando estou considerando um determinado assunto, e quanto melhor eu posso imaginar como me sentiria e pensaria se estivesse em seus lugares, mais forte será a minha capacidade de pensamento representativo, e mais válidas serão as minhas conclusões finais, a minha opinião"*.

O exercício da cidadania, que nos proporciona uma identidade pública, participativa, depende, portanto, da nossa capacidade de ter opiniões e julgamentos válidos. Estes, por sua vez, dependem do acesso à diversidade de pensamentos e posições - em última análise, dependem do nosso acesso ao conhecimento e à informação. Acreditamos que a divulgação aprofundada das questões ambientais, pelas suas características de universalidade, oferece uma oportunidade exemplar para que tenhamos uma consciência maior de nossa identidade enquanto cidadãos diretamente responsáveis pelo estabelecimento da democracia.

Para os jornalistas e comunicadores, tanto nos meios de comunicação de massa quanto nos meios alternativos - que podem proliferar

dentro de uma sociedade democrática, propiciando a diversidade de pensamentos e opiniões - torna-se imperativo fugir da superficialidade e buscar a especialização. Não a especialização tecnicista, compartimentada, mas aquela que busca o domínio de um determinado contexto compreendendo-o de maneira global, em todos os seus aspectos sociais, econômicos e políticos. Como fez Euclides da Cunha em seu trabalho sobre a Guerra dos Canudos. Devemos ter a ambição do saber, para entender como os deslocamentos de tempo e espaço em cada área do conhecimento, interagem entre si, criando o ato contínuo da história da humanidade, de um povo, de uma nação, de uma cidade, de um bairro, de uma associação de classe, das famílias - a nossa história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAYÓN, R. *Sculpting a Better Future*. In: GreenPress - Conferência sobre Imprensa e Meio Ambiente. Anais. Belo Horizonte, MG, maio de 1992.
2. CAPRA, F. *Ponto de Mutação*. Cultrix, São Paulo, 1982.
3. CUNHA, E. *Os Sertões - Campanha de Canudos*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1982.
4. D'ENTR'ES, M. P. *Hannah Arendt and the Idea of Citizenship*. In: Dimensions of Radical Democracy. Chantal Mouffe, editor, Verso, London, UK.
5. MARMORI, M.; MORELLI, A.L.F.; MOURA, A.M.M.; SILVA, L.M.A.; VELOSO, E. *Jornalismo Ambiental: A Cobertura da RIO'92 na Imprensa Brasileira*. UnB, Núcleo de Política Científica e Tecnológica, Brasília, D.F. dezembro de 1992.
6. OLIVEIRA, F.I. *A Critical Overview of the Brazilian Media Reporting on the Unced*. In: World Conference of Science Journalists. UNESCO. Anais. Tóquio, Japão, novembro de 1992.
7. SABER, A.N. *(Re)Conceituando Educação Ambiental*. Museu de Astronomia e Ciências Afins, CNPq, Rio de Janeiro, março de 1992.

As ideias aqui propostas não são novidade, e dependem, portanto, da participação ativa da sociedade civil para serem concretizadas. A formação de uma consciência cívica é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAYNE, R. (1995) *Journalism in the 1990s: A New Paradigm*. London: Paul Chapman.

2. CAPRA, F. (1985) *Journalism in Brazil: A History of the Press*. São Paulo: Sumaré.

3. CUNHA, E. de S. (1985) *Journalism in Brazil: A History of the Press*. São Paulo: Sumaré.

4. DENT, M. F. (1985) *Journalism in Brazil: A History of the Press*. London: Paul Chapman.

5. MARINHO, M. MORELLA, F. MOURA, M. M., SILVA, J. M. A. VELLOSO, E. (1985) *Journalism in Brazil: A History of the Press*. São Paulo: Sumaré.

6. OLIVEIRA, P. A. (1985) *Journalism in Brazil: A History of the Press*. São Paulo: Sumaré.

7. SABBAG, M. (1985) *Journalism in Brazil: A History of the Press*. São Paulo: Sumaré.

Para os jornalistas e comunicadores, tanto nos meios de comunicação quanto nos meios alternativos, é essencial a participação ativa da sociedade civil para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A Informação Ambiental no Jornalismo Piauiense

Maria das Graças Targino

Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí Mestra em Biblioteconomia e Documentação

Antonio Teixeira de Barros

Mestrando em Comunicação na Universidade de Brasília
Redator da TV Educativa do Piauí

INTRODUÇÃO

No estágio atual das sociedades contemporâneas, denominadas "sociedades da informação" ou "sociedades do conhecimento", o binômio informação e desenvolvimento científico-tecnológico assume um valor crescente tanto na esfera dos bens materiais como dos simbólicos. Neste contexto, destaca-se a "Informação Científica e Tecnológica ou Informação Científica (ICT)", como um dos principais propulsores do progresso mundial, apesar das idiosincrasias inerentes à organização capitalista da produção técnico-científica, fruto da estrutura da produção econômica de modo global.

A ICT se impõe como a mais poderosa força de transformação do homem, aliando-se aos modernos "Meios de Comunicação de Massa (MCM)" para conduzir o desenvolvimento científico e tecnológico das nações, por meio da tão propalada "transferência de informações" ou "difusão de novas idéias e tecnologias". Insere-se, pois, no processo desenvolvimentista, configurando e fortalecendo a relação informação "versus" progresso social, a partir da concepção de que as conquistas sociais vinculam-se à democracia. Isto porque, a democracia não pode e não deve ser visualizada como um sistema meramente político, mas como forma de vida social, em que se estimula o exercício permanente da cidadania, mediante a participação dos cidadãos nas decisões do Estado. Sem dúvida, tal participação decorre da qualidade das informações que se produz, se acessa, se repassa e dos benefícios então advindos.

O poder da informação, no entanto, é extremamente ambivalente, podendo tanto ser instrumento de progresso social como de dominação política. No primeiro caso, é visto como a mola propulsora do bem-estar social, do desenvolvimento econômico, do progresso técnico-científico. Sob outro prisma, sobretudo quanto ao aspecto da transferência de informações e de tecnologia, é comum atribuir-lhe a dimensão "neocolonialista". Isto significa que, por meio da informação e da "Ciência e Tecnologia (C&T)", efetivam-se as modernas formas de dominação econômica, política e cultural.

Entre as várias manifestações da ICT, a informação ecológica/ambiental aparece como um dos campos mais polêmicos e profusos, sobretudo nas últimas décadas. Como decorrência, os MCM, em todo o mundo, passaram a explorar mais e mais "o tema da moda", o que

justifica a necessidade de se discutir a questão ecológica, no contexto da ICT, sob um ponto de vista crítico, tomando-se por referência a produção noticiosa piauiense e sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado. Ressalte-se que, grosso modo, o jornal é o MCM que permite maior profundidade analítica e que atinge um grande número de receptores, e, no caso específico do Piauí, os veículos impressos servem, inclusive, de suporte informacional para as emissoras de rádio e TV, com frequência.

Assim, objetiva-se, **fundamentalmente**, analisar os aspectos quantitativo e qualitativo da informação ecológica/ambiental no jornalismo piauiense, ou seja:

- a) avaliar a **importância da informação ambiental** na imprensa escrita piauiense;
- b) detectar o **grau de interferência das entidades** governamentais e não-governamentais no panorama da informação ambiental piauiense, mediante a **identificação da procedência das fontes noticiosas e da natureza das matérias**;
- c) **comparar** o enfoque dado à informação ambiental entre os cinco jornais teresinenses de circulação diária;
- d) **identificar/categorizar os assuntos e temas** mais explorados, no campo da ecologia;
- e) verificar a **qualidade técnica do conteúdo**, face aos critérios de produção noticiosa;
- f) analisar os **recursos técnicos** empregados: manchetes, títulos, chamadas de primeira página, fotos etc.

Para fundamentar, teoricamente, o trabalho, aborada-se, de início, a informação ambiental. Como o campo de estudo básico é o jornalismo piauiense, descreve-se, sucintamente, a situação deste Estado no que se refere à divulgação da ICT e dessa informação, em particular. A seguir, apresentam-se a descrição da metodologia empregada, a discussão dos resultados, as conclusões, as recomendações e a bibliografia consultada.

A INFORMAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA ICT

A ecologia como referencial

A informação ambiental surge como resultante histórica do processo de "*popularização*" da Ecologia como ciência. "*Ciência de análise e de síntese*", segundo Ferri (1980). De análise, porque propõe-se a estudar o comportamento das diferentes espécies que compõem a biodiversidade. De síntese, porque busca conhecimentos nas mais variadas ciências, como: Zoologia, Botânica, Microbiologia, Fitogeografia, Fisiologia, Genética, Física, Climatologia, Geomorfologia etc.

É consenso entre os especialistas da área, como Ávila-Pires (1983) e Nusdeo (1975), que a Ecologia é uma ciência que se configurou como tal

recentemente, já neste século, embora seja notória a existência de um "pensamento ecológico" que remete a tempos remotos, sendo difícil precisar sua origem no contexto da civilização ocidental.

Foram várias as contribuições para a consolidação da Ecologia como disciplina autônoma e como ciência. Dentre as principais, podem se destacar os estudos de Malthus (1798) sobre o crescimento das populações; os ensaios de Humboldt (1805) sobre geografia das plantas; além dos estudos de Lamarck e Darwin, no século passado, responsáveis pelas duas linhas fundamentais da Ecologia: a influência dos fatores do meio físico sobre os organismos e o papel da competição biológica da seleção natural. Mas, atribui-se ao zoólogo alemão Ernst Haeckel (1866) a cunhagem da palavra Ecologia, originária do grego "oikos" (casa) e "logos" (estudo). Assim, Ecologia é, para Ferri (1980), a ciência que estuda a casa, isto é, o meio ambiente, o habitat e ainda as inter-relações dos seres vivos uns com os outros e com o meio em que vivem.

Segundo ele, o primeiro livro de Ecologia de que se tem notícia foi publicado na Dinamarca, em 1985. O mesmo, escrito por um brasileiro, Warming, tratava da vegetação do cerrado de Minas Gerais. A biodiversidade brasileira, de acordo com registro de estudiosos do setor, sempre despertou interesse dos pesquisadores, atraindo a atenção de naturalistas das mais diversas proveniências, que para aqui vieram coligir exemplares da fauna, flora, minerais brasileiros etc. Mas, o papel do Brasil no avanço da Ecologia como ciência foi marcadamente passivo. Somente a partir dos anos 40, instalada a Universidade de São Paulo, esse panorama adquire novo rumo e a conseqüente execução de trabalhos experimentais, sobretudo os desenvolvidos no cerrado. E, 1944, Ferri elabora a primeira tese de doutoramento no âmbito da Ecologia: "*Transpiração de plantas permanentes dos cerrados*".

Com o incremento do interesse da comunidade científica internacional para os problemas ecológicos, esta ciência, derivada da Biologia, especializa-se em vários ramos, destacando-se: a *Autoecologia* (estudo das relações de espécies individuais com o seu meio); *Sinecologia* (estudo do conjunto dos seres vivos de um determinado meio); *Ecologia Humana ou Social* (estudo das relações humanas no meio ambiente) e *Ecologia Patológica* (estudo dos males causados pelo desequilíbrio ecológico, como a poluição).

Na década de 70, depois da realização do "I Congresso Internacional de Ecologia", o assunto torna-se "a ciência da moda" (Ávila Pires, 1983, p. 147). Para ele, o interesse popular pela Ecologia é efêmero e sem conseqüências práticas eficientes, pois, quase sempre, constitui uma válvula de escape para insatisfações pessoais e sociais. Assim, por si só, tal interesse não é suficiente para assegurar a continuidade e a seriedade de estudos e trabalhos a longo prazo.

Isso tudo tem reflexo no processo de busca de soluções para os problemas ecológicos e para o fortalecimento de uma autêntica tecnologia ecológica. Na opinião desse autor, a solução recai no desenvolvimento de pesquisas básicas, realizadas no local de origem dos problemas, pois a importação de tecnologias e de soluções técnicas serve,

muitas vezes, para agravar o atraso científico do País. A prova do des-caso em relação aos problemas de ordem ecológica que atingem o Bra-sil está nas atividades econômicas empreendidas ao longo da história do País. No passado, os ciclos da economia caracterizaram-se pela devastação em larga escala, comprometendo o equilíbrio dos ecossis-temas. Atualmente, a monocultura de exportação, o extrativismo mine-ral e vegetal seguem o mesmo rumo da devastação.

Por outro lado, Carvalho (1990) refere-se à Ecologia como um cam-po estratégico, dada à importância crescente das questões ambientais, ao longo dos últimos anos, firmando-se como uma das grandes preocu-pações do mundo contemporâneo e item polêmico na pauta de negoci-ações entre países. Essa polêmica advém, basicamente, da falta de uma reorientação da indústria e da economia. Como consequência, os países do chamado Terceiro Mundo, onde se concentram 25% da po-pulação mundial, consomem 70% dos recursos naturais do planeta.

Tudo isto reflete os compromissos de uma prática científica depen-dente, tanto do Brasil como dos demais países periféricos, em relação aos que ocupam o centro de gravitação do capitalismo contemporâneo. Ciência e técnica se transformam em instrumento para legitimar as for-mas de poder vigentes na sociedade industrial. Funcionam com um *"discurso competente"* (Bueno, 1985b) para respaldar essa dominação, assumindo a função da ideologia, além de terem se transformado nas principais forças produtivas das sociedades contemporâneas regidas pela lógica do capital.

No âmbito específico da Ecologia, como ramo da C&T, Carvalho (1990) denomina tal retórica de *"discurso ecológico oficial"*, produzido pelos or-ganismos governamentais nacionais e internacionais, institucionalizando uma fala consensual sobre a problemática ambiental. Tal discurso regu-lamenta, estabelece metas e produz o fato ecológico, com base em idéi-as genéricas e fluidas como bem-estar, qualidade de vida:

"Esses termos são usados como se tivessem um sentido unívoco. No entanto, o que é melhorar, do ponto de vista desse discurso? O que é bem-estar ou uma vida de qualidade na sociedade de consumo? Sabemos como esses signos são manejados, associando-se a produtos, projetos e condutas, que precisam ser ven-didos (...) Assim, esse discurso nomeia como bom um certo mo-delo de desenvolvimento e esta é a sua medida para a melhoria e o bem-estar. Clama pela preservação da natureza, comprome-tido de antemão com as regras do capitalismo industrial e do consumo" (Carvalho, 1990, p. 237).

A essa discurso oficial, o mesmo atual contrapõe o *"discurso ecológi-co alternativo"*, como uma forma diferente de interpretar os fatos ecológi-cos. Estende os questionamentos do campo ambiental a um contexto mais amplo, que põe em xeque todo o sistema mundial. Esse discurso está ligado aos setores que empreendem uma crítica radical ao modo de vida e ao modo de produção na sociedade industrial. Propõe novos sen-

tidos para a vida, a partir de um ideário que inclui valores como a solidariedade, a sobrevivência, a autonomia, a descentralização, enfim, uma nova cultura política, um novo paradigma que tenta romper com a cultura e a ética geradas pelo capitalismo.

A "United Nations Conference on Environment and Development/Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", a ECO-92 ou ainda a RIO-92, reuniu, na cidade do Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992, 30 mil participantes e a cúpula governamental do mundo, representada por chefes de Estado de 114 países e de representantes de cerca de três mil "Organizações Não-Governamentais (ONGs)".

Considerada um bom exemplo do "discurso oficial", e, na época, "o evento do ano" e, posteriormente, como um dos "não-eventos de 1992", pela revista semanal "Veja" em sua edição retrospectiva sobre o ano de 1992 (30.dez.1992), a "ECO-92", apesar de deixar no ar a exequibilidade de muitas de suas propostas, sem dúvida, abriu novos horizontes para a discussão dos problemas ecológicos. **Transferência de tecnologia** (possibilidade de acesso dos países periféricos à tecnologia usada pelos ricos para proteger a natureza); **lixo tóxico** (exportação de detritos industriais químicos e/ou radioativos); **efeito estufa** (mudança climática causada pela emissão de gases provenientes da queima do petróleo e do carvão); **biodiversidade** (normas para preservação e uso racional das plantas e animais) e, sobretudo, a **questão financeira**, ou seja, a quem compete pagar a conta, foram temas abordados.

Ao lado de tais questões, muitas controvérsias foram identificadas entre os Estados Unidos, a Europa, o Brasil, as ONGs e as grandes empresas. No entanto, um dos aspectos aparentemente consensuais dentre as várias facções, é a reconceitualização do termo Ecologia. Este deixa de ser encarado apenas como parte da Biologia destinada ao estudo das relações entre os seres vivos e o meio ambiente. Passa a ser, de acordo com Rocha (1992, p.6) "um ramo das ciências humanas e sociais que se volta para a harmonização do desenvolvimento das comunidades com o meio ambiente que as cerca, tendo o homem como questão central".

No âmbito da **Ecologia Patológica**, para Nusdeo (1975, p.23), a poluição decorre da deterioração ambiental que, por sua vez, figura como uma das conseqüências básicas da sociedade pós-industrial:

"Poluição significa a presença de elementos exógenos num determinado meio, de modo a lhe deteriorar a qualidade ou a lhe ocasionar perturbações, tornando-o inadequado a uma dada utilização (...). É essa deterioração das qualidades do meio ambiente, inabilitando-o para a prestação de uma série de serviços ao homem que constitui o cerne do problema da poluição".

Para os cientistas, neste momento, e a ECO-92 o reforça, o conceito de poluição incorpora os aspectos moral e econômico da sobrevivência humana, considerando fome e miséria elementos inerentes à poluição. Aliás, o mesmo que se dá com a concepção de modernidade, de-

fendida por homens públicos como Aloízio Mercadante, Edmar Bacha, Celso Lafer, dentre vários outros, para quem, a exemplo de Frei Betto (apud Toledo, 1992, p.85), modernidade *"É assegurar a cada brasileiro um prato de comida por dia, a cada criança um lugar na escola, a cada paciente um tratamento digno e barato."*

É urgente a implantação de uma política de C&T capaz de reverter o *"inferno social brasileiro"*, intitulado pela "Veja" de "Retrato do Brasil" (1993). Antecedendo os resultados de pesquisa recém-concluída pelo "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)", o artigo alerta para a situação atual no que se refere ao tratamento do lixo, esgoto e controle de qualidade da água. Diariamente, cerca de 182.190 toneladas de todo o lixo coletado no País (75%) são despejadas a céu aberto. O lixo hospitalar de um em cada dois municípios brasileiros (1.983 cidades) não recebe nenhum tratamento. Do total de esgoto coletado por dia no País, 10,6 milhões de toneladas, só 2,01 milhões recebem algum tipo de tratamento. O resto (81%) é jogado nos rios, lagoas e oceano. Cerca de 1.441 municípios não dispõem de tratamento da água para consumo humano.

Diante dessa situação, e frente ao RIO-92 ou aos temas ambientais, de forma genérica, a imprensa brasileira tem dedicado tempo e espaço crescentes, na visão de Ribeiro (1991), ainda que possa se contestar o aspecto qualitativo das informações veiculadas. No caso específico do *"evento do ano"*, avalia-se em sete mil o número de jornalistas que fizeram sua cobertura, incluindo os do Brasil e os do exterior. Todos os jornais e revistas de circulação nacional dedicaram amplo espaço à Conferência. Alguns mantiveram secções ou suplementos especiais, como o "Jornal do Brasil", "O Globo" e "O Estado de S. Paulo". No caso do Piauí, os cinco jornais diários reproduziram, em páginas inteiras, informações sobre o acontecimento, com ênfase para as emitidas pelas agências de notícias. Todos, enfim, buscando, *"oficialmente"* como exemplificado na declaração do *ombudsman* da Folha (Santos, 1992, p. 1-6).

"... oferecer aos leitores uma visão crítica do encontro, uma abordagem que permitisse uma reflexão mais penetrante para além da versão otimista e das demonstrações piegas de congraçamento universal que a Organização das Nações Unidas (ONU), os governos e mesmo muitos grupos ecologistas, religiosos e esotéricos presentes à conferência procuraram vender".

Mas, em contraposição a tal assertiva, Ruiz (1992) acusa a imprensa, de modo genérico, de comportar-se, quando da RIO-92, de modo semelhante à cobertura de eventos espetaculares, como copas de mundo, olimpíadas, festivais de rock etc., sem discutir os interesses políticos e econômicos envolvidos. Fernando Gabeira (apud Santos, 1992, p.1-6), referindo-se à "Folha de S. Paulo" em particular, a acusa de agir sem reconhecer a dimensão histórica e política do evento, privilegiando a exploração de aspectos sensacionais e pitorescos.

A discussão sobre os problemas ambientais conduz os cientistas e pesquisadores à preocupação com problemas concretos como a questão do *"desenvolvimento sustentável"*, assunto amplamente divulgado nos últimos anos, culminando com o seminário preparatório para a reunião "Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (ICD)", em Fortaleza-CE, em janeiro de 1992.

De fato, a preocupação ecológica, com essa conotação, no Brasil, é recente, *"uma resultante histórica"*, na expressão de Vieira (1986). Tornando-se por base o aspecto jurídico, ressaltado por Almeida, Cordeiro, Caribé (1987), reconhece-se o quanto são recentes os mecanismos legais de proteção à natureza no Brasil, sendo os primeiros o Código de Águas e o Código Florestal, ambos de 1934. O impulso maior, no entanto, dá-se em 1972, com a participação do Brasil na "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano", em Estocolmo-Suécia, o que influencia a criação da "Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)", em 1973. A este respeito, Vieira (1992) detalha e periodiza a política ambiental do governo brasileiro em quatro grandes fases, com início em 1934 e ápice, em 1981, mediante a formulação da Política Nacional do Meio Ambiente e a inclusão na Constituição vigente, de um capítulo sobre questões do meio ambientais.

Então, o crescimento movimento ambientalista e os permanentes debates de sobre a questão ecológica favorecem uma *"explosão"* na produção informativa brasileira sobre o assunto. Cientistas e estudiosos passam a dedicar espaço significativo na produção científica aos problemas ambientais. Surgem periódicos especializados, contribuindo para o avanço das discussões e análises, pois, sem dúvida, o desenvolvimento científico e tecnológico está, irremediavelmente, vinculado ao processo de produção e transferência da informação e, neste sentido, os canais de comunicação desempenham papel básico para o desenvolvimento da ciência.

Neste contexto, entende-se por informação ambiental/informação ecológica (Vieira, 1986, p. 203), os dados referentes à questão ecológica em sua abordagem holística, transdisciplinar, citada como típica manifestação pós-moderna, bem como à sua vertente metodológica, a **Ecologia Política**. Esta contribuição para a dissecção da realidade, com base em dados factuais e em informações de natureza diversa - filosófica, sócio-econômica, tecnológica. A informação ambiental refere-se, pois,

"... a esses dados, informações, metodologias e processos de representação, reflexão e transformação da realidade, os quais contribuem para a compreensão, análise e interação harmônica dos elementos naturais, humanos e sociais."

Como decorrência *"natural"* de todo este processo, emerge, dentro do jornalismo científico, o jornalismo ambiental, dedicado à divulgação de informações concernentes à questões da ecologia e das ciências do

ambiente. Se o jornalismo em geral, visa a educar, além de informar e entreter, no jornalismo científico, o objetivo educativo é acentuado, tendo em vista, exatamente, a função social de contribuir para a difusão de popularização do conhecimento científico e tecnológico. Logo, não **deve** se resumir à divulgação de informações. A emissão de dados **deve** conter verdadeira dimensão didática, que favoreça a compreensão do tema exposto, a fim de motivar mudanças comportamentais dos indivíduos, evitando passividade, superficialidade e a tendência para difundir o facilmente acessível nas fontes, sem critérios rígidos, sem maiores cuidados e/ou maior investigação.

No entanto, no dia-a-dia, a C&T, a imprensa de modo geral e o jornalismo científico em particular apresentam-se como processos essencialmente ideológico-mercantis, por sua inserção no sistema capitalista de produção, quando assimilam, além da dimensão simbólica, uma conotação econômica. O jornalismo científico, cujos objetivos e funções estão exaustivamente descritos por Bueno (1985a, 1985b) e Melo (1982), converte-se, assim, em instrumento de transferência de tecnologia e de manutenção do poder, com graves disfunções sintetizadas por esses teóricos. Dessas disfunções e desses entraves inerentes à natureza da ciência nas sociedades capitalistas, resultam a superexploração de alguns temas e a omissão de outros, seja por conveniência ideológica ou empresarial.

No caso específico da Ecologia, Ribeiro (1991) diz que isso ocorre, geralmente, porque os temas são pautados de modo a não ferir os interesses de anunciantes que degradam a natureza. Outros fatores apontados são os limites à liberdade de imprensa, estabelecidos pelo Governo ou pelas próprias empresas de comunicação, ainda que, muitas vezes, disfarçadamente. Logo, o jornalismo ambiental enquanto subespecialização do jornalismo científico, apresenta características e deficiências próprias, apontadas por Silva (1982):

- a) "**filosofia do time de casa**" - supressão de informações consideradas prejudiciais ao processo de desenvolvimento de "*sua*" cidade;
- b) "**afeganistanismo**" - tendência a destacar mais os problemas ecológicos de lugares distantes do que os dos locais mais próximos em que se edita o jornal;
- c) "**síndrome da futilidade bem informada**" - sentimento de impotência do cidadão diante da magnitude das questões ambientais: (re)conhece o problema via MCM, mas percebe-se excluído do processo de tomada de decisões;
- d) "**complexidade dos assuntos**" - a temática ambientalista é interdisciplinar por natureza. Além disso, as notícias ambientais referem-se a processos abrangentes e longos, contrastando com a natureza das notícias factuais que predominam no noticiário de modo geral. Isso dificulta a adequada apuração dos dados, o que agrava a dependência dos jornalistas em relação às fontes autorizadas a emitirem opiniões e fornecerem dados;
- e) "**questões de estilo**" - apresentação da notícia em linguagem leve e acessível representa um dos maiores desafios dos jorna-

listas que atuam na área ambiental, devido à heterogeneidade do público receptor.

Oliveira (1991, p. 11), por sua vez, ressalta que *"a abordagem das questões ambientais através da imprensa parece estar viciada a publicar somente as catástrofes (...), o que foi destruído, poluído, que virou deserto, pela ação humana etc."* Irrracionalidade, dogmatismo, misticismo, maniqueísmo, visão primeiro-mundista e sensacionalismo são apontados por Brandão (1991, p. 81), como elementos típicos da abordagem dos problemas ambientais pelos meios de comunicação no Brasil: *"Raros são os espaços nos veículos de comunicação que tratam a ecologia como se deveria: como ciência, com equilíbrio, racionalidade e bom senso."* Para ele, as causas combinam diversos fatores, como desinformação, oportunismo, **modismo**, "lobbies" corporativistas, influências política de grupos ambientalistas radicais e, freqüentemente, falta de formação adequada, com um mínimo de embasamento científico, dos profissionais de comunicação.

Autores, como Benjamin (1992, p. 2), chamam a atenção para a amplitude da problemática ambiental, que nessa perspectiva, não se limita à dimensão informativa e preservacionista. O Brasil vive às voltas com as conseqüências da acentuada desigualdade social, o que, praticamente, inviabiliza a adequada proteção do meio ambiente e ocasiona os problemas mais graves nesse setor: preservação da biodiversidade, qualidade das águas, poluição das áreas litorâneas e erosão do solo.

Diante desse panorama, justifica-se a importância da informação ambiental. Não, como uma panacéia para todos os males ambientais, mas porque a comunicação pode, sem dúvida, atuar como importante elemento de conscientização dos cidadãos e contribuir para a adequada tomada de decisões, influenciando na formação de opiniões, de comportamentos e atitudes.

ENFOQUES SOBRE JORNALISMO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NO PIAUÍ

Segundo a opinião de Targino (1991), a comparação do estágio de C&T das regiões brasileiras denuncia as formas desiguais de desenvolvimento nacional, salientando os graves problemas de ordem econômica e social de áreas, como o Nordeste. Este se constitui em um conglomerado de Estados idiossindráticos, em que as diferenças regionais se transformam em disparidades estaduais, o que inviabiliza e/ou dificulta o estabelecimento de padrões ideais para a Região, desde que, é inadmissível se pensar em desenvolvimento científico e tecnológico, utilizando-se diretrizes similares, por exemplo, para Unidades Federativas, como o Piauí em relação a Bahia ou a Pernambuco.

No entanto, surpreendentemente, para o autor ora citado,

"... à medida que a conscientização deste desequilíbrio regional parece crescer, evidenciado por inúmeros documentos de diag-

nóstico gerados em realidades distintas, este processo se agrava. Para tanto, concorrem vários fatores, como: excessiva concentração do poder decisório em questões básicas; o efeito de atração dos centros de maior desenvolvimento, incentivando a migração de pessoal qualificado oriundo de áreas deficitárias; a postura governamental em prosseguir, apesar do discurso demagógico, beneficiando, fundamentalmente, instituições e Estados mais avançados; a não observância das peculiaridades regionais/estaduais, entre outros" (Targino, 1991, p. 180).

No caso do Piauí, a Administração Estadual atual, não possui, explícita ou implicitamente, nenhuma proposição de ações voltadas para C&T, e, muito menos, para o deslanchamento da pesquisa científica. Somada a esta grave lacuna, está a fusão da "Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Desenvolvimento" com a "Secretaria de Indústria e Comércio", através da criação do Departamento de C&T, até então, com inexpressiva atuação. Além da não priorização da área científica e tecnológica por parte das autoridades governamentais, estão a inércia e a passividade da sociedade como um todo e da comunidade científica em particular.

Isto porque, ao contrário do que vem ocorrendo em outros estados nordestinos, como é o caso de Pernambuco, onde medidas governamentais similares ocorreram, diante da extinção da Secretaria, que, precária ou não, representava o passo inicial no caminho do desenvolvimento em C&T, no Piauí, não se registrou qualquer movimento reivindicatório e a imprensa local escrita/falada não se manifestou. Tais fatos evidenciam a incipiência científica e tecnológica deste Estado, e, conseqüentemente, a precariedade da ICT no Piauí.

Como decorrência, a questão ambiental também apresenta-se incipiente. Os esforços por parte de entidades governamentais e não-governamentais representam iniciativas isoladas e esporádicas, sem um plano de ação sistemático e abrangente, integrando órgãos federais, estaduais e municipais, além das ONGs. Ressalta-se, nesse contexto, a iniciativa do poder executivo municipal, que criou, no início de 1993, uma secretaria responsável pela área ambiental. Pela primeira vez, o município de Teresina conta com um órgão dessa natureza, o que faz suscitar expectativas no âmbito da administração pública da capital piauiense.

Com 251.273,3 km², o Estado possui 148 municípios e uma população de 2.580.784 habitantes, dos quais, 596.191 (23,10%) se concentram na capital, Teresina. Em todo o território piauiense existem 12 jornais, sendo que os de maior circulação, objeto de estudo deste trabalho, são editados na Capital - "Correio do Piauí", "O Dia", "Diário do Povo", "O Estado" e "Jornal da Manhã" - e distribuídos em cidades vizinhas, como: Altos, Campo Maior, Demerval Lobão, Monsenhor Gil, Piri-piri e Timon-MA.

Em um Estado onde são grandes as carências sócio-econômicas, descritas por Targino (1991) e difícil o acesso a publicações especializadas, quase a totalidade da população obtém informações sobre a questão ambiental por meios dos MCM, destacando-se esses jornais, os quais

são utilizados em grande escala como matriz de informação para as emissoras de rádio e TV locais, o que reforça a importância dos mesmos para a divulgação científica no Piauí, importância esta, que pode ser questionada, dependendo do tratamento dado às informações veiculadas.

Porém, mesmo sem estudos científicos sobre o tema, discute-se a força do jornalismo piauiense X ICT, devido a constatações decorrentes da prática cotidiana. Sem editorias e profissionais especializados, esses jornais destinam, é verdade, parte do seu espaço redacional às questões relacionadas com a Ecologia. Mas, ao relegarem, a segundo plano, o tratamento especializado que a informação ambiental exige, publicam, na íntegra, significativo volume de informações, a partir, quase que unicamente de "releases" emitidos, sobretudo, pelas entidades governamentais, o que conduz a lacunas e deformações, sobretudo no que diz respeito à personalização e fragmentação dos fatos noticiados, com visível tendência para o fortalecimento do Poder e das oligarquias.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o estudo proposto, analisou-se a configuração de **todas** as matérias concernentes, especificamente, à questão ambiental, publicadas pelos cinco jornais, antes citados, que circulam, diariamente, em Teresina-Pi. Foram 18 exemplares de cada matutino, correspondentes a um período de três semanas, selecionadas, propositalmente, em função da "Eco 92", a fim de verificar o caráter circunstancial da cobertura da imprensa às questões ecológicas: **antes** (3 a 9 de maio de 1992); **durante** (3 a 9 de junho) e **depois** (3 a 9 de julho do mesmo ano).

Com vistas à análise do material coletado, optou-se pela técnica de **análise de conteúdo**, como um dos recursos mais difundidos para o estudo do conteúdo das comunicações de massa (Marconi, Lakatos, 1990). Permite a **análise quantitativa**, mediante o levantamento de informações (cm²) tanto do texto como de seus complementos - manchetes, títulos, chamadas de primeira página, legendas, ilustrações e gráficos. Possibilita a **análise qualitativa**, sempre dentro de parâmetros comparativos dentre os cinco periódicos, quando se preocupa com: (1) a interferência dos órgãos governamentais; (2) a identidade das fontes de informação e da natureza das matérias; (3) a força dos "releases"; (4) a categorização dos temas mais explorados; (5) a qualidade técnica do conteúdo, considerando, então, os critérios de produção jornalística, como: clareza, concisão, atualidade etc., enunciados por Lage (1987).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Informação ambiental e jornais piauienses - número de matérias e espaço gráfico

A princípio, é mister avaliar a relevância da informação ambiental nos cinco jornais teresinenses, a partir da mensuração quantitativa: (1)

número de matérias e (2) espaço por eles destinado aos temas ecológicos, com base na mancha gráfica por semana, de cada um dos matutinos.

Neste sentido, os resultados ratificam Melo (1982, p. 20). Para ele, o jornalismo científico é um produto do jornalismo ideológico-mercantil que se expandiu ao final do século XIX e perdura até os dias atuais: "... a presença dos fatos científicos no cotidiano se faz sob o signo do fantástico, do sensacional, do inusitado." Ora, considerando a espetacularização da "Eco 92", pelo Governo Federal, Governo Estadual do Rio de Janeiro e pela própria imprensa, é fácil compreender o declínio dos índices de divulgação após o evento, tanto no que se refere ao número de matérias, como à relação espaço gráfico das informações ecológicas X mancha gráfica total dos matutinos.

Registra-se, porém, o fato de que, se todos os autores referendados defendem a importância da informação ambiental, nenhum estabelece, no entanto, parâmetros quantitativos que permitam uma avaliação mais consistente, para se afirmar, por exemplo: a imprensa privilegia a ecologia ao divulgar uma média diária e/ou semanal de "X" notícias ou quando destina "X%" de seu espaço a essa temática. Além disto, há divergências flagrantes entre as posições dos teóricos. Exemplificando: Ribeiro (1991) argumenta que a grande imprensa vem enfatizando as questões ambientais mais e mais; Bueno (1989) afirma que o espaço reservado à ciência é inferior ao dos horóscopos...

Com esta ressalva, estuda-se, neste momento, o número de matérias. São 220 nos três períodos estudados: "Diário do Povo" (102); "Jornal da Manhã" (39); "O Dia" (37); "O Estado" (25) e o "Correio do Piauí" (17). O Gráfico 1 detalha a distribuição dessas matérias nesses diários, nas três fases, separadamente, demonstrando que, no cômputo geral e em quatro deles, o volume de informações concentra-se DURANTE a "Eco 92", salvo o "Correio do Piauí". Este, surpreendentemente, man-

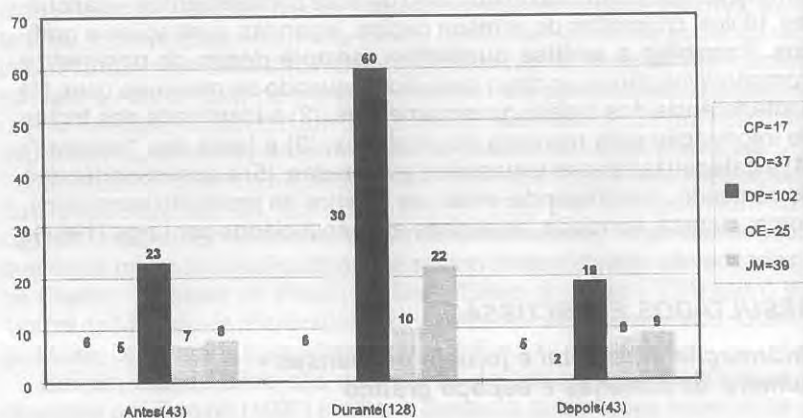


Gráfico 1 - Número de matérias (220) sobre Ecologia, antes, durante e depois da "Eco 92", na imprensa piauiense.

têm o mesmo número (6) de matérias, antes e durante, mas, em compensação, o decréscimo para o período que segue a Conferência é pequeno, ao contrário do "Diário do Povo" e "O Dia", cujos índices caem, drasticamente, de 60 para 19 e de 30 para duas notícias, respectivamente.

A quantidade de notícias, isoladamente, é um dado ineficaz, desde que, nos meios de comunicação impressos, o valor da matéria é atrelado, **sempre**, ao espaço a ela destinado e ao tratamento técnico recebido. Assim, verifica-se, agora, a configuração das notícias, em termos e espaço gráfico X mancha gráfica. Os dados obtidos (Tabela 1) evidenciam uma realidade similar ao número de matérias, isto é, a força da "Eco 92" como fonte geradora de informações: em termos globais e em cada jornal em particular (exceto, novamente o "Correio do Piauí"), os espaços mais significativos se referem ao período de 03 a 09/06/92 (3,74%), decaindo para 1,43%, após. Repete-se a primazia do "Diário do Povo" e o aparente descompromisso do "Correio do Piauí", com percentuais respectivos de 14,83 e 1,93.

Ou seja, como diz Caribé (1992), se a característica básica da informação ambiental é a inter e multidisciplinaridade, sua maior fragilidade é a permanente possibilidade de manipulação por pressões políticas, emocionais, conservacionistas e econômicas. E, inegavelmente, o "Rio 92" mexeu com a vida do carioca, face à "*maquilagem*" (aparato policial, limpeza pública etc.) que a cidade recebeu do governo Brizola e, "*por tabela*", interferiu na vida do piauiense e na imprensa local, ambos subjugados aos costumes e hábitos das regiões mais favorecidas, por razões variadas, como o efeito de atração que os grandes centros exercem sobre o nordestino, em geral.

INFORMAÇÃO AMBIENTAL E JORNAIS PIAUIENSES - NATUREZA DAS MATÉRIAS

Quanto à natureza das notícias, detalhada na Tabela 2, em termos globais, predominam as internacionais (52,73%), com maior incidência durante o "Rio 92" (40,91%), reforçando, assim, o caráter circunstancial da informação ambiental. O "Diário do Povo" veicula o maior número de informações desta natureza (66), seguido do "Jornal da Manhã" (21), "O Dia" (20), "O Estado" (7) e, por último, o "Correio do Piauí", com apenas duas matérias.

Pode se argumentar, neste momento, que a imprensa piauiense confirma, com estes dados quantitativos, o "*afeganistanismo*", combatido por Silva (1982), quando dá maior ênfase às questões ambientais de localidades distantes. Porém, este é um resultado que não surpreende. A grande imprensa, nacional e mundial, destinou à Conferência espaços quantitativamente expressivos, tanto na parte noticiosa como na parte opinativa/analítica/interpretativa, em reportagens de página inteira, em encartes, cadernos especiais etc., escalando um número considerável de profissionais para a sua cobertura. A imprensa piauiense

Tabela 1 - Configuração das matérias sobre ecologia, antes, durante e depois da "Eco 92", na imprensa piauiense.

Jornais/Período	Mancha Gráfica/Semana (cm ²)	Relação Espaço Gráfico X Mancha Gráfica (cm ²)						Total(cm ²)	
		Antes da Eco-92		Durante a Eco-92		Depois da Eco-92		Texto	%
		Texto	%	Texto	%	Texto	%		
Correio do Piauí	132.300	792	0,60	780	0,59	987	0,75	2.559	1,93
O Dia	243.936	2.081	0,85	7.674	3,15	903	0,37	10.658	4,37
Diário do Povo	217.800	5.631	2,59	19.764	9,07	6.907	3,17	32.302	14,83
O Estado	165.538	755	0,46	2.086	1,26	2.042	1,23	4.883	2,95
Jornal da Manhã	182.952	2.454	1,34	4.946	2,70	2.671	1,46	10.071	5,50
TOTAIS	942.516	11.713	1,14	35.250	3,74	13.510	1,43	60.473	6,42

Fontes: Dados da pesquisa sobre a informação ambiental no jornalismo piauiense. Teresina-Pi, 2º sem. 92.

não seria exceção. As atenções do mundo se voltaram para a "Eco 92" e o Piauí, também.

Assim, se a concentração de jornalistas em torno de um acontecimento temprário evidencia o caráter circunstancial do jornalismo ambiental, como um todo, o jornalismo piauiense apresenta um "atenuante": as notícias locais prevalecem nos dois momentos distintos - **antes** e **depois** da "Eco 92", com índices respectivos de 10.45% e 10.00%. Ou seja, percebe-se um certo equilíbrio. A imprensa piauiense, no cômputo geral, ao mesmo tempo que se envolve na temática ambiental internacional e/ou nacional, não segrega ou discrimina a cultura local.

Então, o âmago do problema não é a natureza das matérias, mas seu conteúdo. É preciso ir além e questionar o nível das informações, sua relevância, sua pertinência, pois as notícias internacionais e nacionais aqui editadas, em sua maioria, são de caráter sensacionalista, com ênfase para as curiosidades, os fatos considerados excêntricos ou inesperados, distanciando, mais e mais, jornalistas e cientistas. Se o jornalismo é um "método" de (re)conhecimento da realidade empírica, a ciência busca o (re)conhecimento da realidade mediante o ordenamento teórico, a sistematização dos fatos. Esta distinção de posturas, dificulta ao pesquisador compreender o "descompromisso" do jornalista, diante da complexidade dos acontecimentos sociais. Plagiando Gabeira (apud Santos, 1992), a dimensão histórica e política da Conferência foi preterida, em busca do pitoresco, como exemplificam trechos de algumas matérias:

"Imprevistos marcam plantio de mudas de Pau Brasil" (sic)

"Rio (AG) - Uma gafe, minutos antes do início da solenidade de plantio de 11 mudas de pau-brasil, (...), obrigou o cerimonial da Presidência da República a encontrar soluções às pressas: o governador (...), uma das autoridades convidadas a plantar as mudas, não apareceu..." (Jornal da Manhã, 6 de junho).

"Começa corrida pelas notícias ecológicas"

"Rio de Janeiro (AE) - Jornalistas do mundo inteiro iniciaram (...) a corrida atrás das notícias mais ecológicas, políticas e violentas do Rio 92..." (Diário do Povo, 3 de junho).

"Ministra do Meio Ambiente ganha menina"

"Paris (REUTER) - A bela Ségolene Royal, ministra do Meio Ambiente da França, teve uma menina. Conhecida pelas suas conquistas durante a recente Conferência das Nações Unidas para o meio Ambiente (...), ela foi a primeira mulher do gabinete francês a dar à luz." (Diário do Povo, 4 de julho).

INFORMAÇÃO AMBIENTAL E JORNAIS PIAUIENSES - IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES NOTICIOSAS

A análise de conteúdo realizada permite inferir que, na imprensa piauiense, as notícias locais são procedentes, basicamente, de Assessorias de Imprensa via "press-release".

Tabela 2 - Natureza das matérias sobre Ecologia, antes, durante e depois da "Eco 92", na imprensa piauiense.

Natureza das Matérias	Jornais/ Período	Correio do Piauí (N=17)		O Dia (N=37)		Diário do Povo (N=102)		O Estado (N=25)		Jornal da Manhã (N=39)		Totais (N=220)	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Locais	Antes	5	29,41	3	8,11	6	5,88	4	16,00	5	12,82	23	10,45
	Durante	4	23,53	6	16,22	5	4,90	3	12,00	3	7,69	21	9,55
	Depois	5	29,41	1	2,70	1	0,98	8	32,00	7	17,95	22	10,00
	Subtotais	14	82,35	10	27,03	12	11,76	15	60,00	15	38,46	66	30,00
Nacionais	Antes	1	5,88	2	5,41	5	4,90	1	4,00	-	-	9	4,09
	Durante	-	-	5	13,51	7	6,86	2	8,00	3	7,69	17	7,73
	Depois	-	-	-	-	12	11,76	-	-	-	-	12	5,45
	Subtotais	1	5,88	7	18,92	24	23,53	3	12,00	3	7,69	38	17,27
Internacionais	Antes	-	-	-	-	12	11,76	2	8,00	3	7,69	17	7,73
	Durante	2	11,77	19	51,35	48	47,06	5	20,00	16	41,03	90	40,91
	Depois	-	-	1	2,70	6	5,88	-	-	2	5,13	9	4,09
	Subtotais	2	11,77	20	54,05	66	64,71	7	28,00	21	53,85	116	52,73
TOTAIS	17	100,00	37	100,00	102	100,00	25	100,00	39	100,00	220	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa sobre a informação ambiental no jornalismo piauiense, Teresina-PI, 2º sem. 92.

"Texto informativo distribuído à imprensa (...) por uma instituição privada, governamental etc; para ser divulgado gratuitamente entre as notícias (grifo do autor) publicadas pelo veículo." (Rabaça, Barbosa, 1987, p. 507).

As 38 notícias nacionais e as 116 internacionais provêm, sobretudo, da transcrição *"ipsis litteris"* de textos emitidos por agências de notícias, ocorrendo, às vezes, compilação parcial ou integral de matérias veiculadas na grande imprensa do centro-sul do País. De fato, todos os jornais estudados são assinantes de, pelo menos, uma agência nacional e/ou internacional (Agências "Alô", "Estado", "Jornal do Brasil", "INP", "In-Press", "AG" e outras), lembrando que, para Rabaça, Barbosa (1987, p. 22), agência de notícia é a

"Empresa que elabora e fornece matérias jornalísticas, por meios rápidos de transmissão (teletipo, telex, telefoto etc.), para seus assinantes (órgãos de imprensa, instituições governamentais e privadas). As agências de notícias, de âmbito local, nacional ou internacional, transmitem, regularmente e de forma ininterrupta a seus associados, noticiário geral ou especializado, fotografias, features, resenhas etc. Fornecendo informações por atacado para os veículos informativos, que as vendem a varejo, as agências de notícias são as grandes provedoras dos jornais, revistas, emissoras de rádio e de TV em todo o mundo. As agências internacionais são organizações privadas, estatais ou independentes."

Os *"releases"* e as agências de notícias são utilizados pelos MCM, impossibilitados de cobrir, por conta própria, todos os acontecimentos que ocorrem nas várias localidades e nos vários momentos. Trata-se de um procedimento corriqueiro, no universo da produção noticiosa.

Porém, a partir do momento em que se reduz a informação científica/ambiental à mera transcrição, sem o enriquecimento previsto pelos autores supra-citados e que supõe respeito à exatidão, à fidedignidade das fontes, ao aprofundamento que a ICT requer, representa um alto risco. Risco para a ciência, para a coletividade e para o processo de desenvolvimento do Estado, reforçando a ambivalência da informação e a ICT como fator de manutenção e legitimação de Ordem vigente. Isto porque, tanto os *"press-releases"* como as informações das agências apresentam visível *"enviesamento"*, manipulando fatos de acordo com os interesses das instituições e/ou estados e/ou países que representam, agravando a desconfiança do cientista em relação ao jornalismo.

Como decorrência do exposto até então, identifica-se alto índice de textos iguais, em todos os cinco jornais, no caso das notícias locais. O que difere, em geral, são os recursos técnicos empregados, como títulos, legendas, ilustrações e ainda o realce dado a matéria: a localização na página, o destaque tipográfico, o título ou manchete.

Um caso típico são as notícias sobre "Poluição", "Rio Parnaíba" e "Legislação Ambiental", com razoável freqüência no noticiário local,

como ver-se-á no item seguinte. Na edição do dia 6 de maio, por exemplo, o "Correio do Piauí", o "Diário do Povo" e "O Estado" publicam matérias **literalmente** iguais, a partir de "release" da AI da "Secretaria de Comunicação Social" do Governo do Estado. Mudam somente o título, já que este é elaborado por cada editor e depende do espaço reservado às matérias: "**Cepro faz estudos para a nova legislação ambiental**"; "**Meio Ambiente terá código de leis**" e "**Legislação Ambiental pasará por ampla e profunda revisão**" são os respectivos títulos.

O tema "Rio Parnaíba" aparece, repetidamente, nos jornais, referindo-se, sempre, ao acordo realizado entre o Governo do Estado do Piauí e o Governo do Japão, objetivando avaliar a navegabilidade do Rio, ocorrendo que no dia 3 de julho, os cinco jornais publicam a **mesma** matéria acerca do fato.

Mas o Governo do Estado não é o único privilegiado. A Prefeitura Municipal de Teresina e empresas privadas também se beneficiam dos "press-releases". No dia 5 de maio, "O Estado" e o "Jornal da Manhã" divulgam nota da "Secretaria Municipal de Comunicação: sobre o Programa de Controle da Fumaça Negra", a ser executado pela "Secretaria Municipal de Transportes Públicos". No dia 6 de maio, o "Diário do Povo" e "O Estado" editam "release" oriundo de uma loja comercial que, através de campanha cognominada "Salve a mãe natureza", realiza marketing promocional.

A força dos "press-releases" vai além. Os colunistas e editorialistas recorrem a eles para introduzir a temática abordada, no âmbito da opinião manifesta pelo jornal. A notificação do acordo entre o Piauí e o Japão, por exemplo, foi tema do editorial de "O Estado", no dia 3 de julho, "coincidentemente", o dia da publicação de "release" sobre o assunto. Os colunistas políticos fazem o mesmo, como na questão do controle da poluição do ar, provocada pelos ônibus urbanos. O titular de uma dessas colunas redigiu um comentário na edição de 9 de maio de "O Estado", três dias depois da publicação do "release", limitando-se a enunciar o **quê** e o **como**, repetindo o conteúdo já editado. As colunas sociais também recorrem a procedimento idêntico, ao "noticiarem" a participação do Governador do Estado na solenidade de abertura da "Eco 92", o lançamento do selo ecológico pela ECT, a chegada da missão japonesa responsável pelos estudos sobre o Rio Parnaíba e outras notícias de "releases", divulgados nos matutinos.

Para se ter uma idéia mais precisa da força das instituições na informação ambiental piauiense, das 66 matérias que integram o corpo amostral da produção noticiosa local, 53 (80,30%) são "releases": prevalece, indistintamente, a ótica governamental ou empresarial, excluindo-se a atuação das ONGs. Estas, segundo Vieira (1992), se sobressaem como entidades da sociedade civil mais atuantes no processo de implantação e implementação de uma política de C&T, principalmente, no que se refere às questões ambientais. Atuam como grupos de pressão junto aos poderes econômicos e políticos ou como administradoras de programas de conservação das reservas naturais, da pesquisa científica e da educação ambiental. Também são responsáveis pelo "discurso

ecológico alternativo" em oposição ao "discurso ecológico oficial", de que fala Carvalho (1990).

Afirma-se, pois, que a imprensa piauiense em geral - a incidência de "releases" e de notícias de agências, sem o necessário aprofundamento/checagem/contextualização que a informação ambiental exige, tem sido uma prática indistinta de todos os jornais estudados - privilegia a "versão oficial" divulgando os feitos governamentais e reforçando a imagem positiva de seus atores sociais, em detrimento das ONGs. Como essas organizações representam os interesses da maioria, é possível denunciar o nítido distanciamento entre a imprensa local e sociedade, no que tange à preservação ecológica do e no Piauí.

Como o estabelecimento de uma cultura ambiental pressupõe a participação e o envolvimento de toda a população em seus vários segmentos, sendo imprescindível a contribuição do jornalismo científico e/ou ambiental como processo eminentemente social, como ressalva Melo (apud Bueno, 1985a), urge denunciar a redução de um suposto jornalismo ambiental, em termos de Piauí, à mera compilação de "releases" ou de noticiário de agências. O uso indisciplinado de "press-releases" e a dependência excessiva e total a agências supervaloriza a função das assessorias de imprensa, permitindo-lhes produzirem, administrarem e controlarem a informação ambiental.

INFORMAÇÃO AMBIENTAL E JORNAIS PIAUIENSES - TEMAS ECOLÓGICOS MAIS EXPLORADOS

Como elemento subjacente à técnica de análise de conteúdo, a identificação dos temas tratados requer uma categorização. As categorias aqui relacionadas resultam, pois, da classificação temática dos assuntos noticiados, bem como, de uma tentativa de contextualização na realidade local/nacional. São elas:

- a) **Biodiversidade** - assuntos referentes à variedade de espécies vegetais e animais existentes na natureza;
- b) **Biotecnologia** - estudos, projetos e pesquisas na área de tecnologia para a preservação da vida;
- c) **Campanhas ecológicas** - notícias concernentes a campanhas em prol da preservação ambiental;
- d) **Desenvolvimento sustentável** - divulgação de idéias, programas e ações no setor do ecodesenvolvimento, ou seja, desenvolvimento sem riscos para a natureza;
- e) **Devastação** - informações sobre o processo global de depredação ambiental;
- f) **Eco 92** - matérias ligadas à Conferência em si: organização; rotina de trabalho; divergências entre chefes de Estado; discussão sobre seus efeitos e desdobramentos políticos, econômicos e sociais; eventos paralelos; exposições artísticas, shows e fatos que

- ocorreram em sua função, como o lançamento do selo ecológico pela ECT;
- g) **Educação ambiental** - aspectos relacionados com atividades educativas, de modo geral, tendo a ecologia como referencial;
 - h) **Financiamento de programas ambientais** - exposição de fatos correlatos à liberação e aplicação de recursos financeiros em programas ecológicos;
 - i) **Florestas** - dados concernentes à situação, devastação e preservação das reservas florestais, de maneira global;
 - j) **Índios** - tudo o que se refere à questão indígena, na sua inter-relação com a problemática ecológica;
 - l) **Legislação ambiental** - matéria (in)diretamente relacionadas com o exercício da lei, no campo da ecologia, tanto no âmbito federal, como estadual e municipal;
 - m) **Moda ecológica** - tendências e modismos de inspiração ecológica desencadeados na coletividade;
 - n) **ONGs** - fatos correlacionados com o papel, atuação e reivindicações dessas organizações, no campo do ambientalismo;
 - o) **Personalidades** - informações centradas em personalidades específicas do cenário político local, nacional e internacional;
 - p) **Pesquisas ambientais** - estudos empreendidos no setor ecológico/ambiental, em níveis internacional, nacional e estadual;
 - q) **Poluição** - tudo o que foi divulgado no campo da Ecologia Patológica, especificamente, os problemas causados pelo desequilíbrio ecológico provocado, sobretudo, pela ação de poluentes;
 - r) **Problemas sociais** - notícias relacionadas com aspectos que afetam a esfera social, tais como: superpopulação, pobreza, miséria etc.;
 - s) **Rio Parnaíba** - dados sobre o Rio Parnaíba; aspectos físicos, estudos sobre sua navegabilidade etc.
 - t) **Turismo ecológico** - notícias a respeito de empreendimentos turísticos, nas áreas de preservação ecológica;
 - u) **Urbanismo** - informações que relacionam a questão urbanística com o ambientalismo;
 - v) **Outros** - temas tratados, esporádica e raramente, como: uso de pesticidas; ambientalismo x esoterismo; fontes energéticas alternativas; empreendimentos empresariais de caráter ecológico; ecologia x segurança pública; atos administrativos; considerações sobre o lençol freático do Piauí.

A Tabela 3 permite a visualização do espaço gráfico ocupado pelos temas priorizados no campo da informação ambiental pela imprensa piauiense, referente aos três períodos analisados. A "Eco 92", em si, aparece em primeiro lugar, com 35,90%, sendo o "Diário do Povo" o jornal que lhe dá maior destaque. Esta primazia é compreendida pela força e fascínio simbólico que esta Conferência exerceu sobre a imprensa e a sociedade de modo geral, como visto antes, representando, apesar das polêmicas e divergências internacionais, um esforço mundi-

al para a busca de soluções para os problemas ecológicos em sua ampla acepção.

Quanto à questão específica da **poluição**, o segundo tema em ordem de importância, com 11,68%, tal configuração pode ser justificada pela ênfase que vem sendo dada, em termos universais, à Ecologia Patológica. Discutida em todos os setores, inclusive no ensino de 1º Grau, sustenta uma grande luta dos ecologistas, no sentido de fortalecerem seu novo conceito, quando se pretende extrapolar o "*discurso ecológico oficial*" e alcançar a realidade de cada povo: a incorporação da problemática social em seu todo, onde temas, como a fome, a miséria, a explosão demográfica são relevantes e determinantes para as soluções das questões ambientais. E, no Brasil e/ou no Piauí, a chocante estratificação social, praticamente, inviabiliza a proteção adequada à natureza, com a ressalva de que Benjamin (1992, p. 3) e outros asseguram que a questão social nacional não é mais a de desigualdade, "*... mas a da exclusão, do apartheid puro e simples*".

Legislação ambiental (6,27%) e **devastação** (6,22%) são os outros temas ambientalistas mais difundidos pelos jornais piauienses. A este respeito, é preciso lembrar que a devastação não é um fenômeno restrito às últimas décadas. Em nível nacional, se inicia no período colonial e, no contexto mundial, desde quando o homem se tornou pastor, destruindo, então, florestas para abertura de espaços para pastagens. Este desgaste vai se acumulando à medida que a população cresce, culminando com a Revolução Industrial, que marca o reconhecimento da poluição e de devastação como problemas que exigem a intervenção estatal (Almeida, Cordeiro, Caribé, 1987).

O item **personalidades** fica em quinto lugar, com 5,71%, o que demonstra o alto índice de personalização das notícias referentes à Ecologia. Destacam-se eventos, feitos e fatos em que a informação é centrada em atores sociais específicos da vida pública, sobretudo, da esfera política local e nacional. Tal prática resulta da própria natureza do jornalismo industrial que tende a supervalorizar os fatos em função das "*celebridades*" envolvidas.

O percentual (5,26%) destinado ao **Rio Parnaíba** é decorrência da sua importância para a vida econômica-social-cultural do piauiense, permitindo a prática de atividades, como a pesca, transporte de cargas e pessoas, lazer, e incentivando, até mesmo, a produção literária e artística. A ênfase, em todos os períodos analisados, é para a questão da recuperação do seu potencial navegável, através de um acordo de cooperação internacional efetivado entre o Piauí e o Japão, o que representa, para a coletividade regional, uma recuperação também do poder econômico e simbólico do "*Velho Monge*".

Os temas de menor expressão estão no rol do **turismo ecológico**, **campanhas ecológicas** e **educação ambiental**, com índices respectivos de 0,24%, 0,27% e 0,28%. Desde que a educação ambiental, ao lado de campanhas de esclarecimento e maior atenção às áreas de preservação ambiental são itens defendidos por ecologistas, autoridades e educadores, como mecanismos essenciais à consolidação de uma ver-

Tabela 3 - Temas ecológicos mais explorados na imprensa piauiense, antes, durante e depois da "Eco 92".

Categorias	Espaço Gráfico (cm ²)										Totais por categoria (60.473)	
	Correio do Piauí (T=2.559)		O Dia (T=10.658)		Diário do Povo (T=32.302)		O Estado (T=4.883)		Jornal da Manhã (T=1.071)		Texto	%
	Texto	%	Texto	%	Texto	%	Texto	%	Texto	%		
Eco 92	327	12,78	2.962	27,79	14.599	45,20	1.163	23,82	2.659	26,40	21.710	35,90
Polição	372	14,54	1.877	17,61	2.916	9,03	160	3,28	1.737	17,25	7.062	11,68
Legislação Ambiental	466	18,21	1.729	16,22	562	1,74	170	3,48	862	8,56	3.789	6,27
Devastação	-	-	597	5,60	2.474	7,66	-	-	688	6,83	3.759	6,22
Personalidades	143	5,59	386	3,62	926	2,87	799	16,36	1.197	11,89	3.451	5,71
Rio Parnaíba	844	32,98	-	-	168	0,52	1.113	22,79	1.056	10,49	3.181	5,26
Finan. de Prog. Ambientais	-	-	1.149	10,78	1.330	4,12	-	-	154	1,53	2.633	4,35
Problemas Sociais	-	-	420	3,94	1.186	3,67	285	5,84	416	4,13	2.307	3,81
Biocologia	-	-	-	-	1.469	4,55	-	-	660	6,55	2.129	3,52
Florestas	-	-	-	-	1.784	5,52	-	-	488	4,85	2.272	3,76
ONGs	-	-	-	-	1.214	3,76	-	-	154	1,53	1.968	3,26
Biodiversidade	-	-	222	2,08	891	2,76	72	1,47	-	-	1.185	1,96
Urbanismo	-	-	289	2,71	797	2,47	-	-	-	-	1.086	1,80
Moda Ecológica	-	-	140	1,31	-	-	759	15,54	-	-	899	1,49
Índios	-	-	-	-	867	2,68	-	-	-	-	867	1,43
Pesquisas Ambientais	-	-	-	-	228	0,71	170	3,48	-	-	3.98	0,66
Desenvolvimento Sustentável	-	-	187	1,75	-	-	-	-	-	-	187	0,31
Educação Ambiental	-	-	170	1,60	-	-	-	-	-	-	170	0,28
Campanhas Ecológicas	30	1,17	-	-	70	0,22	65	1,33	-	-	165	0,27
Turismo Ecológico	24	0,94	-	-	120	0,37	-	-	-	-	144	0,24
Outros	353	13,79	530	4,97	701	2,17	127	2,60	-	-	1.711	2,83
TOTAIS	2.559	100,00	10.658	100,00	32.302	100,00	4.883	100,00	10.071	100,00	60.473	100,00

Fonte: Dados da pesquisa sobre a informação ambiental no jornalismo piauiense, Teresina-PI, 2^o Sem. 92.

dadeira consciência ecológica mundial, estes dados sugerem pelo menos duas interpretações. A primeira é que a própria imprensa local não prioriza a dimensão educativa da problemática ambiental. A segunda é que, se não é noticiado, é porque as iniciativas educativas ainda são incipientes. Por falta de elementos concretos, nem uma, nem outra interpretação pode ser aprofundada.

INFORMAÇÃO AMBIENTAL E JORNAIS PIAUIENSES - QUALIDADE TÉCNICA

Para Brandão (1991), são raros os MCM que tratam as questões ambientais como ciência, com equilíbrio e profundidade. No Piauí, não é diferente. Com base na experiência profissional dos autores e no conhecimento da realidade acerca do mercado de trabalho neste Estado, no âmbito do jornalismo, constata-se que as notícias ecológicas são divulgadas sem apreciação técnica e sem uma avaliação profunda de todos os aspectos envolvidos, haja vista a inexistência de editorias especializadas e de qualificação profissional dos jornalistas na área técnico-científica. Esta situação reflete a carência da formação especializada no curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí, que não possui, em seu currículo, disciplinas específicas na área de jornalismo científico, em caráter obrigatório e/ou opcional.

Por sua vez, como as notícias nacionais e internacionais, **em sua totalidade**, originam-se de textos emitidos por agências de notícias, não é pertinente a análise de sua qualidade técnica, uma vez que os jornais locais não participam de sua produção, mas apenas do processo de difusão. Neste sentido, enfatiza-se, aqui, restritamente, o conteúdo técnico das notícias locais, a partir de três razões básicas: (a) a **importância do fluxo informativo local/regional** para o estabelecimento de uma verdadeira consciência ecológica no âmbito do Piauí; (b) o **papel da ICT/informação ambiental** para o processo de desenvolvimento técnico-científico e social; (c) a questão da **proximidade**, considerada por Lage (1987) e pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação (1983), como um dos critérios fundamentais da produção noticiosa, tendo em vista a relação existente entre MCM e identidade cultural/realidade regional.

Comparando-se o enfoque dos cinco jornais examinados, percebe-se que o conteúdo técnico das informações veiculadas padece de deficiências (em todos eles), como o próprio desinteresse pelo aprofundamento da questão, fato apontado por Amaral (1986) como elemento característico da imprensa, em relação à divulgação científica. Isso se deve, principalmente, ao caráter comercial dos MCM, pois esse tipo de informação não proporciona retorno financeiro, em termos de publicidade.

Assim, o **conteúdo técnico** das informações limita-se a reforçar as práticas políticas personalizadoras e personalizantes, como exemplificado nos textos abaixo, início de alguns "releases" publicados, na íntegra, pelos jornais:

"O superintendente da Fundação Cepro (...) esteve em Brasília, participando de reuniões do Conselho Nacional do Meio Ambiente, oportunidade em que foram tratados vários assuntos sobre Problemas Ambientais Brasileiros (...) Ainda em Brasília, (...) teve encontro com o ministro (...) da Secretaria Nacional de Meio Ambiente..."

"O secretário de Planejamento (...) considerou positiva a viagem da missão oficial piauiense ao Japão, realizada no período (...). A missão, chefiada pelo vice-governador (...), resultou, entre outros pontos, na definição da data para a assinatura do acordo de cooperação técnica Piauí-Japão..."

"A Secretaria Municipal de Transportes Públicos - Semtran deve iniciar este mês o Programa de Controle da Fumaça Negra, que tem por objetivo controlar a poluição do ar em Teresina, causada pelos transportes coletivos."

Além disto, o exame das matérias reitera o até então observado, empiricamente. A abordagem é **geralmente**, circunstancial, simplista, repetitiva, não inovadora, sem profundidade. O "Correio do Piauí", por exemplo, durante o período de realização da "Eco 92", exibe na primeira página, uma foto de arquivo, de 64 cm², com um texto de 12 linhas, com o título: **"Agressão ambiental é um espetáculo deprimente no PI"**:

"Em plena época da Eco 92, Teresina comemorou ontem o dia do meio ambiente assistindo, infelizmente, espetáculos deprimentes, como por exemplo, na morte do Rio Parnaíba (sic), não apenas por conta do assoreamento que está soterrando o seu leito, mas sobretudo a morte de toda a população aquática nele existente, em decorrência de fatos degradantes, como a canalização da rede de esgotos da cidade para suas águas, sem qualquer tratamento, inclusive os dos hospitais que representam um perigo constante para todos, principalmente o ser humano."

Trata-se de um comentário simplório, cuja única razão de ser está na realização da "Eco 92" e da comemoração do dia nacional do meio ambiente (5 de junho). Não apresenta nem mesmo a simplificada proposição jornalística: **o quê, quando, onde, como, por quê**, nem dados precisos sobre a situação do Rio em questão.

O "Jornal da Manhã", por sua vez, também segue a mesma linha. Ignora que os complexos problemas ambientais não se restringem a denúncias, fiscalização, sendo premente desenvolver a consciência ecológica e fortalecer uma cultura ambiental que possibilite transformar as relações dos homens entre si e deles com a natureza. Ou seja, os MCM como instrumentos sociais, necessitam reforçar a concepção da Ecologia Social, quando se analisa, dentre outros fatores, as transformações e vicissitudes da história da humanidade, como decorrentes da relação in-

tima homem "versus" meio ambiente. Assim, limita-se a pautar matérias baseadas em denúncias e reivindicações populares, como: "**Barreiro ameaça soterrar operários no Quilômetro Sete**" (8 de julho) e "Moradores exigem término de galeria e iluminação de ruas" (3/4 de maio).

No primeiro caso, a matéria aborda os riscos de acidente a que os operários estão expostos e denuncia a exploração da mão-de-obra pelos empreiteiros. A questão ecológica é relegada a terceiro plano, restringindo-se a citar o trabalho de fiscalização da "Secretaria do Meio Ambiente" da Prefeitura de Teresina. A segunda matéria, de forma similar, acentua a falta de saneamento no local e suas conseqüências.

Além da edição de notícias semelhantes, o "Diário do Povo" enfoca os prejuízos de empresas punidas por agressão ao meio ambiente: "**Curture reabre com perda de CR\$ 120 milhões**" (7 de maio). Endossa a versão do empresário, induzindo a opinião pública a ter complacência com os que cometem crimes ecológicos e diz que

*"O Curtume (...) teve **enormes** (grifo nosso) prejuízos. O proprietário (...) destacou que durante os quarenta dias em que aquele estabelecimento permaneceu fechado, deixou de faturar uma média de Cr\$ 3 milhões por dia..."*

O "Correio do Piauí" fornece ainda outro exemplo flagrante de tratamento casual e simplista da questão ecológica. Na edição de 9 de julho, uma matéria intitulada "**Agricultura urbana praticada no Poty**", estampada na primeira página, destaca a ação inusitada de um lavrador egresso do campo, que decide fazer uma roça na margem do rio Poty, que "vai bem, obrigado", nas palavras do Jornal, acrescentando que

*"O **modesto** agricultor está tentando conseguir com o próprio trabalho o alimento que a cidade lhe nega. Acha ele que pedir é triste e afirma que enquanto estiver vivo, estará trabalhando para obter o sustento seu e dos **filhinhos**. As condições de vida são **paupérrimas**, mas as esperanças de que um dia a vida melhora são imensas. A cada manhã, o agricultor urbano sai de casa para o roçado e labuta por horas a fio, cuidando de cada **plantinha** com **grande desvelo**. Quem vê a vida nascer e crescer todos os dias, nunca perde a esperança de que sua própria vida possa um dia ser melhor e mais feliz" (grifos nossos).*

Alguns outros exemplos demonstram que nem mesmo os critérios lingüísticos inerentes ao jornalismo são obedecidos. A adjetivação, o uso de diminutivos em excesso demonstram isto, comprometendo a clareza e a concisão, previstos como parâmetros essenciais por Lage (1987). Logo, a prática jornalística piauiense compromete os objetivos e funções do jornalismo científico/ambiental, previstos por Bueno (1985a), Meolo (1982) e Santos (1979). Reforça as disfunções da divulgação científica e os obstáculos para a sua execução, reiterando esses autores.

INFORMAÇÃO AMBIENTAL E JORNAIS PIAUIENSES - RECURSOS TÉCNICOS

Comparando-se a atuação dos cinco periódicos, no que se refere ao emprego de recursos técnicos, constata-se que, no caso das notícias nacionais/internacionais, praticamente, não há intervenção dos próprios jornais, visto que as agências enviam tudo elaborado: texto, título, legenda, foto etc. A prioridade, porém, é dada aos textos, já que nem todos os diários piauienses possuem contrato de assinatura de fotos, o que explica o grande número de fotografias de arquivo, limitando-se, geralmente, a personalidades e aspectos gerais da pauta ecológica: florestas, animais, paisagens, índios, queimadas, enfim, temas que não exigem recursos fotojornalísticos específicos. Qualquer "imagem" que se adeque à matéria pode ser usada como ilustração, com a finalidade específica de apenas "arejar" a página com dispositivos visuais ou, simplesmente, para completar o espaço gráfico.

De modo geral, as mesmas observações valem para a produção noticiosa local, com algumas ressalvas peculiares. Quanto ao uso de fotos/ilustrações, o procedimento mais comum consiste no uso de fotos de arquivo, sobretudo, de "figuras ilustres" vinculadas direta e/ou indiretamente à notícia. Há casos em que o crédito das fotos é para a entidade que elaborou o "release", indicando que, além do texto pronto, o jornal também recebe a fotografia. Ainda a respeito de ilustrações, merece destaque a inclusão de três charges alusivas `sa "Rio 92", duas das quais veiculadas em "O Dia" e a terceira no "Diário do Povo", enfatizando aspectos cômicos em relação à vinda de turistas ao Rio, entrada de dólares e o valor do salário mínimo no Brasil.

No que se refere à primeira página, considerada a "vitrine do jornal" das 66 notícias locais, apenas 10 (15,15%) aparecem com chamadas, Duas delas, em cores e uma, com retícula, o que demonstra a intenção de destacá-las, ainda que se localizem na parte inferior da primeira página, no quadrante esquerdo, a zona gráfica menos privilegiada dos jornais.

Os títulos, em sua maioria, são bem redigidos, seguindo as normas da linguagem jornalística, objetivando dar ao leitor uma idéia precisa do conteúdo das matérias, assim exemplificado: "**Fórum Global 92 pode ser cancelado**"; "**Energia solar vai evitar agressão ao ambiente**". Há casos, no entanto, de títulos não elucidativos, como: "**For All**" (sobre artesanato piauiense na "Eco 92") e "**Missão japonesa marca data para projeto**".

Nenhuma matéria ecológica deu origem a manchete de primeira página, durante as três fases analisadas. "O Estado" não destinou uma linha sequer ao tema na primeira página. Isto confirma, mais uma vez, a concepção mercadológica do jornalismo no mundo contemporâneo, que busca oferecer ao público, principalmente através das manchetes, temas que despertem o interesse imediato do "leitor médio", como política, polícia e esportes. A Ecologia em si, ainda não garante alto índice de vendagem dos jornais, exceto em casos de acidentes e catástrofes,

reiterando Oliveira (1991), para quem o enfoque das questões ambientais na imprensa está comprometido com o catastrófico e o brutal.

Finalizando, o ambientalismo se configura como "moeda" de circulação internacional, mas sua relação mais estreita é com o desenvolvimento, com a qualidade de vida, o que nem sempre é prioritário na pauta da grande imprensa, ávida de fatos "inéditos" e inesperados. É ainda Ribeiro (1992) quem alerta para o fato de que o binômio processo desenvolvimentista X ambientalismo figura, para muitos, como ideologia e utopia típicas deste final de milênio.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclusões

Os dados obtidos conduzem às seguintes conclusões:

- 1) a informação ambiental não é tema prioritário para os diários teresinenses, em geral. Não tanto pelo aspecto quantitativo, (não há parâmetros delineadores definidos), mas, sobretudo, pelo visível des-caso na busca das fontes originais e na verificação das notícias, como também, pelo tratamento técnico recebido, merecendo, quase sempre, pouco destaque. Exceção feita para as notícias que, aproveitando as questões ambientais, enaltecem os homens públicos e o poder constituídos;
- 2) a contribuição da informação ecológica no processo desenvolvimentista do Piauí, parece, nitidamente, incipiente, devido à pouca importância que tem na imprensa local e à própria situação da C&T do Estado;
- 3) o "Diário do Povo", entre os cinco periódicos estudados, é o que demonstra maior preocupação com as questões ecológicas. Destina o espaço gráfico global mais significativo (14,83%) e apresenta a maior quantidade de notícias em cada uma das fases estudadas e, também, no cômputo geral, com 102 matérias, em contraposição ao "Correio do Piauí", que detém, sempre, os índices mais baixos;
- 4) as matérias de cunho ecológico prevaletentes, em termos globais, são as concernentes à realidade internacional (52,73%), seguidas das notícias locais (30%) e nacionais (17,27%);
- 5) a divulgação da informação ambiental, em todos os cinco jornais analisados, está atrelada à transcrição literal de "press-releases", no caso das notícias locais e à transmissão de informações de agências de notícias, no caso das notícias nacionais;
- 6) os temas mais explorados pela imprensa piauiense, no campo da Ecologia, são, no geral: "Eco 92", Poluição e Legislação ambiental, com 35,90%, 11,68% e 6,26%, respectivamente;
- 7) a abordagem técnica da informação ambiental pautada pelos cinco matutinos teresinenses tende para o simplismo, o circunstancial, sem a devida profundidade e acuidade, comprometendo os objetivos e funções do jornalismo científico e seus critérios básicos de produção noticiosa;
- 8) os recursos técnicos empregados pelos jornais piauienses na difusão da informação ambiental se restringem, em geral, a divulgação

de matérias em páginas internas, com títulos bem elaborados, mas com pouco destaque na primeira página, muitas fotos de arquivo (obsoletas ou deslocadas) e nenhuma manchete.

Recomendações

Diante de tais constatações, recomenda-se aos editores, jornalistas, comunicólogos e à sociedade teresinense em geral:

- 1) mais atenção à questão ambiental em nível local/estadual;
- 2) tratamento técnico especializado à informação ambiental, com a criação de editorias específicas para o tema e a contratação de profissionais especializados;
- 3) maior acuidade e seletividade no que diz respeito às informações vindas de entidades governamentais ("press-releases") e de agências de notícias que, muitas vezes, só reforçam o discurso ecológico oficial;
- 4) uso de linguagem atraente e de recursos de edição capazes de despertar a atenção dos leitores para a informação ambiental, como inclusão de manchetes, fotos e chamadas na parte superior da primeira página dos jornais (zona gráfica mais valorizada);
- 5) maior cobrança, por parte da sociedade civil, de ações governamentais expressivas e sistematizadas em C&T, como instrumento básico de incremento à divulgação científica piauiense;
- 6) abertura de maior espaço para as ONGs, como entidades de reconhecimento internacional na luta pela implantação de uma política de C&T, sobretudo no que se refere à questão ecológica;
- 7) maior interação entre jornalistas e cientistas, inclusive com as universidades locais, federal, estadual e particular, favorecendo a verificação das notícias científicas, seu aprofundamento e sua fidedignidade;
- 8) inclusão do jornalismo científico como disciplina regular, no currículo dos cursos de graduação em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, reforçando-se não só as questões técnicas, mas, sobretudo, o compromisso ético do jornalista com a sociedade.

Agradecimentos

A **Tony**, pela confecção de tabelas e gráfico

Tânia Urbano e **Wilson da Costa Bueno**, pela revisão e sugestões

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, I.M. de A., CORDEIRO, L.P.A., CARIBÉ, R. De C. Do V. - Estudo da necessidade de criação de uma base de dados sobre poluição. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 15, n.2, p. 343-353, jul/dez, 1987.
- AMARAL, L.O. - O que é jornalismo científico. *Revista de Comunicação Social*, Fortaleza, v. 16, n.1-2, p. 59-69, jan/dez, 1986.
- AVILA-PIRES, F. De - *Princípios de ecologia humana*. Porto Alegre: UFRS/CNPq, 1983, 158p.

- BENJAMIN, C. - Rio Ciência Hoje; síntese dos debates. *Jornal da Ciência Hoje*, São Paulo, v.6, n.254, 4p, 5 jun. 1992.
- BRANDÃO, S.M.C. - Ecologia e meios de comunicação: ciência ou dogma? In: *Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico*, 3, 16-18 out. 1991, Santos-SP. São Paulo: ABJC, 1991, 120p., p.81-82.
- BUENO, W. Da C. - Jornalismo científico: conceitos e funções. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.37, n.9, p.1420-1427, set. 1985a.
- _____. Jornalismo e ciência no Brasil: os compromissos de uma prática dependente. *Revista Brasileira de Tecnologia*, Brasília, v.16, n.3, p.21-25, maio/jun. 1985b.
- _____. Entrevista. In: PARANA. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. *Jornalismo Científico*. Curitiba: 1989. 87p., p.-6.
- CARIBÉ, R. De C. Do V. - Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, v.21, n.1, p.40-45, jan/abr, 1992.
- CARVALHO, I.C.M. - Ecologia: um campo estratégico. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v.84, n.2, p.234-241, mar/abr, 1990.
- COMISSÃO INTERNACIONAL PARA O ESTUDO DOS PROBLEMAS DA COMUNICAÇÃO - *Um mundo e muitas vozes*; comunicação e informação na nossa época. Rio de Janeiro: FGV, 1983. 499p. A comunicação hoje, p.94-130.
- FERRI, M.G. - *Ecologia geral*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, 71p.
- LAGE, N. - *Estrutura da notícia*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987, 66p.
- MARCONI, M. De A., LAKATOS, E.M. - *Técnica de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1990. 231p. Amostragem, p. 37-56.
- MELO, J.M. de - Impasses do jornalismo científico: notas para o debate. *Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, v.4, n.7, p.19-24, mar. 1982.
- NUSDEO, F. - *Desenvolvimento e ecologia*. São Paulo: Saraiva, 1975, 155p.
- OLIVEIRA, M.T.C. de - O jornalismo científico na abordagem das questões ambientais. In: *Congresso Brasileiro De Jornalismo Científico*, 3ª ed., 16-18 out. 1991, Santos-SP. São Paulo: ABJC, 1991, 120p., p11.
- RABAÇA, C.A., BARBOSA, G.G. - *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Ática, 1987, p. 507.
- RETRATO do Brasil, *Veja*, São Paulo, v.26, n.5, p.31, 3 fev. 1993.
- RIBEIRO, G.L. - Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 21, n.1, p.23-31, jan/abr. 1992.
- RIBEIRO, M.A. - O meio (ambiente) é a mensagem. *Imprensa*, São Paulo, v.5, n.50, p.69, out. 1991.
- ROCHA, J.E.M. da - A nova linguagem ecológica. *O Dia*, Teresina, p. 6, 30 jul. 1992.
- RUIZ, A.I. Imprensa, educação e consciência ecológica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1-3, 9 jul. 1992.
- SANTOS, M.V. - A "Santa Ceia" do RioCentro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 1-6, 21 jun. 1992.
- SANTOS, V.L.S. - O jornalismo científico: definições, origens e história. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 3, n.5., p. 499-504, maio 1979.
- SILVA, C.E.L. da - Jornalismo e ecologia. *Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 4, n.7, p.51-63, mar. 1982.
- TARGINO, M. Das G. - Política de C&T no Piauí. In: *Simpósio Nacional de Pesquisa de Administração em C&T*, 16, 1991, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: USP, 1991, 2v., v.1, p. A179-A203.
- TOLEDO. R.P. de - Que é ser moderno? *Veja*, São Paulo, v.25, n.42, p. 48-86, 14 out. 1992.
- VIEIRA, A. Da S. - Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: fontes para compreensão do discurso político-ambiental do governo brasileiro. *Ciência da Informação*. Brasília, v.21, n.1, p.7-13, jan/abr, 1992.

_____. Pra não dizer que não falei das flores: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.15, n.2, p. 202-209, set. 1986.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior. *Resolução nº 11, de 17 de maio de 1978*. Brasília, DF: MEC, 1978.

CARVALHO, J. M. Ecológica, um campo emergente. *Revista de Cultura*, Florianópolis, v.84, n.2, p.234-241, maio de 1980.

COMISSÃO INTERACIONAL PARA O ESTUDO DOS PROBLEMAS DA COMUNIDADE. *Um mundo e muitas vozes: condições e alternativas na nossa época*. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO, 1983. 130p.

FERRAZ, M. B. *Estudo de caso: Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 100p.

LIANE, V. *Estudo de caso: São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 1987. 100p.

MARQUES, M. L. A. *Estudo de caso: São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 1987. 100p.

MELG, J. M. *Estudo de caso: Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 100p.

MUSCO, F. *Estudo de caso: Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 100p.

OLIVEIRA, M. E. *Estudo de caso: Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 100p.

PEREIRA, J. *Estudo de caso: Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 100p.

RABACA, C. *Estudo de caso: Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. 100p.

RETRATO do Brasil. *Vol. São Paulo*. v.25, n.2, p.31. 31 de set. 1983.

RIBEIRO, C. L. *Ampliação e desenvolvimento sustentado: desafios e opções no final do século XX*. Curitiba: Imprensa da UFPR, v.2, n.2, p.31. 31 de set. 1983.

RIBEIRO, M. A. *O meio ambiente e a mensagem: Imprensa*. São Paulo, v.2, n.20, p.31. 31 de set. 1983.

ROCHA, J. E. M. *de - A nova linguagem ecológica*. O Dia, Teresina, 17 de set. 1983.

RUIZ, A. *Imprensa, educação e consciência ecológica*. Folia de São Paulo, São Paulo, p. 1-8, 21 jun. 1982.

SANTOS, W. *de - O movimento ecológico e o desenvolvimento sustentável*. Folia de São Paulo, São Paulo, v.2, n.2, p. 499-504, maio 1978.

SILVA, C. E. L. *de - Jornalismo ecológico*. Folia de São Paulo, São Paulo, v.2, n.2, p. 51-53, mar. 1982.

TARDELLI, M. *de - Folia de São Paulo*. Folia de São Paulo, São Paulo, v.2, n.2, p. 51-53, mar. 1982.

FORDELLI, M. *de - Folia de São Paulo*. Folia de São Paulo, São Paulo, v.2, n.2, p. 51-53, mar. 1982.

VIEIRA, A. *de - Folia de São Paulo*. Folia de São Paulo, São Paulo, v.2, n.2, p. 51-53, mar. 1982.

Hacia la formación de una nueva cultura ecológica via la televisión mexicana

Javier Esteinou Madri

Universidad Autónoma Metropolitana

Universidad Xochimilco, México

EL DIAGNOSTICO

A partir del surgimiento de la televisión en México en la década de los años cincuenta, ésta adopta el modelo comercial de desarrollo de la televisión norteamericana y enmarca mayoritariamente su funcionamiento bajo el régimen de concesión privada que conserva hasta nuestros días. Es dentro de este esquema comercial que la televisión mexicana se desarrolla y donde alcanza hasta ahora su mayor dinámica de expansión e influencia sobre la cultura nacional.

Contraria y paralelamente a esta realidad privada, aparece de manera muy tardía, a finales de los años sessenta, la televisión pública en nuestro territorio. Su lenta incorporación al panorama cultural de la nación, provoca que ésta emerja y madure con una personalidad social poco definida, con menor experiencia audiovisual, reducido apoyo económico, bajo nivel de credibilidad en el auditorio, proyecto cultural confuso, mayores presiones burocráticas, menor cobertura geográfica de influencia, grandes contradicciones en sus líneas de dirección, etc. Sin embargo, pese a la verdad de estas realidades, considerando el actual panorama estructural de las industrias culturales audiovisuales en nuestra República, pensamos que el espacio más favorable de ser transformado por la acción de la sociedad civil para contribuir desde ésta a cambiar la inteligencia del país frente a los grandes problemas nacionales que nos agobian, especialmente ecológicos que el espacio de la televisión privada que por su carácter comercial se encuentra altamente concentrado y cerrado ante las demandas de modificación de los sectores sociales.

Es por ello, que dentro de un clima de cambio total del país hacia la globalización internacional y la expansión de la sociedad de mercado, nos preguntamos **¿Qué han hecho las empresas estatales de televisión por atenuar la crisis del país, especialmente ecológica, en los últimos sexenios?**

A riesgo de ser injustos podemos decir, en términos generales, que en las últimas administraciones gubernamentales la televisión de Estado ha conquistado algunos avances importantes. Por ejemplo, en el terreno administrativo se logró la formación del Instituto Mexicano de Televisión (Imevisión), el fortalecimiento de la Dirección General de Radio, Televisión y Cinematografía (RTC), la inauguración del Instituto de

Televisión, la creación del canal 7 como red nacional, la generación de una nueva imagen institucional para la televisión pública, se incrementó el uso de la capacidad instalada, etc. (1).

En el campo financiero, se logró sanear sus finanzas maltratadas por el régimen anterior y alcanzar la difícil meta de conquistar el superávit económico, pues hace diez años los ingresos de la televisión de estado estaban compuestos por un 90% de subsidio y solamente 10% de ingresos propios; y en 1987 se logró que las entradas fueran 90% ingresos propios y 10% subsidio gubernamental con apoyo de 150 anunciantes importantes. También se tuvo la contabilidad más clara de los últimos diez años (2). En el área cultural, se realizaron diversas modificaciones en la programación televisiva, se incrementó el uso del 12,5% del tiempo oficial a 5 mil 325 horas, se produjo una mayor identificación visual y musical del auditorio con las imágenes de la televisión de Estado, se implementaron diversas campañas de prevención social sobre algunas de las principales necesidades colectivas, etc.

En materia legal, se modificaron la Ley de Vías Generales de Comunicación en el rubro de transmisión directa, se revisó el reglamento de publicidad, se cambiaron algunos aspectos normativos para la concesión del canal 4, se transformó la Ley General de Salud en Materia de Control Sanitario de la Publicidad, se promovió la aplicación más rigurosa de la normatividad en esta materia, etc. En el renglón participativo, se creó el Consejo Consultivo de Televisión, el Comité Asesor del Consejo Nacional de Medios Audiovisuales, el Foro de Consulta Popular sobre la Comunicación, el Primer Concurso Nacional de Guiones para Televisión, el primero, segundo y tercer Mercado Latinoamericano de Radiodifusión para Centroamérica y el Caribe (Mexicom 86, 87 y 88), la Primera Muestra Internacional para Televisión dentro de la XII Reseña Mundial de Acapulco, el fomento a la organización de más de 16 sistemas regionales de televisión, se aumentó el uso del espacio televisivo por los partidos políticos, se formó el nuevo sindicato de IMEVISION, etc.

Finalmente, en el campo tecnológico se incrementó el número de televisoras, especialmente en la frontera norte, se lanzó el sistema de Satélites Morelos I y II, se instalaron más de 300 estaciones terrenas para ampliar la cobertura de la televisión, se aplicaron impuestos a la adquisición de antenas parabólicas, se modernizaron los equipos técnicos de la televisión pública, etc.

Sin embargo, no obstante los éxitos conquistados en diversos terrenos, también podemos decir, que salvo algunas excepciones, la información televisiva que produjo y difundió este proyecto cultural de gobierno, no se dedicó sustantivamente a crear conciencia sobre las principales necesidades, particularmente ecológicas, que posee la población mayoritaria del país y que debemos resolver para sobrevivir.

Es decir, pensamos que la televisión, tanto pública como privada, continuó desvinculada del análisis sistemático de los grandes obstáculos que impiden nuestro desarrollo nacional y de la difusión constante de las

posibles alternativas para cada rama de nuestro crecimiento interno. En este sentido, la televisión sigue funcionando como cerebro colectivo divorciado de las necesidades del cuerpo social, porque mientras vivimos cotidianamente una profunda crisis socioeconómica, que está por convertirse en severo conflicto político, la televisión nos orienta a pensar, prioritariamente, en el triple eje cultural del consumo, los deportes y las ideologías del espectáculo; y sólo ocasionalmente nos conduce a reflexionar y sentir los problemas centrales de nuestra sociedad. Esto es, la problemática nacional no pasa sustantivamente por la televisión lo cual, ha provocado la existencia de un modelo de funcionamiento esquizofrénico entre lo que difunde e inculca la programación televisiva y las necesidades o realidades que se viven cotidianamente en la sociedad mexicana.

De esta forma, podemos decir que como en un acto de magia que se lleva a cabo ante los ojos de todos y el estupor de unos cuantos, desde hace dos décadas a la fecha, la televisión continúa realizando la hazaña verdaderamente fantástica de ocultarle su país a los mexicanos(3).

LAS CONTRADICCIONES: INFORMACIÓN, CULTURA Y REALIDAD

La oposición entre la información que transmite la televisión y la crudeza de la vida real que soporta la población mayoritaria del país es tan grande que se ha creado un abismo entre los mensajes que se difunden televisivamente y lo que se experimenta en la vida diaria. La evidencia de los antagonismos entre cultura televisiva y realidad nacional son tan abundantes que atraviesan el panorama económico, la cuesta de enero, el desempleo, la expresión ciudadana, la participación política de la sociedad civil, la situación agraria, el rubro de la alimentación, el horizonte de la educación, la infraestructura de la identidad nacional, la paz mundial, el renglón del alcoholismo, la vida de la mujer, el panorama de la niñez, y muchos otros más, especialmente, **la cultura ecológica, la desertificación del país y el retroceso forestal.**

Así, ejemplo, observamos que el terreno ambiental mientras sabemos que en el mes de diciembre es la época del ciclo ecológico en el cual acumula mayor contaminación por las inversiones térmicas que reducen sustancialmente el oxígeno del Valle de México. Donde la contaminación aumentó desde 1960 un 400% (4). Donde existe 10 veces más del máximo de inficción considerable como aceptable para el ser humano según la Organización Mundial de la Salud (OMS) (5). Donde se han acumulado en el aire más de 6 millones 200 mil toneladas de sustancias nocivas para el organismo (6). Donde se han rebasado todos los márgenes de intoxicación de las ciudades más desarrolladas del mundo como son Nueva York, Tokio, Londres y Alemania Federal (7). Donde todos los días la Red Automática de Monitoreo del ambiente nos comunica que el letal, picante e irritante gas ozono va en aumento

en el cielo de nuestra ciudad (8). Donde en 1983 vivimos 179 inversiones térmicas, en 1984 experimentamos 181, en 1985 ascendimos a 190 y en 1986 tuvimos 210 días, es decir, más de la mitad del año con retrocesos atmosféricos (9). Donde el aire que respiramos cada vez más ácido pues está compuesto por 80% de nitrógeno y 20% de oxígeno (10). Donde el clima ha cambiado drásticamente perdiendo humedad por la contaminación y donde la lluvia ácida se ha incrementado aceleradamente (11). Donde en los últimos 15 años la visibilidad se ha reducido de 13 a 2 kilómetro (12). Donde la Secretaria de Salud registra en los ciudadanos un ascenso progresivo de enfermedades respiratorias, bucofaringeas, ojos irritados, conjutivitis, dolor de cabeza, gripe, tos, daños al miocardio y al sistema circulatorio, inflamación de los pulmones y alergias (13). Donde el 90% de las autopsias practicadas en el Hospital de Traumatología de Lomas Verdes indican que los cadáveres padecen antarcosis, es decir, carbón en los pulmones (14). Donde anualmente mueren más de 100 mil recién nacidos por las substancias tóxicas que respiran (15).

Donde el último fin del mes de enero de 1987 murieron en la capital de la República más de 7 mil aves y en Guadalajara 67 por congección de seus bronquios con residuos de plomo, cadmio, radón, herlio y asbesto (16). Donde va hemos iniciado la etana de la paralización de la sociedad pues en diciembre de 1987 el Estado solicitó repetidas veces a la población por los múltiples medios de comunicación que para evitar mayores niveles de concentración de los contaminantes en el área metropolitana, sólo salieran de sus hogares para realizar las actividades estrictamente indispensables, que utilizara el automóvil al mínimo, que realizara sus tareas caminando, que efectuara ejercicios físicos al aire durante ese mes, pues escaseaha el oxígeno e incluso se propuso suspender las clases y las actividades fabriles en los días que existiera mayor peligro de inficción (17).

Donde ya hemos llegado a la fase del retroceso genético de la especie humana, pues el 70% de los bebés vienen al mundo con más 9 microgramos de plomo en la sangre, la leche materna paulatinamente se está envenenado más, la calidad de los espermatozoides ha descendido por inoculación de partículas menor de 30 años se acelerado por fatiga y desgaste de seus pulmones, el 80% de los capitalinos padecemos el síndrome de Segova, es decir, la disminución de nuestras capacidades intelectuales y físicas por el deterioro ambiental e ya aparecer los primeiros índices de niños que nacen con malformaciones congénitas, retraso mental y sin reflejos pues el aire tóxico ha atacado el sistema nervioso de las mamás (18). Donde siguiendo la proyección de esta tendencia para el año 2000 tendremos un ambiente cuatro veces más deteriorado que el que hoy vivimos (19).

En una idea, donde todas las tardes la atmófera metropolitana adquiere el color gris verdoso de la muerte y donde todas las noches la capa de smog impide mirar las estrellas del universo, etc. En este contexto de urgencias y necessiades fundamentales, nos preguntamos ¿ Por qué la televisión organiza las emociones, la energía colectiva y nuestro

presupuesto familiar hacia el consumo navieño y no dedica en la misma proporción su potencial persuasivo hacia la sensibilización social de este gravísimo problema que cada vez nos ahoga más ?. Por ejemplo, simplemente en 1987 las campañas publicitarias decembrinas de 24 días provocaron un gasto artificial de más de 150 mil millones de pesos, de los cuales 12 mil millones se fueron en bebidas alcohólicas, 6 mil millones en adquisiciones de última hora, 5 mil millones en la cena de noche buena y 3 mil 500 millones se destinaron a la basura por abarcar las envolturas de los regalos.

En el mismo sentido, si en el área forestal estamos conscientes que el 49% del suelo de la República Mexicana se encuentra desertificado (20). Si en lo que va del siglo nuestro territorio nacional ha perdido el 29% de sus bosques y en 35 años ha destruido el 45% de la reserva forestal (21). Si en los últimos años la erosión del país avanzó 3%. Si cada año nuestro territorio pierde 500 mil hectáreas de bosques y selvas. Si el 90% de las selvas tropicales han sido devastadas (22).

Si sólo en los últimos 5 años el país ha perdido 1.209.420 hectáreas de áreas verdes y boscosas por incendios son provocados por las irresponsables actitudes humanas (24). Si partir de como está el D.F. sólo en 25 años se pueden duplicar sus áreas verdes (25).

En síntesis, si observamos que la catástrofe ecológica se avecina, no preguntamos ¿ Por qué la televisión concreta sustantivamente a largo de todo el año nuestra energía psíquica alrededor del Festival OTI, Valores Juveniles Bacardí, el Concurso Miss Universo, Miss Hollywood, la entrega de los Arieles, el festejo de los Globos de Oro, el aniversario de los Grammys, los premio del Emy, los certámenes Miss México, Miss Venezuela, Miss Estados Unidos, Miss D.F., el encuentro Estrellas de los 80 y la entrega de los Teponaxtlis de Malinalco, y no nos orienta a reflexionar y actuar prioritariamente sobre esta realidad esta realidad estratégica que se desmorona, y que afecta a todas las clases sociales?.

Por otro lado, en el renglón de cultura ecológica, no interrogamos, ¿ Por qué si hemos sido capaces como sociedad de integrar en nuestra sensibilidad, memoria y conducta todas las baladas modernas que promueve la televisión sobre Lúcia Méndez, Daniela Romo, Yuri, Pandora, Julio Iglesias, Manzanero, Emmanuel, Alaska, Flans, Guadalupe Pineda, José, Cristal, Fandango, Tatiana, Karina, Timbiriche, Luis Miguel, etc., y no hemos tenido disponibilidad para incorporar en nuestro comportamientos las propuestas del promocional audiovisual de la Secretaría de Desarrollo Urbano y Ecología (SUDUE) para defender la naturaleza: El verde es vida?.

COMUNICACIÓN Y NUEVA CULTURA ECOLÓGICA

Ante esta realidad observamos que el estado Mexicano teniendo infraestructura comunicativa de sobra para lograr un avance notable en el cambio de nuestra mentalidad colectiva, nuestra sociedad se mantiene atargado y su crecimiento evoluciona a un ritmo más lento que el que

exigen las necesidades de desenvolvimiento de la población nacional.

Ante esta situación pensamos que es indispensable que el Estado y la sociedad civil creen una Nueva Cultura Ecológica en la población, a través de los medios de comunicación electrónicos.

Sintetizando, podemos decir que para este nuevo sexenio de 1988 a 1994, de no diseñarse las políticas de comunicación de las televisoras nacionales desde los principales conflictos que obstaculizan el desarrollo del país, particularmente ecológicos, se volverá a vivir la profunda contradicción existente entre la cultura nacional y el proyecto de desarrollo global que se há arrastrado en las últimas décadas. Cada uno disparará por senderos distintos: la cabeza social avanzará por uno lado y el cuerpo por otro aumentando rápidamente, con ello, la descomposición de la sociedad.

No podemos olvidar que la superación de la crisis ecológica que nos enmarca, requiere la producción de un nuevo eje cultural, y éste en nuestro país, creemos que en este sexenio deberá girar alrededor de la renovación de los médios de la comunicación nacionales, especialmente de la televisión.

Sabemos que ante el funcionamiento autoritario, la estructura vertical la dinámica improvisada, el perfil eminentemente mercantil, su gestión mayoritariamnete acrítica, su vinculación inorgánica con las necesidades prioritarias de nuestra sociedad, su alto centralismo y la falta de voluntad política de nuestros gohernantes para transformar los medios audiovisuales, que caracterizan la opreación de la televisión en México, la creación de esta Nueva Cultura Ecológica supone la realización de una gran empresa: pero también sabemos que es el desafío elemental del resate y conservación de la vida por la cual tiene sentido luchar apasionadamente.

NOTAS

* Investigador del Departamento de Educación y Comunicación de la Universidad Autónoma Metropolitana, Universidad Xochimilco.

- (1) Instituto Mexicano de Televisión: un proyecto que ha fracasado, *El Universal*, 11 de enero de 1988; Programa de radio Intersticios. Entrevista al Lic. José López Latorre, Director del Instituto de Televisión de la Dirección de Rádio, Televisión y Cinematografía, Rádio Educación, 4 y 11 de abril de 1988, México, D.F.: y Tres años de IMEVISION, *Uno más Uno* 21 de mayo de 1988.
- (2) No hay política definida para financiar la televisión estatal. *Excelsior* 29 de abril de 1986: Autosuficiencia la meta de Imervisión, *Uno Más Uno*, 22 de mayo de: La televisión estatal, un eficaz instrumento alservicio de la nación: Marentes, *Excelsior*, 18 de junio de 1987: La disputa por el teleauditorio, *Revista Expansión*, No 483, Vol. XX, febrero de 1988, México, D.F. de 1987: La televisión estatal, un eficaz instrumento al servicio de la nación: Marentes, *Excelsior*, 18 de junio de 1987: La disputa por el teleauditório, *Revista Expansión*, No 483, Vol. XX, febrero de 1988, México, D.F.
- (3) Caballero, Virgilio, Ponencia presentada en el Foro sobre Cultura, sin datos, pág.3.
- (4) Aumentó hasta en un 400% desde 1960 en el D.F. la contaminación por partículas de polvo: *Uno Más Uno*, 24 de julio de 1987.

- (5) Males respiratorios, principal efecto: *Excelsior*, 22 de enero de 1987; La metrópoli rebasa 10 veces el máximo de inficción. *Excelsior*, 18 de marzo de 1987; la inficción en la zona metropolitana ha rebasado seis veces los límites tolerables, *Uno Más Uno*, 6 de mayo de 1987.
- (6) Sique siento muy grave el problema de la contaminación, *Excelsior*, 11 de febrero de 1986; Devasta la contaminación al centro del D. F., *Excelsior*, 12 de junio de 1986; Arrojan 308 mil toneladas anuales de polvo sobre al D.F., *Excelsior*, 16 de octubre de 1986; tiene la capital un color de muerte, *Excelsior*, 4 de diciembre de 1986; El año pasado se emitieron a la atmosfera 575 mil toneladas de polvos contaminantes, *Uno Más Uno*, 5 de enero de 1987; Existen en el D.F. 55 mil sustancias nocivas para la salud, *Excelsior*, 21 de agosto de 1987; A diario se depositan a cielo abierto 262 toneladas de heces fecales en la metrópoli, *Uno Más Uno*, 11 de septiembre de 1987.
- (7) Rebasó el D.F. la contaminación de Tokio, *Excelsior*, 23 de enero de 1987.
- (8) Tiene México seis veces más del mínimo tolerable de contaminación, *Uno Más Uno*, 24 de enero de 1986.
- (9) Hemos estado 210 días al año bajo inversión térmica, *Excelsior*, 3 de noviembre de 1986; El mes pasado hubo 13 casos de inversión térmica en el D.F.; SEDUE, *Uno Más Uno*, 2 de noviembre de 1986.
- (10) Va en aumento el ozono en la atmosfera del D.F., *Excelsior*, 21 de febrero de 1986.
- (11) Cambios drásticos en el clima del centro de la ciudad, *Excelsior*, 5 de octubre de 1987.
- (12) Disminuyó en el D.F. la visibilidad, *Excelsior*, 24 de abril de 1984.
- (13) Aumentan en el D.F. los males respiratorios, *Uno Más Uno*, 14 de enero de 1987; Incremento de las infecciones respiratorias por la inficción, *Excelsior*, 13 de febrero de 1987; Rechazan que la contaminación sea la causa directa de incremento en la mortalidad, *Uno Más Uno*, 7 de marzo de 1987; 22 mil 702 casos de infecciones por contaminantes, *Uno Más Uno*, 9 de marzo de 1987; Amenaza la contaminación de plomo a los habitantes, *Excelsior*, 23 de marzo de 1986; Graves padecimientos en el Estado de México por la contaminación, *Excelsior*, 29 de marzo de 1987; Rebasó el ozono 300% el nivel recomendado por la OMS, *El Financiero*, 24 de julio de 1987.
- (14) Siete de cada diez capitalinos enfermos por la contaminación, *Excelsior*, 28 de enero de 1986.
- (15) Mueren anualmente 100 mil recién nacidos a causa de la contaminación en la ciudad, *Uno Más Uno*, 10 de noviembre de 1986.
- (16) La inversión térmica térmica ha diezmando a las aves: MEM, *Excelsior*, 8 de febrero de 1987; Está por concluir la SEDUE los estudiosos de aves muertas por contaminación, *Excelsior*, 9 de febrero de 1987; Sique la contaminación matando a miles de pájaros en el poniente de la ciudad, *Excelsior*, 17 de febrero de 1987; La muerte de pájaros por fatiga, hambre o desgrasamiento, *Excelsior*, 15 de febrero de 1987; Ulamda para el ser humano la muerte de aves en Naucalpan, *Excelsior*, 12 de febrero de 1987; La muerte de aves, advertencia, *Excelsior*, 18 de febrero de 1987; Por intoxicación la muerte de las aves de la capital, *Excelsior*, 21 de febrero de 1987; Han muerto 3 mil 500 aves a causa de la inficción; Alianza Ecológica Nacional, *Uno Más Uno*, 8 de marzo de 1987; Hallaron 57 pájaros muertos, *Excelsior*, 10 de marzo de 1987; Migratorias las aves muertas, *Excelsior*, 11 de marzo de 1987; De hambre y frío murieron los 57 pájaros en Guadalajara, *Excelsior*, 12 de marzo de 1987; Combinación de contaminantes y mala alimentación la causa de la muerte, *Excelsior*, 14 de marzo de 1987.
- (17) Proponen suspender las clases los días en que hay niveles pelegrosos de inficción, *Uno Más Uno*, 3 de noviembre de 1987.

- (18) Plomo en la sangre del 70% de recién nacidos en el D.F.; *Excelsior*, 19 de enero de 1987; La contaminación disminuye la calidad de los espermatozoides, *Excelsior*, 11 de marzo de 1987; Hasta la leche materna contaminada, *Excelsior*, 21 de mayo de 1987; La contaminación disminuye la capacidad pulmonar de los habitantes de la capital, *Excelsior*, 7 de marzo de 1986; Por la contaminación mueren 100 mil personas al año, *Excelsior*, 22 de julio de 1987; Detectan investigadores de la UNAM plomo en la sangre de varias mujeres, *Excelsior*, 10 de octubre de 1987; Padecen el síndrome de Segovia, por la contaminación, el 70% de los capitalinos, *Uno Más Uno*, 27 de mayo de 1987.
- (19) Podría duplicarse la contaminación en el D.F. para el año 2000, *Excelsior*, 25 de febrero de 1987; Habrá estados de alta peligrosidad en el D.F. por la contaminación en los próximos 2 años, *La Jornada*, 21 de agosto de 1987.
- (20) Desertificado 49% del suelo de la República, *Excelsior*, 21 de enero de 1987, Ha perdido el territorio nacional 29% de sus bosques en lo que va del sielo, *Excelsior*, 18 de julio de 1986; en 35 años se perdió 45% de la reserva forestal, *Excelsior*, 8 de junio de 1987.
- (21) Avanzó 3% la desertificación del país en sólo 10 años, *Excelsior*, 15 de junio de 1986.
- (22) Ya es demanda política la cuestión ecológica, *Excelsior*, 11 de noviembre de 1986; Se pierden 400 mil hectáreas boscosas al año por la explotación irracional, *Excelsior*, 8 de junio de 1987; Pierde el país 400.000 hectáreas de selva cada año; Sarukhán K., *Excelsior*, 27 de junio de 1987; La degradación de tierras afecta el 70% de la superficie total de nuestro país, *Excelsior*, 12 de enero de 1987; Se destruyen más de 500 mil hectáreas de bosques, *Excelsior*, 3 de junio de 1987.
- Por ejemplo, anualmente se pierden 13 millones de metros cúbicos en maderas por la acelerada erosión del suelo. El Estado de México en los últimos 80 años ha perdido 450 mil hectáreas de zonas arboladas quedándole sólo 734 mil hectáreas de reserva. Cada año se despojan de 50 mil árboles a Naucalpan y se ha acelerado el proceso de desertificación en Cuautitlán. En Tlalmanalco, Amecameca, Tenancingo, Parque de los Remedios y La Marquesa continúa avanzando rápidamente la deforestación. Se incrementa la agonía ecológica del Vaso de Texcoco, Están totalmente secas cuatro de las siete lagunas de Zempoala. En el clima de toda esta región está cambiando de fresco a seco y árido.
- En Michoacán se pierden 10 mil hectáreas anuales y 40 mil son devastadas, el Estado ya sólo cuenta con la cuarta parte de la superficie arbolada que tenía en 1950, se tiene mayor deforestación en Morelia por la desecación del lago de Cuitzeo y continúa la depredación de recursos forestales en la Meseta Puerépecha. En Oaxaca la erosión continúa creciendo de manera alarmante. Tlaxcala va sólo conserva el 18% de su riqueza forestal. Chiapas podría llegar a ser un páramo en 20 años. Tabasco desaparecieron 15 mil hectáreas de selva en los últimos cinco años. En Coahuila 28 especies de cactáceas se encuentran en peligro de extinción por el saqueo irracional. Con tanta deforestación Nuevo León ya es un desierto, etc.
- (23) Consumió el fuego más de cien hectáreas de bosques en la línea Morelos - D.F., *Excelsior*, 1 de febrero de 1986; Peligro en los bosques, *Excelsior*, 3 de febrero de 1986; Devastan incendios zonas boscosas del Edo. de México y Michoacán, *Excelsior*, 4 de febrero de 1986; 127 incendios forestales en el D.F., *El Sol de Mediodía*, 20 de febrero de 1986; Devastador el incendio forestal en Tamaulipas, *Excelsior*, 2 de marzo de 1986; Causó el fuego en el Soconusco elevada pérdida forestal, *Excelsior*, 23 de marzo de 1986; Arrasadas por incendios forestales 63 hectáreas cultivadas, *Excelsior*, 2 de abril de 1986; En 4 meses el fuego acabó con 4 mil 335 hectáreas de bosques en Jalisco, *Excelsior*, 4 de mayo de 1986; Se

incrementan 10% los incendios forestales en 86 con respecto a 85, *Excelsior*, 6 de julio de 1986; En 10 meses 305 incendios forestales acabaron con 2000 hectáreas en Morelos, *Excelsior*, 28 de octubre de 1986; Destruyó el fuego 100 hectáreas de bosques en Michnacán en 8 años, *Excelsior*, 9 de febrero de 1987: Aumentó 17% el número de incendios forestales con respecto a 1986, *Excelsior*, 4 de abril de 1987; Devora el fuego 2.500 hectáreas de bosques y selvas en Quintana Roo, *Excelsior*, 23 de mayo de 1987; Suman ya 105 los incendios forestales en lo que va de este año, *Excelsior*, 30 de mayo de 1987: Afectan los incendios forestales 100.000 hectáreas en el país, *Excelsior*, 4 de agosto de 1987.

- (24) 1,2 millones de hectáreas básicas ha perdido el país, *Excelsior*, 23 de octubre de 1987.

Por ejemplo, el fuego arrasó en 1987 con 2 mil 500 hectáreas de bosques y selvas en Quintana Roo, 100 hectáreas en la línea Morelos D.F., 63 mil hectáreas cultivables en Jalisco y Chiapas, 4 mil 300 hectáreas en Guadalajara, miles de hectáreas forestales en Tamaulipas, 600 hectáreas en Tapachula, 800 hectáreas en el Estado de México, 500 hectáreas de pino, cedro y caoba en Oaxaca, 3 mil 500 hectáreas de pastizales en Guerrero, 100 mil hectáreas en los últimos 8 años en Michoacán. En 1986 se incrementaron los incendios forestales 10% más que en 1985. Y en 1987 el promedio de quemazones boscosas se incrementó 17% más que en 1986.

Consumió el fuego más de cien hectáreas de bosques en la línea Morelos - D.F., *Excelsior*, 1 de febrero de 1986; Peligro en los bosques, *Excelsior*, 3 de febrero de 1986; Devastan incendios zonas boscosas del Edo. de México y Michoacán, *Excelsior*, 4 de febrero de 1986; 127 incendios forestales en el D.F., *El Sol de Mediodía*, 20 de febrero de 1986; Devastador el incendio forestal en Tamaulipas, *Excelsior*, 2 de marzo de 1986; Causó el fuego en el Soconusco elevada pérdida forestal, *Excelsior*, 23 de marzo de 1986; Arrasadas por incendios forestales 63 hectáreas cultivadas, *Excelsior*, 2 de abril de 1986; En 4 meses el fuego acabó con 4 mil 335 hectáreas de bosques en Jalisco, *Excelsior*, 4 de mayo de 1986; Se incrementan 10% los incendios forestales en 86 con respecto a 85, *Excelsior*, 6 de julio de 1986; En 10 meses 305 incendios forestales acabaron con 2000 hectáreas en Morelos, *Excelsior*, 28 de octubre de 1986; Destruyó el fuego 100 hectáreas de bosques en Michnacán en 8 años, *Excelsior*, 9 de febrero de 1987: Aumentó 17% el número de incendios forestales con respecto a 1986, *Excelsior*, 4 de abril de 1987; Devora el fuego 2.500 hectáreas de bosques y selvas en Quintana Roo, *Excelsior*, 23 de mayo de 1987; Suman ya 105 los incendios forestales en lo que va de este año, *Excelsior*, 30 de mayo de 1987: Afectan los incendios forestales 100.000 hectáreas en el país, *Excelsior*, 4 de agosto de 1987.

- (25) Provocados 95 de cada 100 fuegos forestales: Protectora e Industrializadora de Bosques, *Excelsior*, 30 de julio de 1987.

Por ejemplo, Si el fuego arrasó en 1987 con 2 mil 500 hectáreas de bosques y selvas en Quintana Roo, 100 hectáreas en la línea Morelos D.F., 63 mil hectáreas cultivables en Jalisco y Chiapas, 4 mil 300 hectáreas en Guadalajara, miles de hectáreas forestales en Tamaulipas, 600 hectáreas en Tapachula, 800 hectáreas en el Estado de México, 500 hectáreas de pino, cedro y caoba en Oaxaca, 3 mil 500 hectáreas de pastizales en Guerrero, 100 mil hectáreas en los últimos 8 años en Michoacán. En 1986 se incrementaron los incendios forestales 10% más que en 1985. Y en 1987 el promedio de quemazones boscosas se incrementó 17% más que en 1986.

Consumió el fuego más de cien hectáreas de bosques en la línea Morelos - D.F., *Excelsior*, 1 de febrero de 1986; Peligro en los bosques, *Excelsior*, 3 de febrero de

1986; Devastan incendios zonas boscosas del Edo, de México y Michoacán, *Excelsior*, 4 de febrero de 1986; 127 incendios forestales en el D.F., *El Sol de Mediodía*, 20 de febrero de 1986; Devastador el incendio forestal en Tamaulipas, *Excelsior*, 2 de marzo de 1986; Causó el fuego en el Soconusco elevada pérdida forestal, *Excelsior*, 23 de marzo de 1986; Arrasadas por incendios forestales 63 hectáreas cultivadas, *Excelsior*, 2 de abril de 1986; En 4 meses el fuego acabó con 4 mil 335 hectáreas de bosques en Jalisco, *Excelsior*, 4 de mayo de 1986; Se incrementan 10% los incendios forestales en 86 con respecto a 85, *Excelsior*, 6 de julio de 1986; En 10 meses 305 incendios forestales acabaron con 2000 hectáreas en Morelos, *Excelsior*, 28 de octubre de 1986; Destruyó el fuego 100 hectáreas de bosques en Michnacán en 8 años, *Excelsior*, 9 de febrero de 1987: Aumentó 17% el número de incendios forestales con respecto a 1986, *Excelsior*, 4 de abril de 1987; Devora el fuego 2.500 hectáreas de bosques y selvas en Quintana Roo, *Excelsior*, 23 de mayo de 1987; Suman ya 105 los incendios forestales en lo que va de este año, *Excelsior*, 30 de mayo de 1987: Afectan los incendios forestales 100.000 hectáreas en el país, *Excelsior*, 4 de agosto de 1987.

Parte III

A Comunicação para uma sociedade sustentável

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 foi um marco histórico no início dos anos noventa. O mundo inteiro foi chamado a se conscientizar da necessidade de repensar as relações de convivência entre o homem e a natureza, entre povos e nações, e de lutar pela sobrevivência do planeta. Se até o momento não se têm plausíveis e verdadeiros resultados traduzidos em ações concretas, registra-se sem dúvida como um acontecimento de maior relevância para a humanidade e que reuniu o maior número de chefes de Estado da história. O maior valor do evento foi o de ter despertado, de maneira irreversível, a consciência mundial para os problemas locais. A questão ambiental, e sua relação com o desenvolvimento, se tornou assunto familiar e discutida nas salas de aula, nos bares, nos clubes e não pode ser mais ignorada por qualquer cidadão. Hoje, qualquer pessoa envolvida com políticas públicas...

As iniciativas em favor da preservação do meio ambiente vêm sendo realizadas em diversos segmentos da sociedade civil, especialmente impulsionadas pelo trabalho que vem sendo feito pelas ONGs, associações, universidades, empresas e muitas outras organizações que se mobilizam a questão ambiental como parte de suas preocupações do dia-a-dia. Por outro lado, cabe ao Estado a aplicação de leis e políticas públicas para o setor, a fim de garantir a eficácia das ações e os resultados dessas iniciativas.

Embora possa parecer que somente os países industrializados possuem por uma revolução ambiental, onde o homem está mais conscientizado da importância da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, acredita-se que há, hoje, por parte das pessoas em geral, uma maior sensibilidade pelo problema. Isso se dá, em parte, graças à penetração e ao poder da mídia, que, apesar de seu pouco engajamento com a causa ambiental, popularizou o assunto quando necessário, como foi a cobertura da Rio 92, e pelo processo de globalização.

...en 1986. En 1987, el número de incendios forestales en la zona de estudio aumentó en 100 por ciento. El 22 de febrero de 1987, aumentó 17 el número de incendios forestales con respecto a 1986. El 4 de abril de 1987, se inició el fuego en las fincas y selvas en Guatara Río, El Estero, 22 de mayo de 1987; Surten y 105 los incendios forestales en la zona de estudio en 1987. El 4 de agosto de 1987...

A Comunicación para una sociedad sustentable

A comunicação para o desenvolvimento sustentável na sociedade globalizada

Margarida M. Krohling Kunsch
Profa. Dra. da ECA-USP

A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE GLOBALIZADA

A questão ambiental ocupa, no conjunto das mudanças mundiais contemporâneas, lugar de destaque. Fatos concretos, como a Rio 92 e muitas outras iniciativas que vêm sendo tomadas por diferentes organismos perpassam fronteiras e impelem a um novo comportamento individual e institucional na era da globalização e mundialização da sociedade.

A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 foi um marco histórico no início dos anos noventa. O mundo inteiro foi chamado a se conscientizar da necessidade de repensar as relações de convivência entre o homem e a natureza, entre pobres e ricos, e de lutar pela sobrevivência do planeta. Se até o momento não se têm plausíveis os verdadeiros resultados, traduzidos em ações concretas, registra-se sem dúvida como um acontecimento da maior relevância para a humanidade e que reuniu o maior número de chefes de Estado da história. "O maior valor do evento foi o de ter despertado, de maneira irreversível, a consciência mundial para os problemas globais. A questão ambiental, e sua relação com o desenvolvimento, tornou-se assunto familiar, é discutida nas salas de aula do mundo todo, e não pode ser mais ignorada por qualquer governo, nem por qualquer pessoa envolvida com políticas públicas" (1).

As iniciativas em favor da preservação do meio ambiente acontecem nos diversos segmentos da sociedade civil, representadas sobretudo pelo trabalho que vem sendo feito pelas ONGs, associações, universidades, empresas e muitas outras agremiações que colocam a questão ambiental como parte de suas preocupações do dia-a-dia. Por outro lado cabe ao Estado a aplicação de leis e políticas públicas para o setor, a fim de garantir a eficácia das ações e os resultados dessas iniciativas.

Embora possa parecer que somente os países adiantados passam por uma revolução ambiental, onde o homem está mais conscientizado da importância da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, acredita-se que há, hoje, por parte das pessoas em geral, uma maior sensibilidade para o problema. Isso se dá, em parte, graças à penetração e ao poder da mídia, que, apesar de seu pouco engajamento com a causa ambiental, populariza o assunto quando necessário, como foi a cobertura da Rio 92, e pelo processo de globaliza-

ção em curso, que exige mudanças comportamentais profundas em todas as esferas públicas e privadas.

Quando se fala em globalização há uma tendência natural de considerá-la apenas no aspecto econômico, como algo vinculado ao comércio multilateral, à redução de barreiras no comércio internacional e à liberalização do mercado. No entanto, este conceito é errôneo. É muito mais amplo e abrangente, pois de acordo com Charles Oman: "1. Não reflete de forma adequada a verdadeira dinâmica e as forças propulsoras da globalização hoje; 2. Não deixa claro o entendimento do que é a dinâmica da regionalização hoje; 3. É um erro de interpretação; é limitada pois não leva em conta os aspectos mais abrangentes e as questões de políticas e das opções com que se defrontam os líderes do governo e dos negócios" (2).

Nesse sentido, a globalização envolve outros aspectos como: a desregulamentação dos mercados financeiros, a privatização das empresas públicas, novas tecnologias da informação e da comunicação; desregulamentação jurídica e a redução do Estado-nação; a confrontação com os blocos de integração com os centros de poder no mundo (consórcios, blocos, alianças etc.) que lutam para manter a hegemonia, por meio de estratégias políticas bem articuladas e a desterritorialização.

Os blocos supranacionais têm uma função ativa e desterritorializada, ditando regras e ajustes aos Estados nacionais, diminuindo a capacidade dos seus governos de afirmar sua soberania nacional. De acordo com Ianni, "organizações internacionais, compreendendo a ONU, FMI, BIRD, GATT e outras exercem as suas atividades priorizando interesses de nações com maior poder econômico, político, militar, cultural. Essa continua a ser uma dimensão importante do cenário mundial. Simultaneamente, no entanto, declinam e reformulam-se as condições de soberania e hegemonia, em todos os quadrantes. Mesmo porque já há centros de poder, em escala global que sobrepõem soberanias e hegemonias. As empresas, corporações e conglomerados transnacionais, em suas redes e alianças, em seus planejamentos sofisticados, operando em escala regional, continental e global, dispõem de condições para impor-se aos diferentes regimes políticos, às diversas estruturas estatais, aos distintos projetos nacionais" (3).

Assim, a complexidade da globalização passa a ser um fenômeno e um novo paradigma para entender o mundo de hoje. A sociedade nacional vê reduzido o seu poder e começa a imperar a sociedade global. "Quando vista em perspectiva ampla, de longa duração, o Estado-nação logo se revela um processo histórico problemático, contraditório e transitório. Houve época em que se definia pela soberania, real ou almejada, ampla ou limitada. Nos tempos da sociedade global modifica-se mais uma vez, mas agora radicalmente. Pouco a pouco, ou de repente, transforma-se em província da sociedade global" (4).

Este novo quadro altera as relações internacionais entre países, exigindo novas formas de comunicação que são movidas pelas novas tecnologias que impulsionam e permitem operacionalizar as grandes redes de computadores, a multimídia e a telemática. Assim, os sistemas mun-

diais de comunicação estão compostos por redes de comunicação, permitindo que todas as sociedades estejam conectadas, por meio da globalização dos meios de comunicação presentes pela simultaneidade e unicidade, graças aos processos de modernização e, por que não dizer?, a globalização da modernidade, que, segundo Anthony Giddens pode ser definida como a "a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quando a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço" (5).

Retomando a questão ambiental, sabe-se que, muitas medidas econômicas ditadas pelos centros internacionais de poder, condicionam o acesso de produtos nacionais no mercado global se respeitarem as políticas ambientais estabelecidas. É o caso, por exemplo, do selo ambiental (selos verdes), da ISO 9000 e da ISO 14 000 e da decisão do Gatt 1994, na Rodada Uruguai, com a criação de um Comitê de Comércio e Meio Ambiente (6) para estudar as suas interrelações. No entanto, é reducionismo atrelar o problema do meio ambiente apenas ao contexto econômico. É muito mais amplo e abrangente no tocante às variáveis políticas, tecnológicas, sociais e culturais. Embora tais medidas sejam extremamente importantes e necessárias para maior consciência coletiva dos dirigentes empresariais.

A questão ambiental ultrapassa fronteiras e está inserida na sociedade global. Somente como uma cooperação internacional efetiva será possível viabilizar a preservação e a melhoria das condições do meio ambiente. Afirma Lester Thurow: "Um bom meio ambiente é parte importante do padrão de vida material de qualquer ser humano. Entretanto, cada vez mais um bom meio ambiente não será obtido em virtude das ações exclusivas de qualquer país isolado. Aquecimento global, excesso de dióxido de carbono no meio ambiente, o buraco de ozônio na Antártida e demasiado fluorcarbono na atmosfera não são problemas controláveis ou remediáveis por um único país. Soluções cooperativas terão que ser estudadas" (7).

Torna-se imperativo o engajamento de toda a sociedade para que acordos celebrados sejam realmente cumpridos e que o processo de globalização supere seu lado perverso da exclusão de grande parcela da população mundial. Esta não tem sequer suas necessidades básicas satisfeitas, quem dirá o acesso à qualidade de vida. Está à margem do desenvolvimento econômico. De acordo com Lester Brown, "a Revolução Ambiental será bem sucedida se conseguir levar a economia global a uma nova rota de desenvolvimento ambientalmente sustentável que possa oferecer maior segurança à economia, estilos de vida mais saudáveis e melhores condições humanas em nível mundial" (8). Esse é um grande desafio para uma sociedade globalizada.

Qual o papel da comunicação nesse contexto? É possível alguma

mudança comportamental a favor da conservação e manutenção dos recursos naturais sem a comunicação? Qual a relevância da comunicação no processo de educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável? São questões que serão abordadas, a seguir, com o propósito de trazer algumas reflexões e propostas de ação que poderiam ser assumidas pelos pesquisadores e profissionais da área de comunicação.

A COMUNICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Constata-se uma carência de estudos mais sistematizados sobre comunicação e meio ambiente. É evidente a importância da comunicação para uma consciência ambiental, no entanto nem todos os integrantes da comunidade acadêmica têm demonstrado preocupação e motivação para levar a efeito projetos de pesquisa nesse sentido. São poucos os trabalhos sobre essa temática que foram produzidos nos cursos de pós-graduação em comunicação. Há, portanto, muito a ser discutido e elaborado dentro das universidades para que a comunicação possa efetivamente exercer o seu papel de agente de mudança em prol da comunicação na questão ecológica (9).

Quando se fala em desenvolvimento sustentável a referência básica e obrigatória é o estudo desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, que reuniu os trabalhos no livro "Nosso Futuro Comum", traduzido e editado pela Fundação Getúlio Vargas. Conclui-se que "o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de 'necessidades', sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras" (10).

A amplitude desse conceito de desenvolvimento sustentável remete a pensar a necessidade de se eliminar as fronteiras sociais existentes em países como os da América Latina. Ao lado do processo de redemocratização se faz necessário incorporar melhores condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa e justa. Sem falar em grande parcela da população que ainda não tem as condições mínimas de sobrevivência. Promover o desenvolvimento sustentável é também eliminar a miséria, a desnutrição, as doenças endêmicas, possibilitar a educação a todos e o acesso à moradia e a saúde pública.

Nogueira Neto, ao analisar o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pela Comissão Brundtland, afirma que está se criando uma nova ideologia. No entanto não se trata de caráter liberal nem socialista, mas de um critério de sustentabilidade, muito mais do que autosustentável, pois muitos recursos minerais não são perenes no tempo. "Sustentabilidade, pois, tem o significado de uso continuado, não predatório, de utilização racional, visando sustentar ao máximo, ao longo do

tempo não somente os recursos ambientais, sociais e culturais e sobretudo éticos, como o mandamento de amor ao próximo" (11).

Na sociedade global vigente a incorporação do real conceito de sustentabilidade tem um caminho a percorrer. A dimensão pública ainda não é uma realidade assumida pelos cidadãos e pelas instituições e organizações no curso de suas ações diárias.

Para que efetivamente a sociedade possa promover a sustentabilidade tal como foi proposta acima, fatalmente necessitará do uso de comunicação e dos seus principais instrumentos. Somente com a comunicação será possível conscientizar a população em geral, segmentos representativos da sociedade civil e os governos de que o atendimento às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro é uma tarefa de toda a sociedade mundial, não só de uma pessoa, organização e de um só país. De acordo com Cordani, "uma sociedade ideal, sustentável, apenas poderá ser aproximada se houver uma espécie de acordo social, baseado em princípios éticos, de solidariedade humana, intra e inter-gerações, incluindo-se aqui o planejamento cuidadoso para o bem-estar da humanidade, a longo prazo, para os próximos séculos" (12).

Repensar a comunicação em todo esse processo é um novo desafio para pesquisadores e profissionais da área. Como tornar a comunicação presente nas esferas pública e privada para contribuir para uma sociedade sustentável?

O PAPEL DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

Dentro do processo de globalização as organizações privadas exercem um papel preponderante, como já foi mencionado anteriormente. "A evidência do papel das organizações na sociedade globalizada se apresenta como uma nova forma de concepção. Segundo Mattelart "não somente a empresa se converteu em um ator social de pleno direito, exprimindo-se cada vez mais em público e agindo politicamente sobre o conjunto dos problemas da sociedade. Mas, também, suas regras de funcionamento, suas escala de valores, suas maneiras de comunicar foram, progressivamente, impregnando todo o corpo social. A lógica 'gerencial' instituiu-se como norma de gestão das relações sociais. Estado, coletividades territoriais, associações foram penetrados pelos esquemas de comunicação já experimentados por esse protagonista do mercado. A carteira das ofertas de serviços da comunicação profissional enriqueceu-se com novos clientes e novas competências. E a própria definição de comunicação ganhou um novo segmento de problemáticas" (13). É nossa proposta aqui dar maior ênfase a esse segmento, demonstrando como a comunicação pode auxiliar as organizações no seu trabalho com as causas ambientais.

As organizações modernas assumem na sociedade de hoje novas posturas. "A velocidade das mudanças que ocorrem em todos os cam-

pos impele a um novo comportamento institucional das organizações perante a opinião pública. Elas passam a se preocupar sempre mais com as relações sociais, com os acontecimentos políticos e com os fatos econômicos mundiais" (14). E, nesse contexto, a atuação da comunicação organizacional será fundamental, pois caberá a essa atividade a função de abrir canais de diálogo com os diferentes segmentos da sociedade.

A temática ambiental foi incorporada na maioria das organizações e a ação empresarial em defesa do meio ambiente passa a ser percebida como uma nova postura pública das empresas. Tal atitude representa um reflexo da tomada de consciência do seu papel na sociedade global e que não podem mais se pautar por uma política de indiferença, fechando-se para o que ocorre no mundo.

Em que pese os investimentos empreendidos, as políticas e os planos de ação ambiental desenvolvidos por estas organizações, nem sempre a sociedade compreende e aceita tais ações, pairando um ar de contestação sobre o real propósito dos argumentos utilizados. O que está errado? A falta de estratégias de comunicação mais adequadas para atingir diferentes públicos ou a existência de uma retórica sem coerência com os fatos? Como as empresas estão divulgando seus trabalhos de relações comunitárias para os diversos públicos espalhados pelos países?

Sabe-se da existência de diversos mecanismos de que normalmente as empresas se valem para mostrar sua preocupação com a preservação do meio ambiente. "A ecologia deixou de ser uma bandeira emocional e política, para transformar-se num importante - talvez o principal - megatrend do mundo dos negócios" (15). Há mesmo publicações específicas que trabalham o tema como vinculação direta com o marketing de negócios das empresas (16).

Considerando que muitos programas de Comunicação são desenvolvidos por empresas multinacionais, surge uma questão básica: em que medida tais organizações conhecem as peculiaridades sociais da América Latina e aplicam um modelo compatível com a nossa realidade? O exercício de uma comunicação ostensiva em relação ao meio ambiente não registraria uma opulência comunicacional face às carências sociais existentes no continente?

É preciso, pois, indagar como os produtos comunicacionais são gerados a fim de demonstrar toda uma política institucional em favor de um compromisso com o meio ambiente, sem perder de vista como estas questões se deparam com outras questões relacionadas à qualidade de vida, como urbanização desenfreada, saúde pública deteriorada, infraestrutura urbana precária e economia informal.

Questiona-se, portanto, até que ponto a comunicação organizacional, valendo-se de projetos e campanhas de Relações Públicas e Publicidade, contribui ou não para uma maior consciência ambiental da população.

Por outro lado, é notório o trabalho desenvolvido por muitas organizações que, por meio de um plano de ação ambiental, vêm tentando

demonstrar suas ações junto às comunidades locais e à sociedade em geral.

A Comunicação Social é atributo básico na consciência social sobre questões ambientais e Relações Públicas, Jornalismo e Publicidade são áreas determinantes no processo e produção da comunicação organizacional. As campanhas, as peças comunicacionais e todo o instrumental usado pelas organizações na relação com os diferentes públicos passam normalmente pelo crivo dos profissionais dessas áreas.

Faz-se necessário resgatar a importância e o lado positivo da comunicação institucional e mercadológica na luta pela preservação ambiental, desmitificando-se certos estereótipos de que se algo parte de "empresas" há somente interesses comerciais. Evidentemente ao se estudar essas questões, poder-se-á chegar a conclusões diversas. O mais importante de tudo isso é o resultado final em prol de uma maior consciência coletiva para os problemas ambientais.

A questão ambiental está sendo incorporada nas políticas empresariais, sobretudo graças às ações de segmentos ativistas da sociedade civil, exigências dos certificados da ISO 9000 e da ISO 14 000 e da legislação vigente sobre as políticas públicas de proteção ao meio ambiente. Tudo isso tem colaborado para uma maior responsabilidade social das organizações. Nesse sentido cabe à atividade de Relações Públicas um papel relevante, alertando as organizações para o fato de não serem meramente unidades econômicas voltadas somente à obtenção de lucros para se tornarem unidades sociais.

Quais os programas de comunicação que as organizações poderiam levar a efeito para contribuir com a sustentabilidade social? São muitos os possíveis. Tudo dependerá da realidade local e regional onde estão inseridas e do contexto social, político e econômico vigente. Pode-se, por exemplo, desenvolver ações no plano interno e externo.

No plano interno as atividades estariam voltadas para o envolvimento dos empregados e seus familiares com a causa ambiental, por meio de publicações, murais, campanhas, vídeos e eventos (semana de meio ambiente, dia da árvore, seminários técnicos, palestras especializadas etc.).

A comunicação interna bem planejada poderá ser um excelente instrumento para veicular mensagens vinculadas à consciência ambiental. O público interno de uma organização é um público multiplicador muito importante. A assimilação de uma idéia ou causa social dessa natureza poderá ser retransmitida para muitas outras pessoas, seja nos grupos familiares como também de outros convívios.

A importância da comunicação interna reside sobretudo nas possibilidades e no estímulo ao diálogo e à troca de informações entre a gestão executiva e a base operacional, na busca da qualidade total dos produtos ou serviços e do cumprimento da missão de qualquer organização.

A gestão ambiental nas organizações, para ser bem sucedida, dependerá fundamentalmente de uma comunicação bem administrada e participativa entre os vários níveis gerenciais e operacionais, entre a

área ambiental e a de Recursos Humanos. De acordo com Donaire, "assim, a área ambiental deve desenvolver com a área de Recursos Humanos intenso programa de conscientização, visto que a atividade de meio ambiente inicia-se e concretiza-se alterando o comportamento das pessoas que a integram. Como o público pode acreditar na boa intenção da empresa em relação ao meio ambiente, se o pessoal interno não estiver convencido e motivado para contribuir de forma positiva na questão ambiental?" (17).

No plano externo os programas de comunicação que as organizações poderão desenvolver são muitos e deverão fazer parte da política global de comunicação e das estratégias organizacionais adotadas. Isto é, terão que estar engajados nos objetivos gerais e no cumprimento da missão da organização. Não podem se caracterizar como meros instrumentos publicitários, mas como uma expressão de um compromisso social com o meio ambiente.

Outro princípio importante que a organização deverá levar em conta é o da ética. No composto da comunicação integrada, a atividade de Relações Públicas, no seu trabalho de mediação entre as organizações e seus públicos, deve zelar para que os valores éticos sejam considerados como norteadores do comportamento organizacional. Buscar o diálogo e a negociação, usando transparência e a verdade como princípio balizador. O discurso organizacional produzido pelas Relações Públicas tem que ser regido pela integridade. Isto é, pela coerência entre o que se diz e o que se faz no dia-a-dia das organizações. A ética nos negócios não é algo isolado da ética pessoal e profissional.

Se uma organização está causando danos ao meio ambiente, não adianta produzir sofisticada comunicação institucional. A credibilidade e a aceitação por parte dos públicos dependerão da veracidade da fonte. A sociedade moderna exige transparência dos fatos. Fazer e construir imagem positiva sem fundo de verdade é ilusão do passado.

No caso específico de programas de comunicação externa, esses podem ser dirigidos à comunidade local, a escolas, meios de comunicação, grupos ambientalistas, sindicatos patronais e de trabalhadores consumidores e ao público em geral. São muitas as oportunidades de ações conjuntas, tudo dependerá do tipo de público. Por exemplo, com a comunidade local e as escolas poderão ser desenvolvidos programas de reciclagem de materiais, coleta seletiva de lixo, seminários, programas de visitas às instalações etc. Com a mídia poder-se-á promover campanhas educativas, programas especiais de entrevistas com temas ligados à questão ambiental, anúncios institucionais etc.

O consumidor moderno é muito mais exigente e em países como Alemanha, Japão, Canadá, Suíça e nos países escandinavos existem os chamados "selos verdes" como garantia de que os produtos foram fabricados dentro das condições de preservação ambiental. "O 'selo verde' é uma forma de a empresa provar à sociedade que está em dia com suas obrigações ambientais" (18). É um produto simbólico que permite a organização interagir com o consumidor internacional. Como se vê, existe todo um leque de possibilidades de programas comunicacionais com os

mais diferentes públicos. Tudo dependerá da filosofia e das políticas organizacionais e da qualificação profissional de quem dirige a comunicação organizacional.

Em todo esse processo comunicacional muitas vezes as organizações terão que enfrentar e administrar conflitos, sobretudo com a comunidade e com os grupos ambientalistas, quando, ao não se dispor de informações verdadeiras e não houver canais de diálogo, as relações são tensas e improdutivas. É preciso, pois, promover uma comunicação simétrica, de duas mãos, que busca o equilíbrio e a compreensão. Não se admite nos tempos de hoje que a área de Relações Públicas, por meio da comunicação organizacional, tenha uma atuação voltada somente para os interesses da organização. Faz-se necessário ouvir o outro lado, abrindo canais de comunicação com todos os segmentos de públicos.

A comunicação organizacional poderá, também, ser de grande utilidade nas instituições públicas no âmbito federal, estadual e municipal. A implementação de leis específicas e de políticas públicas dependerá fundamentalmente de um trabalho de divulgação junto à sociedade. É preciso que os diversos segmentos sociais tenham conhecimento da existência, por exemplo, no Brasil, da Lei 6.938, de 1981, o capítulo VI, Artigo 225, da Constituição Federal, do EIA - Estudo de Impacto Ambiental, dos Rimas - Relatórios de Impactos Ambientais, das Audiências Públicas, do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, do Consema - Conselho Estadual de Meio Ambiente, dentre outros mecanismos existentes, que devem ser acionados de forma mais acentuada e dinâmica.

As mudanças comportamentais e culturais de um povo a favor da preservação do meio ambiente só ocorrerão se houver uma mobilização e uma pressão social. Quantos acordos e decisões tomadas em diferentes fóruns relacionados com esse assunto continuam somente no papel sem uma aplicação efetiva!

Urge portanto uma união de forças advindas tanto da esfera pública quanto da privada, para que a sustentabilidade na sociedade globalizada não seja mais uma ficção que a geração presente está produzindo para ser exibida para a geração futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) CORDANI, Umberto Giuseppe. **As ciências da terra e a mundialização das sociedades**. São Paulo, IEA-USP, 1995 (mimeo). Participou como observador da Rio 92, na qualidade de membro do ICSU, o Conselho Internacional de Uniões Científicas.
- (2) OMAN, Charles. "Globalização e regionalização nas décadas de 1980 e 1990". In **A nova ordem internacional e a terceira revolução industrial**. REIS VELOSO, João Paulo (org). Rio de Janeiro. Ed. José Olimpio, 1992, pp. 157-180.
- (3) IANNI, Octavio. "Globalização: novo paradigma das ciências sociais". **USP Estudos Avançados** 21, São Paulo, IEA-USP, V. E, (21), Maio/Agosto de 1994, pp. 150-151.
- (4) IANNI, Octavio. "Nação: província da sociedade global". In SANTOS, Milton e outros (orgs). **Território, Globalização e fragmentação**. São Paulo. Editora Hucitec - ANPUR, 1994, p. 77.

- (5) GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, UNESP, 1991, p. 69-70
- (6) LAMPREIA, Luiz Felipe Palmeira. "Resultados da rodada Uruguai: uma tentativa de síntese. **USP Estudos Avançados** 23, São Paulo, IEA-USP, Vol. 9 (23, Janeiro/Abril 1995), p. 249
- (7) THURLOW, **Cabeça a cabeça: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993, p. 264.
- (8) BROWN, Lester. R. (org.). **Qualidade de vida, 1992: Salve o Planeta**. Worldwatch Institute. Trad. de Newton Roberval Eichemberg, São Paulo, Globo, 1992, p. 226.
- (9) A Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, em 1992, aliou-se à Rio 92 e trouxe para seu Congresso anual o tema central "Comunicação e Meio Ambiente", cujos principais trabalhos estão sendo publicados em forma de livro. Ao liderar essa discussão em âmbito nacional, por meio de uma reunião científica a Intercom proporcionou a oportunidade para os pesquisadores de comunicação repensarem seu papel em defesa do meio ambiente.
- (10) NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2a. ed. Rio de Janeiro, FGV, 1991, p. 46.
- (11) NOGUEIRANETO, Paulo. Os grandes problemas ambientais do mundo contemporâneo". **Coleção Documento IEA**. São Paulo, IEA/USP, Junho de 1995, pp. 18-19.
- (12) CORDANI, Umberto Giuseppe. **As ciências da terra e a mundialização das sociedades**. São Paulo, IEA/USP, 1995, (mimeo), p. 6.
- (13) MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo: história das idéias e estratégias**. Petrópolis, Vozes, 1994, pp. 246-297.
- (14) KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo, Loyola, 1992, p. 87.
- (15) NOGUEIRA, Nemércio. O Megatrend vira negócio. In **Mercado Global**. São Paulo, Rede Globo, Central Globo de Marketing. Ano XIX, 86. 2o. trimestre de 1992, p. 30.
- (16) OTTMAN, Jacquelyn A. **Marketing verde**. São Paulo, Makron Books, 1994.
- (17) DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. São Paulo, Atlas, 1995, p. 102.
- (18) JÖHR, Hans. **O verde é negócio**. 2a. ed. São Paulo, Saraiva, 1994, p. 102.

Teologia prática, ecologia e ameaça nuclear

Ronaldo Sathler Rosa

Doutor em Teologia pela School of Theology at Claremont,
Califórnia, EUA.

Diretor Geral do Instituto Metodista de Ensino Superior - SBC

O tema do meio ambiente não tem sido considerado prioritário nas agendas teológico-pastorais das igrejas. Só recentemente, com o agravamento das condições de vida do planeta, é que alguns setores das igrejas começaram a envolver-se nas discussões ecológicas. As razões para esse distanciamento são diversas. Dentro dos limites deste artigo é suficiente mencionar que uma certa "espiritualidade" abstrata ou metafísica comum, particularmente no protestantismo de missão, tem contribuído para esse alheamento da luta por melhor qualidade de vida. Outro fator importante tem sido o tão conhecido isolamento dos "crentes" dos problemas de alguns avanços já verificados em tempos mais recentes.

Entretanto, felizmente observa-se que diversos setores eclesiásticos têm se dado conta da importância da atuação conjunta da sociedade para que a vida flua em toda sua integridade.

Exemplo alentador de interesse pela chamada causa ambientalista entre pessoas de diversas igrejas é a Rede Internacional de Pastoral pela Responsabilidade Social (RIP, conhecida em círculos pastorais internacionais como International Pastoral Care Network for Social Responsibility). Entidade ecumênica, a RIP tem associados em cinquenta países dos diversos continentes. A RIP foi criada em 1987 em Melbourne, Austrália, por professores da área de Teologia Prática, clérigos e agentes pastorais, homens e mulheres. A motivação básica para a criação da rede foi o interesse de estudiosos e de agentes pastorais em integrar à pastoral a dimensão política e a luta constante por justiça, paz entre os povos e pelo desenvolvimento social não predatório do meio ambiente. A motivação inicial tem se traduzido nos atuais objetivos da RIP, aprovados em sua última assembléia realizada em agosto de 1991, em Noordwijkerhout, na Holanda.¹

Quais seriam alguns elementos teológico-pastorais que fundamentam a participação das igrejas e de seus vários segmentos no esforço pela paz, justiça e integridade do ser humano, especialmente aqui, em sua relação com a natureza? Alinhamos a seguir alguns argumentos

1. A atual diretoria da RIP está assim composta: Dr. Ronaldo Sathler Rosa, presidente (Brasil); Revda. Adriana Cavina Pagnotti, vice-presidente (Itália); Psicóloga Ahakuntala Rani David, secretária (Índia); Rev. Arch McCurdy, tesoureiro (Canadá); e Dr. Howard Clinebell, coordenador internacional (EUA).

que justificam, à luz da dinâmica tradição da cultura bíblica, o comprometimento de cristãos com a causa da vida humana em sua interação com os cosmos.

Primeiro, a metáfora teológica do Reino de Deus, tema presente nos escritos do Novo Testamento, contém um reconhecimento implícito da dimensão ecológica da integridade humana (Steck, 1980). Embora a denominada questão ecológica, em sua forma atual, não esteja explícita no símbolo teológico do Reino, ela está latente. De acordo com P. Tillich (1963, p. 412-413) o Reino "inclui todas as dimensões do ser". Para o teólogo alemão W. Pannenberg (1977, p.60), o símbolo teológico do Reino "evoca uma visão da unidade de cada ser e a unidade de todo o mundo"(cf. Rosa, 1989 -1).

Os estudos exegéticos de O. Steck, feitos a partir dos Salmos do Antigo Testamento, provêm ainda evidências mais significativas da responsabilidade de religiosos perante a ação política atual, empreendida por várias associações para evitar que a vida continue a deteriorar-se. Segundo esse autor, os Salmos 8, 9 e 104 (versão de J.F. Almeida) são parte dos chamados "salmos da criação", juntamente com outros salmos ou seções daquele livro. Para Steck (p. 79) o Salmo 104, por exemplo, realça a atividade criadora de Javé Deus no mundo; esse salmo, segundo Steck, inclui um elemento importante da estrutura temática da teologia cúltica de Jerusalém. Esses temas incluíam o nível político da vida humana, o mundo social e o universo da experiência individual. De acordo com a mencionada teologia cúltica, o mundo natural era a "esfera fundamental da ação de Javé", a qual determina o ponto de vista teológico a respeito de outros níveis da vida.

É possível deduzir do parágrafo anterior que o autor relaciona o mundo natural e o meio ambiente com a inclusiva agenda teológica; o autor dos salmos (ou autores) inclui, a partir da atividade de Javé no mundo natura, aspectos étnicos, sociais e culturais da vida humana. Ainda mais,

o salmista concentra-se nas conexões elementares entre as condições naturais e as condições constitutivas da vida e das coisas como dado fundamental e como a esfera a ser desenvolvida e preservada para a segurança da vida (Steck, p. 79).

Segundo, o Credo Social (CS) e o Plano para a Vida e a Missão da Igreja (PVMI) da Igreja Metodista (IM) oferecem ainda outras justificativas para o envolvimento das igrejas, juntamente com a sociedade, na denominada luta ambiental. Segundo o PVMI a Igreja tem uma responsabilidade ecológica que deriva da dimensão social de sua missão. O Plano para a Vida e Missão, aprovado em assembléia nacional em 1982, afirma que um dos meios de ação da Igreja em nível social é "apoiar, incentivar e participar das iniciativas em defesa da preservação do meio ambiente" (IM, 1992, p. 77).

O Credo Social, por sua vez, declara ser responsabilidade da Igreja lutar pelo bem-estar total do ser humano, o que está em consonância

com as tradições do Antigo e do Novo Testamentos. O Credo Social reafirma também: "Cremos em Deus, Criador de todas as coisas..." (IM, 1992, p. 39). Desta forma, esses documentos eclesiais realçam a indivisibilidade da pessoa humana. Advertem também que a marca de totalidade concedida no ato da Criação está ameaçada ou não se potencializa se o meio ambiente está alterado por ações diversas e gananciosas. A atual situação ecológica do mundo é sério obstáculo para a adequada interação criatura/Criador/natureza/sociedade.

Destacaríamos agora o problema da ameaça nuclear. É um problema relevante para uma nação como o Brasil, considerada por alguns como "tecnicamente" em desenvolvimento? Tem sentido para um país como o Brasil, com problemas sociais gravíssimos, denunciar os riscos da ameaça nuclear? Estamos convencidos de que é necessário para o bem da atual e das futuras gerações que a sociedade se mobilize contra a militarização do mundo. Submetemos à consideração do leitor pelo menos duas razões que, a nosso ver, qualificam a legítima pressão social pela desmilitarização das nações.

Em primeiro lugar, o Credo Social chama a atenção para a gravidade e a natureza complexa da questão ecológica. Adverte à comunidade internacional: "A reconciliação das nações se torna especialmente urgente num tempo em que países desenvolvem armas nucleares, químicas e biológicas, desviando recursos ponderáveis de fins construtivos e pondo em risco a humanidade" (IM, 1992, p. 42). Embora a crítica ao modelo econômico concentrador implícita no Credo Social seja tímida, a afirmação acima reconhece que os debates sobre o meio ambiente não podem ser conduzidos à parte dos interesses econômicos embutidos. A questão chave é: que sistema social, ou que setores da sociedade estão obtendo lucros financeiros a partir da agressão sistemática contra o ser humano e a natureza? Parece óbvio que são os setores capitalistas da sociedade em nível nacional ou internacional (cf. Furta-do, 1987).

Em segundo lugar, a atual militarização do mundo e a corrida armamentista tornaram-se um negócio altamente rentável (Dussel, 1987). O "negócio da guerra" tem favorecido o acúmulo de lucros fabulosos para empresas como a Lockheed Aircraft, General Dynamics, McDonnell Douglas, Boeing Co., United Aircraft, Grumman Aircraft e outras; de acordo com Dussel, essas empresas acumularam lucros superiores a 10 bilhões de dólares entre 1961 e 1967 a partir de contratos com o Pentágono. Desde o começo deste século, ainda segundo Dussel, os gastos militares multiplicaram-se por 25. A partir de 1945 esses gastos aumentaram em quatro vezes (Dussel, 1987, p. 180-186).

Além do mais, como assevera o filósofo e teólogo argentino,

Hoje, as armas atômicas ultrapassaram milhares de vezes a capacidade destrutiva convencional. Enfrentamos pela primeira vez na história, e na evolução da vida em nosso planeta, a possibilidade da extinção total não apenas da raça humana mas de toda a vida como tal. A espécie humana está nas mãos de um poder que

a ultrapassa e que se fosse acionado por erro, por um fanático ou pelo cálculo de poder ganhar "atacando primeiro", nos arrastaria à morte total (Dussel, p. 181).

De acordo com Howard Clinebell há alguma coisa eticamente obscena no fato de a humanidade gastar 40 milhões de dólares por hora na produção de armas que podem levar ao suicídio global. O pior é que as bombas já estão caindo sobre os empobrecidos das diversas nações, os quais constituem maioria da população mundial e, especialmente, sobre as nações consideradas periféricas. Deixar que morram 40 mil crianças a cada dia por má nutrição e de doenças tratáveis enquanto a corrida armamentista ruge na direção do genocídio é alguma coisa eticamente psicótica, é pecado monstruoso (Clinebell, s/d).

Conduindo, este artigo é tentativa de fundamentar teoricamente a pastoral das igrejas face ao problema da degradação da vida. Mais ainda, procura realçar a necessidade dos cristãos se unirem a setores da sociedade que estão engajados no esforço por justiça, pela paz e pela correta utilização dos recursos da natureza. O estudo das questões ambientais deve desenvolver-se com a integração das diversas áreas do conhecimento humano, além da participação dos vários setores da sociedade. O estudo interdisciplinar justifica-se daramente pela natureza do objeto estudado e por suas implicações multidimensionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLINEBELL, H. - *Re-visioning the future of spirit-centered pastoral care and counseling*. Artigo não publicado, s/d.
- DUSSEL, E. - *Ética comunitária*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FURTADO, C. *Transformação e crise na economia mundial*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- IGREJA METODISTA - *Cânones*, São Paulo, 1992.
- PANNENBERG, W. - *Theology and the kingdom of God*. R. Neuhaus, Philadelphia, Westminster, 1977.
- STECK, O. - *World environment*, Nashville, Abingdon, 1980.
- TILLICH, P. *Systematic Theology* (vol. 1,3). Chicago, University of Chicago Press, 1951-1963.
- ROSA, RONALDO SATHLER - *An integrative model for pastoral action in Brazil*, Ann Arbor, MI, UMI, 1989.
- _____. Der Nukleare Wahnsinn: pastorale vrant wortung aus Brasilianischer Sicht, in *Pastoral Theologie und Pastoral Psychologie*, Praga, PCNSR, und der Christlichen Friedenskonferenz, 1989.

Um novo imaginário social: o desenvolvimento sustentável

João Carlos Canuto

*Pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa de
Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental
da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -
CNPMA/EMBRAPA*

INTRODUÇÃO

O presente artigo de reflexão tem como objetivo discutir o conceito de Desenvolvimento Sustentável à luz do movimento concreto em que ele se instaura e da mobilização social que envolve. De um certo modo busca conhecer até onde a tecnologia e a ecologia fornecem argumentos à política para a construção de um novo imaginário social favorável ao Desenvolvimento Sustentável. Portanto, faremos algumas considerações iniciais sobre as concepções em debate e, dentro dele, sobre os modos de inserção da questão ambiental.

O debate sobre o Desenvolvimento sempre foi central para a teoria econômica. O Desenvolvimento, ainda mais para as Sociedades do Terceiro Mundo, é a própria síntese e o sentido último da Economia. Muito se teorizou sobre concepções de Desenvolvimento, modelos e impactos. Pode-se dizer, numa síntese extrema, que se construíram, e ainda persistem, duas tendências mais importantes definindo o Desenvolvimento.

Uma primeira tendência entende o Desenvolvimento como crescimento econômico, como produção, como progresso técnico. Fica embutido que os impactos sociais ou os efeitos distributivos já são dados, conseqüências naturais do progresso. A magia da tecnologia ofusca a colocação do problema da equidade na distribuição do produto social. Esta se daria como uma decorrência lógica. Desse modo, ocasionalmente poderiam ocorrer disfunções representadas pelo aparecimento de impactos sociais negativos localizados. Esta concepção historicamente tornou-se dominante.

A segunda posição coloca a necessidade urgente de, já na sua concepção, o modelo econômico incluir mecanismos que garantam a distribuição, para a Sociedade em seu todo, do progresso material. Seus partidários não acreditam que isto se dê naturalmente. A concentração de poder econômico e político induz, logo de partida, a um enorme desequilíbrio na distribuição dos frutos da economia.

Na prática, o modelo econômico predominante no Brasil pautou-se pela acumulação privada, aliada a políticas sociais pontuais. Os efeitos nefastos desse modelo já são por demais conhecidos - o aumento generalizado da pobreza, o êxodo rural, a desnutrição, a inflação...

Como se isso não bastasse, ainda resta a degradação ambiental. À crítica que esse modelo já era alvo do ponto de vista social, soma-se a

crítica ambiental, com a ação do movimento ambientalista, sua chamada à reflexão, sua nova visão de mundo.

É possível afirmar que, grosso modo, coexistiram entre meados dos anos 60 e dos 80 duas tendências opostas no modo de pensar e agir em relação ao meio ambiente no Brasil. Uma visão praticamente negativa a existência do problema ambiental e pregava o crescimento econômico a qualquer preço. Reforçada pelo chamado milagre econômico, só teve sua construção simbólica ameaçada pela militância ambientalista. Não havia a implementação de práticas econômicas alternativas, ainda que já se ensaiassem novos discursos. A outra tendência, justamente a do movimento ambientalista, trabalhava em um sistema de idéias de proteção ambiental pura e simples. A dimensão econômica era de ordem secundária. E a tecnologia significava mais degradação ambiental e catástrofe social. Só muito superficialmente se colocava a importância da tecnologia, dada a urgência de se suprir necessidade materiais básicas da Sociedade.

Essas duas trajetórias tiveram no fim dos anos 80 e início dos 90 seu ponto de inflexão. A "maturação" das duas tendências, caminhou para uma certa síntese entre ambas. A deslegitimação causada pela agressividade do crescimento capitalista, tanto quanto a oriunda do purismo ecológico, requereram cada vez mais esforços dos diferentes atores sociais em elaborar construções simbólicas novas.

UM IMAGINÁRIO EM CONSTRUÇÃO

A trajetória de tendências diversas culminou na adoção de atitudes, técnicas, discursos e outras possibilidades de presença favoráveis ao Desenvolvimento Sustentável. O imaginário social da sustentabilidade começou a delinear-se por esta confluência. Há vários fatores que contribuíram para ela, se bem que contradições permanecem, como brasas encobertas. Ou seja, podem constituir-se em estopins para mudanças futuras, dadas outras situações sócio-políticas. Vamos discutir alguns dos fatores implicados com a formação desta confluência.

Influência do debate internacional. O debate em torno da questão ambiental já vem marcando o cenário internacional desde antes dos anos 70. Em 1972, sintomaticamente, já se levava a efeito o encontro de Estocolmo, que demarcou o sentido social dos problemas ambientais e proporcionou uma visão de síntese da questão ambiental. A par das iniciativas domésticas mais genuínas, é verdade que a reflexão em curso na Europa acabou por determinar a aceleração do debate no Brasil. É importante constatar que a discussão externa foi um fator dinamizador mas não substituiu o debate nacional. As questões brasileiras foram desde o início um ponto de referência obrigatória na nossa reflexão. De outro modo, o Brasil estava na ordem do dia do debate internacional, que já elegera a Amazônia como foco de atenção (que, aliás, continuou a interessar até a Rio-92 e promete permanecer em pauta). Muitos intelectuais europeus tiveram importante penetração entre ambientalistas e cientistas brasilei-

ros. A mídia eletrônica mundial dava cada vez mais ênfase à cobertura dos desastres ecológicos. Os meios de comunicação de massa nacionais reproduziam boa parte dessa informação, enquanto também já despertava para matérias sobre a degradação ambiental no Brasil. A poluição do ar nos centros urbanos e o problema da contaminação das águas surgiram de modo bastante recorrente. Para o caso da agricultura, por exemplo, nos anos 80, os jornais denunciavam sistematicamente os impactos negativos dos agrotóxicos ao ambiente. É correto, assim, considerar o grande impulso do debate internacional no estabelecimento de um caminho e de um novo ritmo à discussão no Brasil.

Problemas de ordem planetária. A natureza de muitos dos problemas ambientais extrapola as realidades locais e nacionais. Desordens globais na biosfera começam a ser melhor percebidas - mudanças climáticas, destruição da camada de ozônio, perigo nuclear, poluições e degradações de recursos estratégicos, são percebidos agora por todos os cidadãos e em todos os países. Isso colaborou para a construção de uma noção de "problema comum". Desse modo, se os impactos atingem a todos e qualquer um, passa a ser responsabilidade de todos oferecer alternativas. Fica diluída a responsabilidade das empresas e do capital, enquanto relação social, no tocante à degradação. Essa mobilização da Sociedade faz parte de uma estratégia de o capital eximir-se, ao tempo mesmo em que coloca como central a discussão sobre a busca de soluções.

Avanço do movimento ambientalista. Pode-se dizer que a boa performance da economia no período do "milagre" ofuscou e colocou à margem o debate ambiental. O modelo autojustificava-se pelo desempenho positivo dos índices econômicos, como o PIB e outros. Os impactos ambientais eram tidos como faces necessárias e menos importantes do modelo. Quando essa onda de euforia começou a dissipar-se e o crescimento, que já não era o mesmo, mostrava com mais nitidez os rastros de degradação social e ambiental, tomou impulso o movimento ambientalista. A expansão do movimento se deu no sentido de superar gradativamente uma posição inicial preservacionista, tomando contornos mais ecológicos (VIOLA, 1991). Assim, a certo momento, o movimento recuperava e fundia todos os elementos que compunham a crítica ao modelo econômico: de um lado, os impactos sociais e de outro, os ambientais. A resposta a esses impactos constituía de pronto as bases do que veio a chamar-se Desenvolvimento Sustentável no fim da década de oitenta. Embora radicalmente oposto ao modelo político-econômico instaurado, o movimento ambientalista forneceu elementos importantes para o futuro imaginário social do Desenvolvimento Sustentável. O que era tido como um incômodo contracultural, aos poucos foi sendo absorvido pela cultura dominante. O ambiente passava a ser também interesse das elites, se bem que descontextualizado, desenhado apenas do ponto de vista tecnológico, selecionando aspectos ecológicos e tratando-os à sua maneira.

Profissionalização. Foram, com a entrada das elites, criados espaços novos de ação. De um lado, ambientalistas assumem postos ofici-

ais nas instâncias do Estado. De outro, o "ambiente" merece destinação de recursos federais e estaduais. Abrem-se diversas frentes - avaliação de impactos de grandes projetos, expansão dos setores de pesquisa científica, proliferação de eventos técnicos. Nasce ONGs com preocupações técnicas especificamente ambientais. Os agentes agora é matéria séria, científica, de profissionais. Na verdade, antes que simples e pura integração, a presença de novos agentes dentro e fora do Estado representa a emergência de forças contraditórias de ação e reflexão, que limitam decisões tecnocráticas e colocam objetivamente para o Estado e a Sociedade novas e críticas questões a serem enfrentadas.

Globalização do debate. Tanto o avanço do movimento ambientalista, a profissionalização dos atores ou a globalização do debate, devem algo a um certo clima de distensão política, que foi conhecida como "abertura". Eles se dão em conseqüência desta distensão, mas são também as suas próprias forças propulsoras, pela ação dos grupos organizados que pressionaram o Estado para que ela ocorresse. A globalização do debate no Brasil deu-se em função dos outros fatores tratados acima. Entretanto, um fenômeno merece destaque: a entrada decisiva e massiva da mídia, denunciando desastres ecológicos e veiculando os problemas ambientais como um todo. Isso permitiu que hoje, desde simples cidadãos até intelectuais participem do debate. Pode-se ressaltar que a imprensa tende a comunicar uma visão ainda bastante banalizada da questão ambiental e o cidadão comum não consegue ver senão as aparências do problema. O certo é que a questão ambiental está em todos os lugares e é de domínio público, ainda que percebida muito diversamente pelos vários "públicos" da mídia.

Legislação e políticas públicas. A discussão cada vez mais difundida na sociedade acabou por pressionar no sentido da implementação de ações concretas. O Estado obrigou-se a incorporar o meio ambiente em seus planos. Surgem secretarias especiais, o Ministério do Meio Ambiente, instâncias estaduais e municipais. Os Planos Diretores integram a preocupação ambiental ao planejamento urbano. Surgem leis ordenando e limitando o crescimento econômico. É verdade que os principais impactos negativos no ambiente ainda se dão por conseqüência de políticas macroeconômicas, cuja preocupação central com certeza não é o meio ambiente, mas a expansão da economia. Mesmo sendo, assim, criou-se um volume importante de legislações e políticas públicas relacionadas à preservação ambiental: reservas florestais, leis de controle à poluição industrial, regulamentações sobre o uso de recursos naturais, entre outras. Na agricultura destaca-se a profusão de leis estaduais de agrotóxicos, culminando com a promulgação da lei federal. A esta rica rede de legislação não corresponde, entretanto, uma implementação prática no mesmo ritmo. Assim mesmo, elas são importantes ganhos de qualidade, porque marcam a tendência a uma implementação sempre crescente. Novamente aqui deve-se entender estes avanços como resultados de pressão popular e da organização política dos grupos ecológicos e associações de classe.

Exaustão dos recursos. Como poderíamos explicar uma certa ade-

são das empresas privadas a um enfoque ambientalista? Embora haja aí uma grande dose de discursividade "oportunamente ecológica", desligada de um comprometimento maior, lembramos que as empresas têm tido preocupações reais com os recursos naturais, de modo a colocar em curso também ações práticas. Isso se dá principalmente porque as empresas perceberam concretamente que os recursos naturais, até hoje explorados indiscriminadamente, vêm mostrando sinais de esgotamento, de modo a colocar em perigo o próprio futuro das suas atividades. A preocupação, limitada e seletiva, é encontrar meios técnicos de perpetuar a exploração dos recursos. Isso, somado às obrigações contidas nas novas leis e aos discursos ecológicos, estabelece uma noção de preocupação global com o meio ambiente. A adesão das empresas, sempre reticentes em matéria ambiental, é um ponto crucial para o entendimento do novo imaginário do Desenvolvimento Sustentável. É, talvez, o fator que proporciona a virada para esta nova postura geral, ou seja, que desativa os velhos nós ocasionados pelos embates históricos entre movimento ambientalista e empresas. Proporciona a sensação de que estas desavenças foram superadas, e mais ainda, superadas pela compreensão e benevolência das empresas. A exaustão dos recursos, entretanto, se é preocupação para a sociedade no seu todo, o é também de imediato para as empresas em relação à sua própria sobrevivência.

O CONSENSO E SUA NEGAÇÃO

Foi dito que haviam basicamente duas correntes em relação ao meio ambiente no Brasil, uma econômica e outra propriamente ecológica, as quais, historicamente, haviam-se anulado mutuamente. Contudo, ao fim de duas décadas, acumularam-se mais convergências do que divergências. É nesse contexto que surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Do ponto de vista econômico, reconhecia-se a vital importância da produção material. Do ponto de vista ambiental, assumia-se a necessidade de estabelecer certos limites à exploração dos recursos naturais que caminhavam para a exaustão. Ocorre aí a opção ao Desenvolvimento Sustentável pelos grupos sociais dos mais diferentes interesses e de interesses até contrários. O conceito "aceita", assim, desde ambientalistas até empresas.

A globalização do debate ecológico, a forte ação da mídia é o caráter planetário de muitos problemas ecológicos, criaram condições para uma unanimidade sem precedentes. Há hoje uma ecologização geral dos discursos, o que, a par das contradições imersas, firma-se como tendência.

Para utilizar um entre outros conceitos, o Desenvolvimento Sustentável é "o processo de mudança na qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento econômico e as mudanças institucionais se dirigem à satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas" (IUCN, apud DIEGUES,

1989). Em tese, o Desenvolvimento Sustentável responderia a requerimentos sociais, pela retomada da questão da equidade; responderia a requerimentos ambientais, basicamente pelo desenho de novas alternativas técnicas; e, finalmente, a requerimentos econômicos, visto que o Desenvolvimento Sustentável não é possível sem a produção e o crescimento econômico.

Um conceito assim tão "generoso" proporciona as bases para a unanimidade entre atores sociais que, no limite, têm perspectivas originalmente opostas. Em nome da construção desse contrato social coexistem, no entanto, situações latentes. Uma das mais importantes é que, sendo a adoção do Desenvolvimento Sustentável um processo que implica também em reacomodações econômicas à área do ambiente, em que uns expandem seu poder econômico à custa da perda de espaço de outros tantos, é fácil ver que existe uma guerra surda por baixo da concordância pública. Outra situação é que, o movimento ambientalista não se constituindo em um bloco ideologicamente monolítico, visualiza bem as discordâncias com as elites econômicas em seu interesse restritamente utilitarista.

Todas essas, e outras contradições encobertas, têm um potencial de influência e evolução não previsíveis. O que se pode constatar é que toda a ação do capital está hoje vigilante à questão ambiental, para defender-se de suas pressões ou para torná-la uma aliada. A evolução recente do debate, voltando, todas as luzes para o Desenvolvimento Sustentável, e sob a regência dos agentes econômicos dominantes, indica o caráter político do movimento em direção à construção de um novo imaginário social. Este imaginário só é possível porque não responde, e nem permite colocar, questões sociais, como por exemplo a da equidade. A ecologização da política entra em cena justamente para deslocar essas pendências políticas de debates anteriores.

Mesmo quando nos ativermos à dimensão propriamente ambiental do Desenvolvimento Sustentável, poderemos constatar que ela tem caráter seletivo, valorizando certos elementos e ignorando outros. Segue-se também que o enfoque é sempre tecnológico, ou seja, as alternativas são sempre alternativas técnicas. Ocasionalmente aceita-se a existência de impactos sociais. Mas não há nada que não possa ser resolvido por meio de tecnologias limpas ou suaves.

Se as grandes questões sociais mal são tocadas, o fio condutor do Desenvolvimento Sustentável constitui-se nas leis do mercado. O mercado regula produtos e preços e, mais que tudo, é suficiente para delinear o caminho para uma Sociedade harmoniosa. Assim, tendencialmente, o mercado marca o predomínio da produção sobre a preservação. Esta poderá ser circunstancial e sempre relacionada a recursos naturais, entendidos como fatores de produção.

A linha claramente política do movimento de Desenvolvimento Sustentável é, portanto, a da não-mudança. É difícil conceber, à primeira vista, que um movimento tão novo e fascinante, tão unânime e que indica um avanço na tomada de consciência ecológica, tenha sido construído justo para obliterar mudanças sociais estruturais. O

reducionismo técnico está francamente colocado para ser uma das condições que bloqueiam a superação real da insustentabilidade social.

A unanimidade em torno do Desenvolvimento Sustentável na verdade encobre a diversidade de concepção e de interesses. O que as forças dominantes colocam como a superação de um paradigma não passa de uma mudança superficial, calcada principalmente em reconstruções retóricas. A real virada de paradigma está na negação do comportamento dos agentes econômicos que hoje catalisam o movimento de Desenvolvimento Sustentável. As idéias-força vencidas nesse processo, ainda vivas, são a semente para a real virada, no sentido de uma mudança planetária radical e a incorporação de uma utopia perdida. Como reflete HERCULANO (1992), esta utopia está carregada de religiosidade, de uma busca de religar algo que foi separado, qual seja a união dos homens entre si e deles com a natureza. Infelizmente parte dos próprios intelectuais conservar uma visão acrítica em relação a isso, aceitando placidamente os parâmetros postos em pauta pelo capitalismo ecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HERCULANO, Selene C. Como passar do insuportável ao sofrível. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, v.14, n.261, p.12-15, jan/fev 1992.
- DIEGUES, A. Carlos. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais. *Caderno FUNDAP*, São Paulo, ano 9, n. 16, jun 1989.
- VIOLA, Eduardo. A problemática ambiental no Brasil: da proteção ambiental ao desenvolvimento sustentável. In: WORKSHOP SOBRE CONCEITOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, São Paulo, 1991. *Anais*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa em Economia, Sociedade e Meio Ambiente - FEA/USP, 1991.

desenvolvimento sustentável. As técnicas de produção são inovadoras e as atividades econômicas são diversificadas. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável é aquele que é capaz de promover o bem-estar econômico, social e ambiental, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUNO, J. L. (1985). O desenvolvimento sustentável: um conceito e suas implicações. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-15.

BRUNO, J. L. (1988). O desenvolvimento sustentável: um conceito e suas implicações. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-15.

BRUNO, J. L. (1992). O desenvolvimento sustentável: um conceito e suas implicações. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-15.

BRUNO, J. L. (1995). O desenvolvimento sustentável: um conceito e suas implicações. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-15.

BRUNO, J. L. (1998). O desenvolvimento sustentável: um conceito e suas implicações. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-15.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar o conceito de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a sociedade brasileira. O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável é aquele que é capaz de promover o bem-estar econômico, social e ambiental, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades.

O desenvolvimento sustentável é aquele que é capaz de promover o bem-estar econômico, social e ambiental, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável é aquele que é capaz de promover o bem-estar econômico, social e ambiental, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades.

Considerações sobre o Desenvolvimento Agrícola Auto-Sustentável

Ronaldo S. Berton
Instituto Agrônômico

INTRODUÇÃO

Um desenvolvimento auto-sustentável presume a utilização de um sistema de produção contínua sem a contribuição de elementos externos a esse sistema. No caso da exploração agrícola, essa situação é difícil de se imaginar, principalmente em virtude dos níveis atuais de fertilidade em que os nossos solos se encontram.

Para uma planta crescer e completar o seu ciclo de vida, ela necessita basicamente de luz, água e de nutrientes, esses últimos divididos em dois grupos principais denominados os não-minerais e os minerais. Os nutrientes chamados de não-minerais são o carbono, o hidrogênio e o oxigênio, e são encontrados na atmosfera e na água, participando da fotossíntese. Os nutrientes denominados minerais, que são fornecidos pelo solo; podem ser classificados em macro e micronutrientes de acordo com a sua concentração na planta. Atualmente, os nutrientes assim separados são:

Macronutrientes:

nitrogênio (N), fósforo (P), potássio (K), cálcio (Ca), magnésio (Mg) e enxofre (S)

Micronutrientes:

boro (B), cloro (Cl), cobalto (Co), cobre (Cu), ferro (Fe), manganês (Mn), molibdênio (Mo), níquel (Ni) e zinco (Zn)

Dessa forma, para que se possa obter uma boa produção agrícola, esses nutrientes devem estar presentes no solo nas quantidades requeridas pelas plantas nele cultivadas, sendo que o rendimento de uma colheita é limitado pela ausência de qualquer disponíveis em quantidades adequadas (lei do mínimo). Infelizmente, a maioria dos solos brasileiros estão muito aquém de suprirem as necessidades nutricionais de uma cultura cultivada comercialmente. Em geral, nossos solos são ácidos e pobres em macronutrientes, principalmente em fósforo e nitrogênio. A acidez provoca o aparecimento do alumínio em solução que é tóxico às plantas causando um mau crescimento do sistema radicular. Os baixos teores em matéria orgânica proporcionam uma pequena disponibilidade de nitrogênio, e o alto poder de fixação dos óxidos de ferro

e alumínio se encarregam de diminuir as quantidades disponíveis de fósforo às plantas. Além disso, a colheita exporta uma quantidade significativa de nutrientes que, se não forem repostos, com o tempo irão também contribuir para o esgotamento das reservas nutricionais do solo. Assim, sendo, para as nossas condições de solo, torna-se necessário não somente repor os nutrientes exportados pela colheita, como também promover uma correção da acidez do solo e adicionar os nutrientes necessários para uma alta produção.

A maneira mais fácil de se corrigir a acidez do solo é através da incorporação de calcário ao solo. Esse produto, além de neutralizar o efeito tóxico do alumínio, aumenta as quantidades de cálcio e magnésio que, como já visto, são elementos essenciais à vida das plantas. Com relação à adição dos outros macro e micronutrientes, em alguns casos o solo pode praticamente se tornar auto-suficiente em nitrogênio se houver condições de se cultivar uma leguminosa ou em rotação ou em cultura intercalar com a cultura principal que está sendo explorada. Essa auto-suficiência ocorre pelo fato das leguminosas conseguirem usar o nitrogênio presente no ar atmosférico através de uma associação simbiótica com as bactérias do gênero *Rhizobium*. Entretanto, para os demais nutrientes, com especial atenção para o fósforo, não existe outra alternativa para aumentar as suas quantidades disponíveis no solo que não seja através do uso de fertilizantes.

Esse tipo de insumo pode ser classificado como orgânico ou mineral. Os fertilizantes orgânicos comumente usados na agricultura são os esterco de animais e de aves e os resultantes da compostagem de restos vegetais. Em geral, esses adubos possuem uma baixa concentração de nutrientes e uma produção limitada fazendo com que o seu uso seja economicamente viável nas áreas próximas aos locais de produção. Os fertilizantes minerais, geralmente são oriundos do processamento viável nas áreas próximas aos locais de produção. Os fertilizantes minerais, geralmente são oriundos do processamento de jazidas minerais, podendo conter um ou mais nutrientes em sua formulação.

Algumas das novas correntes filosóficas em exploração agrícola têm condenado o uso da adubação mineral em prol da adubação orgânica. Com respeito a isso, convém ressaltar que, quando usada corretamente, a adubação mineral é tão boa quanto a adubação orgânica, sendo que esta última precisa mineralizar seus nutrientes, i.e., tornar seus elementos na mesma forma como é encontrada no adubo químico, para que a planta possa retirá-los da solução do solo. A vantagem dos adubos minerais consiste em serem mais baratos, mais fáceis de transportar e de serem muito mais fáceis de se produzir que os adubos orgânicos. Além disso, para a produção de capim ou no campo para a produção de ração para as aves. Caso contrário, a produção nessas áreas seria diminuída rapidamente devido ao esgotamento das reservas nutricionais do solo, acarretando uma queda na produção do adubo orgânico.

Uma das formas de se tornar a agricultura mais auto-sustentável, pelo menos com relação aos fertilizantes, seria a de se poder reciclar

ao máximo os nutrientes exportados pela colheita. Para tanto haveria a necessidade da reutilização dos resíduos industriais e urbanos na agricultura. Alguns resíduos agroindustriais como a vinhaça, subproduto da produção do álcool, já estão sendo plenamente utilizados na produção do álcool, de cana-de-açúcar dispensando a aplicação do potássio e parte do nitrogênio via fertilizante nas áreas onde esse resíduo é aplicado. Com a proliferação das usinas de tratamento de lixo urbano e das estações de tratamento de esgoto, haverá uma produção muito grande de composto de lixo e de lodo de esgoto, que, tomadas as devidas precauções, poderiam ser perfeitamente utilizados para a produção agrícola.

INTRODUÇÃO

As principais tendências discutidas neste trabalho são: a) a sustentabilidade em os rumos da agricultura, se orientam para a criação de um novo padrão agrícola com base na noção de Agricultura Sustentável. Tal orientação pode ser baseada em algumas indicações de recentes acontecimentos, na agricultura dos Estados Unidos e na orientação da FAO (Food and Agriculture Organization) (SILVEIRA 1992).

Uma das fontes consultadas foi o texto da palestra do Professor José El da Veiga, realizada no Centro Nacional de Pesquisa de Defesa da Agricultura, da EMBRAPA, em dezembro de 1991. Ressaltam-se aqui apenas seus principais pontos indicadores de tendências. Entre eles, a direção seguida pela agricultura dos Estados Unidos, "a saída dos grandes grupos de multinacionais envolvidos no pacote agroquímico" no encontro do paradigma da sustentabilidade, em virtude da criação da Lei Agrícola de 1990; a criação do Serviço de Pesquisa e Educação em Agricultura Sustentável, dos Estados Unidos, a existência de estudos realizados para a compatibilidade ambiental, também realizado pela USDA (1991) ainda aponta que a Agricultura Sustentável não significa necessariamente a redução da produtividade, mas sim a utilização de um tipo de tecnologia específica para produção agrícola.

Recentemente na Conferência Internacional sobre Agricultura e Meio Ambiente, patrocinada pela FAO, realizada em abril de 1991, em The Hague/Honbosch, na Holanda, foi assumido, em caráter urgente, uma estratégia mundial para a implementação de um programa de ação para a agricultura e para o Desenvolvimento Rural Sustentável, em países subdesenvolvidos.

Nessa Conferência da FAO, enfatizou-se a necessidade de mudanças radicais das políticas que hoje se aplicam e a análise cuidadosa de programas e projetos de desenvolvimento, de modo que não comprometam em direção do aproveitamento racional das terras e contribuem para a conservação do patrimônio natural.

O informe da FAO sublinha também, que para a América Latina, neste quadro desalentador em que se encontra, é necessário que as organizações governamentais se convancem dos benefícios que oferece a Agricultura Sustentável e criem os instrumentos de política econômica e social para este fim (FAO, 1991).

... e a adubação mineral em profusão orgânica. Com respeito a isso, convém ressaltar que, quando usada corretamente, a adubação mineral é tão boa quanto a adubação orgânica, sendo que esta última precisa mineralizar seus nutrientes, i.e., tornar seus elementos na mesma forma como é encontrada na adubação química, para que a planta possa retirá-los da solução do solo. A vantagem dos adubos minerais pode ser muito mais fácil de se produzir que os adubos orgânicos. Além disso, para a produção de capim ou no campo para a produção de ração para as aves. Caso contrário, a produção nessas áreas seria diminuída rapidamente devido ao esgotamento das reservas nutricionais do solo, acarretando uma queda na produção do adubo orgânico.

Uma das formas de se tornar a agricultura mais auto-sustentável, pelo menos com relação aos fertilizantes, seria a de se poder reciclar

Comunicação Rural e Sustentabilidade Agrícola

Miguel Angelo da Silveira

Pesquisador da Empresa Brasileira de
Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA,
Doutor em Ciências da Comunicação

INTRODUÇÃO

As principais tendências discutidas hoje, no mundo e no Brasil, sobre os rumos da agricultura, se orientam para a implantação de um novo padrão agrícola com base na noção de Agricultura Sustentável. Tal afirmação pode ser baseada em algumas indicações de recentes acontecimentos na agricultura dos Estados Unidos e na orientação da FAO (Food and Agriculture Organization) (SILVEIRA 1992).

Uma das fontes consultadas foi o texto da palestra do Professor Dr. José Eli da Veiga, realizada no Centro Nacional de Pesquisa de Defesa da Agricultura, da EMBRAPA, em dezembro de 1991. Ressaltam-se aqui apenas seus principais pontos indicadores de tendências. Entre eles, a direção seguida pela agricultura dos Estados Unidos, "... sede dos grandes grupos de multinacionais envolvidos no pacote agroquímico", ao encontro do paradigma da sustentabilidade, em virtude da criação da Lei Agrícola de 1990; a criação do Serviço de Pesquisa e Educação em Agricultura Sustentável, dos Estados Unidos; a existência de estudos voltados para a contabilidade ambiental também no mesmo país. VEIGA (1991) ainda aponta, que a Agricultura Sustentável não significa menos produção e não implica em redução da produtividade, tampouco se reduz a um tipo de tecnologia específica para pequeno agricultor.

Recentemente na Conferência Internacional sobre Agricultura e Meio Ambiente, patrocinada pela FAO, realizada em abril de 1991, em 'S-Hertogenbosch, na Holanda, foi assumida, em caráter urgente, uma estratégia mundial para a implementação de um programa de ação para a agricultura e para o Desenvolvimento Rural Sustentáveis, em países subdesenvolvidos.

Nessa Conferência da FAO, enfatizou-se a necessidade de revisões radicais das políticas que hoje se aplicam e a análise cuidadosa de programas e projetos de desenvolvimento, de modo que estes caminhem em direção do aproveitamento racional das terras e colaborem para a conservação do patrimônio natural.

O informe da FAO sublinha também, que para a América Latina sair deste quadro desalentador em que se encontra, é necessário que os organismos governamentais se convençam dos benefícios que possui a Agricultura Sustentável e criem os instrumentos de política econômica e social para este fim (FAO, 1991).

No entanto, os motivos subjacentes a essas orientações acríticas e pretensamente neutras da FAO, e das políticas agrícolas dos Estados Unidos, não se tornaram, todavia, objeto de uma discussão mais ampla e séria. A razão para se querer implantar a Agricultura Sustentável é evidentemente de cunho econômico e político. O que importa é garantir o controle estratégico dos recursos naturais escassos das nações sub-desenvolvidas.

Deve-se recordar o caráter elitista das políticas de desenvolvimento da ideologia da modernização da agricultura, que muito embora tenham causado uma degradação e um custo social altíssimos, eram difundidas na época como benéficas e positivas. Tudo leva a crer, uma vez mais, que apesar das inegáveis potencialidades de ganhos ambientais do novo paradigma ecológico e sustentável, a lógica do mercado e o poder do capital irão ignorar os ganhos sociais e a questão política.

CANUTO (1992), ao falar da sustentabilidade social como uma utopia, afirma que "a real melhoria da qualidade de vida das maiorias populacionais subverte as bases do modelo econômico (...) exigiria que a sociedade, não mais dividida em classes, distribuisse, igualitariamente o produto social". Assim, as relações entre sustentabilidade agrícola e desenvolvimento social assumem o caráter de uma contradição.

O PAPEL DA COMUNICAÇÃO

Diante dessa realidade como considerar o papel da comunicação? Ao basear-se no estado atual das relações entre elas e o capital, o aspecto da questão a ser debatido, é que prevalece uma forte relação ideológica entre a necessidade de expansão capitalista e a prática da comunicação.

Segundo esse entendimento, a correlação entre as mensagens da mídia e a característica da difusão de tecnologia agropecuária não é direta, mas é mediatizada pela ideologia hegemônica burguesa. Nessas condições, portanto, a natureza do desenvolvimento das forças produtivas e da rede de relações sociais daí originadas, define a intensidade dessa correlação. A tecnologia agropecuária e a notícia são, ao mesmo tempo, mercadorias, cuja correspondência se dá por meio de processos específicos de difusão agropecuária e pelo processo de comunicação social.

O enfoque principal da discussão considera, portanto, que a prática da comunicação, como uma resultante das relações capitalistas de dominação entre classes sociais, é ditada pela lógica mercantilista. Concomitante, o processo de difusão de inovações agropecuárias, como produto da sociedade capitalista, fará também parte dessa mesma lógica. A legitimação da interação vai ser dada pela forma que a ideologia se manifesta ao permear ambos os processos. Esta, por sua vez, é determinada estrutural e funcionalmente por condições sociais específicas.

As formas de comunicação científica da mídia, evidentemente, viabilizam a prática da transferência tecnológica na agricultura. A co-

municação, ela mesma, como produto da divisão social do trabalho, é uma mercadoria que através da linguagem persuasiva faz aflorar a sua dimensão econômica. Portanto, dentro da estrutura de apropriação econômica capitalista, a difusão de tecnologia e os interesses da mídia se reproduzem reciprocamente. As implicações desse processo são reguladas por instrumentos de políticas e por outras técnicas específicas da economia de mercado.

Historicamente, desde as primeiras práticas de circulação de notícias, os interesses das classes dominantes e os da imprensa têm sido não conflitantes. Mas, é a partir desse último cartel do século XIX, conforme relata MARCONDES FILHO (1984), que a imprensa passa a ter um caráter político marcadamente classista. Isso representa dizer que na condição de instrumento de classe, ao exercer a atividade estritamente jornalística, passa a funcionar com fins, além de econômicos, políticos e ideológicos.

Deve-se ressaltar, ademais, que a informação jornalística transmitida através da notícia pelos meios de comunicação, tem uma fundamental influência em todas as instituições e nas pessoas de sociedades com ordens econômicas distintas. A natureza e as características do sistema de comunicação e do ambiente onde são geradas as notícias, têm um papel preponderante no outro lado do processo, qual seja, no público, que irá consumi-las e interpretá-las.

Para MARCONDES FILHO (1984), na sociedade de classes parece ser evidente que a imprensa seja utilizada para atender ao seu papel próprio de aparelho capitalista. "A imprensa e, mais especificamente, a sua bandeira 'liberdade de imprensa' são a expressão real dos detentores do poder econômico no modo de produção capitalista".

O processo de construção da notícia em qualquer sociedade, segundo a percepção de Gaye Tuchman, citado por MEHRA (1986), é emoldurado por certos conceitos que eventualmente irão dar suporte aos interesses daqueles indivíduos que detêm o poder.

Seja como for, a ótica atual é deslocada daquela deveria tratar o indivíduo como cidadão político racional, para a que o transforma em consumidor. Essa parece ser a contradição central dentro da "tradição ocidental do pensamento social, que combina economia de mercado com democracias representativas liberais", de acordo com a concepção de LOCKSLEY *et al* (1989). Essa contradição tem no seu extremo político, uma noção preponderante para os ideais democráticos, que se assentam em bases que consideram a comunicação e a informação como devendo ser bens de acesso livre. No oposto econômico, a produção mediadora da informação, distribuição e consumo, cada vez mais sofisticada, insere a comunicação e a informação dentro das razões da competitividade do mercado, mas destinada a um público cada vez mais restrito.

"Dentro do campo político o indivíduo é definido como um cidadão exercendo direitos de debate, de voto, etc., dentro de uma estrutura de regras comumente aceita e em direção a fins comumente definidos. O sistema de valor é essencialmente so-

cial e o fim legítimo da ação social é o bem público. Dentro do campo econômico, por outro lado, o indivíduo é definido como produtor e consumidor exercendo direitos privados através do poder de compra no mercado, na busca de interesses privados, cujas ações são coordenadas pela mão invisível do mercado" (GARNHAM, 1990, p.110).

Neste contexto, é importante atentar para a constatação que GARNHAM (1990) considera como o ponto chave dessa contradição, ou seja, a ação da comunicação social. Essa, se situa ao mesmo tempo na convergência dos dois campos. A incompatibilidade é função exatamente da necessidade imposta pela racionalidade capitalista, do "conjunto de valores e de relações sociais onde necessariamente ela opera". Muito mais, do que uma consequência dos meios de comunicação estarem defendendo interesses particulares de grupos proprietários privados. O que também é verdade, segundo o citado autor. Ou seja, na sua opinião, aqueles meios sociais se estivessem que operar dentro dos princípios do processo democrático racional não deveriam fazer parte da lógica do mercado, ou seguir a "via comercial". É o caso inclusive do serviço público da mídia inglesa, um dos temas pesquisados por GARNHAM (1990).

Conduzidos por esse estilo e lógica comercial, é que através da mídia, políticos lutam pela conquista de eleitores, como os grupos econômicos se engalfinham por consumidores e por novos mercados. Eleitores, ou cidadãos, não são vistos como "seres racionais", mas como criaturas com desejos irracionais. Dessa forma, acrescenta o mesmo autor, o cidadão é focalizado muito mais como "um indivíduo privado do que como um membro da esfera pública, de dentro da esfera particular doméstica, do que de dentro da vida pública" (GARNHAM, 1990).

"Imprensa e capitalismo são pares gêmeos. Dificilmente pode-se imaginar a atividade jornalística, nascida no núcleo e dentro da lógica do modo de produção capitalista, como algo muito distinto dele. Ela só existe - pelo menos nos termos que conhecemos hoje - transformando informações em mercadorias e colocando-as, transformadas, alteradas, às vezes mutiladas segundo as orientações ideológico-políticas de seus artífices, à venda. Neste sentido ela é estruturalmente montada como empresa capitalista e desaparece com a supressão das condições de sobrevivência do capital" (MARCONDES FILHO, 1984, p. 22).

É no contexto desta racionalidade que a problemática da comunicação rural é tratada neste presente estudo. Historicamente o processo de difusão e de adoção de inovações agropecuárias, lançou mão de uma sucessão de métodos e de diferentes usos da mídia para difundir a informação tecnicificante. Há um interesse estratégico fundamental que explica essa convergência e garante a reprodução do processo. É que tanto as formas simbólicas das mensagens, quanto a estrutura de con-

trole e de uso dos meios de comunicação são de uma mesma natureza. São elaboradas e manipuladas por ideólogos de uma mesma classe. A classe dominante dependente.

Portanto, as políticas de comunicação difusionistas das instituições de pesquisa e da extensão agropecuária, pertencem ao mesmo conjunto de práticas persuasivas, característico dos aparelhos ideológicos da imprensa liberal. São componentes de um mesmo conjunto de práticas sociais, que visam a conquista de novos mercados e de novos consumidores. O foco central é garantir a dimensão comercial da tecnologia, proporcionar e reafirmar a orientação de mercado para os agropecuaristas, visando a potencialização da racionalização do modo capitalista dominante.

BIBLIOGRAFIA

- CANUTO, João Carlos. Desenvolvimento e agricultura sustentáveis - motivações políticas, consenso e dissenso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 30, Rio de Janeiro, 1992. *Anais*. Brasília, SOBER, 1992. P. 167-180.
- FAO plantea urgencia de una estrategia mundial. **FAO Carta Informativa**. Santiago, Chile, n. 23, p. 2-3, abr 1991.
- GARNHAM, Nicholas. **Capitalism and communication: global culture and the economics of information**. London: Sage, 1990. 216 p.
- LOCKSLEY, Gareth; GARNHAM, Nicholas. **Trends in communication in Europe**. London: CCIS, 1989. 38p.
- MARCONDES Filho, Ciro, org. **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984. 169p.
- MEHRA, Achal. **Free flow of information: a new paradigm**. New York: Greenwood, 1986. 225p.
- SILVEIRA, M.A. **Tendências para um novo paradigma da agricultura**. Jaguariuna: EMBRAPA/CNPDA, 1992. 7 p. (Distribuição interna).
- VEIGA, J.E. **Agricultura sustentável**. Jaguariuna/SP, EMBRAPA/CNPDA, dezembro 1991. 12p. Datilografadas. (Palestra no Workshop de Avaliação do PDU/CNPDA).

Estratégias para recuperação da biodiversidade regional

Aziz Ab'Saber

*Professor-Doutor da U.S.P e
Presidente da Sociedade Brasileira
para o Progresso da Ciência*

A contribuição do saber popular para o conhecimento da vida no planeta Terra ultrapassa em muito os limites de uma avaliação empírica. Em numerosos casos, a ciência elaborada pelo Ocidente, envolveu um processo seletivo de recuperação do conhecimento acumulado através de séculos ou milênios. Para sobreviver e atender às necessidades primárias de alimentação e moradia dos grupos humanos - por mais arcaicos que tenham sido - interessaram-se pelo conhecimento do entorno vivo em que foram inseridos pelo acaso da reprodução. Entre os atributos básicos do homem alinham-se a capacidade de restaurar a história do próprio grupo, uma das prévias das etapas que conduziram à possibilidade de visualizar a história maior, relacionada à humanidade como um todo. Tanto ou mais do que a capacidade de resgatar a história da própria espécie foi a capacidade de elaborar culturas, ao longo dos tempos, em todos os quadrantes das terras habitáveis. Cultura entendida como criação múltipla de valores: valores ergológicos, valores animológicos, valores sociais, valores lúdicos, valores artísticos, valores científicos. Sem ordem de prioridades. No que se refere ao saber acumulado - por experimentação ou algum tipo de racionalidade a ciência como busca de conhecimentos nasceu muito antes do que a existência de filósofos ou cientistas. Tinha a vantagem de ser, entre os grupos primários, uma ciência coletiva, totalmente integrada na cultura grupal ainda que limitada uma somatória de fatos das suas respectivas áreas de vivência e habitabilidade. Um saber funcional, derivado de uma ecologia enquadradora, com frequentes apelos a componentes míticos e deformações narrativas derivadas da ausência de registros escritos. Nos países de estrutura subdesenvolvida, com fortes e não superadas diferenças sociais e culturais, os saberes pré-históricos, saberes populares e saberes ocidentalizados, caminharam paralelos com interpenetrações reduzidas, compondo um mosaico cultural de uma variedade e riqueza dificilmente avaliáveis.

Um dos setores que mais ganhou no conjunto das ciências humanas, no Brasil - nos últimos dez anos - foi arremetida das etnociências. Sob os ombros dos estudos clássicos de antropologia sul-americana - através da contribuição de alemães, franceses e brasileiros - atingiu-se uma nova fase mais direta e sistemática de recuperação do saber indígena. O fato que realmente mudou no resgate da experiência cognitiva indígena, foi a elaboração de uma nova metodologia de captação dos

conhecimentos acumulados. Agora, ao invés de se buscar o significado de termos isolados e universais, na linguagem do índio - Deus, pai, mãe, tios, homem, mulher, diabo, mata, pedra, rio, riacho e similares - procura-se obter sistematicamente todo o sistema de conhecimento referente a cada campo do saber. Conhecimentos sobre os animais, sua diferenciação morfológica e comportamental. Sobre a vegetação, sua composição, valor prático, valor farmacológico, formas de reprodução e adensamento. Sobre os solos, suas diferenças e aptidões econômicas. E, entre outros saberes, o comportamento ecológico de cada setor dos terrenos, sua vegetação e sua fauna específica: a beira alta do rio (dique marginal), o reverso da lombada alta do rio passando a várzea; os brejos da porção mais alagadiça da várzea o começo da terra firme, nos terraços fluviais, as colunas florestadas com suas mais desenvolvidas e extensivas. Um conhecimento insuspeitado, de tipo rigorosamente geo-ecológico e biogeográfico, que Dawell Tosey acabou por registrar, com notável espírito de clarividência.

Poucos se dão conta, entretanto, que existe ainda uma rara oportunidade para recuperar o conhecimento acumulado pelas populações tradicionais caboclas do Brasil. Seringueiros, beiradeiros, barranqueiros, catingueiros, caiçaras, gaúchos isolados, pantaneiros, detêm uma somatória de saberes regionais, de longa elaboração, dignos de serem recuperados por uma metodologia similar àquela utilizada pelos etnocietistas em relação aos povos indígenas. De certa forma, o caminho para a reconquista desse velho conhecimento nos foi dado pelos botânicos. Na realidade, todos os grandes sistematas, dentre eles, utilizaram-se de mateiros experimentados para a coleta de sementes, folhas e plântulas, para ulterior classificação definitiva. Em primeira aproximação à própria nomenclatura indígena, transmutada às vezes para nomenclatura popular serviu de base para identificação em catálogos, descrições mais aprofundadas, ou caracterização de espécies novas. Não são poucos os casos de especialistas que se escudaram em "mateiros" mais sagazes para realizar suas pesquisas de campo.

Na ausência de bons estudos de fitosociologia para diferentes setores de Brasil Tropical Atlântico - ao longo de espaços zonais e azonais e altitudinais - pode-se recorrer a esses personagens fundamentais da pesquisa botânica, para uma identificação rápida da lista de espécies mais frequentes no interior de coberturas remanescentes (matas de fazendas, matas de escarpas florestadas, matas preservadas sem unidade de conservação).

Para a reintrodução de espécies nativas, esta listagem mínima acompanhada de algum conhecimento sobre a velocidade de crescimento de alguns dos principais componentes arbóreos regionais - permite um replantio inicial, através de uma combinação selecionada de espécies. Um pequeno horto, com viveiros para banco de sementes e plântulas, é suficiente para criar o banco de germoplasma inicial destinado às operações de reintrodução de espécies, enriquecimento de matas catadas ou pastos "sujos".

Paralelamente com a formação desses bancos de germoplasmas

pode-se adotar uma estratégia simples para transferir biodiversidades para novos setores em processo de reflorestamento com uma combinada de essências nativas. Basta raspar solos do chão das florestas remanescentes, pelo espaço de uns poucos metros quadrados, e esparramá-los em lâmina de espessura centimétrica, com molhamento discreto na época que precede a estação das águas para obter a reprodução parcial de toda uma diversidade vegetal, peculiar à região em tratamento. Para tornar possível a reintrodução de espécies vegetais - que logo serão o nicho para um certo número de espécies animais, de modo progressivo e cumulativo.

Com algum aperfeiçoamento de desempenho pode-se obter grupos de espécies vegetais de vegetação ripária, ou de vegetação de grotões beneficiados pela unidade e sombreamento, ou por essências predominantes em vertentes e altos de colinas ou morros baixos, de cada região considerada. Enquanto houver capoeiras, capoeirões ou matas remanescentes: daí o empenho dos ecologistas para multiplicar a defesa e proteção dos remanescentes de vegetação florestal de áreas extensivamente degradadas. Nada pode compensar a perda da biodiversidade *in situ* em regiões fortemente devastadas como o domínio das terras baixas florestadas no Nordeste (zona da mata), serras úmidas regionais, ou planaltos interiores outrora florestados (vale do Rio Doce e áreas vizinhas, vale do Paraíba do Sul, bordos intermediários da Mantiqueira, altas colinas das bacias de Taubaté ou São Paulo, chapadões interiores de solos férteis de São Paulo, Norte do Paraná, entre muitas outras áreas). A tarefa preventiva básica centra-se na conscientização para a defesa das manchas remanescentes de matas, já que por lei já foram ultrapassados todos os limites legais permissivos para a remoção de coberturas primárias de vegetação em todo o Brasil extra-amazônica. Existem propriedades onde o desmatamento atingiu tais níveis, afetando até mesmo setores de faixas proibidas por lei, que seria possível aplicar punições tão drásticas que tangenciariam a esfera da desapropriação. Assim sendo, torna-se mais fácil exigir a preservação das pequenas matas de fazendas na condição de derradeiros bancos de germoplasma de uma biodiversidade quase perdida, ou, pelo menos, muito prejudicada.

Se, no Brasil Tropical Atlântico, fora a faixa da Serra do Mar, as matas estão se reduzindo a níveis deploráveis, junto como seu desaparecimento está acontecendo a extinção dos "mateiros", um pouco por toda a parte. As grandes massas de habitantes das periferias já perderam a memória do mundo vivo, do seu canto nos sertões florestados ou nos sertões secos ou sazónarios. Urge organizar estratégias para uma campanha terminal de recuperação de conhecimentos de populações nativas, ao ensejo de grandes campanhas diversificadas e estratégicas, de recomposição sistemática de alguns percentos das antigas coberturas florestais, prejudicadas por ações predatórias vinculadas ao colonialismo tardio, ao capitalismo selvagem ou à incúria dos administradores despreparados. Sem prejuízo das áreas de forte tradição agrícola, dotadas de rentabilidade e permanência, para as quais, aliás, os

esforços de reintrodução de espécies em faixas críticas talvez sejam melhor entendidos e absorvidos.

Esse último apelo aos "mateiros" experimentados e os cuidados dos preparadores de mudas e germinadores de sementes, tem a mesma força do que algumas demoradas pesquisas de biotecnologia. Por se tratar de última oportunidade.

O resgate do saber popular: prévia para um desenvolvimento pan-amazônico - É impossível a elaboração de boas propostas para a implantação de modelos de economia auto-sustentados para a Amazônia, sem um esforço concentrado de recuperação do saber popular regional. Trata-se de resgatar o conhecimento acumulado entre índios e caboclos. A ciência dos grupos indígenas envolveu alguns milhares de anos de vivência ecológica no meio das selvas e no domínio das águas amazônicas. Identicamente, o saber caboclo envolve uma longa história de adaptações à vida na beira dos rios e igarapés, no meio de grandes e intermináveis florestas. Caboclos beiradeiros incorporaram o saber milenar do índio, acrescentando-lhe outro estoque de conhecimentos provenientes de suas áreas de origens. Às vezes, remotas origens euro-ocidentais, combinadas com a sub-cultura elaborada nos sertões secos do Brasil. O resgate desse imenso rol de conhecimentos, tão empírico quanto fragmentários, porém testados por longas experiências, é de grande significação para a abordagem do espaço ecológico e social da Amazônia. Muitos planos tendo fracassado devido a um lamentável desconhecimento de antropologia cultural.

De um modo ainda muito tímido, existe um esforço recuperativo do saber popular amazônico, através de algumas indagações e pesquisas.

Entretanto, tais campanhas de resgate cultural tem apresentado vertentes muito diversas entre si. Por um lado, há uma tendência de recuperação tentativa, altamente aleatória, em que se trata de reutilizar velhos costumes baseados em plantas e beberagens, alcançando pequenos sucessos e enormes e perigosos insucessos (caso do "santo daíme"). Uma segunda postura é exclusivamente pragmática e comercial, envolvendo a identificação de uma ou outra planta medicinal, por ventura identificada no interior da imensa biodiversidade regional, com vistas ao seu aproveitamento imediato no circuito comercial dos fármacos, sem qualquer sensibilidade cultural mais ampla e abrangente. Incluindo, inclusive, a patenteação de idéias e saberes indígenas ou caboclos por grupos industriais estrangeiros. Mas, por fim, já se estabeleceu uma preocupação específica de etnociências, visando uma recuperação sistemática do milenar conhecimento das culturas indígenas, centrado em fatos integrados do meio físico, ecológico e biótipo regional. Esta última corrente, liderada entre nós por Darreli Posey e seus companheiros, é a atitude mais responsável e criativa, do ponto de vista científico, desembocando porém, quase sempre, em difuso ideal de aplicabilidade. Mesmo, com essa dificuldade, essa captação sistemática de valores culturais integrados, extraídos do saber indígena, merece uma particular atenção, ajudando a repensar a multiplicidade de rique-

zas que se incorporam às raízes da cultura brasileira, independentemente de aplicabilidades pragmáticas.

Todas essas correntes de resgate do conhecimento popular, convergem para um nível ainda mais exigente e potencializável. Referirmo-nos à necessidade de uma harmonização entre o saber popular e o conhecimento técnico-científico dirigido para o planejamento regional. A maior parte dos erros cometidos pela tecnoburocracia estatal brasileira partiu do fato de considerar a Amazônia como um grande espaço sem gente, sem história e sem tradições, passível de receber qualquer tipo de projeto dito desenvolvimentista. Nunca se pensou corretamente na extraordinária soma de impactos e nas situações de conflito criadas pela intrusão dos grandes projetos sobre os homens, a sociedade e a natureza regionais. E, sobretudo, não se pôde avaliar, em sua exata dimensão, o quanto se favoreceu para o deslanche de uma especulação fundiária improdutiva e predatória, dotada de apetites irrefreáveis: de Rondônia e Acre até o Pará e Maranhão.

E fora de qualquer dúvida de que, no que interessa a Amazônia, ciência dos índios, ciências dos seus herdeiros caboclos, e ciências do Ocidente, não são irreconciliáveis. Pelo contrário, cabe à ciência moderna incorporar seletivamente ao seu universo de conhecimentos, o exato significado e as potencialidades das descobertas incluídas nas culturas de longa maturação ecológica. A busca de aplicabilidades agregadas deveria ser, aliás, uma das preocupações permanentes dos cultores das etnociências. Em outras palavras, não basta ficar eufóricos com a descoberta das dimensões da cultura indígena ou cabocla. Há que realizar, sobretudo, um grande esforço para combinar tecnologias, de diferentes padrões, afim de endereçá-las para um novo universo demográfico, econômico e social. Uma transferência direta do muito simples e reduzido para o muito amplo e complexo, é simplesmente impossível, tangenciando as raízes da idiotice. Exige-se muita cautela e um enorme bom senso, através de processos de re-experimentação e combinações adequadas, suficientes para garantir aplicabilidades face à conjuntura de uma nova época. Recuperada a um tipo de descoberta arcaica, ela tem que ser cotejada com a eficiência dos novos conhecimentos obtidos por via das ciências modernas, e reavaliada em função dos parâmetros do método e da noção de escala. Evidentemente, não está em cogitação recuperar conhecimentos pontuais do passado do homem para substituir conhecimentos sistemáticos, que são capazes de produzir efeitos mais rápidos e abrangentes e de atender um universo maior de pessoas. Raciocínio válido para técnicas agrícolas, para tipos de medicamentos, para a forma de conservação de produtos alimentares, ou para a eficiência dos tipos de transportes. Em compensação não se pode avaliar a introdução cega de técnicas e instrumentos predatórios, capazes de devastações inúteis e selvagens, incluindo a destruição dos componentes naturais que garantiram a vida e a sobrevivência das populações tradicionais. E, nem tão pouco pode-se admitir que grupos humanos alienígenas aliciem homens adaptados a uma longa vivência ecológica para destruir componentes da natureza que possibi-

litou a continuidade do seu modo de vida, através de sucessivas gerações.

Nestes termos é impossível uma convivência pacífica entre os que já estavam e os que chegaram tangidos pelos ideais de um capitalismo inegavelmente selvagem. É importante trabalhar para uma conviência pacífica e uma co-habitação não conflitante no imenso espaço dos homens na Amazônia. Todos tem que aprender um pouco ou muito de antropologia cultural, antes de preconizar o advento de uma modernidade impossível ou impraticável. Nessa direção é indispensável dar continuidade à recuperação do saber popular de todos os povos da floresta, com ênfase particular para os grupos indígenas que ainda habitam remotos territórios, em setores até há pouco tempo intocadas da Amazônia. O saber popular é certamente empírico e quase sempre fragmentário. Mas, em muitos casos, em função do longo tempo de experimentações diretas ele é tão importante quanto outros níveis de saberes. Cumpre aos cultores das etnociências - dotados de alguma visão para o planejamento das sociedades regionais - reaglutinar os diferentes níveis desse conhecimento "separativo", avaliando-os sob o crivo do método, da noção de escala e da sua exata aplicabilidade. O potencial de participação em aplicabilidades combinadas. O relevante no saber das culturas primárias foi o seu poder de seleção (seleção de alguns produtos no meio de uma imensa biodiversidade) e de prolongada testagem (avaliação milenar dos atributos e propriedades de uma planta ou de uma gordura, em um sistema de aplicação transformado em rotina). Espera-se das ciências modernas, uma reavaliação sistemática do conhecimento de longa história, através de sua capacidade para estudar a estrutura, a composição e a funcionalidade dos produtos naturais, assim como, por meio de seu reparo na avaliação de técnicas arcáicas combinadas com procedimentos e técnicas modernas.

O controle da recuperação dos conhecimentos arcáicos é uma exigência do próprio método científico, em sua variável inter ou multidisciplinária. Há que desenvolver, porém, reavaliações de aplicabilidades, levando em conta a complexidade do mundo moderno; a variedade dos atores sociais regionais e exógenos; o volume demográfico; a forma da projeção da sociedade sobre os espaços herdados da natureza; a receptividade cultural e psicossocial das populações para as quais são dirigidos projetos; e os recursos financeiros disponíveis para a implantação dos planos.

Não basta redescobrir as propriedades de uma planta, no entremeio da gigantesca biodiversidade amazônica, para propor imediata e pontualmente sua utilização. Mas, sobretudo não basta pensar que descobertas ou redescobertas isoladas, possam resolver o destino de todos os homens ou grupos humanos distribuídos por todos os espaços da Amazônia brasileira, separados pelas distâncias e pela desinformação. E, certamente, sujeitos às mais variadas situações de conflitos imagináveis ou possíveis. Sem pensar em tudo ao mesmo tempo, nada será possível no terreno das mudanças, no domínio das selvas da América Tropical.

Grande mineração; corredores de exportação (manganês, ferro); garimpagem em expansão por todos os quadrantes (ouro, cassiterita); exploração madeireira do Agre à Rondonia e Sul do Pará; hidrelétricas e linhas de transmissão para atendimento de alguns grandes centros e indústrias super utilizadoras de energia (alumínio); rodovias de ligação ou de projetos estratégicos, funcionando precariamente, sem gerenciamento correto e completações indispensáveis; sofisticados núcleos de industrialização, altamente subsidiados (Manaus); projetos empíricos de colonização sob a forma de espinhelas de peixe em coalescência, predando biodiversidades regionais; pressão para abertura de novas estradas para valorizar glebas selváticas; e, um monótono e predatório sistema de pastagens caminhando sobre antigas áreas recobertas por grandes matas; inchaço urbana nas grandes cidades e capitais regionais (Manaus, Belém, Rio Branco, Macapá, Boa Vista, Santarém, Marabá, Imperatriz, São Luiz). Entre muitos outros acontecimentos. Fatos que nada mais fizeram do que enriquecer minorias, aumentar desigualdades sociais, multiplicar predações, alimentar apetites fundiários, esvaziar populações tradicionais de vastas hinterlândias, militarizar fronteiras, desestruturar grupos tribais, provocar o etnocídio que deslança o genocídio; e, por fim, sujeitar grupos humanos a trabalhos cada vez mais rústicos e sem futuro. Governantes pretensiosos fixam-se em um "estadualismo" independente, centram suas atenções na produção mineral, fazem a propaganda simbólica das motos-serras, camuflam seus interesses maiores em defendendo a caça indiscriminada, acenam com a abertura dos safaris, combatem a idéia das reservas extrativistas melhoradas, e, ampliam a demagogia epidêmica, considerando inadmissíveis os espaços reservados para os povos indígenas, porém tolerando as nacionais ou multinacionais detentoras de grandes espaços fundiários. E, enquanto tudo isso acontece, as elites regionais investem no discurso sobre uma pretensa internacionalização da Amazônia, desviando a atenção do país em relação ao gigantesco rol de problemas reais que afetam o cotidiano e a segurança do homem, da economia e da sociedade, no domínio de nossos agredidos trópicos úmidos.

Parte 4

A ação empresarial em defesa do meio ambiente: casos ilustrativos de comunicação

De inúmeras maneiras, a indústria química, em particular, tem sido responsável por danos ambientais. Em 1984, a indústria química brasileira apresentou algo em torno de 200 processos judiciais por danos ao planeta. E você encontrará a indústria química em virtualmente cada país do mundo. Infelizmente, nossa indústria e mesmo nossa contribuição para o bem-estar da sociedade, não nos foram imunes às críticas do público. A bem da verdade, em alguns círculos, indústria química é problema ambiental por definição. Em muitos outros aspectos, porém, a indústria química não é o problema e não a solução. Globalmente, a indústria química tem uma das melhores imagens perante a opinião pública. E isso se pode comprovar. Uma pesquisa realizada em 1986 nos Estados Unidos revelou que a indústria química não possui o pior índice de qualidade de vida entre várias atividades industriais. Se não pudermos a partir da indústria química, mas mesmo assim, das nossas atividades de indústria química, isso não é só nos Estados Unidos. No Brasil, uma pesquisa realizada no mesmo ano pela ABQUIM - Associação Brasileira das Indústrias Químicas, perguntava: "Qual setor do indústria acataram mais problemas?". Lá vem a indústria química em primeiro lugar com 58%, enquanto a indústria petroliera, a segunda colocada, recebeu 22% dos que responderam.

Óra, quando se trabalha com comunicação, sabe-se que uma das principais percepções é a culpa. Logo, sabemos que essa percepção foi tratada muitas vezes por nossa própria culpa. Para entender melhor isso, vou tentar resumir a história da indústria química em relação ao meio ambiente em três estágios.

Nos anos 60 e 70, a indústria química adotou a atitude de que o que se passava dentro do perímetro de suas fábricas não era de conta de ninguém, a não ser dela própria. Em resumo, negava que tivesse problemas. Como vocês podem adivinhar, o público interpretou isso como um

Parte 4
A ação empresarial em
defesa do meio ambiente:
casos ilustrativos de
comunicação

Relações comunitárias, meio ambiente e qualidade de vida: temas estratégicos para a comunicação Social na Dow Química

Marcelo Alonso

Gerente de Comunicação Social da Dow Química

É uma grande honra participar deste XV Congresso Brasileiro da Comunicação e III Mix da Comunicação da Metodista, e também uma grande oportunidade de trocar idéias e de tentar mostrar uma parte das atividades de Comunicação dentro das Empresas Dow. É no diálogo que eu pretendo centrar esta nossa conversa dos próximos minutos. Mas por que diálogo? Nós vamos chegar lá daqui a pouco...

De início, eu gostaria de chamar a atenção para a indústria química. Ninguém pode negar a contribuição dessa indústria para a economia mundial. Em 1990, as vendas da indústria química ultrapassaram um trilhão, duzentos e trinta bilhões de dólares. Isso representa algo em torno de duzentos e trinta dólares por habitante do planeta. E você encontrará a indústria química em virtualmente cada país do mundo.

Infelizmente, nosso tamanho e mesmo nossa contribuição para o bem-estar da sociedade, não nos fizeram imunes às críticas do público. A bem da verdade, em alguns círculos, indústria química e problemas ambientais tornaram-se sinônimos. Em muitos outros somos vistos como parte do problema e não da solução. Globalmente, a indústria química tem uma das piores imagens perante a opinião pública. E isso eu posso comprovar: uma pesquisa realizada em 1986 nos Estados Unidos coloca a indústria química no penúltimo lugar em índice de aceitação entre várias atividades industriais. Só não perdemos para a indústria de cigarros, mas mesmo assim ficamos atrás até da indústria nuclear. Mas isso não é só nos Estados Unidos. No Brasil, uma pesquisa realizada no mesmo ano pela ABIQUIM - Associação Brasileira das Indústrias Químicas, perguntava: "Quais tipos de indústria acarretam maior risco ou problema?" Lá veio a indústria química em primeiríssimo lugar, com 58%, enquanto a indústria petrolífera, a segunda colocada, foi citada por 22% dos que responderam.

Ora, quando se trabalha com comunicação, sabe-se que, realmente, percepção é realidade. Logo, sabemos que essa percepção foi criada muitas vezes por nossa própria culpa. Para entender melhor isso, vou tentar resumir a história da indústria química em relação ao meio ambiente em três estágios.

Nos anos 60 e 70, a indústria química adotou a atitude de que o que se passava dentro do perímetro de suas fábricas não era da conta de ninguém, a não ser dela própria. Em resumo, negava que tivesse problemas. Como vocês podem adivinhar, o público interpretou isso como um

claro sinal de que tínhamos alguma coisa a esconder. Esse é o estágio que costumamos chamar de "muro de pedra".

O segundo estágio foi marcado pelo confronto. Começaram a "pipocar" manifestações populares contra a indústria química, porém ela limitava-se a, do alto do pedestal de conhecedora do assunto dizer: "Calma, senhor público, nós sabemos muito bem o que fazemos", ou "nossos fatos são melhores do que os seus fatos, dona sociedade". É claro que o público não se impressionou e, acidentes de grande porte, como o de Bhopal, na Índia, em 1984, ajudaram a derrubar ainda mais a já sofrida imagem da indústria. Alguma coisa, porém, serviu de lição durante esse estágio: as pessoas não se importam realmente com o quanto você sabe, mas apenas com o quanto você se preocupa. E elas também querem alguma evidência dessa sua preocupação.

Isso nos traz finalmente ao último estágio: o diálogo - não disse que eu iria falar sobre isso? Acredito que estamos entrando agora nessa fase, especialmente com a adoção do programa de Atuação Responsável pelas indústrias químicas brasileiras. Só para resumir, o Atuação Responsável é um programa pró-ativo de melhoria contínua da indústria química em busca da excelência em segurança, saúde ocupacional e meio ambiente. Já na minha visão de profissional de comunicações, eu diria que nesta fase, nós reconhecemos que a única maneira de nós nos colocarmos à frente das questões ambientais que enfrentamos é através do incremento da cooperação e da comunicação com o governo, a comunidade ambiental, os empregados, as comunidades vizinhas e a sociedade de maneira geral. Certamente, eventos como este de hoje, já nos ajudam a colocar este tema em discussão. Agora, toda a comunicação do mundo não será suficiente se não mostrarmos melhorias, se não tivermos produtos e processos ambientalmente orientados. Para isso, a indústria química precisa de ações coletivas, como o programa de Atuação Responsável, e de ações individuais.

A partir de agora, então, vou apresentar-lhes algumas ações individuais da Dow nesta área e, para ser mais específico, não vou me ater a progressos em nossas áreas industriais, no controle ambiental, na modernização de processos buscando o índice zero de geração de resíduos e outras coisas pertinentes aos engenheiros. Vamos falar de um assunto mais comum a vocês e a mim: como é que Comunicação Social faz parte dessas iniciativas. E o que isso tudo tem a ver com qualidade de vida, que é o tema deste painel. Prometo que chegarei lá também.

Pois bem, a Dow está no Brasil desde 1956. Atualmente, opera cinco complexos industriais no País: Aratu, na Bahia, Guarujá, Jundiá, a divisão farmacêutica Merrel Lepetit, no bairro de Santo Amaro, e o complexo agroquímico da DowElanco, uma associação da Dow com a Eli Lilly, em Franco da Rocha. Além disso, a Dow Brasil possui também em Franco da Rocha o seu maior centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia no hemisfério Sul. Somos cerca de 2.800 funcionários e nosso faturamento no ano passado foi de US\$ 400 milhões. Nosso trabalho na área ambiental não é fácil e nem barato: no ano passado, a Dow gastou mundialmente US\$ 600 milhões em projetos de capital e

despesas operacionais específicos para meio ambiente, saúde e segurança. No Brasil, esses investimentos somarão cinquenta milhões de dólares até 1996. Nosso pessoal de operações e de pesquisa e desenvolvimento tem trabalhado duro para tornar ainda mais ambientalmente saudáveis nossos processos e produtos. E Comunicações tem um papel fundamental: o de auxiliar a Companhia a tornar transparentes para a opinião pública todas essas iniciativas, de estimular e ampliar o relacionamento da empresa com a comunidade e de conscientizar todos os funcionários para a importância desse trabalho.

O que eu considero um dos melhores exemplos dessa transparência é o Painel Consultivo Externo, que foi criado inicialmente no Complexo Industrial da Dow no Guarujá. Um dos princípios básicos do programa de Atuação Responsável, o painel tem por objetivo captar a visão e a opinião da comunidade a respeito da empresa, através de diálogo com representantes comunitários, como diretores de escolas, padres, pastores, advogados, médicos, jornalistas, líderes de associações de bairro e ambientalistas. Nas reuniões mensais desse painel, prestamos contas do que estamos fazendo nas áreas de meio ambiente, saúde e segurança e, principalmente, conhecemos quais são as preocupações da comunidade em relação às nossas atividades. E a percepção do público passou a ser um importante fator no gerenciamento dos nossos negócios. O painel consultivo externo do Guarujá está agora entrando na fase de questionamento. Essa fase exige o envolvimento de todos os funcionários da empresa, que precisam estar preparados para oferecer respostas concretas às inquietações da comunidade.

Falando em comunidade, alguns outros trabalhos coordenados pelos profissionais de comunicação da Dow têm estreitado bastante nosso relacionamento com os vizinhos de nossas fábricas. Dois deles, inclusive, nos valem o chamado Prêmio do Presidente para projetos comunitários, um reconhecimento da Corporação às unidades da Dow em todo o mundo (e a Dow está presente em 181 países dos cinco continentes) que mais se destacam no relacionamento com as comunidades. Um deles é o que nomeamos Projeto Caboto de saneamento básico. Lançado no dia mundial do meio ambiente em 1989 no distrito de Caboto, vizinho ao nosso complexo industrial de Aratu, na Bahia, o projeto nasceu do contato com autoridades do município de Candeias e de líderes da comunidade de Caboto. Naquele encontro, procuramos levantar quais seriam as principais necessidades da população, e o que ficou constatado era que o índice de verminose, principalmente nas crianças do lugar, era alarmante. A partir daí, um trabalho conjunto entre a prefeitura, a população e a Dow permitiu a instalação de fossas sanitárias na maioria das residências do vilarejo. Além disso, médicos e enfermeiras do serviço de saúde da Dow iniciaram um ciclo de palestras para orientar os moradores quanto ao problema de verminoses e do alcoolismo, um outro problema sério na comunidade. O projeto foi reconhecido como um importante passo para melhoria da qualidade de vida daquela população carente. Outra atitude semelhante foi tomada dois anos após, em 1991, no distrito de Madeira, outra comunidade

vizinha ao complexo de Aratu. Ali foi detectado que um grande problema era a evasão escolar. A Dow promoveu exames oftalmológicos em todas as crianças e doou óculos as que necessitavam. Os encontros frequentes entre a comunidade e a empresa, mostraram um outro perfil da Dow e melhoraram sensivelmente a percepção dos moradores em relação aquele imenso conjunto de fábricas instalado ao lado deles.

A estratégia de comunicação da Dow na área de relações públicas, ou que podemos chamar de relações comunitárias, definiu que nossas iniciativas estariam voltadas basicamente para meio ambiente, saúde e educação - em outras palavras, qualidade de vida. Esses projetos que relatei resumidamente aqui estão em linha com essa estratégia. Assim como o mais recente projeto da nossa área de relações públicas: o projeto de reciclagem de papel nas escolas, que batizamos de Ida e Volta. Inicialmente, uma escola de São Paulo e duas no Guarujá já integraram o IDA E VOLTA, e, até o final do ano, uma escola de Jundiaí também fará parte do projeto. O Ida e Volta consiste no seguinte: a Dow doa à escola uma oficina de reciclagem de papel artesanal, oferece o curso de reciclagem aos professores e promove o evento de lançamento do programa. A partir daí, os alunos separam o papel do resto do lixo, e eles mesmos utilizam a oficina para produzir o papel artesanal. Os primeiros resultados do Ida e Volta têm sido gratificantes. A secretaria do congresso possui alguns exemplares da cartilha de orientação desse programa para quem tiver interesse em conhecê-lo melhor.

Também em relação às escolas, a Comunicação Social da Dow desenvolveu, em conjunto com a área médica da Merrel Lepetit, nossa divisão farmacêutica, o Programa de Uso Correto de Medicamentos. Apesar de produzirmos uma série de medicamentos que devem ser vendidos sob prescrição médica, como Plasil, Dorflex, Teldane, entre outros, nós temos consciência que a auto-medicação é uma realidade que pode trazer uma série de problemas à saúde da população. Em função disso, nossos médicos já falaram para cerca de seis mil alunos de escolas na cidade de São Paulo, orientando crianças e adolescentes sobre os riscos da auto-medicação.

Bem, esses são alguns exemplos do que a área de Comunicação Social tem realizado para auxiliar a empresa a reforçar sua imagem perante a opinião pública e, principalmente para nós, profissionais de comunicação, trabalhar no sentido de levar algumas possibilidades de melhoria de qualidade de vida para as comunidades. Acredito que temos ainda muito mais para fazer. Mas, o mais importante para nós, é acreditar no que fazemos e, com a visão crítica característica dos jornalistas, publicitários e relações públicas, alertamos a empresa para a necessidade de analisar seus pontos negativos e a importância de dialogar com a sociedade. Afinal, todos nós, comunicadores, sabemos que não é possível comunicar, informar e até mesmo vender algo no que não acreditamos. E o que eu contei para vocês aqui é algo em que acredito e do que participo. E para terminar, falando também em diálogo, estou à disposição para conversarmos mais sobre isso. Muito obrigado pela oportunidade.

Marketing e qualidade de vida

Sandra Castellano de Paula

Gerente de Comunicação Social da Solvay do Brasil S.A.

Formada em Relações Públicas e Jornalismo pelo

Instituto Metodista de Ensino Superior

Quando fui convidada para falar sobre esse tema, confesso que gastei algumas horas de minha vida pensando sobre o que significava "qualidade de vida".

Hoje é moda falar em qualidade de vida, mas será que todos sabemos realmente o que é, e o que marketing tem a ver com qualidade de vida? Bem, vou dividir com vocês a minha concepção. Mas vamos por partes - como dizia o esquetejador.

O que é qualidade? Cheguei a conclusão que qualidade é algo melhor... melhor em todos os sentidos. Um produto será de qualidade se for competitivo, atender melhor às necessidades do cliente, tiver melhor processo de fabricação, enfim, for melhor.

E vida? Para mim vida é ser; bem diferente de estar; apesar de a maioria dos idiomas usar o mesmo verbo para um e para outro como exemplo, o verbo *to be*, em inglês.

Vocês já pensaram na diferença entre ser bonita e estar bonita? Ser feliz e estar feliz? Ser dona de um Mercedes e apenas estar num Mercedes? Podemos ser e estar ao mesmo tempo ou só ser ou só estar. O verbo *ser* indica um estado permanente e o *estar* se refere apenas a um determinado instante.

Sendo assim, VIDA - no meu entender -, é SER! Então, se qualidade é melhor e vida é ser... qualidade de vida é SER MELHOR.

Essa foi a primeira parte da questão. Mas como o encontro de hoje é com pessoal de comunicação, eu precisava entender o que "ser melhor" tinha a ver com esses profissionais; em outras palavras: como comunicar melhor.

Aí entra o marketing. Então pensei na estratégia de comunicação com os públicos interno ou externo. Relacionei algumas experiências da minha vida profissional e tudo ficou mais claro.

Ser melhor na comunicação não é só buscar a melhor palavra para um texto nem persuadir através de um filme bonitinho; é avaliar todas as alternativas de comunicação, analisar as partes envolvidas proporcionando-lhes a possibilidade de SERem MELHORES umas com as outras.

Assim, quando "somos melhores" profissionais, o produto, com certeza "será" de qualidade.

No caso da comunicação empresarial, a qualidade de vida visa não apenas a qualidade do produto, mas sim toda a vida que gira em torno

da empresa - empregados, clientes, fornecedores e principalmente, a comunidade e as pessoas.

Agora vou relatar um fato que mostra como a comunicação pode promover a qualidade de vida.

A Solvay do Brasil S.A. - empresa na qual trabalho -, é uma indústria química que pertence a um grupo internacional de origem belga e mantém no mundo 45 mil funcionários em cerca de 450 estabelecimentos. Isso significa que é uma indústria sólida que investe e mantém compromissos sérios nos países onde se instala.

No Brasil está localizada no município de Santo André, próxima a um rio que desagua na represa Billings. Durante 50 anos fabricou os produtos a que se propôs... porém calada.

Há cerca de dois anos, um acidente de vazamento de soda, provocou a morte de centenas de peixes. Com a ecologia em alta, vocês já podem imaginar o que aconteceu.

Claro que a empresa foi fustigada pela imprensa e com o apoio dos ecologistas. Sua imagem, a partir de então, não era a de uma potência industrial e sim de uma potente poluidora, completamente dispensável à sociedade.

Mas será que era mesmo? Nesse momento a empresa percebeu que a qualidade não estava apenas no produto, mas em tudo quanto a cercava. Assim, resolveram se abrir, conversar com as pessoas e esclarecer os fatos. E para isso criaram a área de comunicação que, hoje, não obstante o pouco tempo de existência, já consegue controlar um pouco a imagem da empresa. Apesar dos transtornos a experiência serviu para mostrar como o marketing pode ser aplicado à qualidade de vida.

Agora, cito um ecologista, que na época combateu a empresa usando os meios de comunicação e que depois acompanhou conosco o trabalho de abertura da área de comunicação: Hermínio Jerônimo Costa, do SATS - Serviço Aéreo-Terrestre de Salvamento e Proteção Ecológica.

"É importante e gratificante ver uma empresa com o porte da Solvay, tomando essa iniciativa de abrir-se à vizinhança para mostrar o que vem fazendo em prol da comunidade. Tal atitude só traz benefícios para a Empresa e a comunidade, assim quem ganha é o meio ambiente. Hoje qualquer um pode constatar os investimentos e os trabalhos que a Solvay vem fazendo internamente e externamente, transformando-a em uma indústria química confiável. Há quase um ano eu fui um crítico dessa Empresa e agora tenho que reconhecer a evolução que se seguiu. Mas não é só a empresa que deve se policiar contra danos ao meio ambiente. Nós, cidadãos comuns e vocês estudantes, também somos responsáveis e muito. Portanto, vamos dar as mãos nessa luta contra a destruição de matas, rios, animais e flora. Essa região é uma das mais ricas em vegetação do país. Vamos preservá-la."

E para complementar cito o coordenador nacional de meio ambiente da Solvay, Gilberto Marronato, para falar sobre os trabalhos realizados em nossa empresa.

"A Solvay está no Brasil há 50 anos e sempre esteve ciente de suas responsabilidades sociais, de segurança e meio ambiente. Mesmo em situações adversas manteve o ritmo de investimentos nessas áreas, aplicando milhões de dólares em segurança e meio ambiente como a canalização do rio, automatização do sistema de comportas e tratamento de efluentes. Como indústria química temos que responder aos problemas inerentes a essa área. Por isso, não medimos esforços em adotar soluções rápidas e práticas, procurando sempre utilizar as mais avançadas tecnologias disponíveis. Atualmente nossos esforços têm sido notados. Os resultados positivos, com os funcionários e a comunidade, são pontos fundamentais e necessários para vencermos unidos os desafios ambientais."

doms das Relações Públicas, de Comunicação, de Marketing e de Assessoria Jurídica e de Empresas. Só a primeira "Ação Simbólica" resultaria de um processo de comunicação simbólica, a partir do qual as organizações respondem às exigências de suas atividades do maneira a obter, aumentar, manter ou restaurar a integridade organizacional. Integridade organizacional é a qualidade de uma organização por suas práticas relevantes ou pela abordagem adotada, como base em evidências de desempenho e compatibilidade de interesses e valores.

O processo de legitimação é, essencialmente, um processo de argumentação através de atos retóricos e atos administrativos que, em conjunto, formam a ação total da AÇÃO SIMBÓLICA das organizações. (1) Apresentarei evidências desta ação simbólica mostrando (a) exemplos de atividades organizacionais coletadas entre 1976 e 1982 e (b) exemplos de atividades empresariais legitimadas, na década de 80. O objetivo da ação simbólica são os exemplos analisados, retrata a estratégia de TRANSCENDÊNCIA.

A transcendência está experimentada como estratégia organizacional simbólica, enfatizando-se que a TRANSCENDÊNCIA é uma AÇÃO simbólica por certos valores de ação, para que possa ser visto como "convulsão" e, por outro lado, segundo congruência. Quando a empresa ou organização se está sendo dissolvido é uma coisa muito diferente, longos, o processo, um descompromisso, mercado de compromisso, para não fazer em favor de certos indivíduos ou organizações.

Visto sob esta luz, nas relações interpessoais e organizacionais, citamos então a incongruência e a congruência entre a legitimidade e a desmilitação, talvez bastante para manter as organizações e as listas de dissolução não separados.

A TRANSCENDÊNCIA COMO AÇÃO SIMBÓLICA

Usado um conceito, psicologia, matemática e psicologia, o processo

* Trabalho apresentado no XV Congresso de Pesquisadores em Comunicação INTERCOM, Grupo de Trabalho em Comunicação Organizacional, 2 a 6 de maio de 1982, São Paulo, SP, 14-17 outubro 1982.

...os produtos da Solway são produzidos em condições de alta tecnologia e, portanto, não possuem nem resíduos nem produtos químicos nocivos para o meio ambiente. Há cerca de dois anos, um acidente de vazamento de soda provocou a morte de centenas de pássaros. Com a ecologia em alta, vocês se podem imaginar o que aconteceu.

Claro que a empresa tem função de país vizinha e com o apoio dos ecologistas. Sua imagem, a partir de então, não era a de uma potente industrial e sim de uma potente poluidora, completamente dispensável à sociedade.

Mas será que era mesmo? Nesse momento a empresa percebia que a qualidade não estava apenas no produto, mas em tudo quanto se cercava. Assim, resolveram se abrir, conversar com as pessoas e constatar os fatos. E para isso criaram a área de comunicação que, hoje, não obstante o pouco tempo de existência, já consegue contar um pouco a imagem da empresa. Apesar dos transtornos a experiência serviu para mostrar como o marketing pôde ser aplicado à qualidade de vida.

Agora, cito um ecologista, que na época combateu a empresa usando os meios de comunicação e que depois acompanhou conosco o trabalho de abertura da área de comunicação: Hermínio Jerônimo Costa, do SATS - Serviço Aéreo-Terrestre de Salvamento e Proteção Ecológica.

"É importante e gratificante ver uma empresa como a Solway tomando essa iniciativa de abrir-se à vizinhança para mostrar o que vem fazendo em prol da comunidade. Tal atitude só traz benefícios para a Empresa e a comunidade: assim, quem ganha é o meio ambiente. Hoje qualquer um pode constatar os investimentos e os trabalhos que a Solway vem fazendo internamente e externamente, transformando e evoluindo uma indústria química confiável. Há quase um ano eu fui um crítico dessa Empresa e agora tento que reconhecer a evolução que se seguiu. Mas não é só a empresa que deve se policiar contra danos ao meio ambiente. Nós, cidadãos comuns e vocês estudantes, também somos responsáveis e críticos. Portanto, vamos dar as mãos nessa luta contra a destruição de matas, nos animais e flora. Essa região é uma das mais ricas em vegetação do país. Vamos preservá-la."

É para complementar cito o coordenador nacional de meio ambiente da Solway, Gilberto Marronato, para falar sobre os trabalhos realizados em nossa empresa.

...

...

Definições da Realidade Ambiental A "Causa Ecológica" na legitimação das organizações*

Tereza Lúcia Halliday

PhD em Comunicação Pública, analista de discurso e professor adjunto de comunicação organizacional na Univ. Rural de Pernambuco

Os esforços das organizações para manter-se em equilíbrio com o ambiente externo têm ocupado a atenção dos profissionais e pesquisadores das Relações Públicas, da Comunicação Empresarial e da Administração Pública e de Empresas. Sob o prisma da Teoria Retórica, este equilíbrio depende de um processo de construção simbólica da realidade pelo qual as organizações respondem às exigências de seus públicos de maneira a obter, aumentar, manter ou restaurar a legitimidade organizacional. Legitimidade organizacional é a aceitabilidade de uma organização por seus públicos relevantes ou pela sociedade como um todo, como base em credenciais de desempenho e compatibilidade de interesses e valores.

O processo de legitimação é, basicamente, um processo de argumentação através de atos retóricos e atos administrativos que, em conjunto, formam a soma total da AÇÃO SIMBÓLICA das organizações. (1) Apresentarei evidências desta ação simbólica mostrando (a) espécimes de discurso organizacional colhidos entre 1975 e 1992 e (b) exemplos de atividades empresariais legitimizantes, na década de 90. O uso da "causa ecológica" nos exemplos estudados, revela a estratégia da TRANSCENDÊNCIA..

A transcendência será examinada como estratégia organizacional e estratégia retórica, enfatizando-se que o DISCURSO é, em si, um tipo de AÇÃO - secundada por outras formas de ação, para que possa ser "discurso competente" e, sobretudo, discurso congruente. Quando, de uma pessoa ou organização se diz "seu discurso é uma coisa mas a ação é outra", temos, no mínimo, um descompasso ou desordem de comportamento, para não falar em falha de caráter, individual ou organizacional.

Vale lembrar que, nas relações interpessoais e organizacionais, oscilamos entre a incongruência e a congruência, entre a transparência e a dissimulação - razão bastante para manter os psicanalistas e os analistas de discurso muito ocupados.

A TRANSCENDÊNCIA COMO AÇÃO SIMBÓLICA

Usado em filosofia, teologia, matemática e psicologia, o conceito de

* Trabalho apresentado no XV Congresso de Pesquisadores em Comunicação - INTERCOM, Grupo de Trabalho em Comunicação Organizacional, S. Bernardo do Campo, SP, 14-17 outubro 1992.

transcendência, em Teoria Retórica, guarda o sentido original latino ("transcendere") de "ir além de", "sobrepassar", "recolocar num plano mais alto". O conceito oposto e emparelhado a transcendência é "imanência", conotando auto-suficiência e interiorização (Gendreau, 1967).

Na pesquisa contemporânea de gêneros retóricos, a transcendência aparece como um dos quatro ingredientes do discurso de auto-defesa. (Ware & Linkugel, 1973). (2)

Segundo Duncan (1962:315-18), indivíduos e grupos praticam a transcendência social ao invocar nomes, valores e crenças de caráter sagrado (mesmo fora do campo religioso, objetivos empresariais são perseguidos "em nome de" uma preocupação primordial com a "saúde ambiental" e comportamentos condenáveis do passado podem ser redimidos com demonstrações de comportamento "ecologicamente correto". O ser empresarial é apresentado como portador de uma "consciência ecológica", ajudando a justificar ações e atuações de caráter mais imanente, como a extração de matérias primas para a manufatura dos produtos que sustentam a empresa, a expulsão de resíduos industriais daninhos à terra, mar e ar, a redução de pessoal por corte de despesas, desequilibrando a ecologia humana com o desemprego.

Uma das contribuições mais profundas sobre a TRANSCENDÊNCIA vem de Kenneth Burke (1970, 1969, 1965). Ele a considera não apenas uma estratégia retórica de IDENTIFICAÇÃO como também uma das dimensões de toda expressão linguística: "dizer que o homem é um animal utilizador de símbolos equivale a dizer que ele é um animal transcendente" (Burke, 1969, p. 192).

Todo símbolo, (seja verbal, sonoro ou pictórico) é, para Burke, "um modo de transcendência" para uma realidade construída de significados a partir da realidade "natural". O simples dar nome às coisas já é transcendê-las. Definir a realidade organizacional em termos de uma realidade ambiental colimada é identificar-se, por transcendência, com algo aceitável cujo oposto (a indiferença à questão ambiental ou as agressões ao meio ambiente) é visto como indesejável.

A percepção desta "indesejabilidade" de comportamentos que são ou foram parte do repertório de atitudes e ações empresariais é determinada pelo contexto vivencial do retor (seja indivíduo, seja organização), onde certos tipos de identificação "pegam bem" ou "pegam mal".

Por que necessitamos de transcendência nas nossas relações com o mundo? Na visão burkeana, relacionamo-nos com o mundo através de hierarquias. Quando lhes respondemos positivamente, seguindo-lhes as normas e modos de definir a realidade, estamos inseridos na ORDEM das coisas. Quando respondemos negativamente à ordem hierárquica (quebrando as normas ou desviando-nos dos modos sancionados de definir a realidade), experimentamos CULPA - sentida internamente, pela socialização, ou atribuída externamente, pela acusação de terceiros. É através da ação simbólica (o uso da linguagem) que aprendemos os estados de ordem e de culpa. É através da ação simbólica que buscamos redimir a culpa e restaurar a ordem nas hierarquias da vida (hierarquias de valores, papéis, prioridades, autoridades, compor-

tamentos). Esta ação simbólica, segundo Burke, pode tomar a forma de mortificação, vitimização ou transcendência.

A mortificação implica em confessar culpa, penitenciar-se, desculpar-se; a vitimização é a transferência de culpa para um bode expiatório, desde a criança que quebra o jarro e diz "foi ele", apontando o irmãozinho, até a vitimização dos judeus pelo governo alemão liderado por Hitler. Na terceira forma de identificação, a culpa (auto percebida ou atribuída por outrem) nem é reconhecida (como na mortificação), nem transferida (como na vitimização), mas sim, EVITADA ou DILUIDA através da transcendência. (Burke, 1970, pp. 305-307). A adesão das empresas à causa ecológica pode ser explicada neste contexto.

TRANSCENDÊNCIA ORGANIZACIONAL

Três modos de transcendência organizacional praticada pela empresas multinacionais foram catalogados por Halliday (1985, 1987): primeiro, a redefinição da atividade principal da empresa num quadro de referência mais amplo, indo além da produção do produto ou serviço. Por exemplo, a IBM (1974) definiu-se como "mais que máquinas", dedicada que estava à formação de recursos humanos. Recentemente, a INPACEL, empresa do grupo Bamerindus (1992), afirmou, em hábil trocadilho, que a sua responsabilidade "não fica só no papel": além de uma fábrica de papel ao lado do rio Barra Mansa (com tanto cuidado para não perturbar o ambiente, "que os peixes nem repararam"), fez uma reserva florestal e um sistema de tratamento de efluentes.

Uma segunda forma de transcendência organizacional é a redefinição dos objetivos empresariais em termos de objetivos e aspirações regionais, nacionais ou universais. Por exemplo, a Xerox (1976) apresentou como meta trabalhar pela apresentação do folclore brasileiro. A NEC (1980) buscava "participar do desenvolvimento do Brasil, apresentando soluções brasileiras para problemas brasileiros. E crescer junto". A Hoechst, já em 1979, abraçava a causa ecológica como recurso de legitimação, professando-se "comprometida com as grandes questões que afligem a todos: a escassez de matérias-primas e energia, a ameaça da superpopulação e da fome, a devastação pelas doenças e a PRESERVAÇÃO DE UM FRÁGIL MEIO AMBIENTE" (grifo meu).

Uma terceira forma de transcendência organizacional consiste na colocação dos objetivos empresariais para além dos limites do tempo: trabalhar para o futuro, construir o amanhã, preparar um mundo melhor para os nossos filhos, aumentar a qualidade de vida do planeta, agora e para as próximas gerações. Expressões como "arquitetando a prosperidade do futuro" (Dorbyl, 1974), construindo "um amanhã de qualidade" (Daewoo, 1980) e lutando "pour améliorer le futur des hommes" (Hoechst, 1978), são definições transcendentais dos objetivos organizacionais.

Esta forma de identificação retórica foi também encontrada por Williamson (1982), no discurso da Mobil Oil Corporation, nos Estados

Unidos, quando, acusada de seus lucros astronômicos e comportamento anti-ecológico, aliou-se a valores culturais norte-americanos (como a liberdade de expressão) e alegou estar trabalhando em prol de interesses nacionais (como a auto-suficiência em matéria energética).

A legitimação das instituições ocorre a vários níveis: através da aquisição de legitimidade jurídica (no caso das empresas, obtida em parte com base na utilidade econômica); através da compatibilidade de interesses entre legitimando e legitimado; e através da transcendência, i.e., definindo a instituição "dentro de um quadro de referência sagrado e cósmico". (Berger, 1967:33). Em outras palavras, legitimação religiosa.

No caso das empresas (organizações formais que corporificam a instituição econômica chamada "mercado"), este quadro de referência pode conter, entre outras coisas, definições da realidade ambiental como uma causa suprema cuja dimensão cósmica reflete-se nos termos sagrados Natureza, Vida, Futuro - nomes cuja invocação é indicador retórico dos esforços de transcendência organizacional.(3)

Enquanto a legitimação por utilidade e compatibilidade de valores e interesses é, na maioria das vezes, suficiente para justificar a razão de ser das empresas nos ambientes onde operam, a TRANSCENDÊNCIA, como estratégia retórica e organizacional, preenche necessidades de legitimação da própria ordem econômica e social da qual as empresas fazem parte.

O economista Kenneth Boulding (1978:91) insiste que a legitimidade do mercado como instituição social é um problema de suma importância porém negligenciado por seus colegas de profissão. Por sua própria natureza, o lucro, a propriedade privada, o sistema de trocas, a exploração da força de trabalho (mesmo quando bem remunerada), são fontes permanentes de deslegitimação. A transcendência pode ser um recurso para justificar esta ordem social onde o mercado viceja enquanto instituição corporificada nas empresas.

A CAUSA ECOLÓGICA NA LEGITIMAÇÃO DAS EMPRESAS

O (des)equilíbrio ecológico tem sido fonte de deslegitimação para empresas na medida em que nenhuma delas tiraria um "folha corrida" de bom comportamento ambiental em todos os tempos, um "nada consta" em matéria de atos poluidores do espaço vital e de abuso dos recursos naturais e humanos.

O consumo desses recursos sem o devido cuidado com a sua restauração e a contaminação da terra, do ar e da água pela atividade industrial desenfreada foram, por algum tempo, justificados "em nome" do PROGRESSO - forma de transcendência sancionada pelas aspirações de povos e interesses de governos.

Transformações daninhas na realidade ambiental - apesar das benesses reais ou imaginadas do progresso, provocaram mudanças nas formas de ação simbólica das organizações, pressionadas por novas contingências econômicas, políticas e culturais: poluir tornou-

se caro, inoportuno e "feio"; o ambiente tornou-se uma "questão" a ser debatida e um problema a ser resolvido; o equilíbrio ecológico, passou a ser uma "causa" - pleito inquestionável, interesse supra-ideológico, missão superlativa. O até então termo sagrado "progresso" pedia uma redefinição: "desenvolvimento sustentável".

A causa ecológica foi impulsionada oficialmente pela I Conferência das Nações Unidas sobre "Ambiente Humano" realizada em Estocolmo em 1972 (4). Na Europa e na América do Norte, grandes organizações tomaram bem cedo o bonde da História (que precisava ser movido a combustível não poluente e renovável), transformando-se em paladinos da conservação da Natureza.

O DISCURSO TRANSCENDENTE

O Banco da Nova Escócia (1975), no Canadá, foi uma das primeiras organizações de negócios a construir um discurso transcendente. Em mensagem de conscientização ambiental e aderência à causa ecológica, exortava os canadenses a não abusarem de sua situação privilegiada em matéria de recursos hídricos e oferecia-se como aliado de empreendimentos conservacionistas:

"Será que vai faltar água no mundo? (...) Todo mundo precisa conscientemente proteger todas as fontes para que possamos continuar a expandir nosso uso industrial e recreativo de água (...) Onde é que o Scotia Bank entra nisto?"

A resposta, oferecendo seu produto - dinheiro - está impregnada de transcendência, em contraponto às credenciais de competência e utilidade que legitimam a venda do produto:

"A conservação e a proteção do nosso ambiente requerem o dispêndio de vultosas somas de dinheiro. O Scotiabank, com mais de 900 sucursais canadenses, 15 bilhões de dólares em assets e representantes em 38 países do mundo, está pronto para ajudar nos projetos ambientais ou qualquer projeto industrial que requiera financiamento". (Business Week, 30 jun.75, p.45).

Na França, a Uddeholm (1976), apresentou-se como pioneira do bom comportamento ecológico lembrando haver recebido, já em 1971, o prêmio Sueco de Ecologia pela desodorização do processo de fabricação de papel por sulfato. E fez um apelo racional aos possíveis usuários de sua tecnologia:

"Se você é produtor de papel não ignore que o controle da poluição pode influenciar a prosperidade de seus negócios". (In Le Nouvel Economiste, 8 mar.1976, contracapa).

Aplicando bilhões de dólares em equipamentos médicos e sistemas de controle de poluição, a Manufactures Hanover (1977), declara que "protege o meio-ambiente para as gerações futuras". "Transformando ciência em bem estar", as Indústrias Monsanto (1977) usam de uma metáfora biológica para modificar de maneira transcendente, a definição de tecnologia:

"A árvore Tecnológica. Para Aurélio Buarque de Holanda, tecnologia 'é o conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, que se aplicam a um determinado ramo de atividade'. Para a Monsanto, não existe ramo isolado. Todos estão na mesma árvore e devem ser alimentados pela mesma seiva: a inovação socialmente responsável. (Inovação transcendente) Porque no Brasil, nos Estados Unidos, no mundo inteiro, a missão dessa "árvore tecnológica" tem que ser a de promover o bem-estar da humanidade." (In Visão, 18 abril 1977, contracapa).

A Hitachi (1981) "ajuda a criar um sol na Terra" ao participar ativamente

"de um projeto inédito e revolucionário: o desenvolvimento experimental da técnica de fusão nuclear... utilizando como matéria-prima o hidrogênio extraído da água do mar... uma inesgotável fonte de energia, inteiramente limpa, sem resíduos nucleares, capaz de determinar novos destinos para toda a humanidade." (In Visão, 9 fev. 1981, p.91)

A Hoechst (1978), que se notabilizou com o slogan ecológico transcendente "Química a serviço da vida", assumiu sua persona de protetora da natureza, em mensagem intitulada "A água revive":

"A regeneração da água é uma vitória sobre a poluição... No domínio da proteção das águas, como em muitos outros, os 14.000 pesquisadores da Hoechst, espalhados pelo mundo inteiro, unem seus esforços para melhorar o futuro da humanidade". (In Le Nouvel Economiste, 30 jan.1978, contracapa)

Neste exemplo aparecem as três formas de transcendência organizacional mencionadas anteriormente: a empresa traz benefícios maiores do que simplesmente colocar seus produtos no mercado (vence a poluição); faz um "pool" de experts a serviço de uma aspiração universal (ter água limpa) - e, finalmente, projeta sua missão para além dos limites dos tempo (a construção de um futuro melhor).

A Roussel-Uclaf (1979, 1980) proclamou-se como "um grupo a serviço do homem e de seu ambiente natural" e asseverou: "Nous protégeons la vie, la santé, la nature". "Tornando a vida melhor", a Bayer (1992) também transcende, altruistamente, o âmbito de seus objetivos de produção, redefinindo-os em termos de contribuição à conservação de energia e ao bem estar do homem:

"Neste momento, os 181.000 funcionários da Bayer, no Brasil ou em qualquer outra parte do mundo, estão pesquisando e produzindo para que você se alimente melhor, tenha melhores condições de saúde e higiene, economize energia, aumente a sua segurança e conforto ou ainda desfrute de maiores opções de lazer". (In Visão, 12 abril 1982, p.103).

Credenciando-se com o slogan "A natureza confia", a Shell Química (1982) atrela-se às preocupações ecológicas, ensinando os cuidados no uso dos agrotóxicos (definidos como defensivos agrícolas):

"Talvez você não saiba, mas aquela medida a mais de defensivo agrícola pode ser a gota d'água para sua lavoura. E o que é pior, a gota d'água para sua saúde.

Por isto, antes da gota d'água consulte o agrônomo ou o técnico. Leia com toda atenção o rótulo das embalagens e siga à risca as instruções de uso. Vista as roupas adequadas para se proteger e seja o mais informado possível. Não acredite na coragem inútil. A Shell Química investe consideráveis somas de dinheiro na criação do melhor defensivo e para ensinar a você a aplicá-los corretamente.

Portanto, só depois de todas as precauções é que você deve abrir a embalagem e proteger sua lavoura. Do contrário, a gota d'água será inevitável e desastrosa". (In Visão, 31 maio 1982, p. 135).

Anunciando a invenção de "um novo dispositivo para combater a poluição do ar", pela qual ganhou o Prêmio 1986 da Secretaria da Indústria, Comércio e Tecnologia do Estado de S. Paulo, a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro o define como "mais uma contribuição da inventividade e tecnologia da Sanbra para preservar e proteger o meio ambiente". Acrescenta que esse processo a vácuo para desodorização/refinação física de óleos e gorduras de condensação direta dos vapores, teve todos os seus direitos doados à CETESB "para que este órgão a coloque (a invenção da Sanbra) à disposição de outras indústrias congêneres". (In Folha de S. Paulo, 01 set. 1987, p.A-7).

Na década de 90, acentuou-se a apresentação de indicadores de consciência ecológica por parte das empresas, com a intensificação do debate internacional sobre a proteção da natureza e a saúde ambiental.

"Criando a química certa", a Akzo (1991) apresenta-se como "sempre pesquisando em busca de soluções que compatibilizem produção e ecologia". E funde seus objetivos de produção com um objetivo transcendente e ecologicamente correto: "Qualidade de vida. Aqui começa o controle de qualidade da Akzo".

A Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO (1991), empresa da Organização Odebrecht, não apenas dá um tom didático a sua mensagem, como afirma ter aprendido a lição da atividade econômica ecologicamente responsável:

"Quando fazemos uma obra, nós retocamos a obra da natureza. Sempre que uma grande obra é construída para benefício do homem, a natureza paga o seu preço. E cobra do homem. Para se ter energia elétrica em casa ou nas fábricas e para aproximar cidades e regiões do país, espécies animais e vegetais são as primeiras vítimas.

Como construtora de grandes obras, a CBPO tem consciência da importância da preservação da natureza e da minimização do impacto ambiental dessas obras.

Por isso, a CBPO é parceira nos programas de levantamento, identificação e preservação da flora e da fauna em cada obra para a qual é contratada.

Quando constrói hidrelétricas, portos, ferrovias e rodovias, as sementes de árvores, plantas e flores são recolhidas para replantio e continuidade das espécies. Animais são salvos e soltos em novos habitats naturais.

Há 60 anos, a CBPO constrói para a vida do homem, mas sabe que a vida do homem é inseparável da natureza. Preservá-la é sua obra mais importante. (In Exame, 27 nov.1991, p.119).

A Mercedes-Benz (1991) apresenta o seu "trabalho de parceria (com você) para proteger o meio ambiente", colocando como empenho organizacional "manter limpo o ar que respiramos", através do avanço da tecnologia para produzir veículos com reduzidos níveis de emissão de poluentes e uso de materiais não tóxicos e recidáveis, "em estreita sintonia com a preservação ambiental". A empresa menciona como suporte de sua argumentação o Pró-Eco - Programa Mercedes-Benz de Tecnologia Ecológica, "uma fonte permanente de novas soluções projetadas em benefício da natureza". (In Folha S. Paulo, 13 jun.1991, p.1/10).

A Duratex (1992, p.1) coloca a preservação ambiental e a produtividade como ações integradas, reportando que o melhoramento genético das árvores de suas florestas para fins industriais (corte), aliado a "investimentos com a preservação da vegetação nativa e sua convivência com as florestas plantadas, desenvolveu numerosa flora e fauna".

O Boticário (1992) denuncia como maus brasileiros os que estão produzindo "a única essência da Amazônia que cheira mal" (a fumaça das queimadas) - "uma mistura da flora local com a ambição, a irresponsabilidade e a ignorância, produtos bem mais universais". Alegando fazer do respeito à natureza e matéria-prima do seu trabalho, esta empresa, que extrai da floresta amazônica as essências para seus perfumes, redefine transcendentemente seus objetivos econômicos: "Para nós, a natureza é muito mais do que um meio de ganhar a vida. É, principalmente, um meio de garantir a vida do planeta". (In Veja, 03 jun. 1992, encarte).

Dedarações de compromisso com a causa ecológica tornaram-se lugares-comuns na época da ECO-92 e do Fórum Global, ocorridos no Rio de Janeiro em junho de 1992: "Há mais de 100 anos contribu-

indo para a preservação do meio ambiente" (KSB); "Crescendo em Harmonia com a Natureza" (Aracruz); "34 anos respeitando o ambiente e cultivando a qualidade" (Igaras); "Preservar a natureza é preservar o futuro" (Alcoa); "... a tecnologia Bosch faz parte do nosso dia-a-dia, sempre melhorando a qualidade de vida" (Bosch).

Depois de explicar como a produção de milhões de lápis por ano é feita sem afetar o meio ambiente porque a extração de madeiras ocorre preservando-se as florestas nativas, a Faber-Castell (1992), orgulhosamente proclama que seu produto foi "o lápis oficial da ECO 92" e assegura ter uma "mentalidade preservacionista", que a legitima por transcendência:

"Usando um lápis Faber-Castell de madeira reflorestada, estaremos escrevendo nossa história com responsabilidade e respeito a todas as espécies de vida. E isto, na certa, vai deixar nosso planeta cada vez melhor". (In Veja, 29 jul. 1992, p. 17).

A SAGRAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Os espécimes de discurso transcendente apresentados na seção anterior, secundados por outros atos empresariais, como o financiamento e/ou implementação de projetos "ecologicamente corretos", formam um todo de ação simbólica legitimizante.

A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho 1992 no Rio de Janeiro, assim como os eventos paralelos de organizações não governamentais, foram elementos importantes na redefinição da realidade ambiental, pressionando as empresas a redefinir, de forma transcendente a realidade organizacional.

Um ano antes da ECO-92, em reportagem de capa, a revista Exame prenunciava as tendências mundiais e procurava convencer seu público leitor - notadamente composto de empresários e funcionários de empresas - das vantagens do engajamento na causa ecológica: "A Natureza é o Negócio da Década".

Citando pesquisa Exame/Business Week, forneceu os seguintes dados sobre a atitude dos empresários face à questão ecológica:

"O meio ambiente foi sagrado como prioridade absoluta pelas empresas, por apenas 9% dos respondentes brasileiros - empresários e executivos. O Índice entre os japoneses: 44% entre os alemães: 36%" (Exame, 10 jul 1991, p. 42).

Um ano depois (1992), a sagração do meio ambiente dava sinais de institucionalizar-se como bom negócio e ritual de transcendência. Oitenta e dois projetos de mais de 70 empresas públicas e privadas, nacionais e multinacionais concorreram ao Prêmio de Conservação Ambiental e Desenvolvimento, patrocinado pela Brasilit, pelo Unibanco e pela Gazeta Mercantil.

Dos vinte projetos selecionados, cinco foram premiados.(6) Os critérios de escolha dos semi-finalistas e vencedores definiram a realidade ambiental em termos de comportamento empresarial ecologicamente responsável: tecnologias que diminuam ou eliminem a poluição ambiental e permitam reduzir o uso de recursos não renováveis no processo produtivo; produtos resultantes de tecnologias limpas que não agredam o meio ambiente e permitam a reciclagem; pesquisa aplicada envolvendo redução ou eliminação de poluição ambiental e o melhor uso de recursos não renováveis; uso racional de energia e matérias primas, processos eficazes de reciclagem de resíduos, embalagens e outros elementos utilizados no processo produtivo; e projetos institucionais, inclusive de entidades sem fins lucrativos, que se destaquem por sua atuação na luta pela preservação ambiental. (Gazeta Mercantil, 1992, pp. 1-2).

A instituição do prêmio é, em si mesma, ação simbólica transcendente de seus patrocinadores, tal como o patrocínio de projetos de conservação ambiental e a criação de fundações (velha forma de transcendência organizacional) com fins não lucrativos para financiar projetos de incontestável valor ecológico e social. Veja-se, por exemplo, a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, o Projeto Botucatu da biodegradação dos efluentes no solo, implementado pela Duratex, a Reserva Cádio Vieira, com 1.600 hectares de terras nativas pertencentes à Indústria de Papel Arapoti S.A. e o Programa Mercedes-Benz de Tecnologia Ecológica (Pró-Eco). Faz-se, assim, a sagração do meio-ambiente pelos sacerdotes da nova Ordem do Desenvolvimento Sustentável, onde baixo clero (as ONGs) e alto clero (as multinacionais cardinalícias) se redimem e continuam a justificar sua razão de existir.

RESUMO E CONCLUSÃO

A legitimação organizacional foi apresentada, neste trabalho, como ação simbólica abrangendo (1) atos retóricos (com o uso primordial de recursos linguísticos), que constroem simbolicamente a realidade; e (2) atos administrativos (com o uso de recursos financeiros, tecnológicos e humanos), que constroem uma realidade objetiva investida de significados, portanto também simbolicamente construída.

Neste processo de legitimação, a Transcendência se destaca como estratégia retórica e organizacional.(7) Nos exemplos apresentados, o leitmotiv desta estratégia foi "a causa ecológica".

Quando organizações recorrem à transcendência em reparação pelo que não devia ter acontecido ou em reação positiva ao que deve ser feito, segundo os valores e interesses de seus públicos, elas estão tentando restaurar, manter ou aumentar a sua legitimidade, o que equivale a dizer que estão negociando ou renegociando as fronteiras do seu poder. (Halliday, 1987)

Neste processo de auto-preservação e de maximização de vantagens imanentes através do discurso e de outras formas de ação simbó-

lica, as empresas contribuem, "malgré elles-mêmes", para preservar o espaço das relações sociais baseadas na persuasibilidade. Com todo o seu potencial de disfunções e manipulações, ainda é melhor para a sociedade que indivíduos e empresas busquem persuadir e sejam persuadidos pela argumentação, do que dominar esse espaço, ou ser nele dominados, pela força.

Cabe a nós, estudiosos do comportamento das organizações, aplicar infatigavelmente o olho clínico - mais que o olho cínico - a todas as formas de legitimação organizacional, principalmente o discurso, para chegar-lhe, implacavelmente, a congruência e a decência.

NOTAS

- (1) A presente discussão parte das seguintes definições: ação simbólica é qualquer ação investida de significados. Ato retórico é o uso de palavras e outros símbolos para influenciar situações. Ato administrativo é a implementação de decisões, projetos, medidas e políticas de significados, são também, como os atos retóricos, AÇÃO SIMBÓLICA.
- (2) Usando o arcabouço teórico de Robert P. Abelson para explicar a resolução psicológica de "dilemas de crença", Ware & Linkugel (1973) citam como ingredientes do discurso de auto-defesa, além da transcendência, a negação, o anteparo e a diferenciação.
- (3) Em Teoria Retórica, usa-se as expressões "termos sagrados" (god terms) para palavras associadas a altíssimos valores; e "termos malditos" (devil terms) para palavras designando algo maligno, repulsivo ou assustador.
- (4) Já em 1971, em Fouex (Suíça), acontecia a reunião de peritos e formuladores de políticas que marcaria o início da atuação pública da ONU nas questões ambientais.
- (5) Como documentos públicos das empresas, anúncios publicitários, quer do tipo "comercial", quer do tipo "institucional" são considerados veículos do discurso oficial das organizações. Os trechos extraídos das revistas francesas e norte-americanas, foram diretamente traduzidos para o português, nas citações, omitindo-se o texto original, por limitações de espaço.
- (6) Os projetos premiados foram apresentados pelas empresas Apliquim Equipamentos e Produtos Químicos Ltda., Artex S.A. Fábrica de Artefatos Têxteis, Shell Brasil S.A., João Fortes Engenharia e Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado de S.Paulo. (Gazeta Mercantil, 11.09.92, Relatório, p.1).
- (7) Estratégia retórica é o desenho ou tônica de uma argumentação com recurso a símbolos verbais e não verbais, para definir a realidade da maneira como o argumentador deseja que ela seja vista e aceita.

Identificação dos Anúncios Citados

AKZO

1991 "Qualidade de Vida...". - Exame, 27.11.91, primeira contracapa.

ALCOA

1992 "Preservar a natureza é preservar o futuro" - Gazeta Mercantil, 11.09.92, p.7.

ARACRUZ CELULOSE

1992 "Aracruz chega a Wall Street". - Veja, 03.06.92, p.149.

BANK OF NOVA SCOTIA

1975 "Will the World run out of water?" - Business Week, 03.06.75, p.45.

BAYER

1982 "Tornando a vida melhor". - Visão 12.03.82, p. 103.

BOSCH

1992 "No seu mundo tem Bosch". - Gazeta Mercantil, 11.09.92, p.6.

BOTICÁRIO

1992 "O Boticário apresenta a essência mais cara da Amazônia". - Veja, 03.06.92, Encarte.

CIA. BRASILEIRA DE PROJETOS E OBRAS - CBPO

1991 "Quando fazemos uma obra, nós retocamos a obra da natureza". - Exame, 27.11.91, p.119.

DAEWOO

1980 "Tomorrow bellongs to them". - Business Week, 28.06.80, p.71.

DORBYL

1974 "Dorbyl horizons are stretching farther and wider". - Business Week, 29.11.74, p.42.

FABER-CASTELL

1992 "Quem planta, colhe". - Visão, 29.07.92, p. 17.

HITACHI

1981 "Hitachi ajuda a criar um sol na terra". - Visão, 09.02.81, p.91.

HOECHST

1978 "L'eau revit". - Le Nouvel Economiste, 30.01.78, contracapa.

1979 "You mean you didn't say "hoist"?" - Business Week, 17.09.79, pp. 105-106.

IBM

1974 "Se você vê mais do que máquinas..." - Visão, 11.03.74, p. 31.

IGARAS

1992 "Mudamos a marca e o nome mas preservamos as árvores". - Veja, 26.02.92, p. 62

INPACEL

1992 "Nós construímos uma fábrica... e os peixes nem notaram". - Veja, 17.06.92, pp. 22-23.

KSB

1992 "Bombas hidráulicas SKB". - Veja, 03.06.92, p. 39

MANUFACTURERS HANOVER

1977 "A Chave Azul". - Visão, 23.05.77, p. 93.

MERCEDES-BENZ

1991 "Mercedes-Benz e você". - Folha de São Paulo, 13.06.91, p.1/10.

MONSANTO

1977 "A árvore tecnológica". - Visão, 18.04.77, contracapa.

NEC

1980 "Antes de você viver..." - Visão, 23.06.80, p. 19.

ROUSSEL-UCLAF

1979 "Un groupe au service de l'homme". - Le Nouvel Economiste, 22.10.79, p. 91

1980 "La recherche Roussel-Uclaf". - Le Nouvel Economiste, 18.04.80, p.80.

SANBRA

1987 "A Sanbra inventou um novo dispositivo..." - Folha de S.Paulo, 01.09.87, p.A-7.

SHELL QUÍMICA

1982 "Pode ser a gota d'água". - Visão, 31.05.82, p. 135.

UDDEHOLM

1976 "Uddeholm a beaucoup à dire". - Le Nouvel Economiste, 08.05.76, contracapa

XEROX

1976 "Dança, luta, brincadeira..." - Visão, 25.10.76, pp. 27-28.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berger, Peter - The Sacred Canopy - Elements of a Sociological Theory of Religion. Garden City: Doubleday, 1967.
- Berger, Peter e Luckman, Thomas - The Social Construction of Reality. N. York: Doubleday, 1966.
- Boulding, Kenneth - "The legitimacy of the Business Institution". In Epstein, Edwin & Votan, Dow (eds.), Rationality, Legitimacy, Responsibility. Santa Monica: Goodyear, pp. 83-97, 1978.
- Burke, Kenneth - The Rhetoric of Religion. Studies in Logology. Berkeley: University of California Press, 1970.
- Burke, Kenneth - A Rhetoric of Motives. Berkeley: University of California Press, 1969.
- Burke, Kenneth - Permanence and Change - An Analysis of Purpose. Berkeley: University of California Press, 1965.
- Duncan, Hugh Dalziel - Communication and Social Order. N.Y.: Bedminster, 1962.
- Duratex - "Preservação Ambiental e Produtividade". Duratex Ação, 1o. Trimestre 92, p.1, 1992.
- Exame - "A Natureza é o Negócio da Década". Reportagem de capa. Exame, 10.07.91, pp. 42-49, 1991.
- Gazeta Mercantil - "Prêmio de Conservação Ambiental e Desenvolvimento". Gazeta Mercantil, 11.09.92. Relatório, 1992.
- Gendreau, B.A. - "Immanence" e "Transcendence". New Catholic Encyclopedia, v. 14, N.York: McGraw-Hill, pp. 233-235, 385-387, 1967
- Halliday, Tereza Lúcia - A Retórica das Multinacionais - A legitimação das Organizações pela palavra. S.Paulo: Summus, 1987.
- Halliday, Tereza Lúcia - Organizacional Rhetoric: Multinational Corporations Legitimation in Brazil, France and the United States. Tese de Doutorado. University of Maryland, 366p. (Levy, T.L. Halliday), 1985.
- Rodrigues, Fernando - "Bancos ajudam ecologia para abater imposto". Folha de S. Paulo, 14.06.91, p.2/4, 1991.
- Ware, B.L. e Linkugel, Wil - "They Spoke in Defense of Themselves - On the Generic Criticism of the Apologia". Quarterly Journal of Speech, v.59, pp.273-283.

1981 "A Sombra Invenção um novo dispositivo..." - *Foro de São Paulo*, 01.09.81, p. A-7.

1982 "Pode ser a gota d'água" - *Visão*, 31.08.82, p. 132.

1983 "Lobos em busca de carne" - *Revista Econômica*, 09.08.83, outubro, pp. 16-17.

1976 "Dance, mas não chore" - *Visão*, 22.10.76, pp. 27-28.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barger, Peter - *The Sacred Gandy - Elements of a Sociological Theory of Religion*. Garden City, Doubleday, 1987.

Berger, Peter e Luckman, Thomas - *The Social Construction of Reality*. New York, Doubleday, 1966.

Boulding, Kenneth - "The legitimacy of the Business Institution", in *English*, Edward Victor, Dow (ed), *Business, Legitimacy, Responsibility*. Santa Barbara, Goodson, pp. 83-97, 1978.

Burke, Kenneth - *The Rhetoric of Religion: Studies in Litology*. Berkeley, University of California Press, 1970.

Burke, Kenneth - *Rhetorical Motives*. Berkeley, University of California Press, 1969.

Burke, Kenneth - *Persistence and Change - An Analysis of Purpose*. Berkeley, University of California Press, 1968.

Urcian, Hugh Daniel - *Communication and Social Order*. New York, Bedminster, 1962.

Quatex - "Preservação Ambiental e Produtividade", *Quatex Ação*, 10. trimestre 82, p. 1.

Quatex - "A Natureza e o Negócio da Ocasão", *Relatório de Casos*, Exame, 10.07.81, pp. 42-49, 1981.

Gracia Marcial - "Prêmio de Conservação Ambiental e Desenvolvimento", *Quatex Ação*, 10.03.82, trimestre 1982, pp. 1-2.

Gratwick, H. O. - *Religion and the Environment*. New Catholic Encyclopedia, v. 14, New York, McGraw-Hill, pp. 333-335, 385-387, 1987.

Halliday, Teiza Lucia - *A Retórica das Multifuncionais - A Invenção das Organizações*. São Paulo, Summus, 1987.

Halliday, Teiza Lucia - *Organizational Rhetoric: Multifunctional Organizational Legitimation in Brazil, France and the United States*. Tese de Doutorado, University of Maryland, 308p. (L. J. Halliday), 1985.

Rodrigues, Fernando - "Bancos e a nova ecologia para austeridade", *Quatex Ação*, 14.08.81, p. 24.

Ware, B. L. e Linkugel, Wil - "They Spoke in Defense of Themselves - On the Genesis of the Apologia", *Quarterly Journal of Speech*, v. 58, pp. 273-283, 1973.

Parte V

Os problemas ambientais nas cidades do ABC Paulista: São Bernardo do Campo e Diadema

No espaço metropolitano paulista, os problemas ambientais tornam-se evidentes a partir da década de 1970. A poluição atmosférica, a poluição química, a poluição da água e a morte em massa de animais são divididos nos aspectos metodológicos do ataque aos problemas, bem como nas graduações temporais e espaciais exigidas para a solução dos males detectados. Destarte, as populações metropolitanas convivem antes e irfemo porá antão simulação, desimetricamente, a pariso, educando-se, no entanto, para viverem no purgatório ecológico.

Este trabalho é uma experiência acadêmica de inserção no campo humano, geográfico e ecológico que constitui a participação em um projeto paulista e a Serra do Mar, cujo seu mais abstrato reservatório importante reservatório denominado represa Benjamin de Azevedo, é uma das cidades mais desamontadas da zona do ABC Paulista. Partindo de premissas socio-geográficas avançadas, não foi qualquer axioma ideal, esta importância compreensiva e cenários, mamónis, flugrantes e proativas, não é apenas humanamente reais.

A MEMÓRIA

De qualquer modo, a bagagem técnica e o estado atual de conhecimento são reconhecidos tanto como instrumentos para compor um projeto crítico quanto à guisa de intensa ideologização do pensamento ambiental, tal que se debate fundamentalmente entre os polos do materialismo das passagens difíceis e do neoliberalismo.

* Elaborado com a participação dos mestrandos em Geoplaneação Social do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Bernardo do Campo: Angélica de Costa Cruz, Luciana de Souza, Celi Langa Volpato, Enzo Taniguti, Estelcar Marcelo Damasceno, Gylson de Souza, Janina Carolina Bonin, Carlos Roberto de Souza, Azevedo Polidoro, Maria da Fátima Moreira, Rosely de Souza Brito, Silvio Marquardt Junior e Susana Augusta de Souza.

Parte V
Os problemas ambientais nas
idades do ABC Paulista:
São Bernardo do Campo e
Diadema

Eco-caso, não por acaso (reflexões sobre ecologia e cidade industrial)*

Luis Roberto Alves

*Professor da Pós-Graduação em Comunicação Social do IMS,
Professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA)
da Universidade de São Paulo (USP).*

No espaço metropolitano, os sinais do perecimento e da finitude ambientais tornam-se evidentes e atalham a euforia e o modismo em torno dos temas ecológicos. A semiótica dada aos olhos flagra o real e impossibilita qualquer mascaramento. A ideologização cede lugar à impotência e ao questionamento, em geral, infrutífero. No quadro dilemático de referências, as respostas capazes de engendrar uma nova política só se entrevêm nos interstícios raros em que a sociedade de classes percebe a sua possível condição de comunidade. Como exemplo, a química poluidora a penetrar por todos os espaços e a morte constatada dos mananciais. Mesmo assim, a comunidade de destino se desfaz e se divide nos aspectos metodológicos do ataque aos problemas, bem como nas gradações temporais e espaciais exigidas para a solução dos males detectados. Destarte, as populações metropolitanas conhecem antes o inferno para então simularem, dessimetricamente, o paraíso, educando-se, no entanto, para viverem no purgatório ecológico.

Este trabalho é uma experiência acadêmica de inserção no tecido humano, geográfico e ecológico que constitui a passagem entre o planalto paulista e a Serra do Mar, com sua mata atlântica permeada pelo portentoso reservatório denominado represa Billings, os quais suportam uma das cidades mais desenvolvidas do país, São Bernardo do Campo. Partindo da premissa sócio-psicológica anunciada, que substitui qualquer axioma ideal, esta reportagem comprometida perpassa cenários, memórias, flagrantes e propostas, nada exemplares, porém humanamente reais.

A MEMÓRIA

De qualquer modo, a bagagem teórica e o estado atual da questão são reconhecidos tanto como instrumentais para compor uma ótica política quanto à guisa da intensa ideologização do pensamento ambiental que se debate fundamentalmente entre os pólos do messianismo, das passagens dialéticas e do neoliberalismo.

* Elaborado com a participação dos mestrands em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo: Angela da Costa Cruz Loures, Celi Langhi Volpolini, Enio Taniguti, Esteban Marcelo Guardia Crespo, Gerson Pedrosa, Jacinta Castelo Branco Correia, Katia Regina Azevedo Patrocínio, Maria de Fátima Moreira, Rosaly de Seixas Brito, Sílvio Marquardt Junior e Susana Aldana Amabile.

Não se poderia ficar surpreso quanto à similitude entre correntes de pensamento e reflexão ambiental. Como noutros âmbitos, deu-se o mesmo ao correr da história brasileira. O tempo das primeiras observações históricas e estéticas, que produziu crônicas da vida brasileira nascente, assistiu a algum pensamento ambientalista. Frei Vicente Salvador¹ percebe o esgotamento da natureza vista a olho nu pelo modo mercantilista da produção portuguesa. E se impacienta pelo fato de o tempo passar e o país não se desenvolver. Textualmente: "... e isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam a terra não como senhores, mas como usufrutários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída."² Compreendia bem Frei Vicente o processo ideológico da contaminação das práticas recorrentes pela forma de poder instituído. Já Ambrósio Fernandes Brandão³ questiona a falta de provisões e a carestia em terra tão fértil: "Não há homens em todo esse Estado que se disponham a plantar árvores frutíferas, nem fazer benfeitorias acerca das plantas, nem fazer criação de gado e outros". O autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil* se projeta para ajudar a compor o Código do Consumidor, figura exaurida a buscar direitos, tendo atrás de si um processo monopolista de produção, agravando pela sujeição das *benfeitorias e provisões* às leis reguladoras e vorazes do mercado oligopolizado.

Na passagem pelo Romantismo, posterior às devassas mineiras em que o sentimento da terra era adulterado pelos atos contrários de sua exploração, o pensamento messiânico fornece água para o monjolo iluminista e não avança muito. Sem as seqüelas das revoluções industriais e comerciais que o seguem, o ritmo do guarani não excede as pautas obrigatórias do idealismo. Por exemplo, José Bonifácio racionalizava:

Todos os que conhecem por estudo a grande influência dos bosques na economia geral da natureza sabem que os países que perderam suas matas estão quase de todo estéreis e sem gente. Assim sucedeu à Síria, Fenícia, Palestina e Chipre, e vai sucedendo ao nosso Portugal.⁴

Na seqüência, o nosso iluminista propunha um processo produtivo racional, que aproveitasse bem da nossa fertilidade natural. Os embates ecológicos do século 20 já obedecem à evidência do sistema industrial e às novas formas de domínio geradas no seu escopo de expansão exploratória da natureza. Passam por Alberto Torres, que desconfia da tecnologização da natureza, bem como por Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Gilberto Freire, cada qual a usar instrumentos políticos diferentes para suas propostas mais ou menos nacionalizadoras. Também a literatura brasileira foi caixa de ressonância da incipiente reflexão ecológica, produzindo extraordinários cenários, tanto da irresponsabilidade histórica do sistema explorador quanto da sofrida e profunda relação de continuidade homem-natureza, de que são exemplos, entre tantos, *São Bernardo* e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

Certamente o processo organizatório das civilizações determinou as posturas ambientalistas. Hoje se debate a realidade da fragmentação, que o neoliberalismo pós-moderno estimula, em oposição ao pensamento holístico,⁵ que propõe a harmonia do todo e deseja superar tanto o egocentrismo como o antropocentrismo. Já não se fala mais da visão teocêntrica, que seria ponto de partida para arrancar da natureza o respeito divino, que lhe fora inerente. O centro não é mais este ou aquele, mas uma relação responsável de que deriva o pensamento da nova *sustentação* da terra e suas possibilidades de desenvolvimento global. Deixando de lado as muitas motivações religiosas a contracenar no imenso debate planetário, a verdade é que o mal-estar generalizado sobre a devastação, acrescido da medíocre distribuição de renda, produtora da pobreza de três quartos da população do globo, diminui o distanciamento entre ser humano-natureza, exige um olhar mais respeitoso e introduz mais gente e novas posturas à reflexão sobre o nosso destino comum. Mesmo quando se evidencia certo messianismo na atitude biocêntrica de entidades preservacionistas ou quando se resvala para o projeto liberal, capaz de acreditar na solução ambiental nos marcos da estrutura plena do capitalismo. Na refrega das posições, o discurso da *qualidade de vida* não consegue se apartar da própria dialetização, poi não é o *verde*, nem a *contemplação*, nem o *desenvolvimento* que ocupam o centro da reflexão, mas as suas relações concretas, o seu equilíbrio. No caso de uma cidade industrial importante, como que os movimentos ecológicos lutam pela recuperação de um espaço não-natural, que é a represa Billings, construída há cerca de cinquenta anos no projeto abastecimento-reserva energética. A luta se materializa pela consciência do destino metropolitano das populações no rumo do ano 2000 (51,52% das pessoas morarão em áreas urbanas) e, portanto, os esforços negarão tanto o messianismo natural do verde quanto o vale-tudo liberal, que se contradiz na criação de estruturas governamentais pró-ambientalistas a par da impostura plena das leis do mercado.

Entre o planalto e o mar, compondo trechos da serra e da mata atlântica, encontra-se uma densidade populacional de 1,5 mil pessoas por quilometro quadrado e a totalidade de 2 milhões de habitantes, segundo o censo 1991. É o Grande ABC, cenário da indústria multinacional pós-desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e lugar de importantes movimentos políticos e sindicais, ocorridos na esteira do enfraquecimento da ditadura militar. A princípio espaço de passagem pelos caminhos da serra na direção do litoral; depois concentração imigrante e produtiva pelas indústrias têxteis e noveleiras, que cedem lugar às empresas químicas e metalúrgicas, a serviço da multinacionalização da montagem de veículos e absorção tecnológica da expansão capitalista. O seu maior município em área é São Bernardo do Campo, com 411 km². Desta área, a represa Billings cobre 74,4 km². A população, de 600 mil habitantes, viu crescer de 307% desde 1980 a 1991. Não menos de 160 mil pessoas residem em áreas protegidas, o que equivale a 8% da população regional. Em 1980 a ocupação chegava a 2,5%. Dados par-

ciais mostram que as dezenas de associações de moradia comercializaram nos últimos cinco anos 15 mil lotes, via de regra em total desconformidade com as leis, quer a 6.766, de 1979, exarada pelo governo federal com vistas ao parcelamento do solo urbano, quer a lei estadual 898, de 1975, que protege as áreas de mananciais, e sua continuidade, quer a lei. 1.172, de 17 de novembro de 1976, delimitadora das áreas extensivas a cursos de águas e reservatórios.

A área de mananciais da cidade de São Bernardo do Campo abrange 274 km² do total de 411 km², o que dá o quadro de maior gravidade, à luz das informações anteriormente relatadas.

O modelo de desenvolvimento imprimido no país teve aqui o seu clímax de opulência e obliterou os problemas ambientais. Os altos níveis de produção, a extraordinária absorção de mão-de-obra e a veiculação do grande capital produziram a defasagem entre economia e cultura. Andando a reboque do sistema industrial, as administrações públicas deram vazão aos seus gordos impostos com a construção indiscriminada de equipamentos, estimulando a demanda e até a organização comunitária. Mas sem direção, ou melhor, no rumo de todas as direções. O fluxo migrante se dirigiu celeremente às áreas de mananciais e tiveram o resguardo político indispensável ao seu assentamento. Hoje, com a crise do tipo de sistema industrial implantado, em meio à diversificação tecnológica e a agudização das relações entre capital e trabalho, as administrações públicas amargam o cenário de devastação, sem contarem com as fatias gordas dos impostos e taxas. No entanto, a demanda continua, porque não há perspectiva de alterações substanciais no panorama das reformas do Estado brasileiro e as populações se movem lentamente. Os milhões de migrantes não têm para onde ir. Mantêm-se nos espaços periféricos e demandam equipamentos públicos, exigindo a sua fatia no bolo crescido. Mas os bolos do crescimento murcham, em fogo lento. A cultura das demandas, do domínio e da ocupação não obtêm respostas na veiculação econômico-financeira. Ao contrário. Quando um município implanta um sistema progressivo de cobrança do IPTU - cuja arrecadação fora medíocre, por desnecessária - as grandes empresas provocam o seu embargo na justiça e se negam a pagá-lo, restando às classes médias o ônus completo da nova sociedade de serviço.

Nesse contexto, nem de longe se pode falar da existência de uma política ecológica na cidade ou na região. O que existe são preocupações ambientalistas a partir do frustrante real que os olhos podem captar. Somente em novembro de 1991 a CUT Regional realizou um seminário denominado "Meio ambiente, vida e trabalho", mesmo contando com os mais progressistas e combativos sindicatos do país. Evidentemente, a defasagem cultural já citada compõe-se também da dimensão ecológica. O espaço de domínio, que cedeu algum lugar para a luta política a partir dos anos 70, não mais que engatinha no esforço pela sustentação da vida em outra ordem de valores. Aqui, a voracidade do tempo, que significou acúmulo de capital e trouxe consigo os pobres ocupantes de favelas e mananciais, só recentemente abriu os olhos

para a exigüidade e a finitude de seu espaço. A sociedade opulenta e irresponsável, de qualquer modo, está no fim.

O enfoque de dois aspectos do drama ecológico regional é suficiente para mostrar o arco-íris de posições políticas e metodológicas de ação. São eles a habitação e o abastecimento de água, os quais produzem imediatas relações com a saúde, a educação, o lazer, enfim, a qualidade de vida.

Óbvio que a ocupação de áreas de mananciais na cidade industrial não passa pelo planejamento e muito menos por considerações sobre ciclos hidrológicos, perfil pedológico, ravinamento, preservação do tecido vegetal remanescente ou toda sorte de assoreamentos. Trata-se de necessidade e ocupação. Associada a ela, criam-se as entidades de moradia, que vão do espírito cooperativo à inferência de lucros. Ato contínuo, o espaço-social se transforma em espaço-mercadoria, determinando uma lógica das ocupações. O fato é que não mais de 11 dos 411 km² de São Bernardo do Campo são passíveis de ocupação fora das áreas protegidas. E bairros inteiros se situam às beiras da Billings, como a região do Alvarenga e o Areião, movidos pela lógica que implica a venda de terrenos em *frações ideais*, muito inferiores aos 10x50 prescritos na lei projetora, onde se instalam várias famílias; no momento seguinte estarão acampados junto à prefeitura reivindicando água, rede de esgoto, energia elétrica e demais equipamentos sociais. Aliás, esses já são realidade nos bairros citados, em virtude do bom nível de mobilização comunitária.

Geralmente, as administrações das cidades industriais periféricas negam o planejamento. Não porque descreiam do seu caráter científico ou da sua utilidade e sim em razão das pressões imediatistas que sofrem, passando a compor os seus projetos de atos políticos pontuais, às vezes efetivas operações de resgate. Mais para bombeiros que para educadores, muito menos planejadores. No meio desse processo, tais cidades cavam os seus próprios túmulos, porque ficam submetidas integralmente às operações econômicas multinacionais e não possuem quaisquer fontes financeiras fora dos impostos sobre a circulação da economia industrial e comercial. Hoje se dá precisamente esse problema, dentro do processo recessivo e das reordenações do capital internacional e sua reciclagem industrial. As cidades periféricas podem se tornar sucatas e sua gente, de operadora do espaço mercantilizado, pode virar objeto descartável, caminho da marginalidade.

Cabe, no entanto, lembrar que o processo de ocupação obedece ao ritmo da opulência industrial e sua exploração de mão-de-obra. A princípio a marcha é silenciosa, individual e familiar. Depois, em forma cooperativa, com a conivência dos poderes públicos, ou parte deles. Além disso, as ocupações nascem sob a passividade política, mas aceleram os seus passos na militância, ou no aproveitamento de um discurso justificador da ocupação. Assim, governos progressistas em suas diretrizes nacionais se constituem estímulos para o assentamento de contingentes populacionais nas áreas protegidas. Nesse sentido, no interior dessas administrações busca-se dialogar em torno do equilíbrio en-

tre o direito ao meio ambiente. Um difícil equilíbrio. Em primeiro lugar, porque não se pode imputar criminalmente o operário de baixo salário ou o desempregado de construir sua casinha em área de manancial, que aliás é mais barata e desguarnecida do que as áreas privadas e públicas registradas no cartório. Mas também se reclama do fato de tais ocupações não comportarem a dimensão política, a melhor organização. Aliás, como relembra o coordenador de meio ambiente de São Bernardo do Campo, Maurício Waldman, os grupos mais intensamente politizados se afastam das áreas de mananciais.

A mercantilização dos espaços comunitários - e entre eles as áreas de nascentes, represas, fontes e vegetação natural - se torna evidente pelo crescimento das associações comunitárias, que oferecem facilidades para a ocupação, com promessas de regularização legal dos terrenos adquiridos e futuros equipamentos sociais. Esse crescimento tem a contraparte na negação de qualquer diálogo com os ecologistas. Em São Bernardo, por várias vezes tais entidades-empresas foram convidadas para conversar sobre as ocupações, possibilidades de regularização e perigos do assentamento indiscriminado. No entanto, pouquíssimas associações compareceram e o projeto voltou à inércia. Evidencia-se, deste modo, o caráter imobiliário e lucrativo dessas organizações que se intitulam defensoras do direito à moradia.

Nos últimos 10 anos, a população favelada de São Bernardo do Campo saltou de 10 mil para 100 mil pessoas. Inclui-se aí uma percentagem razoável nos loteamentos clandestinos em áreas legalmente interditas. Estando fora de cogitação a consciência de preservação, os poderes públicos iniciaram um programa de urbanização dos espaços degradados, que inclui determinação de terrenos igualmente distribuídos, arruamento, reserva de espaços sociais e orientação técnica para construção. O projeto tem sucesso em vários núcleos, notadamente naqueles em que já cresceu alguma consciência de enraizamento familiar e cultural. Evidentemente essa proposta não é preservacionista, porque reconhece a realidade da ocupação. Mas prevê a contenção dos movimentos irracionais de ocupação, pelo compromisso de fixação comunitária e obrigação de pagamento para os terrenos alienados e para a casa própria, via de regra feita por autoconstrução ou por atos de solidariedade da vizinhança e da família.

Difícil é a relação entre a necessidade e o destino, que se transformam em dois mitos. O mito da necessidade se justifica no drama secular dos "pobres da terra" em busca do Eldorado, em cujo quadro de referências se dá a frustração global mas se salva a subexistência, em forma de um espaço mínimo de vida comunitária. Visto o caráter quase-cósmico do mito, fica dificultada a criação de gradações de experiência e memória acerca dos valores da higiene, saúde e adequada alocação ambiental. Esse mito trabalha com o sentido maior da queda, reparada pela oferta social do mínimo existencial. Profundamente, vê-se que esse mito reflete o próprio sistema capitalista de produção, ausentes as mediações sócio-econômicas. Já o outro mito, o do destino, costuma exigir um nível mais sofisticado de elaboração, porque precisa superar a própria necessidade

e produzir a perspectiva para adiante. Tal ótica não é fácil, visto que o processo de colonização e de contínuas sujeições históricas lança os sentidos de destino para trás, como se algo já estivesse definido desde sempre. Portanto um novo modo-de-ser ecológico precisará superar todos os conceitos sócio-religiosos já instalados, os quais inviabilizam a sensibilidade espacial pela altura política e pela autoridade em que se traça a vida das pessoas. A altura política engendra o mito da necessidade e a força da autoridade deforma o mito do destino. Nenhum deles produz o sentido de comunidade, mas sim de ajustamento. E um novo sentido para a ação ecológica exigirá comunicação e comunidade, nascidas posteriormente à indigestão do atual sistema industrial combinado com os meios massivos de informação.

Existem poucos momentos para se repensar o destino e a necessidade. Um deles é o da irrupção da tragédia, que se simboliza na Vila Barriguinha ou na Vila Socó, respectivamente em Contagem, Minas Gerais, e Cubatão, São Paulo. Na contagem dos mortos e na apuração das responsabilidades, a dimensão vai ao cosmos, porque ninguém é determinante do mal. Sobre uns, o fogo voraz; sobre outros, o soterramento brutal. Então todos se recordam da reforma agrária e dos planos diretores das cidades, ambos urgentes, mas submetidos a todas as políticas de ocasião e interesse. De todo modo, a necessidade e o destino somente emergirão a novos sentidos a partir da lenta e às vezes trágica consciência da ordenação corajosa da cidade em sua fase pós-industrial e da redivisão do trabalho rural e urbano, que justifica reformas decisivas.

O sistema de habitação cria imediata relação com o processo de abastecimento de água. E fala em água é tratar da Billings, represa de 74 km², nascida em 1929 como aproveitamento do declive da Serra do Mar e represamento do curso superior do Rio Pinheiros. Cumprindo dois objetivos, o da alimentação da usina Henry Borden, em Cubatão, e o de reservatório de água, a Billings exhibe toda a sua tragédia: é fundamental para dar de beber a pelo menos 4 milhões de pessoas e passou a ser o esgoto de parte da Grande São Paulo, visto que o tratamento dos dejetos é insuficiente e o bombeamento de água poluída para a Billings ajuda a evitar alagamentos de setores da capital paulista, para os quais o rebaixamento da calha do Tietê foi uma tentativa. Em nome da relativa melhoria da vida em São Paulo e cidades do curso do Tietê, a represa sofre a sua degeneração definitiva. Que poderia ser invertida plenamente, pois durante alguns meses do governo Franco Montoro em São Paulo a parada do bombeamento propiciou a depuração, facilitada pelas chuvas. Pelas inúmeras nascentes e pela evaporação. No entanto, pressões políticas municipais fizeram retornar o ritmo de lançamento de poluição, que chega a 1.000 toneladas-dia sobre 1 bilhão de metros cúbicos de água, dentre as quais se observam inúmeras manchas anaeróbicas.

O círculo de problemas se fecha: 10 mil pessoas viviam da pesca na represa e estão ameaçadas. Outras milhares comiam o seu peixe e hoje estão submetidas a coliformes fecais e produtos químicos cancerígenos.

A habitação pressiona a degenração, pelo não-tratamento dos esgotos. O governo estadual tem investido grandes recursos no planejamento de obras visando a captação de água a mais de 100 quilômetros da capital, no vale do Ribeira, o que significa o abandono da Billings. De seu lado, um incipiente mas decidido movimento ecológico regional aponta para o artigo 197 da Constituição Estadual, que marca o dia 5 de outubro como limite para o bombeamento da água poluída de São Paulo, que escoo pelo Tietê através da reversão do Pinheiros. Enquanto cresce a mortandade de peixes e o processo de contaminação pelo consumo, a região demonstra que não abrirá mão do seu direito a essa fonte de água e lazer.

A populações do Grande ABC - e não somente de São Bernardo - esperam com expectativa o fechamento de acordos entre os governos de São Paulo e do Japão, através dos quais será possível investir na despoluição do rio Tietê, especialmente o fluxo de água que recobre o perímetro da capital paulista, que abrirá perspectivas tanto para a diminuição das enchentes quanto para a alteração do ciclo hídrico tem avançado para ações menos pacifistas. A cada mortandade de peixes, o que é comum e resultado da falta de oxigênio na água do reservatório, os ecologistas despejam centenas de quilos de peixes mortos nas calçadas e saguões de edifícios públicos ligados aos sistemas hídrico e de sanemanto ambiental.

Os diversos movimentos ecológicos estão unânimes em seu projeto de *limpeza* do enorme reservatório e manancial indispensável à vida regional. Serviço Aéreo e Terrestre de Salvamento, Associação dos Pescadores, S.O.S. Billings, Brasil-Verde, Terra Viva, Resistência Ecológica e outros movimentos crescem o seu poder de fogo à luz do esquecimento da legislação e do encontro de alternativas que não valorizem o extraordinário espaço de lazer e a fonte de água que completa 67 anos em 1992. Nem mesmo o futurismo de especialistas faz o ecologistas diminuírem as suas exigências. Segundo aqueles, há que despoluir a Billings no prazo máximo de 16 anos, pois São Paulo terá 25 bilhões de habitantes em 2005 e não terá água para sua população. No entanto, a alternativa Juquiá pode alterar o processo, embora seja um projeto caríssimo. Melhor seria investir os necessários 2 bilhões de dólares na despoluição do Tietê e da Billings, cuja vazão de água potável pode garantir a sustentação da capital e do grande ABC. E um dos caminhos é o do microtratamento de esgotos, de forma descentralizada e indo muito além dos 12% que a Sabesp pode tratar atualmente.

O que se nota sobre o processo de comunicação e ecologia é que a expectativa da opinião pública cresce à maneira que os dados técnicos e científicos aumentam. Essa expectativa é aguçada pelas conquistas legislativas, ainda inoperantes. Certamente as informações do projeto mirabolante de Juquiá, que implica em criar uma cachoeira ao contrário, dado o desnível entre São Paulo de Ribeira, levantam dúvidas, mais as perspectivas de transformar a Billings em lagoa de decantação ou estimular o esvaziamento do pólo industrial do ABC. Sabedores de que a despoluição é viável, de que o índice de água potável no planeta e no

país é finito e pequeno e de que os fatos técnicos e científicos são manipulados pelo jogo político, os líderes de opinião vão tornando aguda a sensibilidade regional pelo destino da sua represa e demais mananciais de água. O mero fato de que ainda se tira da represa 4 mil quilos de peixe diariamente, os quais, mesmo contaminados, são servidos na mesa das populações de baixa renda, dá dimensão da tragédia e da possibilidade: o processo tem de ser revertido e a represa tem recursos próprios para ajudar na reversibilidade. A vulnerabilidade ecológica tem a sua contraparte.

OS DISCURSOS DOS PARADIGMAS

As falas dos ecologistas de São Bernardo do Campo retratam as posições, os paradigmas, do naturalizante ao político. Maurício Waldman vê na ação ecológica inclusive posições de direita e esquerda. Entre os conservadores se encontra o S.O.S. Mata Atlântica, que se embasa nas ciências naturais e na teologia e tem a visão do verde pelo verde. No entanto, considera que no Grande ABC a orientação é classista e aponta para o eco-socialismo. Nessa perspectiva, tem importância o domínio do político, porque o derramamento de petróleo no mar e a poluição de uma represa, bem como a devastação das matas, são atos políticos. Lembrando também, como Waldman, que o meio ambiente não existe enquanto sujeito autônomo e é variável historicamente. A natureza é constantemente reinventada. Ora, o movimento ecológico do ABC luta por um espaço não plenamente natural, que é a represa Billings, destacando portanto a questão do espaço também varia dependendo das relações de produção.

Por certo, os paradigmas naturalizantes têm apelo e importância. Basta ouvir um pescador da Billings, Luís Trajano:

A poluição leva todos por igual. Não discrimina pescados grandes dos outros menores. Outro dia um camarada veio a uma reunião e queria levar placas sobre poluição para advertir a população do lugar. Ia fazer folhetos também. Mas este camarada só pensou no lado humano. E os animais, como é que eles compreenderiam? Sabem ler alguma placa? Este camarada somente pensou nos homens que pensam somente neles. São uns idiotas, pois eu já vi os capivaris cruzando a água e morrendo pelo meio do caminho, pois eles não sabem que ela está contaminada. Os pássaros, as garças.

E concluiu: "Nós somos os naturalistas daqui, pois nós vivemos da represa. Sem a represa, não somos nada".

O discurso forte e heróico de um dos membros do Serviço Aéreo e Terrestre de Salvamento também precisa ser ouvido:

Deus criou tudo perfeitoinho. É fácil provar que ele existe. Pega uma semente, manda um cientista fazer uma igual. Manda fazer

uma gota d'água. Deus deu o planeta super equilibrado. E de repente não sei porque o homem fez toda essa desgraça, dizendo que é o próprio progresso (...)

O ecologista passa à dimensão política:

Esse governo deveria ver primeiro quem são esses técnicos que estão rodeando, que estão dentro das repartições fazendo todo tipo de crime contra a humanidade. Essas bestas-feras que deveriam ser eliminadas. O que tem de existir é vergonha na cara por parte das instituições governamentais, porque existe muito cambalacho. O meio ambiente não tem raça, credo, cor, fronteiras. Todos respiram o mesmo ar. Bebemos do mesmo lençol freático e vamos morrer e ser enterrados na mesma terra. Nós podemos conciliar o meio ambiente, o progresso, bem estar, a própria vida.

Já Vera Rotondo, do Terra Viva, propõe:

... fazemos um movimento político, mais voltado ao enfrentamento na base mesmo. Temos contato direto com os depredadores. A gente tem atuação de base, ir ao local, chamar a Polícia Florestal, tentar impedir, enfrentar, conversar, tentar conscientizar. E também participamos de seminários, vamos à porta de fábrica tentando ganhar os trabalhadores para o nosso movimento.⁷

Como se disse no início, as populações metropolitanas conhecem antes o inferno, para então iniciarem um novo movimento. No processo, a memória ecológica e os enfrentamentos produzem as diversas tendências, de fundo e método, que estabelecem o arco-íris de ações. No fundo não se excluem, pois o mal maior se encontra na retina dos seus olhos. Tampouco se anulam, dadas as reais divergências. Na complexidade, haverá gradações e alcances nas atitudes, prolongamentos e quedas. No painel que vai do messianismo à dialética da urbanidade um extraordinário processo de comunicação retrata o modo-de-ser do *melting pot* metropolitano.

O chamado *Documento da Sociedade Civil Brasileira*, aprovado no Recife em novembro de 1991 e enviado à Conferência sobre Meio Ambiente, aponta para a pobreza como o cerne da questão ambiental do espaço metropolitano. Ela vive de mãos dadas com a degradação ambiental e a questão urbana. Todas apontam para o modo de produção e, enfim, os modelos de desenvolvimento do pós-guerra. De modo algum servem de desculpa, mas, ao contrário, mostram o quanto de investimento sócio-cultural terá de ser feito para não se cair no modismo ecológico ou no messianismo ambiental, mas sim oferecer propostas de transformação sócio-ambiental. Considerando que dentro de oito anos quase 80% da população estará vivendo em cidades, dá-se conta das ações reguladoras, dos pactos entre administração pública e

sociedade civil organizada e da repressão ao processo especulativo que terão de ser empreendidos, com a urgência requerida. A reforma urbana, associada à agrária, incluirá novas políticas sociais de uso dos espaços, gestões muito distintas das atuais, integração de ações e alternativas efetivas para os novos e renovados serviços públicos. No contexto das outras questões (energia, população, agricultura e eco zonas brasileiras), fica patente que a opulência é irmã da irresponsabilidade e ambas terão de ser superadas no rumo da sustentação digna de todos os tripulantes do planeta azul. Ainda azul. Metonimicamente, um pedaço de São Paulo é sintoma de mundo.

A REAÇÃO CULTURAL

Há poucos meses foi publicado um livro denominado *Billings Viva*, de Toninho Macedo, com o patrocínio da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. Nele, puxa-se pela memória viva dos sujeitos ligados à vida do reservatório. A obra está sendo discutida nas escolas e vai criando uma massa crítica, associada às ações dos ecologistas. Do mesmo modo, intensificam-se excursões à Serra do Mar, cursos especiais para crianças e adolescentes, concursos literários e uma presença curricular nas escolas das questões de meio ambiente. O tema penetra os sindicatos de trabalhadores e não é rejeitado no espaço patronal. Por enquanto, a liderança cabe às realizações culturais. Contínuos atos são feitos às margens da represa, alertando dos perigos e abrindo os novos projetos. Cria-se uma razoável documentação regional nos arquivos oficiais e particulares, especialmente em memória oral e fotografias. O grande objetivo é ganhar as novas gerações para a luta ecológica. Nenhuma garantia, mas certeza de muito trabalho. Para sair do purgatório meio ambiental metropolitano.

Notas

1. Frei Vicente Salvador foi um dos cronistas mais importantes do período das manifestações literárias no Brasil.
2. José Augusto de Pádua, *Ecologia e política no Brasil* (Rio de Janeiro, IUPERJ, 1987), p. 20.
3. *Ibid.*, p. 21.
4. *Ibid.*, p. 31.
5. Aqui, o pensamento holístico relembra os trabalhos de Capra (autor de *Ponto de Mutação*) e o grupo do Elmwood Institute, de Berkeley.
6. Ex-coordenador de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.
7. Entrevistas realizadas pela equipe de trabalho.

As Políticas do Estado para Meio Ambiente e as ações do município de Diadema

Wagner Membrives Bossi

Arquiteto Chefe da Divisão de Planejamento Integrado, do Departamento de Planejamento da Prefeitura do Município de Diadema

DIADEMA

O Município

Constituído a partir de 1960, tem área de 30,7 km², 305.008 habitantes (censo de 1991, IBGE) e está conurbado com as vizinhas cidades de São Paulo e São Bernardo do Campo.

É banhado por uma pequena porção da Represa Billings (0,8 km² de águas) o que lhe confere uma participação na Área de Proteção aos Mananciais com 7,2 km² de seu território.

O Ambiente

É preciso distinguir o ambiente natural e o ambiente construído antes de se definir as políticas do Estado e os níveis de competência federal, estadual e municipal.

Ainda que executada pelo homem, a Represa Billings confere à paisagem características de ambiente natural, cuja preservação envolve nascentes, cursos d'água, vegetação e fauna.

O ambiente construído, em Diadema, está intimamente ligado à explosão demográfica da Região Metropolitana de São Paulo, registrando-se uma rápida expansão que atingiu inclusive a Área de Proteção aos Mananciais:

ano	nº de habitantes
1960	12.308
1970	78.914
1980	228.734
1991	305.008

A Represa Billings tinha originalmente a finalidade de permitir a produção de energia elétrica (1934). A partir de 1956 passou a fornecer água para o consumo humano.

O crescimento populacional na Região Metropolitana não acompanhado por obras de coleta e tratamento de esgoto acabou por comprometer a qualidade de suas águas; transformadas em receptáculo de despejos industriais e humanos.

AS POLÍTICAS DE ESTADO

As políticas de preservação do ambiente e de melhoria da qualidade de vida envolvem diversos aspectos que acabam por definir, nem sempre muito claramente, a competência de acordo com os níveis de governo.

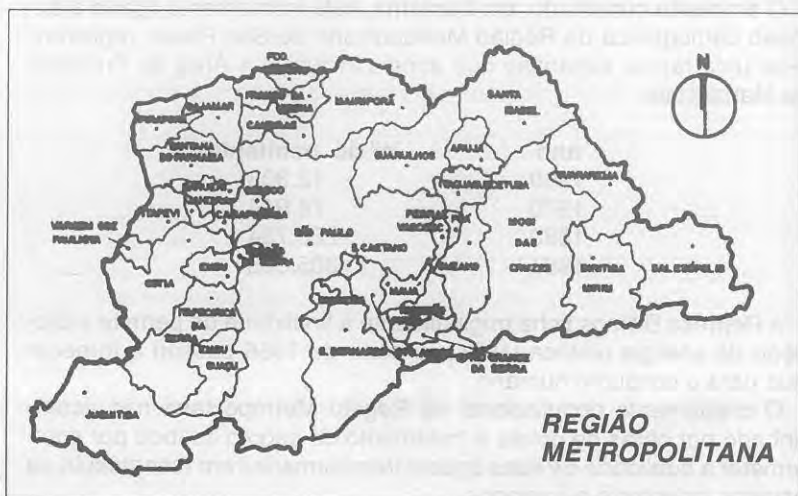
A Constituição Federal de 1988, reforçada pela Constituição estadual de 1989, estabeleceu que as ações nesse sentido devem ser conjuntamente desenvolvidas.

Entretanto, é fácil notar que a poluição da Represa Billings extrapola o âmbito municipal, quer pela questão mais ampla que é a administração dos recursos hídricos, cujo principal agente é o governo estadual, quer pela pequena participação que um município de área reduzida, como Diadema, pode ter nesta questão.

Até mesmo o controle do uso e ocupação do solo, normalmente atribuído ao governo municipal, atualmente escapa aos mecanismos disponíveis, pois a proliferação de favelas nos grandes centros urbanos, apenas para citar um exemplo, revela antes um processo de empobrecimento e ausência de uma adequada política habitacional em nível nacional que uma mera omissão da fiscalização municipal.

Temos assistido na prática a uma crescente transferência de encargos do governo estadual ao governo municipal, como é o caso do tratamento e destino final de resíduos sólidos, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, onde a legislação dificulta a instalação de tais equipamentos ao mesmo tempo que o Estado não promove o encaminhamento da questão. Esta situação faz com que Diadema se veja obrigada a conviver com a existência do chamado "lixão" do Alvarenga, situado na Área de Proteção aos Mananciais.

Outro problema que compete ao governo estadual e afeta diretamente o Município de Diadema refere-se às constantes enchentes do





Ribeirão dos Couros, principalmente no bairro de Piraporinha e na confluência do Córrego Curral Grande. Trata-se de córregos na divisa com São Bernardo do Campo cujas obras estão programadas mas ainda não foram iniciadas pelo governo estadual.

AÇÕES MUNICIPAIS

Diante deste quadro pode parecer que o Município de Diadema ficou em compasso de espera, no aguardo de decisões superiores que melhor definissem sua competência, seu raio de ação.

Mas não foi isso o que aconteceu.

Mais do que os resultados obtidos - que não foram poucos - o importante tem sido o estabelecimento de uma política traçada em cima dessa situação que desafia a realidade nacional e aponta para a otimização dos recursos disponíveis, atuando em função da necessidade e priorização

voltadas para a realidade municipal constatada no dia a dia, interagindo com as aspirações legítimas da população.

Não existe, assim, a priori, uma separação clara das ações que devam ou não se desenvolver em conjunto com o governo estadual ou federal.

Porém, a grosso modo, podem-se distinguir níveis de intervenção, que foram adotados visando a melhoria do ambiente e da qualidade de vida:

— junto ao governo estadual:

- visando a melhoria do serviço de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos, atualmente a cargo da SABESP.
- pleiteando, juntamente com as demais prefeituras componentes do Consórcio Intermunicipal do Alto Tamanduateí e Billings, a recuperação da represa e a solução para as enchentes nos córregos da região.

— através do Consórcio Intermunicipal, promovendo estudo de alternativas para tratamento e destino de resíduos sólidos.

— no âmbito municipal:

- ampliando o serviço de limpeza urbana através da varrição e coleta de lixo
- implantando o sistema de coleta seletiva de lixo e coleta e destino do lixo hospitalar
- implantando o serviço de "cata-bagulho" que entre outros benefícios evita o lançamento de objetos em cursos d'água
- reorganizando e promovendo melhorias no "lixão" do Alvarenga, visando a sua transformação em aterro controlado
- executando o desassoreamento e canalização de córregos
- urbanizando favelas, serviço que inclui a execução de galerias de águas pluviais, pavimentação de vias e canalização de esgoto
- implantando e remodelando praças e parques públicos
- intervindo diretamente no ambiente construído através da estruturação do sistema viário, duplicação da quantidade de vias pavimentadas - atingindo a quase totalidade do município - e a extensão e melhoria da iluminação pública a todo o território do município, fator preponderante para a segurança da população.
- contendo, através da fiscalização e orientação, a expansão da ocupação na Área de Proteção aos Mananciais
- propondo no campo institucional, através do Plano Diretor, ainda não aprovado pela Câmara Municipal:
 - a recuperação e preservação da vegetação dentro e fora da Área de Proteção aos Mananciais (ampliando a área total de 1.526.190 m² para 3.455.050 m², resultando em aproximadamente 11,5 m²/hab.)
 - a recuperação e preservação dos cursos d'água e suas margens
 - a reordenação do uso do solo
 - o controle ambiental (água, ar, solo, ruídos)

- a criação de um Conselho de Defesa do Meio Ambiente

Tais intervenções, associadas a um efetivo desenvolvimento verificado nas áreas de Saúde, Educação e Transporte têm promovido a melhoria do ambiente, em seu sentido mais amplo, voltado para o homem em harmonia com a natureza, naquilo que cabe ao meio urbano.

Diadema, outubro de 1992.

Apêndices

1. A Legislação Federal
Capítulo VI - Do Meio Ambiente da Constituição de 1988
2. Resolução CONAMA-001/86
(Conselho Nacional do Meio Ambiente)
3. A Legislação de São Paulo
Capítulo IV - Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento, da Constituição do Estado de São Paulo
4. Normatização das Audiências Públicas no Estado de São Paulo

— junto ao governo estadual:

- visando a melhoria do serviço de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos, atualmente a cargo da SABESP.
- pleiteando, juntamente com as demais prefeituras componentes do Consórcio Intermunicipal do Alto Tamanduateí e Bilingo, a recuperação da represa e a solução para as enchentes nos córregos da região.

— através do Consórcio Intermunicipal, promovendo estudo de alternativas para tratamento e destino de resíduos sólidos no âmbito municipal:

- ampliando o serviço de limpeza urbana através da varrição e coleta de lixo
- implantando o sistema de coleta seletiva de lixo e coleta e destino do lixo hospitalar
- implantando o serviço de "cama-bagunha", que entre outros benefícios evita o lançamento de objetos em cursos d'água
- reorganizando e promovendo melhorias no "lixão" de Aivaré, visando a sua transformação em aterro controlado
- executando o desassoreamento e canalização de córregos
- urbanizando favelas, serviço que inclui a execução de galerias de águas pluviais, pavimentação de vias e canalização de esgoto
- implantando e remodelando praças e parques públicos
- intervindo diretamente no ambiente construído através da estruturação do sistema viário, duplicação da quantidade de vias pavimentadas - atingindo a quase totalidade do município - e a extensão e melhoria da iluminação pública a todo o território do município, fator preponderante para a segurança da população.
- contendo, através da fiscalização e orientação, a expansão da ocupação na Área de Proteção aos Mananciais
- propondo no campo institucional, através do Plano Diretor, ainda não aprovado pela Câmara Municipal:
 - a recuperação e preservação da vegetação dentro e fora da Área de Proteção aos Mananciais (ampliando a área total de 1.526.190 m² para 3.455.050 m², resultando em aproximadamente 11,6 m²/hab.)
 - a recuperação e preservação dos cursos d'água e suas margens
 - a recondenação do uso do solo
 - o controle ambiental (água, ar, solo, ruídos)

Apêndices

1. A Legislação Federal

Capítulo VI - Do Meio Ambiente da Constituição de 1988

2. Resolução CONAMA-001/86

(Conselho Nacional do Meio Ambiente)

3. A Legislação de São Paulo

Capítulo IV - Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do Saneamento, da Constituição do Estado de São Paulo

4. Normatização das Audiências Públicas no Estado de São Paulo

Apêndices

1. A Legislação Federal
Capítulo VI - Do Meio Ambiente de Constituição de 1988
2. Resolução CONAMA-001/88
(Conselho Nacional do Meio Ambiente)
3. A Legislação de São Paulo
Capítulo IV - Do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais e do
Saneamento, da Constituição do Estado de São Paulo
4. Normatização das Audiências Públicas no
Estado de São Paulo

APÊNDICE 1 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º. - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º. - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º. - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º. - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º. - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º. - As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

**APÊNDICE 2 - RESOLUÇÃO CONAMA 001/86
(CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE)**

O CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente funciona como colegiado e tem poder para normatizar questões ambientais, e o faz através de resoluções. A resolução 001/86 tem fundamental importância, pois regulamenta a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e seus respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA).

**Resolução CONAMA Nº. 001, de 23 de janeiro de 1986
Publicado no D.O.U. de 17/2/86.**

O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº. 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e

Considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, RESOLVE:

Artigo 1º. - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Artigo 2º. - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e da SEMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento;

II - Ferrovias;

III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;

IV - Aeroportos, conforme definidos pelo inciso I, artigo 48, do Decreto-Lei nº. 32, de 18.11.66;

V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;

VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230kv;

VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;

VIII - Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão);

IX - Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;

X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;

XI - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW;

XII - Complexo de unidades industriais e agroindustriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos);

XIII - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI;

XIV - Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;

XV - Projetos urbanísticos, acima de 100ha, ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;

XVI - Qualquer atividade que utilize carvão vegetal, em quantidade superior a dez toneladas por dia.

Artigo 3º. - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação da SEMA, o licenciamento de atividades que, por lei, seja de competência federal.

Artigo 4º. - Os órgãos ambientais competentes e os órgãos setoriais do SISNAMA deverão compatibilizar os processos de licenciamento com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do meio Ambiente, respeitados os critérios e diretrizes estabelecidos por esta Resolução e tendo por base a natureza, o porte e as peculiaridades de cada atividade.

Artigo 5º. - O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;

II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;

III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Parágrafo Único - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, o órgão estadual competente, ou a SEMA ou, quando couber, o Município, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.

Artigo 6º. O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos de aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora,

destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

- c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados.

Parágrafo Único - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, o órgão estadual competente; ou a SEMA ou, quando couber, o Município fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área.

Artigo 7º. - O estudo de impacto ambiental será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, não dependente direta ou indiretamente do proponente do projeto e que será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados.

Artigo 8º. - Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos, elaboração do RIMA e fornecimento de pelo menos 5 (cinco) cópias.

Artigo 9º. - O relatório de impacto ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).

Parágrafo Único - O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

Artigo 10 - O órgão estadual competente, ou a SEMA ou, quando couber, o Município terá um prazo para se manifestar de forma conclusiva sobre o RIMA apresentado.

Parágrafo Único - O prazo a que se fere o *caput* deste artigo terá o seu termo inicial na data do recebimento pelo órgão estadual competente ou pela SEMA do estudo do impacto ambiental e seu respectivo RIMA.

Artigo 11 - Respeitado o sigilo industrial, assim solicitando e demonstrando pelo interessado o RIMA será acessível ao público. Suas cópias permanecerão à disposição dos interessados, nos centros de documentação ou bibliotecas da SEMA e do órgão estadual de controle ambiental correspondente, inclusive o período de análise técnica.

§ 1º. - Os órgãos públicos que manifestarem interesse, ou tiverem relação direta com o projeto, receberão cópia do RIMA, para conhecimento e manifestação.

§ 2º. - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o órgão estadual competente ou a SEMA ou, quando couber o Município, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA.

Artigo 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flávio Peixoto da Silveira

APÊNDICE 3 - A LEGISLAÇÃO DE SÃO PAULO - CAPÍTULO IV DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS NATURAIS E DO SANEAMENTO, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Seção I - Do Meio Ambiente

Artigo 191 - O Estado e os Municípios providenciarão, com a participação da coletividade, a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente natural, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais e em harmonia com o desenvolvimento social e econômico.

Artigo 192 - A execução de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, quer pelo setor público, quer pelo privado, serão admitidas se houver resguardo do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

§1º. - A outorga de licença ambiental, por órgão ou entidade governamental competente, integrante de sistema unificado para esse efeito, será feita com observância dos critérios gerais fixados em lei, além de normas e padrões estabelecidos pelo Poder Público e em conformidade com o planejamento e zoneamento ambientais.

§2º. - A licença ambiental, renovável na forma da lei, para a execução e a exploração mencionadas no "caput" deste artigo, quando potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, será sempre precedida, conforme critérios que a legislação especificar, da aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo relatório a que se dará prévia publicidade, garantida a realização e audiências públicas.

Artigo 193 - O Estado, mediante lei, criará um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, para organizar, coordenar e integrar as ações de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, assegura a participação da coletividade, com o fim de:

I - propor uma política estadual de proteção ao meio ambiente;

II - adotar medidas, nas diferentes áreas de ação pública e junto ao setor privado, para manter e promover o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental, prevenindo a degradação em todas as suas formas e impedindo ou mitigando impactos ambientais negativos e recuperando o meio ambiente degradado;

III - definir, implantar e administrar espaços territoriais e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais a serem protegidos, sendo a alteração e supressão, incluindo os já existentes, permitidas somente por lei;

IV - realizar periodicamente, auditorias nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras;

V - informar a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes, a presença de substâncias potencialmente nocivas à saúde, na água potável e nos alimentos, bem como os resultados das monitoragens e auditorias a que se refere o inciso IV deste artigo;

VI - incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a capacitação tecnológica para a resolução dos problemas ambientais e promover a informação sobre essas questões;

VII - estimular e incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia alternativas, não poluentes, bem como de tecnologias brandas e materiais poupadores de energia;

VIII - fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação genética;

IX - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais das espécies e dos ecossistemas;

X - proteger a flora e a fauna, nesta compreendidos todos os animais silvestres, exóticos e domésticos, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e que provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, fiscalizando a extração, produção,

criação, métodos de abate, transporte, comercialização e consumo de seus espécimes e subprodutos;

XI - controlar e fiscalizar a produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e destino final de substâncias, bem como o uso de técnicas, métodos e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente, incluindo o de trabalho;

XII - promover a captação e orientar a aplicação de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a proteção e conservação do meio ambiente;

XIII - disciplinar a restrição à participação em concorrências públicas e ao acesso a benefícios fiscais e créditos oficiais às pessoas físicas e jurídicas condenadas por atos de degradação do meio ambiente;

XIV - promover medidas judiciais e administrativas de responsabilização dos causadores de poluição ou de degradação ambiental;

XV - promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;

XVI - promover e manter o inventário e o mapeamento da cobertura vegetal nativa, visando à adoção de medidas especiais de proteção, bem como promover o reflorestamento, em especial, às margens de rios e lagos, visando à sua perenidade;

XVII - estimular e contribuir para a recuperação da vegetação em áreas urbanas, com plantio de árvores, preferencialmente frutíferas, objetivando especialmente a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;

XVIII - incentivar e auxiliar tecnicamente as associações de proteção ao meio ambiente constituídas na forma da lei, respeitando a sua autonomia e independência de atuação;

XIX - instituir programas especiais mediante a integração de todos os seus órgãos, incluindo os de crédito, objetivando incentivar os proprietários rurais a executarem as práticas de conservação do solo e da água, de preservação e reposição das matas ciliares e replantio de espécies nativas;

XX - controlar e fiscalizar obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos que, direta ou indiretamente, possam causar degradação do meio ambiente, adotando medidas preventivas ou corretivas e aplicando as sanções administrativas pertinentes;

XXI - realizar o planejamento e o zoneamento ambientais, considerando as características regionais e locais, e articular os respectivos planos, programas e ações;

Parágrafo Único - O sistema mencionado no "caput" deste artigo será coordenado por órgão da administração direta que será integrado por:

- a) Conselho Estadual do Meio Ambiente, órgão normativo e recursal, cujas atribuições e composição serão definidas em lei;
- b) órgãos executivos incumbidos da realização das atividades de desenvolvimento ambiental.

Artigo 194 - Aquele que explorar recursos naturais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Parágrafo Único - É obrigatória, na forma da lei, a recuperação, pelo responsável, da vegetação adequada nas áreas protegidas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Artigo 195 - As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e admi-

nistrativas, com aplicação de multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência, incluídas a redução do nível de atividade e a interdição, independentemente da obrigação dos infratores de reparação aos danos causados.

Parágrafo Único - O sistema de proteção e desenvolvimento do meio ambiente será integrado pela Polícia Militar, mediante suas unidades de policiamento florestal e de mananciais, incumbidas da prevenção e repressão das infrações cometidas contra o meio ambiente, sem prejuízo dos corpos de fiscalização dos demais órgãos especializados.

Artigo 196 - A Mata Atlântica, a Serra do Mar, a Zona Costeira, o Complexo Estuarino Lagunar entre Iguape e Cananéia, os Vales dos Rios Paraíba, Ribeira, Tietê e Paranapanema e as unidades de conservação do Estado são espaços territoriais especialmente protegidos e sua utilização far-se-á na forma da lei, dependendo de prévia autorização e dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente.

Artigo 197 - São áreas de proteção permanente:

- I - os manguezais;
- II - as nascentes, os mananciais e matas ciliares;
- III - as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de migratórios;
- IV - as áreas estuarinas;
- V - as paisagens notáveis;
- VI - as cavidades naturais subterrâneas.

Artigo 198 - O Estado estabelecerá, mediante lei, os espaços definidos no inciso V do artigo anterior, a serem implantados como especialmente protegidos, bem como as restrições ao uso e ocupação desses espaços, considerando os seguintes princípios:

- I - preservação e proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistemas;
- II - proteção do processo evolutivo das espécies;
- III - preservação e proteção dos recursos naturais.

Artigo 199 - O Poder Público estimulará a criação e manutenção de unidades privadas de conservação.

Artigo 200 - O Poder Público Estadual, mediante lei, criará mecanismos de compensação financeira para Municípios que sofrerem restrições por força de instituição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado.

Artigo 201 - O Estado apoiará a formação de consórcios entre os municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental, em particular à preservação dos recursos hídricos e ao uso equilibrado dos recursos naturais.

Artigo 202 - As áreas declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, objetivando a implantação de unidades de conservação ambiental, serão consideradas espaços territoriais especialmente protegidos, não sendo nelas permitidas atividades que degradem o meio ambiente ou, que por qualquer forma, possam comprometer a integridade das condições ambientais que motivaram a expropriação.

Artigo 203 - São indisponíveis as terras devolutas estaduais apuradas em ações discriminatórias e arrecadadas pelo Poder Público, inseridas em unidades de preservação ou necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Artigo 204 - Fica proibida a caça, sob qualquer pretexto, em todo o Estado.

Seção II - Dos Recursos Hídricos

Artigo 205 - O Estado instituirá, por lei, sistema integrado de gerenciamento dos recursos hídricos, congregando órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil, e assegurará meios financeiros e institucionais para:

I - a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas e sua prioridade para abastecimento às populações;

II - o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos e o rateio dos custos das respectivas obras, na forma da lei;

III - a proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso atual e futuro;

IV - a defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos à saúde e segurança públicas e prejuízos econômicos ou sociais;

V - a celebração de convênios com os Municípios, para a gestão, por estes, das águas de interesse exclusivamente local;

VI - a gestão descentralizada, participativa e integrada em relação aos demais recursos naturais e às peculiaridades da respectiva bacia hidrográfica;

VII - o desenvolvimento do transporte hidroviário e seu aproveitamento econômico.

Artigo 206 - As águas subterrâneas, reservas estratégicas para o desenvolvimento econômico-social e valiosas para o suprimento de água às populações, deverão ter programa permanente de conservação e proteção contra poluição e superexploração, com diretrizes em lei.

Artigo 207 - O Poder Público, mediante mecanismos próprios, definidos em lei, contribuirá para o desenvolvimento dos Municípios em cujos territórios se localizarem reservatórios hídricos e naqueles que recebam o impacto deles.

Artigo 208 - Fica vedado o lançamento de efluentes e esgotos urbanos e industriais, sem o devido tratamento, em qualquer corpo de água.

Artigo 209 - O Estado adotará medidas para controle da erosão, estabelecendo-se normas de conservação dos solo em áreas agrícolas e urbanas.

Artigo 210 - Para proteger e conservar as águas e prevenir seus efeitos adversos, o Estado incentivará a adoção, pelos Municípios, de medidas no sentido:

I - da instituição de áreas de preservação das águas utilizáveis para abastecimento às populações e da implantação, conservação e recuperação de matas ciliares;

II - do zoneamento de áreas inundáveis, com restrições a usos incompatíveis nas sujeitas a inundações freqüentes e da manutenção da capacidade de infiltração do solo;

III - da implantação de sistemas de alerta e defesa civil, para garantir a segurança e a saúde públicas, quando de eventos hidrológicos indesejáveis;

IV - do condicionamento, à aprovação prévia por organismos estaduais de controle ambiental e de gestão de recursos hídricos, na forma da lei, dos atos de outorga de direitos que possam influir na qualidade ou quanti-

dade das águas superficiais e subterrâneas;

V - da instituição de programas permanentes de racionalização do uso das águas destinadas ao abastecimento público e industrial e à irrigação, assim como de combate às inundações e à erosão.

Parágrafo Único - A lei estabelecerá incentivos para os Municípios que aplicarem, prioritariamente, o produto da participação no resultado da exploração dos potenciais energéticos em seu território, ou da compensação financeira, nas ações previstas neste artigo e no tratamento de águas residuárias.

Artigo 211 - Para garantir as ações previstas no artigo 205, a utilização dos recursos hídricos será cobrada segundo as peculiaridades de cada bacia hidrográfica, na forma da lei, e o produto aplicado nos serviços e obras referidos no inciso I, do parágrafo único, deste artigo.

Parágrafo Único - o produto da participação do Estado no resultado da exploração de potenciais hidroenergéticos em seu território, ou da compensação financeira, será aplicado, prioritariamente:

- 1) em serviços e obras hidráulicas e de saneamento de interesse comum, previstos nos planos estaduais de recursos hídricos e de saneamento básico;
- 2) na compensação, na forma da lei, aos Municípios afetados por inundações decorrentes de reservatórios de água implantados pelo Estado, ou que tenham restrições ao seu desenvolvimento em razão de leis de proteção de mananciais.

Artigo 212 - Na articulação com a União, quando da exploração dos serviços e instalações de energia elétrica, e do aproveitamento energético dos cursos de água em seu território, o Estado levará em conta os usos múltiplos e o controle das águas, a drenagem, a correta utilização das várzeas, a flora e a fauna aquática e a preservação do meio ambiente.

Artigo 213 - A proteção da quantidade e da qualidade das águas será obrigatoriamente levada em conta quando da elaboração de normas legais relativas a florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e demais recursos naturais e ao meio ambiente.

Seção III - Dos Recursos Minerais

Artigo 214 - Compete ao Estado:

I - elaborar e propor o planejamento estratégico do conhecimento geológico de seu território, executando programa permanente de levantamentos geológicos básicos, no atendimento de necessidades do desenvolvimento econômico e social, em conformidade com a política estadual do meio ambiente;

II - aplicar o conhecimento geológico ao planejamento regional, às questões ambientais, de erosão do solo, de estabilidade de encostas, de construção de obras civis e à pesquisa e exploração de recursos minerais e de água subterrânea;

III - proporcionar o atendimento técnico nas aplicações de conhecimento geológico às necessidades das Prefeituras do Estado;

IV - fomentar as atividades de mineração, de interesse sócio-econômico-financeiro para o Estado, em particular de cooperativas, pequenos e médios mineradores, assegurando o cumprimento de recursos minerais necessários ao atendimento da agricultura, da indústria de transformação

e da construção civil do Estado, de maneira estável e harmônica com as demais formas de ocupação do solo e atendimento à legislação ambiental;

V - executar e incentivar o desenvolvimento tecnológico aplicado à pesquisa, exploração racional e beneficiamento de recursos minerais.

Seção IV - Do Saneamento

Artigo 215 - A lei estabelecerá a política das ações e obras de saneamento básico no Estado, respeitando os seguintes princípios:

I - criação e desenvolvimento de mecanismos institucionais e financeiros destinados a assegurar os benefícios do saneamento à totalidade da população;

II - prestação de assistência técnica e financeira aos Municípios, para o desenvolvimento dos seus serviços;

III - orientação técnica para os programas visando ao tratamento de despejos urbanos e industriais e de resíduos sólidos, e fomento à implantação de soluções comuns, mediante planos regionais de ação integrada.

Artigo 216 - O Estado instituirá, por lei, plano plurianual de saneamento estabelecendo as diretrizes e os programas para as ações nesse campo.

§ 1º. - O plano, objeto deste artigo, deverá respeitar as peculiaridades regionais e locais e as características das bacias hidrográficas e dos respectivos recursos hídricos.

§ 2º. - O Estado assegurará condições para a correta operação, necessária ampliação e eficiente administração dos serviços de saneamento básico prestados por concessionária sob seu controle acionário.

§ 3º. - As ações de saneamento deverão prever a utilização racional da água, do solo e do ar, de modo compatível com a preservação e melhoria da qualidade da saúde pública e do meio ambiente e com a eficiência dos serviços públicos de saneamento.

APÊNDICE 4 - NORMATIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Deliberação CONSEMA 15/90

De 21 de Junho de 1990

53ª. Reunião Ordinária

O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, reunido na sua 53ª. Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de junho de 1990, aprova a seguinte norma de convocação e condução de Audiências Públicas:

Artigo 1 - Serão consideradas Audiências Públicas as reuniões com o objetivo de debater, conhecer e informar a opinião pública sobre a implantação de determinada obra ou atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental.

§ 1º. - Nas Audiências serão manifestadas as opiniões, as críticas e as sugestões sobre o empreendimento e seu Estudo de Impacto Ambiental - EIA, pelos participantes, conforme estabelecido no Artigo 10 desta Deliberação.

§ 2º. - Serão realizadas Audiências Públicas dos empreendimentos sujeitos a Estudo de Impacto Ambiental - EIA, conforme definido na Reso-

lução CONAMA 001/86, cujo Estudo estiver em análise na Secretaira do Meio Ambiente - SMA.

§ 3º. - O CONSEMA poderá, a qualquer momento, mediante deliberação, determinar Audiências Públicas para analisar planos, programas e empreendimentos que prescindam de EIA/RIMA e que possam estar causando ou vir a causar significativa degradação ambiental, idenpendente do procedimento do licenciamento ambiental.

§ 4º. Nos casos previstos no Parágrafo terceiro deste artigo, as informações consideradas indispensáveis para subsidiar a Audiência Pública deverão ser definidas por uma deliberação complementar específica do CONSEMA.

Artigo 2 - As Audiências são eventos públicos, permitindo a presença de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto de discussão.

Artigo 3 - As Audiências Públicas serão convocadas pela Secretaria do Meio Ambiente - SMA, ou por deliberação do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA.

§ 1º - As Audiências Públicas poderão ser solicitadas por entidades da sociedade civil, por órgãos ou entidades do poder público estadual e municipal, pelo Ministério Público Federal e Estadual e por membros do Poder Legislativo.

§ 2º. A convocação das Audiências Públicas será feita através de jornal de grande circulação no Estado de São Paulo e do Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 20 dias úteis.

§ 3º. - As Audiências Públicas serão realizadas sempre no município ou área de influência em que a obra, atividade, plano ou programa for, estiver ou estiver sendo implantado, tendo prioridade para escolha o município onde os impactos ambientais forem mais significativos.

§ 4º. - Se a área de influência da obra ou atividade abranger dois ou mais municípios, a SMA, ou o CONSEMA mediante deliberação, poderá convocar mais de uma Audiência Pública, podendo realizá-la também na capital do Estado.

§ 5º. O local, com condições adequadas de infraestruturura, de acesso público e que resguarde a independência da reunião, bem como o horário e demais providências para a realização das Audiências Públicas, serão determinados pela SMA.

Artigo 4 - As Audiências Públicas de empreendimentos ou atividades sujeitas a EIA/RIMA, poderão ser realizadas a qualquer momento do processo de análise e tramitação do Estudo de Impacto Ambiental na Secretaria do Meio Ambiente - SMA, antes da apresentação ao CONSEMA do Parecer Técnico final por ela elaborado.

Artigo 5 - As Audiências Públicas serão integradas por uma mesa diretora, na tribuna e um plenário.

§ 1º. - A mesa diretora das Audiências Públicas terá a seguinte composição:

- I - Secretário do Meio Ambiente ou seu representante;
- II - Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA da Secretaria do Meio Ambiente - SMA, ou seu representante;
- III - Secretário Executivo do CONSEMA ou seu representante;
- IV - Um mebro do CONSEMA, escolhido de comum acordo entre os conselheiros presentes à Audiência Pública.

§ 2º. As Audiências Públicas serão presididas pelo Secretário do Meio Ambiente, ou seu representante, e coordenadas pelo Secretário Executivo do CONSEMA, ou seu representante.

§ 3º. - Caberá ao Secretário Executivo, ou seu representante, a responsabilidade:

I - Pelo registro das pessoas participantes da Audiência Pública em livro de presença apropriado, constando nome, endereço, telefone, e número de um documento;

II - Pela preparação de Relatório Síntese da Audiência Pública.

§ 4º - O plenário será composto pelas pessoas presentes e convidados à Audiência Pública.

I - Deverão ser reservados lugares de destaque no plenário aos representantes dos poderes legislativos, executivo, e judiciário, aos membros do CONSEMA, à equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA, ao representante do empreendedor, à equipe técnica da SMA e demais autoridades constituídas devidamente identificadas.

II - Para que seja resguardada a segurança dos participantes da Audiência Pública só será permitida a entrada de pessoas no recinto até sua lotação.

§ 5º. A tribuna será o espaço físico destinado aos oradores, devidamente inscritos e identificados para fazer uso da palavra.

Artigo 6 - Serão convidados, dentre outros, para participar das Audiências Públicas:

I - Senadores, Deputados Federais e Estaduais;

II - Prefeitos e Câmaras de vereadores dos municípios da área de influência do empreendimento ou assunto em exame;

III - Secretários de Estado;

IV - Membros titulares e suplentes do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA;

V - Entidades ambientalistas cadastradas no CONSEMA;

VI - Outras entidades com sede nos municípios da área de influência do empreendimento ou assunto em exame;

VII - Promotores de Justiça das Comarcas na área de influência do empreendimento ou assunto em exame;

VIII - Outros órgãos do poder público que estejam participando do processo de análise do EIA/RIMA ou assunto em exame;

IX - Imprensa estadual, regional e local.

Artigo 7 - Serão convocados, para manifestação na Audiência Pública, o empreendedor e o coordenador da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do EIA/RIMA, assessorados pelos técnicos necessários ao completo esclarecimento da questão.

Parágrafo Único - NO caso das Audiências Públicas previstas no Parágrafo terceiro, Artigo 1º. Desta Deliberação, serão convidadas as entidades responsáveis pelo assunto em exame.

Artigo 8 - Todos os documentos apresentados à Mesa, mediante protocolo, serão anexados, para exame, ao processo técnico-administrativo de licenciamento do EIA/RIMA em análise na Secretaria do Meio Ambiente - SMA, devendo ser citados no Relatório Síntese da Audiência Pública.

§ 1º. - A fita de gravação da Audiência Pública será anexada, para exame, ao processo técnico-administrativo de licenciamento do EIA/RIMA em análise na Secretaria do Meio Ambiente - SMA.

§ 2º. - Os interessados poderão, no prazo de 10 dias úteis contados da data de realização da Audiência Pública, apresentar documentos relativos ao assunto objeto da Ausência, a serem entregues no protocolo da SMA ou através de cada registrada.

§ 3º. - No caso das Audiências Públicas previstas no Parágrafo terceiro do Artigo 1 desta Deliberação, os documentos deverão ser citados no Relatório Síntese da Audiência, ficando à disposição dos interessados para consulta.

Artigo 9 - a sessão terá início com a formação da Mesa, no horário previsto no edital, sendo que o coordenador recerá inscrições para participação nos debates até 60 minutos após a abertura dos trabalhos, podendo ampliar esse prazo em caráter excepcional, por deliberação da Mesa.

§ 1º. No início da sessão, o coordenador dos trabalhos exporá as normas segundo as quais se processará a Audiência Pública.

§ 2º. - As inscrições serão feitas em listas apropriadas, garantindo ao inscrito conhecer a ordem do seu pronunciamento.

Artigo 10º. - As Audiências Públicas deverão ter o seguinte organização:

1ª Parte - Abertura, realizada pelo Secretário do Meio Ambiente ou seu representante;

2ª Parte - Exposições:

I - Empreendedor (15 minutos);

II - Equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA (30 minutos);

III - Representante das entidades ambientais cadastrados na CONSEMNA (30 minutos);

3ª Parte - Manifestação das entidades da sociedade civil (5 minutos para cada exposição);

4ª Parte - Manifestação dos presentes (2 minutos para cada exposição);

5ª Parte - Manifestação dos membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA (5 minutos para cada exposição);

6ª Parte - Manifestação dos Parlamentares (5 minutos para cada exposição);

7ª Parte - Manifestação dos Prefeitos e dos Secretários de Estado (5 minutos para cada exposição);

8ª Parte - Réplicas (10 minutos para cada exposição):

I - Empreendedor;

II - Equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA;

III - Representante das entidades ambientalistas cadastradas no CONSEMA.

9ª Parte - Encerramento, realizado pelo Secretário do Meio Ambiente ou seu representante.

§ 1º. - Os membros do CONSEMA, as entidades da sociedade civil, os parlamentares, os prefeitos, os Secretários de Estado e demais pessoas, só terão direito a uma única manifestação, obedecida a ordem de inscrição.

§ 2º. - A critério do coordenador, os representantes dos órgãos do poder público poderão ser convidados a prestar esclarecimentos técnicos sobre o assunto objeto da Audiência Pública.

§ 3º. - O tempo total do conjunto das manifestações mencionadas na 4ª. Parte deste Artigo não poderá exceder 60 minutos.

§ 4º. - Quando da convocação das Audiências Públicas, as entidades ambientalistas cadastradas no CONSEMA reunir-se-ão na Secretaria do Meio Ambiente - SMA, para deliberar sobre a indicação de representante com vistas ao cumprir o procedimento preconizado no item III da 2ª Parte deste Artigo. As entidades ambientalistas cadastradas deverão, através de Ata assinada por todos os participantes da reunião, indicar com antecedência seu representante ao Secretário Executivo do CONSEMA.

§ 5º. - No caso das Audiências Públicas previstas no Parágrafo terceiro do Artigo 1º desta Deliberação, caberá ao CONSEMA definir, na deliberação complementar prevista no Parágrafo quarto do mesmo artigo, a utilização dos tempos mencionados nos incisos I e II da 2ª Parte e nos incisos I e II da 8ª Parte deste Artigo.

§ 6º. - As manifestações referidas nas 6ª e 7ª Partes deste Artigo são exclusivas de suas titulares, não sendo permitir a substituição por representantes ou assessores.

Artigo 11 - O empreendedor deverá no município em que se realizar a Audiência Pública, colocar o EIA/RIMA em local de acesso público, à disposição de todos os interessados, durante o período mínimo de 15 dias úteis anteriores à realização da Audiência.

Parágrafo Único - Deverá ser dada ampla publicidade a respeito do fato determinado no caput deste Artigo.

Artigo 12 - Durante a Audiência Pública será mantido no recinto, para livre consulta dos presentes, pelo menos um exemplar do EIA/RIMA.

Artigo 13 - A Secretaria do Meio Ambiente - SMA deverá sempre que possível, providenciar registro fotográfico das Audiências Públicas.

Artigo 14 - As despesas com a realização da Audiência Pública, sempre que necessário, serão custeadas pelo empreendedor.

15 anos de Intercom

A Intercom completou em 1992 uma década e meia de existência

Ao longo desse período, seu processo de construção confunde-se com o próprio desenvolvimento dos estudos de comunicação do país, ao mesmo tempo em que representa um exemplo de esforço de organização de um segmento da comunidade acadêmica nacional num momento de extraordinárias dificuldades para o ensino e a pesquisa científica no meio universitário.

A Intercom esteve, desde sua fundação em 1977, fortemente vinculado a duas vertentes. A primeira é aquela que diz respeito à perspectiva que a vida da entidade abriu para o processo de organização de professores e pesquisadores da comunicação. Trata-se de processo que nasceu marcado pelas contradições políticas do fim do regime militar no Brasil.

Sua fundação, portanto, tem estreita relação com a conjuntura política brasileira, já que obedecia ao quadro de rearticulação vivido pela sociedade no fim dos anos 70. Ao mesmo tempo, sua construção obedece a um duplo movimento em cuja base estão as expectativas da comunidade acadêmica que ela pretendia organizar: de um lado, o quadro de dispersão em que se encontravam profissionais e pesquisadores da Comunicação Social; de outro, a crise em que os estudos da área encontravam-se envolvidas desde meados dos anos 60. E esta é a segunda vertente que marca a existência da Intercom.

Nesse sentido, os movimentos de horizontalização orgânica da Intercom e o verticalização de seus estudos, isto é, o aprofundamento do conceitual dos estudos de comunicação, encontram-se interligados na proporção em que sua consolidação junto a professores, pesquisadores e profissionais da comunicação Social correspondia não apenas à sua expectativa associativa mas ao oferecimento de alternativas teóricas para essa área de estudo e, conseqüentemente, para o entendimento e a prática sócio-político-cultural do processo comunicacional.

Desde 1978, a Intercom realiza um congresso anual, que reúne os seus associados e outras pessoas interessadas, numa espécie de convenção nacional, para debater temas emergentes da realidade comunicacional e cultural.

Congressos anuais da Intercom, nesta trajetória de 15 anos, foram realizados sem interrupção, assim já integra o calendário intelectual do país, mobilizando também pesquisadores de outras nações que ocor-

rem ao Brasil para dialogar com os seus pares e, que se constituem em referenciais históricos da entidade são:

- Intercom/78 - Estratégia para o ensino da comunicação.
- Intercom/79 - Modos de comunicação e classes subalternas.
- Intercom/80 - Estado, populismo e comunicação no Brasil.
- Intercom/81 - Comunicação, hegemonia e contra-informação.
- Intercom/82 - Impasses e desafios da pesquisa em comunicação.
- Intercom/83 - Novas tecnologias de comunicação implicações políticas, impacto sócio-econômico.
- Intercom/84 - Estado, sociedade civil e meios de comunicação.
- Intercom/85 - Comunicação de educação: caminhos cruzados, hoje e amanhã.
- Intercom/86 - Comunicação para o desenvolvimento
- Intercom/87 - Democracia, comunicação e cultura.
- Intercom/88 - Comunicação rural.
- Intercom/89 - Indústrias culturais e os desafios da integração latino-americana.
- Intercom/90 - 40 anos de TV no Brasil.
- Intercom/91 - Sistemas de comunicação e identidades na América Latina.

Os resultados dos debates ocorridos nessas reuniões científicas foram publicados posteriormente sob a forma de livros, co-editados com empresas de grande penetração no mercado livreiro nacional, o que assegura a socialização das informações resgatadas e das recomendações surgidas.

Para a realização dos seus congressos e ciclos anuais de estudos interdisciplinares da comunicação, a Intercom tem recebido apoio financeiro de órgãos públicos (CNPq, FINEP, FAPESP e CAPES) e da iniciativa privada, assim como apoio logístico e institucional das universidades e do governo estadual e municipal local.

Com esta publicação a Intercom presta uma homenagem aos sócios fundadores:

- José Marques de Melo
- Francisco Gualdêncio Torquato do Rego
- Carlos Eduardo Lins da Silva
- José Manoel Morán Costa
- Joseph Maria Luyten
- Francisco Rocha Morel (in memoriam)
- José Salvador Faro
- Angela Cassiano
- Lourdes Tiago Neves
- Carlos Alberto di Franco
- Maria Luiza Bretas
- Erasmo de Freitas Nuzzi
- Ana Maria Crippa

EXPEDIENTE

Este livro é uma publicação do Instituto Metodista de Ensino Superior, I.M.S. de São Bernardo do Campo, em colaboração com a INTERCOM, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e a Fundação CAPES, MEC.

Presidente do Conselho Diretor do IMS
VALDIR ABDALLAH

Vice-Presidente
WAGNER DOS SANTOS RIBEIRO

Secretário
LUIS ROBERTO SAPAROLLI

Vogais
ÁUREA DA SILVA VIEIRA, CLEVERING TORRES, HÉLCIO MARIOTTO,
ISMAEL FORTE VALENTIM e JOSÉ ANTONIO BALESTERO

Bispo da III Região Eclesiástica
GEOVAL JACINTO DA SILVA

Diretor Geral
RONALDO SATHLER ROSA

Diretor Administrativo
SERGIO ROCHEL

Diretor da Faculdade de Comunicação
MIGUEL DE ABREU ROCHA

Chefes dos Departamentos de Comunicação
SANDRA LUCIA DE ASSIS REIMÃO, ANDRÉ BARBOSA FILHO
e PAULO ROGÉRIO TARSITANO

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação
JOSÉ MARQUES DE MELO

Presidente do INTERCOM
MARIA IMACOLATTA V. DE LOPES

Presidente do Conselho Diretor do IMS
VALDIR ABDALLAH

Equipe de Produção
PONTO FINAL PROPAGANDA E COMUNICAÇÃO
(Digitação, Projeto Gráfico, Fitolitos)

Capa/Criação
J.R. ALVES

Impressão
GRÁFICA ARTE & LINHA

Revisão Geral e Produção
ADOLPHO QUEIROZ

Ada de Freitas Maneti Dencker
Antonio Teixeira de Barros
Aziz Ab'Saber
Fabíola de Oliveira
Gino Giacomini Filho
Javier Esteinou Madrid
João Carlos Canuto
José Salomão Amorim
Ladislau Dowbor
Luis Roberto Alves
Marcelo Alonso
Margarida Maria Krohling Kunsch
Maria das Graças Targino
Miguel Ângelo da Silveira
Ronaldo S. Berton
Ronaldo Sathler Rosa
Sandra Castellano de Paula
Sandra Lúcia de Assis Reimão
Tereza Lúcia Halliday
Wagner Membribes Bossi

COLEÇÃO



INTERCOM



CNPq



finep



Metodista